



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

JUNHO 2025

BANCO e FNE



ÍNDICE	1
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO.....	98
BALANÇO PATRIMONIAL.....	98
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	100
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	101
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	102
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	103
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	104
NOTAS EXPLICATIVAS DO BANCO.....	105
NOTA 1 - O BANCO E SUAS CARACTERÍSTICAS.....	105
NOTA 2 - BASE PARA A PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS ..	105
NOTA 3 - RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	107
NOTA 4 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	115
NOTA 5 - DISPONIBILIDADES E CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	117
NOTA 6 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL	117
NOTA 7 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	118
NOTA 8 - OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	126
NOTA 9 - OUTROS ATIVOS NÃO FINANCEIROS.....	126
NOTA 10 – PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	127
NOTA 11 – PASSIVOS FINANCEIROS	128
NOTA 12 – FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO.....	131
NOTA 13 - RENDAS ANTECIPADAS.....	133
NOTA 14 – PROVISÃO PARA GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS	133
NOTA 15 - PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS COM COMPROMISSOS DE CRÉDITO E CRÉDITO A LIBERAR	134
NOTA 16 - ATIVOS CONTINGENTES, PASSIVOS CONTINGENTES E PROVISÕES	134
NOTA 17 - BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	136
NOTA 18 – ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS.....	143
NOTA 19 – OUTROS PASSIVOS	147
NOTA 20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	147
NOTA 21 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	149
NOTA 22 - REMUNERAÇÃO A FUNCIONÁRIOS E ADMINISTRADORES	150
NOTA 23 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E ÍNDICE DE BASILEIA	150
NOTA 24 - PARTES RELACIONADAS.....	159
NOTA 25 - RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES	160
NOTA 26 - OUTRAS INFORMAÇÕES.....	161
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO	163
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	169
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA.....	170
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FNE.....	174
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	174
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO.....	175
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	176
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	177
NOTAS EXPLICATIVAS DO FNE.....	178
NOTA 1 – HISTÓRICO	178
NOTA 2 – BASE PARA A PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	178
NOTA 3 – ADMINISTRAÇÃO	178
NOTA 4 – POLÍTICAS CONTÁBEIS	178
NOTA 5 – REPASSES AO BANCO E A OUTRAS INSTITUIÇÕES.....	182
NOTA 6 – OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO E DE REPASSES E PROVISÃO PARA PERDAS	183
NOTA 7 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	186
NOTA 8– REGISTRO NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL (SIAFI)	186
.....	186

NOTA 9 – FISCALIZAÇÃO	186
NOTA 10 – APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	187
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FNE	189
DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	192
DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	193
SIGNATÁRIOS.....	194

PALAVRA DO PRESIDENTE



É com grande entusiasmo que apresentamos o Relatório de Administração do Banco do Nordeste para o primeiro semestre de 2025. Este documento reflete nossa contínua dedicação ao desenvolvimento econômico e social do Nordeste, abrangendo também municípios do norte do Espírito Santo e de Minas Gerais.

Durante o período, implementamos estratégias voltadas para um crescimento econômico inclusivo e sustentável. As operações contratadas utilizando recursos do Fundo

Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) somaram R\$ 25,5 bilhões, o que representa um incremento de 11% sobre o mesmo período do ano anterior. O setor rural foi o que mais contratou operações de crédito (50,6%), seguido pelo setor de infraestrutura (15,1%).

Em termos de percentual de crescimento nas contratações, o setor industrial apresentou-se como o de maior curva, atingindo o valor de financiamento da ordem de R\$ 3,6 bilhões, cerca de 218% maior que no 1º semestre de 2024, destacando-se como um pilar forte para a expansão de empregos e a recuperação econômica regional.

Uma conquista importante, neste semestre, foi o apoio às microempresas e empresas de pequeno porte, que totalizaram mais de R\$ 3 bilhões em financiamentos, refletindo nosso compromisso com o empreendedorismo local e com a inclusão financeira.

Nosso programa de microcrédito rural, o Agroamigo, contratou R\$ 4,4 bilhões, expandindo sua carteira em quase 95.000 novos beneficiários, alcançando a marca de 1,73 milhão de clientes. Um ponto de destaque é o fato de que a maior parte dessas operações foi destinada a mulheres, concentrando 168.501 contratos ou 51,5% do total, com R\$ 2,3 bilhões contratados.

Já no campo das microfinanças urbanas, o Crediamigo registrou R\$ 6,45 bilhões em desembolsos, formalizados por meio de quase 2 milhões de operações. O semestre foi finalizado com 2,13 milhões de clientes com empréstimos ativos, dentre os quais 68% são representados por mulheres empreendedoras. O resultado representa um aumento de 7% em relação ao anterior.

Além disso, o Banco exerceu um papel fundamental no Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter), impulsionando o desenvolvimento local sustentável e fortalecendo cadeias produtivas mesorregionais. No primeiro semestre de 2025, o Prodeter implementou 208 Planos de Ação Territorial (PATs) ativos, distribuídos em 108 territórios da área de atuação

do Banco do Nordeste. Cerca de 6% desses planos estão localizados em comunidades quilombolas ou entre povos originários, reforçando o compromisso do Programa com a inclusão social e a valorização da diversidade.

Destacaram-se também nossos avanços em transformação digital e inovação. A integração de novas tecnologias ao atendimento ao cliente e a melhoria dos sistemas de gestão, como a implantação do *Data Lake Open Finance*, trouxeram soluções que ampliaram a eficiência operacional e a qualidade da experiência do cliente.

E para estarmos ainda mais próximos dos nossos clientes, em junho de 2025, o Banco lançou sua primeira unidade móvel de atendimento, denominada Carreta BNB. A iniciativa representa um avanço estratégico na promoção da inclusão financeira e desenvolvimento local.

Nossa Universidade Corporativa seguiu investindo no desenvolvimento educacional, oferecendo cursos de formação contínua e alinhando-se à nossa visão de um futuro promissor e resiliente para nossos colaboradores. No campo da educação profissional, foram realizadas 33.405 oportunidades de treinamento, das quais 8.005 (23,96%) na modalidade presencial e 25.400 (76,04%) na modalidade a distância. Em relação ao tema de capacitação, o BNB foi agraciado no *Global CCU 2025*, realizado em Paris/FR, na categoria prata, por impacto estratégico da sua Universidade Corporativa.

Em termos de desempenho financeiro, o Lucro Líquido acumulado no primeiro semestre de 2025 alcançou a cifra de R\$ 1,38 bilhão, o que representou um aumento de 35,6% em relação ao mesmo período de 2024. Já o Resultado Operacional atingiu o montante de R\$ 2,2 bilhões, um acréscimo de 17,8% em relação ao primeiro semestre do ano anterior.

Importante destacar que, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 31/03/2025, foi aprovado o aumento do Capital Social em R\$ 1,58 bilhão, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias, de modo que o Capital Social passou de R\$ 11,6 bilhões para R\$ 13,2 bilhões. Esse aporte de capital enseja um índice de Basileia de 13,52%, o que permite ao Banco continuar crescendo com segurança nos próximos exercícios. Na mesma AGE, foi aprovada a criação do Comitê de Inovação e Estratégia Digital, o qual deverá fortalecer ainda mais a estratégia de inovação e governança do Banco. O comitê atuará como instância de apoio ao Conselho de Administração nas áreas de transformação digital, inovação, uso de inteligência artificial, governança de dados e temas correlatos.

O patrimônio líquido dos fundos de investimento geridos pelo Banco alcançou R\$ 18,6 bilhões, evidenciando um crescimento expressivo de 25,3% em relação a 2024.1. No mesmo período, o número de cotistas aumentou 24,5%, atingindo 194.749. Esse desempenho reflete a eficácia na gestão financeira e a confiança contínua de nossos clientes.

Agradecemos a confiança depositada em nosso trabalho e reafirmamos nosso compromisso de gerar impacto positivo e contribuir para um futuro sustentável no Nordeste e em todo o Brasil. O Banco do Nordeste alcançou um resultado financeiro considerável, em consonância com um crescimento operacional consistente.

Esses resultados são frutos do esforço coletivo e de nossa interação estratégica com parceiros e clientes.

Paulo Câmara.

Presidente do Banco do Nordeste

DESTAQUES E PRÊMIOS

Fatos Relevantes:

- O Lucro Líquido acumulado no primeiro semestre de 2025 alcançou a cifra de R\$ 1,38 bilhão, o que representou um aumento de 35,6% em relação ao mesmo período de 2024
- Contratações do Banco do Nordeste atingiram 2,4 milhões de operações de crédito que totalizaram R\$ 34,76 bilhões no 1º semestre de 2025 (acréscimos de 6,2% na quantidade de operações e de 19,2% no valor contratado, ambos em relação ao mesmo período de 2024).
- Os R\$ 25,53 bilhões contratados com recursos do FNE no primeiro semestre de 2025 devem gerar ou manter cerca de 248,7 mil empregos na área de atuação do Banco do Nordeste com acréscimo de massa salarial estimado em R\$ 3,25 Bilhões na área de atuação do Banco do Nordeste.
- Crediamigo desembolsa recorde de R\$ 6,45 bilhões, impulsionando inclusão financeira no Nordeste
- Agroamigo alcança novo marco com R\$ 4,41 bilhões em contratações.
- Pronaf Mulher destaca-se com 51,5% das operações do Agroamigo, totalizando R\$ 2,31 bilhões
- Pronaf-B/Plano Safra Semiárido impulsiona Agricultura com R\$ 1,24 bilhão em créditos
- Expansão do Crediamigo: 163 novos pontos de atendimento reforçam presença no Nordeste em 2025
- Clientes do Crediamigo contrataram R\$ 565,27 milhões no Programa Acredita no Primeiro Passo, para 61.252 beneficiários, dos quais 65,34% são do gênero feminino.
- Energia Renovável em Foco: "Agroamigo Sol" aloca R\$ 91 milhões em Projetos de Energia Solar
- Banco do Nordeste supera marca de R\$ 18,60 bilhões em patrimônio sob gestão de fundos de investimento.
- Banco do Nordeste desembolsa R\$ 2,92 bilhões para MPEs, com Comércio liderando aplicações.
- Parcerias e Inovações Tecnológicas facilitam Crédito para 270 mil Micro e Pequenas Empresas no primeiro semestre de 2025
- Universidade Corporativa do Banco do Nordeste coordenará a Trilha de Formação em Governança para empresas estatais federais.
- Banco do Nordeste impulsiona Agricultura Familiar com R\$ 675,4 milhões em Financiamentos pelo Pronaf (exceto Agroamigo).

- Acordo pioneiro com a Agência Francesa de Desenvolvimento garante €150 milhões para energias renováveis.
- Cofix autoriza novos programas com Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento Alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), fortalecendo a descarbonização e a inclusão produtiva.

Prêmios

- O Banco do Nordeste recebeu o Prêmio *Global* CCU 2025 no dia 12 de maio de 2025, durante cerimônia realizada em Paris-FR, com o troféu de prata na categoria “Impactos nos Negócios” destacando-se entre as melhores universidades corporativas do mundo por gerar valor estratégico para pessoas, negócios, sociedade e meio ambiente.
- O Banco do Nordeste recebeu o Prêmio Nacional de Inclusão Socioeconômica no dia 29 de abril de 2025, em cerimônia realizada em Brasília. O prêmio foi concedido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), na categoria Empreendedorismo e Fomento.
- O Banco do Nordeste foi reconhecido no *Liferay Customer Summit* Brazil 2025, realizado em 08 de maio de 2025, no Teatro B32, em São Paulo. Durante o evento, o BNB foi destacado como *case* de sucesso por suas boas práticas em plataformas *online* e *intranet*.

1. ESTRATÉGIA EMPRESARIAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1. Estratégia Empresarial

O Banco do Nordeste elabora sua estratégia empresarial, denominada de Planejamento Empresarial, com base na metodologia Gestão para Resultados (GpR). De acordo com essa metodologia, o valor público da Instituição consiste no reconhecimento da organização por determinado público (clientes) ou por determinada população. Assim, a empresa pública presta serviço ao cidadão que reconhece essa atuação com a qualidade do serviço prestado. O Planejamento Empresarial vem sendo aperfeiçoado para melhorar sua capacidade de compreensão, bem como aprimorar o desempenho das unidades do Banco com o objetivo de se adaptar, da melhor forma, aos diferentes contextos, assim como para produzir maiores e melhores impactos para o desenvolvimento sustentável e para os desafios em sua área de atuação.

A estratégia do Banco do Nordeste possui o horizonte de cinco anos e é elaborada com base na observância de documentos legais que contêm políticas públicas e direcionamentos estratégicos para as instituições financeiras de economia mista, tais como a Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 30/06/2016), o Plano Plurianual do Governo Federal (PPA), a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, os fatores Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa (ASG) e o Plano de Transformação Ecológica.

O Plano Empresarial do Banco do Nordeste direciona os insumos existentes e as atividades internas a serem realizadas para a geração de impactos estratégicos aos cidadãos de sua área de atuação: Geração de emprego e renda, Redução das desigualdades, Competitividade das empresas e Promoção da sustentabilidade social, ambiental e climática.

Dessa forma, compreende-se que o principal objetivo da estratégia corporativa do Banco do Nordeste é direcionar as atividades internas para o alcance dos Impactos Estratégicos voltados à sua área de atuação, transformando a vida das pessoas.

Para o quinquênio 2025-2029, a estratégia corporativa permaneceu com 10 (dez) Diretrizes Estratégicas, objetivando maximizar a atuação do Banco do Nordeste frente aos desafios existentes. A seguir, apresentaremos as Diretrizes Estratégicas presentes no Planejamento Empresarial:



Fonte: Banco do Nordeste – Planejamento Empresarial 2025-2029 - Diretoria de Planejamento

É importante ressaltar que o Planejamento Empresarial é composto pelo Plano Estratégico quinquenal, pelos Planos anuais Tático e Operacional, denominados ‘Programas de Ação’, pelo Portfólio de Projetos Estratégicos e pelo Portfólio de Ações Estratégicas.

Essa estrutura é construída a partir da análise da realidade em seus ambientes externo e interno, que incluem a observância às orientações governamentais e ao Plano Estratégico do Banco do Nordeste para o Desenvolvimento Regional 2023-2032, contendo definições estratégicas e de resultados para cumprir a missão do Banco de realizar mudanças regionais significativas para o desenvolvimento sustentável da sua área de atuação.

Destaca-se o conjunto de papéis desempenhados pelo Banco do Nordeste como banco de desenvolvimento regional múltiplo:

- **Agente financiador** do setor produtivo e da infraestrutura socioeconômica regional;
- **Promotor da captação de recursos** nacionais e internacionais e de investimentos produtivos para a região Nordeste, Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo;
- **Executor de políticas governamentais**, buscando maior interação com o Governo Federal, os estados e os municípios;
- **Agente integrador e parceiro** das entidades estatais e do setor produtivo, organizações não-governamentais e outras organizações da sociedade civil, na implementação de políticas públicas na região Nordeste, Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo;
- **Promotor e participante de programas de desenvolvimento regional e territorial** que visem o aumento da competitividade nos setores da agropecuária, da indústria e do comércio e serviços;
- **Produtor e fomentador de estudos e pesquisas** relacionadas ao desenvolvimento sustentável da região Nordeste, Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

A estratégia corporativa é composta por um conjunto de definições estratégicas apresentadas a seguir, que buscam direcionar a atuação do Banco do Nordeste para o período de cinco anos.

Definições Estratégicas

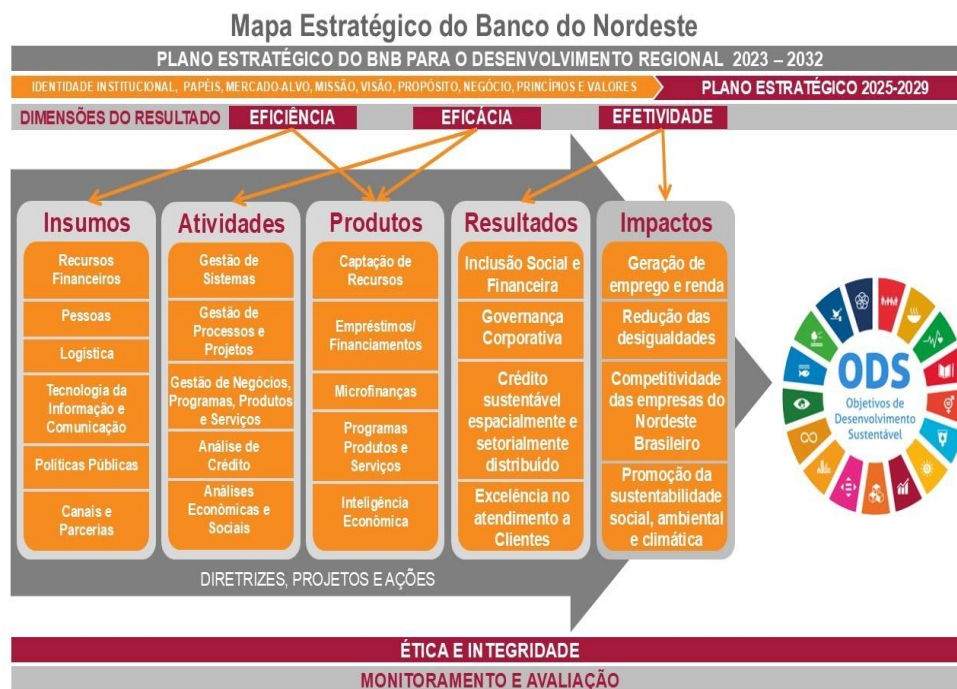
PROPÓSITO: Desenvolver e transformar a Região Nordeste, Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo		Agentes Econômicos: grandes, médios e pequenos empreendedores e microempreendedores, formais e informais, que atuam em todos setores de atividades econômicas Agentes Institucionais: Instituições financeiras, investidores institucionais, instituições governamentais e organismos multilaterais. Pessoas Físicas: Quaisquer pessoas naturais que demandem e sejam passíveis de enquadramento nos programas, produtos e serviços do Banco do Nordeste.
IDENTIDADE INSTITUCIONAL: É um banco de desenvolvimento regional múltiplo	MERCADO-ALVO: Agentes Econômicos, Agentes Institucionais e Pessoas Físicas	
NEGÓCIO: Soluções para o desenvolvimento sustentável da Região Nordeste, Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo	MISSÃO: Atuar como o Banco de Desenvolvimento sustentável da Região Nordeste, Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo	
PRINCÍPIOS: Meritocracia, Foco nos clientes e resultados, Inovação e Integridade	VALORES: Justiça - Governança - Honestidade - Sustentabilidade - Igualdade - Democracia - Transparência - Compromisso - Respeito - Cooperação - Confiança - Disciplina - Civilidade - Diversidade	
VISÃO: Ser o banco preferido da Região Nordeste, Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, reconhecido pela sua capacidade de promover o bem-estar das famílias e a competitividade das empresas da Região		

Fonte:

Banco do Nordeste – Planejamento Empresarial 2025-2029 - Diretoria de Planejamento

Para a comunicação do Planejamento Empresarial, o Banco do Nordeste adota o Mapa Estratégico, uma representação gráfica de sua estratégia, que considera as dimensões do resultado de eficiência, eficácia e efetividade, além dos elementos estratégicos insumos, atividades, produtos, resultados e impactos, com embasamento na ética, integridade, monitoramento e avaliação dos indicadores.

Figura 1 - Mapa Estratégico



Fonte: Banco do Nordeste – Planejamento Empresarial 2025-2029 - Diretoria de Planejamento

1.2. Estratégia de Sustentabilidade

O Banco do Nordeste tem intensificado seus esforços para consolidar sua área de atuação, adotando como princípio orientador o desenvolvimento sustentável. Reconhecendo a relevância da oferta de crédito como instrumento estratégico para promover práticas

sustentáveis, a Instituição tem alinhado seus produtos e serviços a critérios sociais, ambientais e climáticos. A proposta do Banco é garantir que sua atuação no mercado financeiro contribua de forma responsável para o progresso da região, respeitando os pilares da sustentabilidade.

Como parte de seu compromisso com práticas responsáveis, o Banco do Nordeste implementou sua Estratégia de Sustentabilidade com base no conceito ASG - sigla para Ambiental, Social e Governança. A iniciativa contempla um conjunto de dimensões e indicadores voltados ao monitoramento do desempenho organizacional, complementando os tradicionais aspectos econômico-financeiros.

A estratégia está estruturada em três eixos principais: 1. O apoio à sustentabilidade social e ambiental; 2. A promoção da transição para uma economia de baixo carbono; e 3. A condução das operações empresariais de forma ecoeficiente e socialmente responsável. Com isso, a Instituição busca integrar a sustentabilidade à sua atuação cotidiana, reforçando seu papel no desenvolvimento regional com responsabilidade socioambiental.

Para monitorar o alcance dos objetivos organizacionais foi definido o seguinte conjunto de linhas de ação vinculados à nossa estratégia de sustentabilidade:

- Crédito de impacto positivo;
- Inclusão social e inserção produtiva;
- Geração de energia por fontes renováveis;
- Agricultura Familiar e Agronegócio Sustentável;
- Tecnologia, inovação e pesquisa;
- Acesso à água e ao saneamento;
- Desenvolvimento territorial e espacialmente distribuído;
- Ecoeficiência e responsabilidade social e ambiental;
- Gestão socialmente responsável;
- Governança, integridade e transparência.

A operacionalização da Estratégia de Sustentabilidade do Banco do Nordeste, fundamentada nos princípios Ambiental, Social e de Governança (ASG), envolve um conjunto de ações integradas voltadas ao monitoramento e à melhoria contínua do desempenho institucional. Entre as principais iniciativas estão a definição e o acompanhamento de indicadores de desempenho, a adoção de referenciais externos para avaliação corporativa sob a ótica ASG, e a análise sistemática dos resultados obtidos. Essas análises orientam decisões e encaminhamentos estratégicos com o objetivo de alcançar as metas institucionais estabelecidas.

Além disso, a Instituição elabora e divulga relatórios corporativos sobre sustentabilidade e promove o engajamento de partes interessadas (*stakeholders*) no processo. Informes periódicos são produzidos e submetidos à apreciação das instâncias responsáveis pela governança da estratégia, assegurando transparência e alinhamento com as melhores práticas do setor.

A Estratégia de Sustentabilidade (ASG) da instituição relaciona-se com diversas áreas e instrumentos normativos internos e adota como referencial, além destas políticas internas,

compromissos, pactos e acordos voluntários relacionados à temática social, ambiental e climática (com adesão por parte do Banco), Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas, normas da *Global Reporting Initiative* (GRI), sistemas externos de avaliações ASG e regulações externas como o normativo do Sistema de Autorregulação Bancária (SarB) nº 14 de 28/08/2014.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) associados à Estratégia ASG do Banco do Nordeste são: 1 Erradicação da Pobreza; 2 Fome Zero e Agricultura Sustentável; 5 Igualdade de Gênero; 6 Água Potável e Saneamento; 7 Energia Limpa e Acessível; 8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico; 9 Indústria, Inovação e Infraestrutura; 10 Redução das Desigualdades; 13 Ação Contra a Mudança Global do Clima; 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Outra importante regulação externa utilizada como referência para a Estratégia ASG é a Resolução CMN nº 4.945 de 15/09/2021 que embasou a criação e implementação de **Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC)** do Banco do Nordeste, sendo esta Política o conjunto de princípios e diretrizes de natureza social, ambiental e climática a ser observado por todo o Banco na condução de seus negócios, atividades e processos, bem como na sua relação com as partes interessadas.

1.3. Modelo de Negócio

O modelo de negócios do Banco do Nordeste está estruturado em segmentos, produtos, serviços e linhas de crédito voltadas para o desenvolvimento da sua área de atuação:

- a) Segmentos de clientes: atendem empresas de todos os portes (corporate, grande, média, pequena empresa e microempresa), segmentos do setor rural (agronegócio, pequeno, miniprodutor rural e agricultura familiar), setor de microfinanças (urbana e rural) e segmentos pessoa física, entidades representativas e Governo, segmento responsável por atender instituições da administração pública direta e indireta.
- b) Portfólio de produtos e serviços abrange:
 - 1 - Operações de infraestrutura;
 - 2 - Operações de crédito para micro, pequenas, médias e grandes empresas, incluindo:
 - 2.1 Operações industriais para aquisição de máquinas, equipamentos e matérias-primas e para modernizações de plantas, entre outros;
 - 2.2 Operações comerciais a empresas de varejo, de atacado e de serviços;
 - 2.3 Operações rurais, inclusive agronegócio;
 - 2.4 Operações de microcrédito para empreendedores urbanos e agricultores familiares.
 - 3 - Gestão de portfólio e análise de crédito para fundos e programas do governo;
 - 4 - Serviços bancários, que consistem na oferta de contas de poupança, depósitos à vista e a prazo, custódia de títulos, operações de câmbio,

transferências eletrônicas, serviços de cobrança, cartão de crédito, dentre outros;

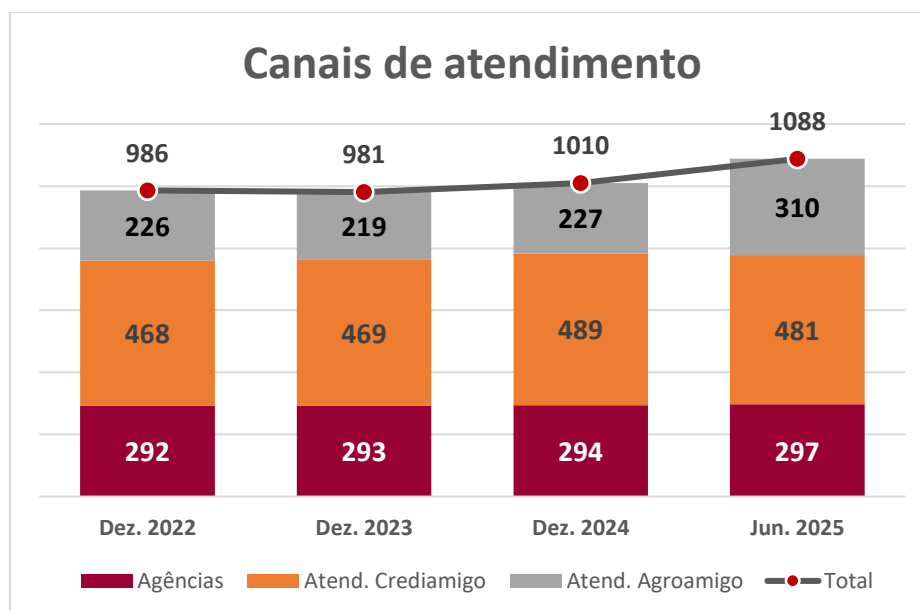
5 - Operações de Mercado de Capitais, com a estruturação e distribuição de títulos e valores mobiliários locais de curto e longo prazos como debêntures, notas promissórias, certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (Fidc), dentre outros;

6 - Gestão de ativos de terceiros, consistindo na gestão de fundos de investimento para pequenos, médios e grandes investidores.

c) Linhas de negócio:

1. Crédito para Financiamento;
2. Crédito para Infraestrutura;
3. Crédito para Microfinança Urbana;
4. Crédito para Microfinança Rural;
5. Crédito Comercial.

Para alcançar melhor cobertura geográfica e identificar oportunidades de potencializar seus negócios, o Banco realiza sistematicamente estudos de dimensionamento de mercado. O Banco do Nordeste finalizou o primeiro semestre de 2025 com três novas agências: Aimorés-MG, Guanhães-MG, e Inhampin-MG, totalizando 297 agências, 791 unidades de microcrédito, sendo, 481 unidades de microcrédito urbano e de 310 unidades de microcrédito rural, totalizando 1.088 pontos fixos de atendimentos.



Fonte: Superintendência de Marketing e Comunicação

Aliado a esses números existem 201 pontos de apoio e 18 lojas do microcrédito que são vinculados às outras unidades do microcrédito. A loja é uma extensão de unidade de atendimento e pode ser custeada parcialmente por parceiros institucionais e/ou de negócios. Já os pontos de apoio são custeados integralmente por parceiros institucionais e/ou de negócios, públicos ou privados, com formalização por meio de acordo de cooperação técnica.

A abertura de três novas agências do Banco do Nordeste representa uma ação estratégica voltada à ampliação da presença territorial da Instituição, com o objetivo de

fortalecer a inclusão financeira, fomentar o desenvolvimento regional e apoiar a execução de políticas públicas. Essa expansão permite maior capilaridade na oferta de crédito produtivo, especialmente para micro e pequenos empreendedores, agricultores familiares e populações em situação de vulnerabilidade, contribuindo para a geração de emprego e renda, dinamização das economias locais e redução das desigualdades socioeconômicas no Nordeste.

Em junho de 2025, o Banco do Nordeste lançou sua primeira unidade móvel de atendimento, denominada **Carreta BNB**, durante evento realizado em Campina Grande (PB). A iniciativa representa um avanço estratégico na promoção da inclusão financeira e no fortalecimento do desenvolvimento regional.

- **Objetivo:** Expandir o acesso aos serviços bancários e fornecer orientação financeira às comunidades remotas, com baixa cobertura das agências físicas.
- **Serviços Disponibilizados:** Atendimento aos programas Crediamigo e Agroamigo;
- **Orientações** sobre crédito, investimentos e programas de fomento do Banco do Nordeste.
- **Estrutura da Unidade:** A carreta é equipada com tecnologia de ponta e espaços de atendimento ao público, funcionando como uma agência itinerante.
- **Impacto Esperado:** Ampliar a presença institucional do Banco do Nordeste em áreas rurais e urbanas menos assistidas, fomentando o empreendedorismo local e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região.

1.4. Cenários Macroeconômicos

Cenário Mundial

De acordo com projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia global deverá registrar um crescimento de aproximadamente 2,8% em 2025. Apesar da expectativa de expansão, o cenário internacional permanece desafiador, influenciado por uma combinação de fatores estruturais e conjunturais.

Entre os principais elementos que contribuem para esse ambiente de incerteza estão as tensões geopolíticas persistentes e a adoção de medidas tarifárias por diversas economias. Esses fatores têm impactado o comércio internacional, os fluxos de investimento e a estabilidade dos mercados financeiros, exigindo cautela por parte de governos e instituições.

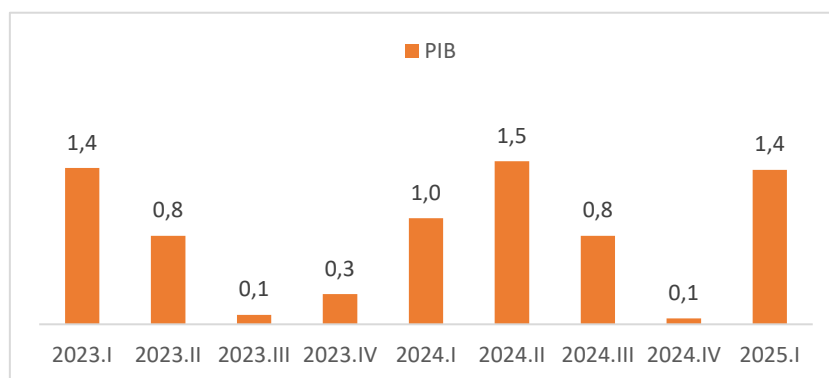
No seu relatório *World Economic Outlook (WEO)*, publicado no primeiro quadrimestre de 2025, o FMI afirma que a imprevisibilidade com que as medidas tarifárias divulgadas pelos Estados Unidos e as contramedidas anunciadas por seus parceiros comerciais representa um impacto negativo na atividade econômica e nas perspectivas e, ao mesmo tempo, torna mais difícil do que o normal fazer suposições que constituam uma base para um conjunto de projeções internamente consistentes e oportunas. Essas condições motivaram a redução das expectativas do FMI para a economia mundial.

Na economia dos mercados emergentes e em desenvolvimento, o FMI prevê que o crescimento deverá desacelerar para 3,7% em 2025, com rebaixamentos significativos para os

países mais afetados por medidas comerciais recentes, como a China. A inflação global deverá cair a um ritmo ligeiramente mais lento do que o esperado, atingindo 4,3% em 2025, com elevação das revisões para economias avançadas e leves revisões para baixo para mercados emergentes e economias em desenvolvimento em 2025.

Cenário Nacional

Figura 2 - PIB Brasil - % Trimestre contra trimestre imediatamente anterior ajuste sazonal – 2023 à 2025



Fonte: IBGE. Elaboração: ETENE-2025

A economia brasileira demonstrou resiliência nos três primeiros meses de 2025, com o PIB registrando um crescimento de 1,4% nesse período (Figura 2), segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse resultado positivo foi puxado pela forte alta do agronegócio, principalmente pela dinâmica das atividades vinculadas à soja, e pelo setor serviços, que tem peso de, aproximadamente, 70% da economia do país.

Outro fator importante para explicar essa aceleração do ritmo de crescimento do PIB no início de 2025 foi a demanda doméstica, que apesar do aperto das condições financeiras, e das incertezas globais, continua aquecida por conta de fatores internos como o mercado de trabalho aquecido, com baixa taxa de desemprego e renda em crescimento, potencializado pelo impacto do reajuste do salário-mínimo e os programas de transferência de renda do Governo Federal.

Pelo lado da oferta, o destaque do crescimento do PIB no primeiro trimestre de 2025 (1,4%) foi a firme recuperação do setor agropecuário, juntamente com a variação positiva do setor serviços, particularmente dos serviços de comunicação e informação, e do consumo das famílias e dos investimentos. As condições climáticas e a supersafra favoreceram o PIB do setor agropecuário, que registrou a segunda maior alta desde 2023, quando avançou 13,8%, embora sofrendo redução nos meses seguintes.

O setor industrial, responsável por, aproximadamente, 25% do valor adicionado da economia brasileira, foi impactado pelos efeitos contracionistas da política monetária, registrando uma variação negativa de 0,1%, influenciada pelas retrações nas indústrias de transformação e construção, que recuaram 1,0% e 0,8%, respectivamente, no primeiro trimestre de 2025, em comparação com o quarto trimestre de 2024, conforme divulgado na pesquisa do IBGE.

O setor serviços, que responde por mais de 70% da economia brasileira, evoluiu moderadamente nos primeiros três meses do ano, registrando um crescimento de 0,3%, devido à evolução positiva de todas as atividades que formam esse segmento, com exceção apenas do setor de transporte, armazenagem e correio, que foi o único a registrar queda (-0,6%) nesse período.

Pelo lado da demanda, os investimentos, medidos pelas despesas com formação bruta de capital fixo, foram o destaque, com crescimento de 3,1% em relação ao trimestre imediatamente anterior, consolidando uma trajetória positiva que vem se repetindo desde o final de 2023. Esse resultado satisfatório nos três primeiros meses do ano foi puxado pelo crescimento da atividade de Construção, da produção nacional e importação de bens de capital, notadamente a importação de plataforma de petróleo, além da alta no desenvolvimento de softwares.

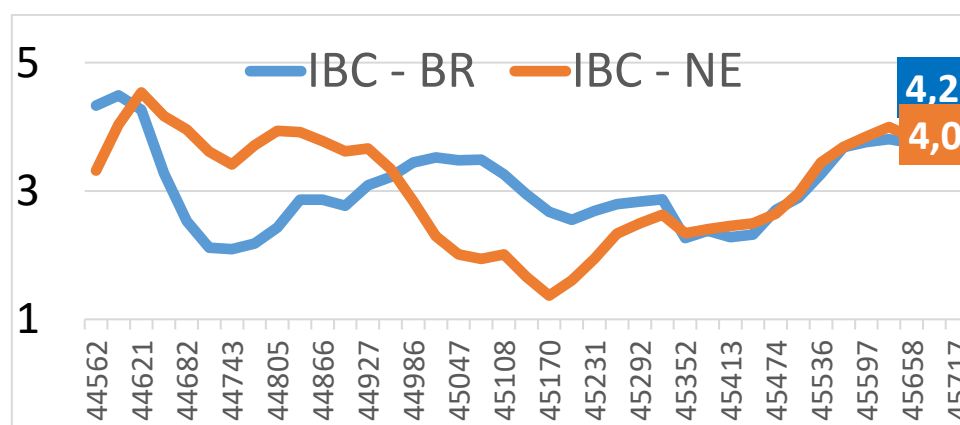
O consumo das famílias avançou 1,0%, influenciado pelo aumento na massa salarial real e no aumento do crédito disponível. As despesas de consumo do governo mantiveram-se estável, com crescimento marginal de 0,1%. Finalmente, o setor externo foi um componente importante para suprir uma parcela da demanda interna através do aumento das importações (crescimento de 5,9%), bem acima do incremento das exportações (2,9%), levando, dessa forma, o setor a impactar negativamente na expansão do PIB.

Cenário Regional (Nordeste)

A economia do Nordeste apresentou um desempenho robusto no acumulado de 12 meses encerrados em março de 2025, com crescimento de 4,0% no Índice de Atividade do Banco Central (IBCR-NE), praticamente em linha com a média nacional de 4,2% (Figura 3). Esse avanço foi sustentado, sobretudo, pela recuperação do setor de serviços, expansão do comércio varejista e melhoria do mercado de trabalho, fatores que impulsionaram o consumo das famílias na Região.

O Ceará foi destaque entre os estados nordestinos acompanhados pelo Banco Central, com crescimento de 5,0% no acumulado de abril de 2024 a março de 2025, ainda que levemente abaixo do crescimento de 5,5% observado no ano anterior. O desempenho cearense pode ser explicado pelo dinamismo do setor de serviços – que representa maior parcela do PIB estadual – beneficiado pelo turismo e transporte. Ademais, a ampliação de projetos industriais e o aumento do número de ocupados têm estimulado a ampliação da demanda agregada.

Figura 3 - Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil – Brasil e Nordeste - Em 12 Meses - % em relação ao ano anterior - Jan/22 a Mar/25



Fonte: Banco Central do Brasil, 2025. Elaboração: BNB/Etene (2025).

A economia baiana, que detém o maior peso econômico relativo do Nordeste, cresceu 3,7% no período, superando o desempenho do ano anterior (3,1%). Apesar de ficar abaixo da média regional, o resultado baiano é relevante em termos absolutos e decorre principalmente da retomada gradual da produção industrial (destaque para a indústria química e petroquímica e segmento automotivo), expansão do setor agropecuário, comércio e serviços.

Pernambuco registrou crescimento de 3,4% no período, sustentado pelo setor de serviços, especialmente no Recife e Região Metropolitana.

O Estado do Espírito Santo, que é contemplado, em parte, como área de abrangência do Banco do Nordeste, também apresentou crescimento no período, com performance positiva de 2,1%. No mesmo sentido, o Estado de Minas Gerais, que tem parte da região do Estado atendida pelo Banco do Nordeste, registrou avanço de 3,0%.

O desempenho econômico do Nordeste no início do ano de 2025 confirma a tendência de recuperação e fortalecimento gradual das atividades produtivas, acompanhando a dinâmica nacional. O avanço do setor de serviços, a retomada do comércio e a melhoria no mercado de trabalho foram determinantes para o resultado positivo do período analisado. Para o restante do ano, as perspectivas permanecem favoráveis, ainda que cercadas por desafios.

2. ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO

2.1. Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

Tomando como base a Programação Anual do FNE, foram contratados, neste primeiro semestre de 2025, financiamentos no montante de R\$ 25,53 bilhões, cuja distribuição por Unidade Federativa (UF) está detalhada na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - BNB/FNE - 2025: Financiamentos (R\$ milhões)

UF	PROGRAMADO PARA O ANO DE 2025		REALIZADO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2025	
	Valor (R\$ milhões)	% Rateio	Valor (R\$ milhões)	% Rateio
AL	2.544,21	5,4	968,45	3,8
BA	9.980,56	21,1	6.055,94	23,7
CE	6.313,61	13,4	3.388,76	13,3
ES	1.190,63	2,5	614,67	2,4
MA	5.017,05	10,6	2.978,59	11,7
MG	2.876,52	6,1	2.096,16	8,2
PB	3.287,43	7,0	1.262,50	4,9
PE	5.648,05	11,9	2.516,60	9,9
PI	4.613,88	9,8	3.377,82	13,2
RN	3.332,42	7,0	864,92	3,4
SE	2.487,62	5,3	1.410,15	5,5
Total Geral	47.291,99	100,0	25.534,58^(*)	100,0

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

(*) Valor arredondado de R\$ 25.534.582.912,06

Em um avanço significativo na cobertura espacial das operações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), 99,6% dos 2.074 municípios atendidos receberam ao menos uma operação de financiamento. No mapeamento por Unidade Federativa, a Bahia lidera com R\$ 6,05 bilhões contratados, seguida pelo Ceará com R\$ 3,38 bilhões e o Piauí com R\$ 3,37 bilhões.

Merece destaque especial o redirecionamento de recursos aos estados que historicamente enfrentam dificuldades na alocação dos recursos do FNE, como Alagoas, Sergipe e Espírito Santo. As aplicações nesses estados chegaram a 3,8%, 5,5% e 2,4%, respectivamente, com Sergipe superando o patamar mínimo de 5%.

Em termos setoriais, a análise dos dados de execução do FNE revela que R\$ 11,19 bilhões foram direcionados ao Setor Rural (Agricultura e Pecuária). O setor de Comércio e Serviços recebeu R\$ 6,14 bilhões, seguido por Infraestrutura com R\$ 4,02 bilhões, Indústria com R\$ 3,62 bilhões, e Turismo com R\$ 456,4 milhões. As aplicações ainda englobam a Agroindústria e o financiamento estudantil, contemplando mini e microgeração de energia solar, por meio das linhas FNE P-Fies e FNE Sol.

Tabela 2 - FNE: Contratações por Setor Econômico (R\$ milhões)

Setor	1º SEMESTRE 2024		1º SEMESTRE 2025		Variação % Valor 2025/2024
	Quant	Valor (R\$ milhões)	Quant	Valor (R\$ milhões)	
Rural ⁽¹⁾	402.270	9.779,44	347.887	11.197,92	14,50
Comércio e Serviços	420.593	5.884,68	413.441	6.140,13	4,34
Infraestrutura	119	5.012,84	94	4.022,95	-19,75
Turismo	769	1.096,94	597	456,40	-58,39
Industrial	9.574	1.136,84	9.708	3.622,25	218,63
Pessoa Física	3.533	101,46	3.233	94,94	-6,43
Total	836.858	23.012,20	774.960	25.534,58⁽³⁾	10,96

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento.

Notas: ⁽¹⁾ Rural - engloba os setores Agricultura e Pecuária. ⁽²⁾ Industrial - engloba Indústria e Agroindústria. ⁽³⁾ Valor arredondado de R\$ 25.534.582.912,06

O primeiro semestre de 2025 trouxe avanços notáveis na economia, com destaque para o setor Industrial, que registrou um aumento de 218,63% em comparação com o mesmo período do ano anterior, conforme a **Tabela 2**. Tal crescimento sublinha a recuperação econômica de um segmento estratégico, conhecido por sua alta capacidade de gerar empregos e renda.

O setor de Comércio e Serviços, vital para a economia regional é um verdadeiro indicador da atividade econômica, apresentou um crescimento de 4,34% nos primeiros seis meses de 2025, conforme a **Tabela 2**. No entanto, apesar do aumento, o desempenho ficou abaixo das expectativas, sinalizando uma recuperação ainda em progresso.

No setor Rural, merecem destaque as ações realizadas por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), especialmente com o suporte do **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)** e com o apoio significativo do Banco do Nordeste ao Plano Safra do Governo Federal que contribuíram para alavancar o crescimento histórico no setor agrícola

Financiamentos em Infraestrutura atingiram R\$ 4,02 bilhões, alcançando 42,3% da meta anual de 7,64 bilhões. Investimentos em energia solar, no valor de R\$ 1,24 bilhão, e saneamento básico, que somaram R\$ 503,5 milhões, se destacam particularmente.

Os financiamentos destinados às microrregiões prioritárias (os municípios de baixa e média renda, em qualquer dinamismo), subespaços também previstos na **Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**, atingiram um montante de R\$ 22,18 bilhões, cerca de 86,9% dos financiamentos do FNE até junho de 2025. Nos municípios pertencentes às Regiões Integrada de Desenvolvimento Econômico (Rides) foram contratados R\$ 905,2 milhões, que corresponde a 79,0% da meta anual destas regiões (R\$ 1,14 bilhão).

A atuação do Banco do Nordeste na condução da operacionalização dos recursos do FNE é sistematicamente acompanhada pelos demais órgãos administradores dessa fonte, Sudene e MIDR, tanto por meio do repasse mensal de informações quanto por intermédio de reuniões de acompanhamento e monitoramento, o que denota forte compromisso institucional com estes importantes recursos públicos, em observância às decisões aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Sudene (Condel/Sudene).

A distribuição espacial dos recursos, para além do rateio por UF, também é critério às aplicações do FNE, amparada pela PNDR. Nessa perspectiva, R\$ 16,37 bilhões, ou 64,1% do

total de recursos aplicados, foram direcionados aos empreendimentos localizados no Semiárido, conforme mostrado na **Tabela 3**.

Tabela 3 - FNE: Contratações no Semiárido por UF (R\$ milhões)

UF	Quant	Valor (R\$ mi)
AL	19.892	357,62
BA	124.517	4.491,14
CE	144.013	2.424,35
ES	183	39,09
MA	8.572	229,60
MG	53.756	1.903,21
PB	48.990	974,55
PE	64.974	1.812,22
PI	74.945	2.799,08
RN	35.876	620,44
SE	16.392	720,82
Total	592.110	16.372,12

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

Alinhado ao Art. 3º da Lei 7.827/1989, inciso III e às Diretrizes Gerais da Resolução Condel/Sudene Nº 182/2024, o Plano de Aplicação de Recursos do FNE 2025 previu tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais e pequenas e microempresas expresso no rateio do orçamento anual que estabeleceu a meta de realizar 62,0% em aplicações com beneficiários classificados como mini, micro, pequeno e pequeno-médio produtor/empresa, denominados portes prioritários. Dessa forma, foram contratados R\$ 14,17 bilhões com estes portes, totalizando 55,5%, num total de 772,8 mil operações.

É importante destacar, consistente com o Art. 4º da Portaria MIDR Nº 2.252/2023, inciso I, que o financiamento aos portes prioritários converge com a promoção do desenvolvimento incluyente, seguro e sustentável, possibilitando a manutenção do produtor rural no campo, a geração de emprego em micro empreendimentos e o incremento da renda. Nesta perspectiva, o FNE apoiou, no primeiro semestre de 2025, os portes prioritários em todos os setores econômicos, em especial no financiamento ao setor Rural (Agricultura e Pecuária), com R\$ 8,17 bilhões e Comércio e Serviços, com R\$ 4,97 bilhões.

Consoante à compreensão de que os recursos dos Fundos Constitucionais devem ser utilizados para atender aos segmentos mais vulneráveis da sociedade, promovendo o desenvolvimento sustentável, o enfrentamento da emergência climática e o combate à pobreza em sua área de atuação, a execução do FNE 2025, neste primeiro semestre.

Do total financiado aos portes prioritários, R\$ 14,17 bilhões, destinou-se recursos para os agricultores familiares na ordem de R\$ 5,08 bilhões, dos quais destacam-se R\$ 2,31 bilhões para o Pronaf Mulher. Ademais distribuíram-se R\$ 2,70 bilhões para o FNE Rural e R\$ 2,04 bilhões para o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

2.2. Programas de Financiamento ao Setor Público, com Recursos Externos

Ampliação de parcerias internacionais para financiamento

O Banco do Nordeste lançou seu plano estratégico para 2025-2029, priorizando a diversificação das suas fontes de financiamento de longo prazo. Entre as áreas de foco estão projetos de infraestrutura em logística, saneamento e energias renováveis, especialmente para o setor público. Em uma iniciativa pioneira, o Banco firmou um contrato com a Agência Francesa de Desenvolvimento, captando €150 milhões (cerca de R\$900 milhões) para projetos voltados às energias renováveis. Destes, €40 milhões ainda aguardam alocação em projetos que estão atualmente sob análise e devem ser formalizados até o segundo semestre de 2025

Outras frentes de captação de recursos internacionais para financiamento também registraram avanços significativos em 2025, destacando-se a contratação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de US\$ 300,0 milhões (cerca de R\$ 1,80 bilhão) para o Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste (Prodepro), para financiamento de infraestrutura e projetos ecoeficientes que minimizem gargalos das cadeias produtivas prioritárias de cada estado e a estruturação de Parcerias Público-Privadas (PPP), diretamente pelos governos estaduais.

Cabe informar que em 2024 a Comissão de Financiamentos Externos (Cofix¹), do Governo Federal, autorizou o Banco do Nordeste a estruturar novos programas com fontes internacionais, que têm previsão de final de estruturação e negociação entre os bancos e o Governo Federal em 2025 e contratação em 2026, relativos à captação de:

- a) US\$ 500,0 milhões do Banco Mundial e US\$ 30 milhões dos Fundos de Investimento Climático/Fundo de Tecnologia Lima (CIF/CTF), para execução do Programa de Financiamento à Descarbonização da Indústria (Prodecarb), voltado à Descarbonização Industrial, Transição Energética e Obras de Infraestrutura de Suporte, destinado aos setores privado e público, incluindo estatais não dependentes;
- b) US\$ 33,5 milhões dos Fundos de Investimento Climático/Programa de Integração de Energia Renovável (CIF/REI) e US\$ 33,5 milhões do BID, para o Programa de Integração de Energias Renováveis do Nordeste (CIF-REI/NE), que financiará projetos de modernização dos sistemas de transmissão e distribuição de energia e de geração de Fontes Renováveis Variáveis (FRV), bem como tecnologias de armazenamento energético.

Outros dois novos programas de financiamento internacional, em diferentes fases de estruturação, encontram-se autorizados pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofix): O Programa de Financiamento à Infraestrutura do Nordeste (InfraNordeste), no valor de US\$ 300 milhões, será viabilizado por meio do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB). Já o Programa Acredita Nordeste, voltado ao microcrédito e à inclusão produtiva, contará com € 200 milhões provenientes do *Kreditanstalt für Wiederaufbau*, o Banco de Desenvolvimento Alemão.

Desse modo, as captações de recursos externos contratados ou em preparação atingiram em 2024 o total de R\$ 9,54 bilhões, concretizando as diretrizes corporativas do Planejamento Estratégico 2023-2032 e do Planejamento Empresarial 2024-2028 do Banco, para novas fontes de recursos para financiamento aos setores públicos e privados, com ênfase em infraestrutura. Além desses programas já contratados ou em estruturação, avançaram no

¹ Comissão de Financiamento Externo - Cofix é um órgão colegiado, criado pelo Decreto nº 9.075, de 6 de junho de 2017, integrante da estrutura organizacional do Ministério do Planejamento e Orçamento, que tem por finalidade examinar e autorizar a preparação de programas/projetos do setor público por fontes externas da União, dos Estados e dos Municípios, quando houver garantia da União ou financiamento de organismo internacional ou de agência governamental estrangeira.

primeiro semestre de 2025 os entendimentos entre o Banco do Nordeste, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), o BID e o *Impact Hub* Brasil (IHB), para o desenvolvimento do Programa Conexões Inovação Aberta Nordeste – CoNE, voltado à capacitação de governos municipais para projetos de Inovação Aberta e sua articulação com um novo programa de financiamento, com recursos do BID, voltado ao financiamento de iniciativas de Inovação Aberta de governos municipais (prioritariamente) e estaduais e suas estatais não dependentes.

Ainda este ano, o Banco do Nordeste deverá submeter à Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) um novo Pleito de Financiamento Externo (PFE), no valor de US\$ 40 milhões, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos serão destinados ao Programa de Financiamento à Inovação Aberta do Nordeste (Nordeste Inova), que será implementado em articulação com o Programa Conexões Inovação Aberta Nordeste (CoNE), voltado à capacitação de governos municipais na formulação de projetos inovadores.

Além do repasse de recursos financeiros, a parceria com organismos internacionais gera também oportunidades de assistência técnica não reembolsável, facilitando acesso a novas tecnologias, práticas e conhecimentos, contribuindo para a modernização organizacional, em termos de capacitação de equipes, produtos, processos e sistemas. Exemplos de cooperações técnicas já firmadas e em andamento são relativas a: Unidade de Estruturação de Projetos de Parcerias Público-Privadas e de Concessões, Plano Diretor de Investimentos para projetos de infraestrutura, Framework de Financiamento Sustentável, incluindo valiosas ações complementares de suporte à ação creditícia.

2.3. Plano Plurianual (PPA)

O Banco do Nordeste, em consonância com a sua responsabilidade institucional, desempenha papel de agente executor de políticas públicas governamentais, por meio da concessão de créditos alinhados aos programas, objetivos e metas previamente definidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento e demais ministérios executores das políticas públicas. O Banco do Nordeste participa de 7 (sete) Programas do Plano Plurianual do Governo Federal (PPA), por intermédio de 9 (nove) ações não orçamentárias, sendo 7 (sete) destas ações executadas com a fonte de recursos FNE.

Tabela 4 - Plano Plurianual PPA 2025 - Valores Executados

Exerc	Programa PPA	Descrição	Valor	Valor	%
			Projetado Anual	Executado até junho/25	
			(R\$ mil)	(R\$ mil)	
2025	0150	Financiamento reembolsável à inovação nos empreendimentos localizados na área de atuação do Banco do Nordeste (FNE)	1.386.904	1.640.257	118,26
2025	015P	Financiamento à implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos do setor turístico (FNE)	1.229.735	456.395	37,11
2025	015Q	Apoio creditício às micro e pequenas empresas e empreendedores individuais da Região Nordeste, norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo (FNE)	4.999.995	2.626.167	52,52

Exerc	Programa PPA	Descrição	Valor	Valor	%
			Projetado Anual	Executado até junho/25	
			(R\$ mil)	(R\$ mil)	
2025	015R	Financiamento à indústria (FNE)	2.971.411	1.980.966	66,67
2025	015S	Financiamento ao Comércio e aos Serviços (FNE)	7.851.006	6.140.133	78,21
2025	015T	Concessão de crédito para agricultores familiares – Banco do Nordeste do Brasil (FNE)	10.478.500	5.083.749	48,52
2025	015U	Concessão de crédito aos produtores rurais (Pessoa física e jurídica) pelo Banco do Nordeste do Brasil abrangendo recursos direcionados do FNE	10.095.100	6.090.072	60,33
2025	015V	Incremento do volume de operações de financiamento à exportação (BNB)	791.000	460.880	58,27
2025	160	Concessão de financiamento em 1º piso buscando atender diretamente os micronegócios, assessorando também os microempreendedores populares (BNB)	13.200.000	6.453.192	48,89

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

No PPA, o Banco do Nordeste contribuiu, até junho de 2025, para o alcance dos objetivos e das metas anuais estabelecidas por meio de Iniciativas, com financiamentos vinculados, e Ações do Orçamento de Investimentos das Estatais, conforme valores realizados apresentados na **Tabela 4**.

2.4. Política de Desenvolvimento Territorial

O Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter) consolida-se como um dos principais instrumentos de execução da Política de Desenvolvimento Territorial do Banco do Nordeste. Por meio de ações estruturadas e articuladas com os diversos atores locais, o programa tem promovido impactos significativos nos territórios de atuação da instituição, fortalecendo cadeias produtivas e ampliando oportunidades econômicas.

Neste contexto, destacam-se os principais indicadores do Prodeter, que evidenciam sua relevância como vetor de transformação socioeconômica nas regiões atendidas. A iniciativa contribui para o fortalecimento da governança local, o aumento da produtividade e a geração de renda, alinhando-se aos objetivos estratégicos do Banco.

Complementando essa atuação, o Banco também desenvolve o FNE Itinerante, uma ação que leva orientação e acesso ao crédito diretamente às comunidades, ampliando o alcance das políticas públicas e promovendo a inclusão produtiva em áreas de menor acesso aos serviços financeiros.

Outro destaque é a parceria com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), executado em conjunto com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Essa colaboração reforça a sinergia entre as iniciativas voltadas ao desenvolvimento territorial, ao conectar a produção da agricultura familiar com políticas de segurança alimentar e nutricional.

Juntas, essas ações demonstram o compromisso do Banco do Nordeste com a promoção do desenvolvimento regional sustentável, por meio de estratégias integradas que valorizam o potencial dos territórios e fortalecem a economia local.

2.4.1 Programa de Desenvolvimento Territorial – Prodeter

O Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter) é o instrumento estratégico para a implementação da política de desenvolvimento territorial do Banco do Nordeste. Esta iniciativa visa impulsionar o crescimento sustentável nas regiões atendidas, por meio da organização, fortalecimento e aumento da competitividade e da cooperação nas atividades econômicas locais. Os objetivos específicos do Prodeter são:

- Fortalecer as cadeias produtivas das atividades econômicas.
- Incorporar estratégias inovativas, tecnológicas e associativas nas atividades econômicas.
- Potencializar a cooperação e a participação dos agentes institucionais e econômicos nos processos de governança e desenvolvimento territorial.
- Promover a convergência de políticas públicas para o desenvolvimento territorial.
- Promover financiamento integrado e orientado das atividades econômicas.

Principais resultados do Prodeter

No primeiro semestre de 2025, o Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter) registrou 208 Planos de Ação Territorial (PATs) ativos, distribuídos em 108 territórios da área de atuação do Banco do Nordeste. Cerca de 6% desses planos estão localizados em comunidades quilombolas ou entre povos originários, reforçando o compromisso do Programa com a inclusão social e a valorização da diversidade.

Do total de planos e territórios do Prodeter, 63 territórios e 79 Planos de Ação Territorial estão atualmente em execução, e por isso integraram o Programa de Ação dos Territórios. Os demais planos estavam nas fases iniciais de elaboração.

No primeiro semestre de 2025, o Prodeter atingiu o montante de 5.118 clientes atendidos, dos quais 25% são mulheres. Até maio, cerca de 71,5% dos participantes mantiveram operações de crédito ativas com o Banco do Nordeste, evidenciando a articulação entre planejamento territorial e acesso aos financiamentos.

A atuação do Programa abrangeu 108 territórios, alcançando 1.414 municípios — o equivalente a 68% da área de abrangência do Banco. Desses, 671 municípios participam diretamente dos PATs, representando 32% do total.

Esses 108 territórios abrangidos pelo Prodeter apresentaram resultados em termos de estruturação de cadeias produtivas das atividades econômicas priorizadas, com avanços positivos na solução dos seus gargalos, minimizando os riscos de inadimplência dos financiamentos concedidos.

Financiamentos Contratados

Desde o início de sua operação, em 2016, o Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter) já destinou cerca de R\$ 9 bilhões ao fortalecimento de cadeias produtivas locais. Somente no primeiro semestre de 2025, as atividades econômicas priorizadas pelo programa, no âmbito dos Territórios participantes do Programa de Ação, receberam aproximadamente R\$ 944,7 milhões em financiamentos.

Difusão tecnológica

A difusão de tecnologias desempenha papel estratégico no desenvolvimento territorial, ao promover a disseminação de inovações e práticas modernas entre produtores, empreendedores e demais agentes locais. Essa dinâmica contribui para a geração de valor, ampliação de oportunidades de emprego e fortalecimento da autonomia dos territórios.

Ao incentivar e mensurar a adoção de soluções tecnológicas adequadas, o Prodeter busca impulsionar melhorias significativas nos indicadores econômicos e sociais das regiões atendidas. No primeiro semestre de 2025, foram realizadas 849 ações voltadas à difusão de tecnologias e inovação, com a participação expressiva de 45.344 pessoas.

Associativismo

O Associativismo é uma forma de organização que tem como finalidade conseguir benefícios comuns para seus associados por meio de ações coletivas. (Embrapa). Apresenta como objetivo integrar esforços e ações dos associados em benefício da melhoria do processo produtivo e da própria comunidade a qual pertencem. No primeiro semestre de 2025 foram realizados 234 ações de associativismo que contaram com 6.176 participantes.

Impactos Econômicos e Sociais nos Territórios

O Prodeter concluiu a execução de 21 Planos de Ação Territorial, gerando impactos significativos nos territórios beneficiados. Essas iniciativas têm impulsionado o desenvolvimento sustentável e inclusivo fortalecendo atividades econômicas locais e promovendo a integração dos atores envolvidos. Através da estruturação de cadeias produtivas e da integração entre agentes locais o programa tem impulsionado a competitividade e a cooperação nas atividades econômicas. Isso resultou em um aumento substancial de investimentos na área de atuação do Banco do Nordeste, gerando emprego e renda, além de modernizar práticas e tecnologias adotadas.

Além dos benefícios econômicos, o Prodeter tem contribuído para a inclusão social e produtiva, melhorando as condições de vida da população nas áreas atendidas. A redução das desigualdades intra e inter-regionais é outro impacto importante, promovendo uma distribuição mais equitativa dos recursos e oportunidades. O fortalecimento da governança territorial e o aumento do protagonismo das comunidades locais são resultados diretos das ações do programa, que tem incentivado a participação ativa dos agentes institucionais e econômicos nos processos de desenvolvimento.

2.4.2. FNE Itinerante

O FNE Itinerante é um instrumento do Banco do Nordeste que visa levar agentes bancários a localidades de difícil acesso, com o objetivo de divulgar as linhas de crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

O Programa tem o objetivo de facilitar o acesso ao crédito, apoiando empreendedores e produtores locais, promovendo o desenvolvimento econômico e social nas regiões atendidas. No primeiro semestre de 2025, foram realizados 31 eventos, contando com a participação de 1.509 pessoas.

2.4.3 Programa de Aquisição de Alimentos – PAA - Conab

O Programa de Aquisição de Alimentos foi instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696 e regulamentado pelo Decreto 4.772, ambos de dois de julho de 2003, tendo como objetivo incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos

agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos.

O Banco do Nordeste mantém acordo de cooperação com a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab para operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que tem por objeto disciplinar a atuação do Banco na condição de instituição financeira responsável pela abertura e manutenção de contas correntes bloqueadas (vinculadas) e de livre movimentação financeira, visando o pagamento às organizações dos agricultores familiares participantes do PAA, quando das vendas de gêneros alimentícios de primeira necessidade (feijão, arroz, milho, farinha, dentre outros).

Ressalta-se que, esse Programa contribui para alavancar financiamento rurais do Pronaf e Agroamigo, pois muitos produtores buscam esses recursos para viabilizar a produção a ser vendida para a Conab. Além disso, tais recursos transitam pelo Banco contribuindo para o alcance das metas de captação de recursos. No primeiro semestre de 2025, para o PAA-Conab, o Banco do Nordeste operacionalizou um montante de R\$ 78.531.112,24, por intermédio de 1.624 operações de crédito.

2.5. Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento Sustentável

Desde janeiro de 1971, o Banco do Nordeste mantém o Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (Fundeci), que tem fortalecido a base tecnológica da região e resolvido desafios no setor produtivo. Com a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) em 1987, a Instituição demonstrou seu compromisso em apoiar programas de assistência técnica, crédito e desenvolvimento social, beneficiando significativamente as populações mais vulneráveis.

Cabe destacar que em 2024, buscando ampliar os efeitos das políticas de desenvolvimento sustentável, o Banco do Nordeste lançou o Fundo Social, Ambiental e Climático, também conhecido como Fundo Sustentabilidade Banco do Nordeste, que permite destinar até 2% do lucro líquido anual para projetos sociais, ambientais e climáticos, financiando iniciativas que incluem sequestro de carbono, recuperação de áreas degradadas, economia circular, geração de energia limpa e assistência às comunidades vulneráveis.

Os objetivos do fundo estão concentrados em 17 áreas prioritárias, com ênfase em:

- Redução de emissões de gases estufa e adaptação às mudanças climáticas.
- Recuperação ambiental por meio do reflorestamento e agroflorestas.
- Criação de empregos e renda sem impacto ambiental negativo, favorecendo comunidades vulneráveis, indígenas, quilombolas e grupos minoritários.
- Projetos de economia circular e integração de cadeias produtivas locais.
- Assistência emergencial às populações vulneráveis, especialmente em face da ocorrência de desastres climáticos e/ou pandemias.

As diretrizes operacionais foram divulgadas em novembro de 2024, com implementação prevista para começar em 2025, reafirmando o compromisso do Banco do Nordeste em liderar iniciativas de sustentabilidade e desenvolvimento inclusivo na região.

Os fundos Fundeci e FDR acumulam décadas de experiência no apoio à adaptação de produtos, serviços e processos, difusão de tecnologias e inovação no setor produtivo. No primeiro semestre de 2025, foram formalizados 17 convênios, com recursos não

reembolsáveis destinados aos projetos selecionados em editais de 2022/2023 e demandas de admissibilidade analisadas em 2024. Os 17 convênios totalizaram R\$ 12,5 milhões. Dentre os 22 projetos em análise até dezembro de 2024, 17 projetos tiveram seu trâmite concluído, resultando na formalização de 17 instrumentos e cinco propostas foram desclassificadas por questões cadastrais ou técnicas.

Alem disso, o Banco aprovou por meio da PAA 2025/1771-014-01, de 16/06/2025, a publicação do Edital Fundo Sustentabilidade 01/2025 – Recuperação Ambiental e Uso Sustentável do Bioma Caatinga, no valor de R\$ 15,0 milhões, com o objetivo de fomentar ações voltadas ao desenvolvimento socioambiental do bioma Caatinga, com vistas à sua recuperação, preservação e uso sustentável por meio de apoio financeiro com recursos não reembolsáveis a entidades públicas e privadas sem fins lucrativos que apresentassem projetos a serem executados dentro do bioma, exclusivamente no semiárido brasileiro e dedicados, cumulativamente à recuperação ambiental da caatinga e ao uso sustentável do bioma.

No âmbito social, anualmente, o Banco destina parte de seu imposto de renda devido a entidades públicas e entidades privadas sem fins lucrativos, na forma de apoio financeiro com recursos não reembolsáveis, com base nas leis de incentivos fiscais que estabelecem como limite a destinação de até 2% do imposto de renda devido no âmbito da Lei de Incentivo ao Esporte (Esporte) e de até 1% do imposto de renda devido no âmbito do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), do Fundo dos Direitos do Idoso (Idoso), do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas-PCD).

No primeiro semestre de 2025, após regulamentação da Lei de Incentivo à Reciclagem (Lei nº 14.260/2021) pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima (MMA), foi agregado mais um programa social com amparo em recursos de incentivos fiscais.

O novo programa (Favorecicle) é um mecanismo de Incentivo à Indústria e à Cadeia Produtiva da Reciclagem, cujas atividades são relacionadas à reciclagem de resíduos sólidos, como coleta seletiva, tratamento, reutilização, reciclagem, capacitação, infraestrutura física, dentre outras atividades.

O limite de destinação de recursos para esse programa é de até 1% do imposto de renda devido, sendo esse limite compartilhado com os recursos destinados ao apoio de projetos esportivos. Portanto, a soma de recursos aportados em projetos esportivos e projetos de reciclagem não podem ultrapassar o percentual máximo de 2% (dois por cento) do imposto de renda devido.

A chamada pública para recepção das propostas de projetos neste ano de 2025 será publicada até o final do mês de agosto de 2025, compondo cinco Editais Sociais, quais sejam, Fundo da Infância e Adolescência (FIA), Fundo dos Direitos do Idoso, Lei de Incentivo ao Esporte, Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) juntamente com o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas-PCD), e Lei de Incentivo à Reciclagem (Favorecicle), com previsão de divulgação do resultado do certame no início do mês de dezembro e desembolso dos recursos até 30/12/2025.

2.6. Apoio à Cultura

No primeiro semestre de 2025, juntando a realização das atividades culturais com o patrocínio cultural, o Banco investiu em cultura R\$ 14.286.032,96, com a promoção de acesso aos bens culturais e à valorização da produção artística nos 11 (onze) estados de sua área de atuação. Essa iniciativa se concretiza por meio das atividades gratuitas oferecidas nos centros culturais

e em espaços parceiros, além da gestão de acervos artísticos e documentais que registram a história da Instituição.

Paralelamente, o setor cultural nordestino é estimulado com a disponibilização de crédito aos agentes produtivos, contribuindo diretamente para o desenvolvimento econômico da região. A estratégia "Banco do Nordeste Cultural" coordena e impulsiona diversas atividades culturais, promovendo intercâmbio com outras regiões do Brasil e, eventualmente, com o exterior.

Alinhada aos princípios ASG (Ambiental, Social e Governança), a iniciativa reforça o compromisso social do banco, garantindo acesso às programações culturais diversificadas. Os resultados do primeiro semestre de 2025 refletem o sucesso da estratégia adotada: as redes sociais do programa alcançaram mais de 341 mil pessoas, com a divulgação de 983 postagens apresentando um aumento de 185% no número de seguidores em comparação ao semestre anterior.

Diversas atividades foram realizadas em toda a sua área de atuação, por meio de parcerias, tanto nos locais sem centros culturais próprios, quanto no próprio Banco do Nordeste Cultural Gabriel Azevedo, localizado no Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas, direcionadas aos funcionários e colaboradores, em geral.

Equipamentos

Figura 4 - Fachada dos centros culturais de Fortaleza, Sousa, Juazeiro do Norte e Mossoró



Os 4 (quatro) Centros Culturais do Banco do Nordeste – 02 (dois) localizados no Ceará (Fortaleza e Cariri), 01 (um) em Sousa (Paraíba) e outro em Mossoró (Rio Grande do Norte) – tiveram um semestre de intensas atividades, em 2025. Ao todo, foram realizadas 1.624 atividades, alcançando um público superior a 82 mil pessoas. A atuação dos centros culturais, no entanto, transcendeu suas sedes físicas. No primeiro semestre de 2025, a programação cultural expandiu-se para 61 municípios, demonstrando um alcance significativo. Do total de 1.624 atividades realizadas, 932 ocorreram dentro dos próprios centros culturais, enquanto 511 foram levadas aos espaços públicos e de parceiros nos municípios de atuação desses centros. Adicionalmente, 181 atividades foram realizadas em 41 municípios fora da área de abrangência direta dos centros.

No primeiro semestre de 2025, a rede de bibliotecas do Banco do Nordeste registrou um significativo aumento de acesso ao público. Três bibliotecas, abertas à comunidade, emprestaram 6,3 mil itens a 5 mil usuários cadastrados. Essa movimentação demonstra a importância desses espaços como centros de conhecimento e fomento à leitura na região.

Circuito Banco do Nordeste Cultural

O Circuito Banco do Nordeste Cultural expande o acesso à cultura para regiões sem centros culturais próprios. Com ações inovadoras em Minas Gerais, Espírito Santo e Sergipe, o circuito integra-se às potencialidades locais, promovendo a ocupação de equipamentos culturais e transformando municípios como Diamantina, São Mateus e Grande Aracaju. Em Diamantina (MG), iniciado em março de 2023, o circuito realizou, no primeiro semestre de 2025, mais de 60 atividades, atingindo mais de 3 mil pessoas de diversos perfis socioculturais, incluindo crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas neurodivergentes, comunidades rurais, quilombolas e LGBTQIAPN+. As parcerias com órgãos públicos, ONGs e universidades reforçam a imagem do Banco como um amplo fomentador da cultura, demonstrando um profundo entendimento do desenvolvimento regional.

Iniciado em maio de 2024, o Circuito Sergipe, em parceria com o Programa de Desenvolvimento Territorial, realizou 52 atividades em três cidades da Grande Aracaju, alcançando mais de 10 mil pessoas. Em São Mateus (ES), as ações concentram-se no setor turístico, integrando cultura e revitalização urbana, principalmente no antigo bairro do Porto.

Figura 5 - Imagens de atividades desenvolvidas em Diamantina-MG e em Aracaju-SE



Nordeste Expandido

Figura 6 - Exposições e seminários em Recife, Fortaleza, natal e São Luís



O Programa Nordeste Expandido se iniciou como um projeto de aquisição de obras de arte para enriquecer seu acervo. Priorizando a diversidade e representatividade regional, o programa promoveu a aquisição de obras por meio de curadoria local em cada estado da área de atuação do Banco, buscando equilibrar a quantidade de peças e a diversidade social entre os artistas representados.

O resultado desse processo culminou na exposição itinerante "Nordeste Expandido: estratégias de (re)existir". A mostra, composta por 216 obras de 107 artistas, inicialmente exibida na Galeria Janete Costa (Recife), percorreu o Centro Cultural Banco do Nordeste em Fortaleza, a Pinacoteca do Estado do Rio Grande do Norte (Natal), o Convento das Mercês (São Luís) e o Sesc Cajuína (Teresina). As obras adquiridas foram selecionadas a partir das

exposições comemorativas aos 70 anos do Banco do Nordeste, realizadas nas cidades-sedes das superintendências estaduais.

3. NEGÓCIOS

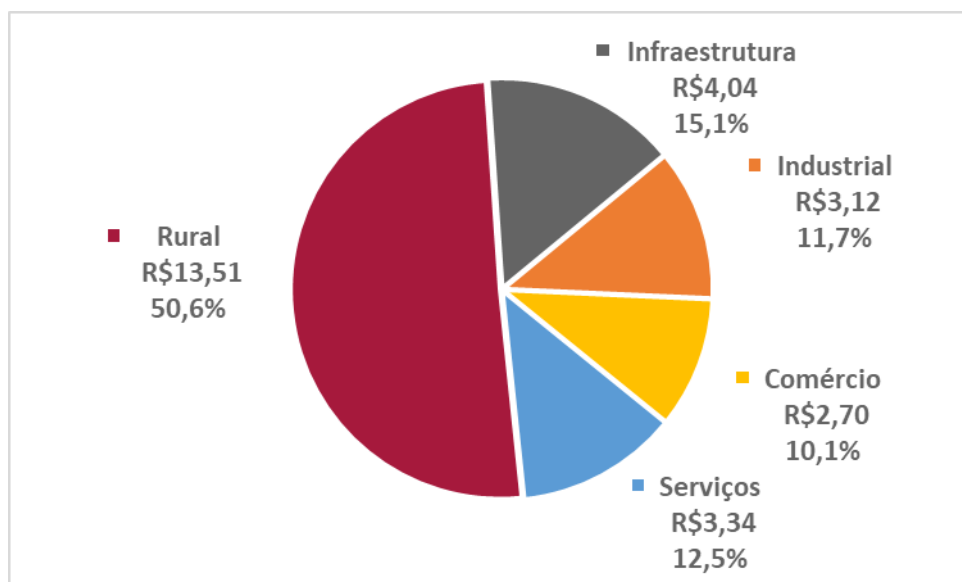
3.1. Contratações de Operações de Crédito

O Banco do Nordeste contratou, no 1º semestre de 2025, um total de 2,4 milhões de operações de crédito que somaram R\$ 34,76 bilhões (acréscimos de 6,2% na quantidade de operações e de 19,2% no valor contratado, ambos em relação ao mesmo período de 2024).

Os financiamentos de longo prazo, que englobam investimentos rurais, industriais, agroindustriais, infraestrutura, comércio e serviços, foram responsáveis por 76,8% dos recursos contratados, somando R\$ 26,71 bilhões – aumento de 17,6% em relação ao 1º semestre de 2024.

O setor Rural foi o que apresentou maior participação no volume contratado de longo prazo, com 50,6% (R\$ 13,51 bilhões), seguido da infraestrutura, que obteve 15,1% dos recursos (R\$ 4,04 bilhões), conforme Figura 7, a seguir:

Figura 7 - Contratações dos Financiamentos de Longo Prazo no 1º semestre de 2025 por Setor Econômico (R\$ bilhões)



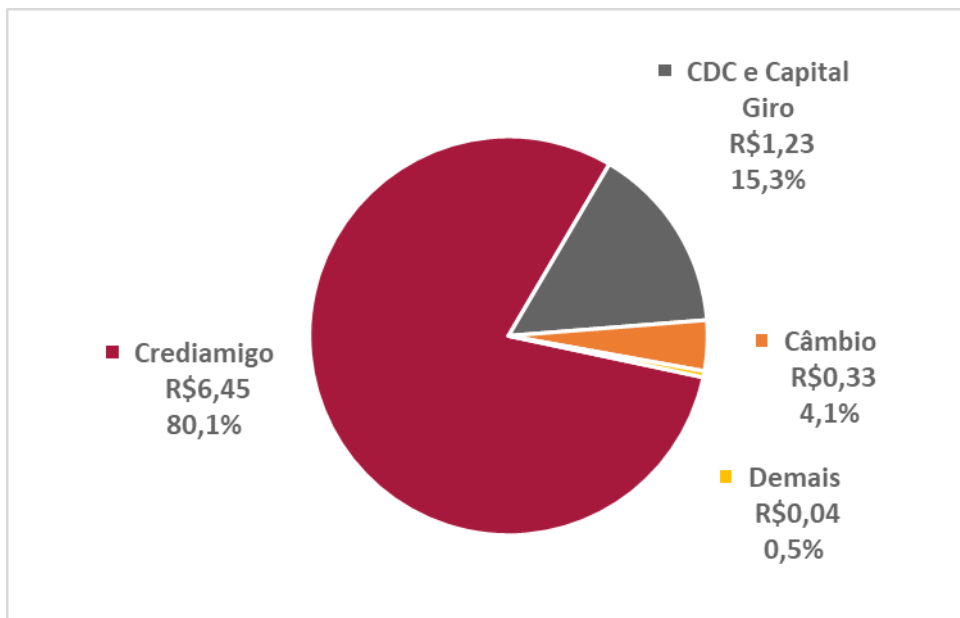
Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

Já os empréstimos de curto prazo, destinados ao Microcrédito Urbano (Crediamigo), Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Capital de Giro, Cartão de Crédito, Conta Garantida, Câmbio e Desconto, atingiram o valor de R\$ 8,05 bilhões (aumento de 24,9% em relação ao primeiro semestre de 2024) e representaram 23,2% do valor contratado no primeiro semestre de 2025.

Dentre as contratações de curto prazo, destaca-se o programa do Crediamigo, que abrangeu 80,1% desse volume, alcançando montante de R\$ 6,45 bilhões.

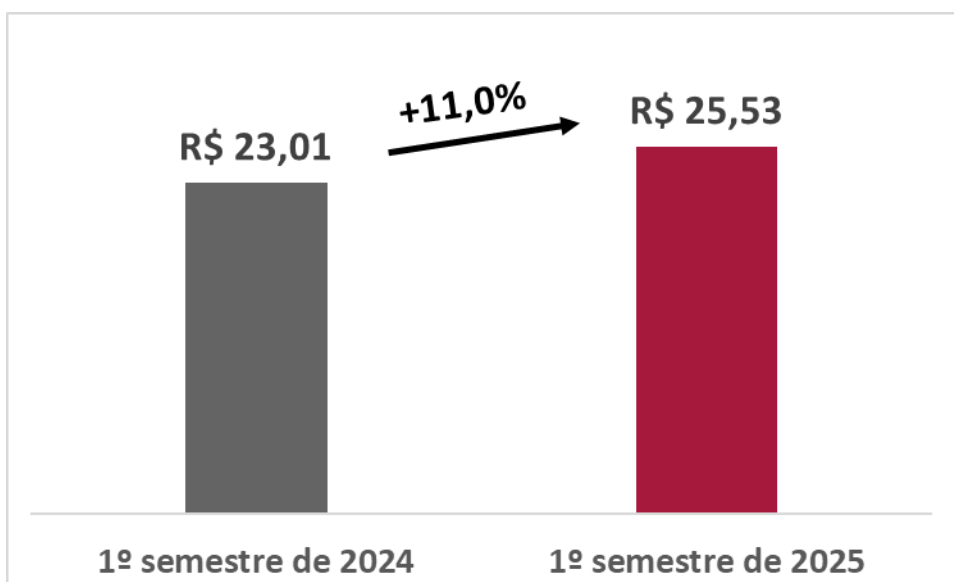
No que concerne às contratações de operações com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), foram contratados R\$ 25,53 bilhões, representando um incremento de 11,0%.

Figura 8 - Contratações de Empréstimos de Curto Prazo no 1º semestre de 2025 por Produto/Programa (R\$ bilhões)



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

Figura 9- Contratações do FNE (R\$ bilhões)



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

3.2. Desempenho por Segmento

Agricultura Familiar

O Segmento Agricultura Familiar é composto de três programas voltados ao atendimento dos agricultores familiares na área de atuação do Banco, descritos a seguir:

Pronaf (exceto Agroamigo)

O Banco do Nordeste reforça seu comprometimento com o desenvolvimento rural ao intensificar sua atuação no **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar** (Pronaf). Esse programa, essencial para a promoção da sustentabilidade no campo, exclui os clientes do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) do Agroamigo, destacando-se pela oferta de crédito específico para agricultores familiares.

Fiel à sua missão institucional, a participação do Banco do Nordeste no Pronaf é um pilar para o progresso econômico da região, alinhando-se às diretrizes do Governo Federal. O apoio à Agricultura Familiar não apenas implementa políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável, mas também melhora a qualidade de vida dos agricultores, garante a sustentabilidade dos negócios rurais, incentiva a permanência dos jovens no campo e aumenta a produção de alimentos saudáveis.

O Pronaf, criado pelo Governo Federal, visa promover o desenvolvimento sustentável, estimulando a capacidade produtiva, a geração de empregos e o aumento da renda dos agricultores. Suas linhas de crédito servem tanto a atividades agrícolas quanto não-agrícolas, abrangendo estabelecimentos rurais e aglomerados próximos a centros urbanos.

O Banco do Nordeste se destaca como principal agente financeiro do Pronaf, administrando uma robusta carteira de R\$ 7,55 bilhões, resultante de 366.674 operações ativas com 260.162 clientes ativos, conforme apresentado na **Tabela 5**.

Tabela 5 – Número de Clientes Ativos

Ano	2021	2022	2023	2024	1º Semestre 2025
Agricultura Familiar (exceto Agroamigo)	410.386	394.928	351.364	224.791	260.162

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

No primeiro semestre de 2025, observou-se um aumento no número de clientes ativos da carteira Pronaf (exceto Agroamigo) do Banco do Nordeste, revertendo a tendência de queda registrada nos primeiros semestres dos três anos anteriores.

Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

O Banco do Nordeste também se destaca como agente financeiro do **Programa Nacional de Crédito Fundiário** (PNCF), iniciativa complementar à reforma agrária, que facilita o acesso à terra e, além disso, viabiliza o acesso às linhas de financiamento para a estruturação da propriedade e do projeto produtivo. O Programa contempla a contratação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que é vital para promover oportunidades, autonomia e fortalecimento da agricultura familiar.

Os beneficiários do PNCF têm acesso ao Pronaf Grupo “A”, que oferece recursos destinados à estruturação produtiva dos imóveis adquiridos, proporcionando um suporte adicional ao desenvolvimento das atividades produtivas.

As ações promovidas pelo PNCf têm impacto direto na melhoria da qualidade de vida de agricultores e agricultoras familiares, por meio da geração de renda, da redução da pobreza, da segurança alimentar e da mitigação do problema da sucessão no campo, representando um avanço significativo para o desenvolvimento rural e social.

O PNCf é composto por quatro linhas de financiamento: **PNCf Social, PNCf Jovem, PNCf Mais e PNCf Empreendedor** que visam atender a públicos distintos. No primeiro semestre de 2025 as 4 linhas de financiamento totalizaram um montante de R\$ 95,5 milhões, beneficiando um total de 460 famílias.

O PNCf contempla, ainda, o Subprojeto de Investimentos Comunitários (SIC) que disponibiliza recursos não reembolsáveis, provenientes do Subprograma de Combate à Pobreza Rural, para famílias organizadas em associações compostas por no máximo 30 famílias, contempladas com o financiamento para aquisição de terra por meio do PNCf Social.

Na **Tabela 6**, verifica-se um aumento expressivo no número de beneficiários do **PNCf** atendidos pelo Banco no primeiro semestre de 2025, em comparação com os períodos anteriores. Esse crescimento pode ser atribuído, em grande parte, à adoção de uma nova estrutura organizacional centralizada na Direção Geral da Instituição, implementada com o propósito de agilizar e tornar mais eficiente o trâmite das demandas recebidas.

Tabela 6 – Clientes Ativos no PNCf

SEGMENTO	NÚMERO DE CLIENTES				
	2021	2022	2023	2024	1º Semestre 2025
PNCf	336	264	136	140	460

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

Tabela 7 – Histórico de Valores Contratados Pronaf (exceto Agroamigo)

ANO	Nº de Clientes Contratados	PRONAF (exceto Agroamigo)	
		Valor Contratado (Em R\$ Milhões)	Percentual de Crescimento em Relação ao Ano Anterior
2021	7.158	R\$ 277,0	109%
2022	11.218	R\$ 533,7	92,67%
2023	9.483	R\$ 556,3	4,23%
2024	10.260	R\$ 594,8	6,92%
2025	8.792	R\$ 675,4	13,55%

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

Na **Tabela 7**, vê-se a série histórica dos valores contratados no âmbito do Pronaf (exceto Agroamigo) demonstrando uma trajetória de crescimento consistente, com destaque para o ano de 2025, quando o volume contratado ultrapassou a marca de R\$ 600 milhões.

Nos anos subsequentes, a tendência de expansão foi mantida, impulsionada principalmente por melhores condições de financiamento apresentadas no Plano Safra. No primeiro semestre de 2025, as contratações atingiram R\$ 675,4 milhões, representando um crescimento de 13,55% em relação ao mesmo período do ano anterior. Resultado que evidencia a eficácia das estratégias adotadas pelo Banco do Nordeste.

Tabela 8 – Histórico de Valores Contratados PNCF E Prodaf/Fedaf

Semestre	PNCF		PRODAF/FEDAF	
	Valor contratado (em R\$ milhões)	Percentual de crescimento em relação ao ano anterior	Valor contratado (em R\$ milhões)	Percentual de crescimento em relação ao ano anterior
2021.1	R\$ 29,0	215%	R\$ 1,2	150%
2022.1	R\$ 21,8	-24,77%	R\$ 4,8	300,93%
2023.1	R\$ 18,4	-15,47%	R\$ 3,3	-31,89%
2024.1	R\$ 18,1	-1,66%	R\$ 3,8	15,35%
2025.1	R\$ 95,5	425,61%	R\$ 0,3	-92,18%

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

No que tange às contratações do **PNCF**, observa-se uma mudança significativa de cenário. Após um período de retração nos primeiros semestres de 2022 a 2024, o programa apresentou um crescimento expressivo de 425,61%, alcançando o montante de R\$ 95,5 milhões no primeiro semestre de 2025. Esse desempenho reflete a efetividade das ações adotadas pelo BNB e a articulação institucional.

Por outro lado, os resultados do **Prodaf** apontam para uma tendência de retração. No primeiro semestre de 2025, o volume contratado foi de apenas R\$ 0,3 milhão, representando uma queda significativa em comparação aos períodos anteriores. Esse desempenho está associado a fatores não vinculados à atuação do Banco.

Tabela 9 – Contratações Pronaf por Setor Econômico

Setor	Quantidade de Operações	Valor Contratado (R\$ Milhões)	% Valor da Contratação	Valor Desembolsado (R\$ Milhões)
Agrícola	3.235	R\$ 334,0	49,5%	R\$277,1
Agroindústria	6	R\$ 0,6	0,1%	R\$ 0,6
Pecuária	5.551	R\$ 340,6	50,4%	R\$304,3

Setor	Quantidade de Operações	Valor Contratado (R\$ Milhões)	% Valor da Contratação	Valor Desembolsado (R\$ Milhões)
Total	8.792	R\$ 675,4	100%	R\$ 582,0

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

No primeiro semestre de 2025, mais de 50% dos recursos contratados pelo Pronaf — com exceção do programa Agroamigo — foram destinados à pecuária, atividade que se destaca como uma das principais vocações econômicas do Nordeste. A expressiva participação do setor evidencia a importância da criação de animais para a segurança alimentar e para a geração de renda das famílias rurais da região.

A segunda maior destinação de recursos do Pronaf no primeiro semestre de 2025 foi para o setor agrícola, que contempla uma ampla variedade de atividades produtivas, como o cultivo de grãos, hortaliças, frutas e outras culturas típicas da agricultura familiar.

Tabela 10 - Contratações Pronaf por Programa de Crédito

Programa	Valor das Contratações (R\$ Milhões)	% Valor da Contratação	Quantidade de Contratações	Desembolsado (R\$ Milhões)
PRONAF A - RES.5.183/24	R\$ 18,2	2,7%	401	R\$ 254,7
PRONAF FLORESTA	R\$ 14,5	2,1%	169	R\$ 181,9
PRONAF GRUPO "A"	R\$ 94,7	14,0%	1.879	R\$ 69,3
PRONAF GRUPO A/C	R\$ 1,2	0,2%	70	R\$ 27,1
PRONAF MULHER	R\$ 29,1	4,3%	444	R\$ 23,5
PRONAF SEMI-ARIDO	R\$ 29,7	4,4%	798	R\$ 4,7
PRONAF-AGRINF	R\$ 0,03	0,0%	1	R\$ 11,5
PRONAF-AGROECOLOGIA	R\$ 0,5	0,1%	6	R\$ 6,6
PRONAF-AGROINDUSTRIA	R\$ 0,6	0,1%	5	R\$ 1,2
PRONAF-COMUM	R\$ 296,7	44,0%	2.722	R\$ 0,56
PRONAF-ECO	R\$ 8,1	1,2%	123	R\$ 0,50
PRONAF-MAIS ALIMENTOS	R\$ 181,6	26,9%	2.174	R\$ 0,34
Total	R\$ 675,4	100,0%	8.792	R\$ 581,9

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

No primeiro semestre de 2025, as contratações do Pronaf (exceto Agroamigo), distribuídas pelas diferentes linhas de crédito, revelam uma predominância do **Pronaf Comum**, programa, voltado para operações de custeio, concentrou 44% do valor total contratado no período, proporcionando recursos suficientes para o giro das atividades econômicas, deste segmento.

Em segundo lugar, destaca-se o **Pronaf Mais Alimentos**, responsável por 26,9% das contratações. Esse programa tem como foco principal o financiamento de investimentos em infraestrutura e modernização das propriedades rurais, contribuindo para o aumento da produtividade e da sustentabilidade das atividades agrícolas. Na terceira posição aparece o **Pronaf Grupo A**, com 14% do total contratado, voltado para os agricultores assentados da reforma agrária e para os beneficiários de programas de crédito fundiário, indígenas e quilombolas, oferecendo condições diferenciadas para a consolidação de suas atividades produtivas.

Tabela 11 - Contratações PNCF/PRODAF por Programa de Crédito

Programa	Valor das Contratações (EM R\$ MILHÕES)	Quantidade de Contratações
PNCF JOVEM	R\$ 3,2	14
PNCF MAIS	R\$ 1,2	5
PNCF SOCIAL	R\$ 91,1	441
PRODAF	R\$ 0,3	3
Total	R\$ 95,8	463

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

A distribuição das contratações do **PNCF** no primeiro semestre de 2025 por linha de financiamento revela que o **PNCF Social** se destacou tanto em número de operações quanto no volume de recursos aplicados. Essa linha de financiamento é voltada para beneficiários inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, seja como beneficiário direto ou como membro de família cadastrada, com renda bruta anual de até R\$ 29.117,93 e patrimônio de até R\$ 70.000,00.

Tabela 12 - Resultados e Impactos do Segmento

Categoria	Pronaf (Exceto Agroamigo)		
	2024 1º Semestre	2025 1º Semestre	Variação (%)
Valor de Operações contratadas	R\$ 594,8	R\$ 675,4	13%
Quantidade de Operações contratadas	10.352	8.792	-15%
Média de Operações por dia (122 - Dias úteis)	85	72	-15%
Valor da Carteira Ativa (R\$ Milhões)	R\$ 5.860,00	R\$ 7.550	29%
Total de Clientes com operações ativas	224.791	260.162	15%
Percentual de contratos com mulheres	59%	42%	-29%
Desembolsos com recursos do FNE (R\$ Milhões)	R\$ 519,7	R\$ 581,9	12%
Clientes novos atendidos	8.145	7.824	-3%

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

No primeiro semestre de 2025, houve uma redução nos indicadores de desempenho do Pronaf em comparação com o mesmo período de 2024. Os dados apontam queda na quantidade de operações contratadas, na média de operações realizadas por dia útil e no número de novos clientes atendidos.

Apesar desse cenário de desaceleração em alguns indicadores operacionais, os resultados financeiros foram positivos como o “valor das operações contratadas”, crescimento no “total de clientes com operações ativas” e nos “desembolsos com recursos do FNE”.

Quanto ao percentual negativo de contratos com mulheres, é importante considerar que muitas operações contratadas com o público feminino são realizadas por meio de linhas de financiamento que não são específicas para esse segmento. Isso pode gerar uma sub-representação nos dados segmentados por gênero, sem necessariamente refletir uma menor participação efetiva das mulheres no acesso ao crédito.

Tabela 13 - Resultados e Impactos do Segmento

Categoria	PNCF			PRODAF/FEDAF		
	2024 1º Semestre	2025 1º Semestre	Variação (%)	2024 1º Semestre	2025 1º Semestre	Variação (%)
Valor de Operações contratadas (R\$ Milhões)	R\$ 18,1	R\$ 95,5	427%	R\$ 3,9	R\$ 0,3	-92%
Quantidade de Operações contratadas	140	460	229%	109	3	-97%
Média de Operações por dia (122 - Dias úteis)	1	4	300%	1	0,1	-90%
Valor da Carteira Ativa (R\$ Milhões)	R\$ 472,0	R\$ 446,5	-5%	R\$ 24,0	R\$ 20,2	-15,8%
Total de Clientes com operações ativas	8.559	8.521	-0,4%	1.771	1.465	-17%
Percentual de contratos com mulheres	36%	46%	28%	50%	0%	-100%
Desembolsos com recursos do FNE (R\$ Milhões)	R\$ 16,1	R\$ 41,5	149%	R\$ 3,9	R\$ 0,3	-92%
Clientes novos atendidos	140	460	229%	109	3	-97%

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

No primeiro semestre de 2025, todos os indicadores do **PNCF** apresentaram melhora em relação ao mesmo período de 2024. Esse desempenho positivo reflete avanços significativos na execução do Programa, com destaque para o aumento na contratação de operações, maior agilidade nos processos e aprimoramento na gestão das demandas, o que contribuiu para resultados mais expressivos.

Por outro lado, a *performance* do **Prodaf** no mesmo período ficou aquém do registrado no primeiro semestre de 2024. No entanto, é importante ressaltar que, devido às particularidades da operacionalização desse Programa, os resultados não estão vinculados aos esforços do Banco.

O planejamento anual de 2025 para o segmento Agricultura Familiar contemplou as seguintes ações que foram implementadas ao longo do primeiro semestre:

- Realização do *Fórum de Gestão da Agricultura Familiar* com a participação dos gerentes executivos estaduais, alguns gerentes de relacionamento Pronaf e a equipe do Ambiente de Pronaf e Crédito Fundiário para discutir sobre as ações para atingir as metas anuais;
- Definição de estratégias para estímulo ao financiamento às cooperativas de produção agropecuária, em conformidade com as diretrizes do Governo Federal. Para tanto, foi criado Grupo de Trabalho (GT Cooperativas) que visou identificar pontos críticos no

processo de concessão de crédito, analisar os procedimentos operacionais vigentes, revisar normativos internos e promover o alinhamento entre as áreas envolvidas, com foco na implementação de melhorias no atendimento;

- Apoio aos assentamentos da reforma agrária por meio de contratação do limite extra do Pronaf “A” e “A/C” para os assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que tenham atingido o limite de crédito previsto ou que tenham sido beneficiados pelo Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) contratado no Banco ou em outra instituição financeira.
- Ampliação do atendimento às comunidades indígenas e quilombolas, por meio do financiamento de Pronaf Grupo “A”;
- Implantação de melhorias tecnológicas e em sistemas operacionais:
 - Disponibilização de ferramenta de recálculos automáticos no SIAC;
 - Novo sistema de cadastro para agricultores familiares;
 - Implantação da versão do sistema 3.0 do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), lançado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) que traz melhorias tecnológicas, maior integração com bancos de dados e mais facilidade para emissores e agricultores familiares. A atualização busca tornar o processo de emissão mais ágil e acessível, incluindo assentados da reforma agrária, trazendo inovações importantes para emissores e cadastrados;
- Atualização do modelo de avaliação das carteiras, com disponibilização de curso na plataforma da Universidade Corporativa do Banco e disponibilização de cartilha para dar conhecimento às equipes das novas regras;
- Divulgação da Cartilha de Educação Financeira para clientes do segmento;
- Publicação de estudo sobre os 30 anos do Pronaf;
- Definição de estratégias para renegociação de dívidas de agricultores familiares pelo programa **Desenrola Rural** que constitui uma importante política do Governo Federal voltada ao fortalecimento da agricultura familiar em 2025. Entre as ações realizadas, destaca-se a divulgação e orientação aos agricultores familiares em eventos denominados “Dia D da Regularização de Dívidas”, campanhas em rádios locais e reuniões em comunidades rurais nos diversos estados da área de atuação do Banco;
- Continuidade de campanha direcionada aos gerentes de relacionamento para alcançar 100% dos clientes com número do *WhatsApp* no cadastro;
- Inclusão no plano de ação anual de indicador específico para acompanhamento dos resultados da estratégia: *O Pronaf Cada Vez Melhor*, com no mínimo 30% das contratações realizadas pelas linhas de crédito: Pronaf Agroecologia, Pronaf Floresta, Pronaf Eco, Pronaf Agroindústria, Pronaf Agrinf, Pronaf Mulher e Pronaf Jovem;
- Incentivo ao empreendedorismo feminino por meio do aumento da participação das mulheres nos financiamentos pelo Pronaf;

- Ampliação do relacionamento com os parceiros institucionais (Ematers, Federações e sindicatos, SENAR, UTE, UGE, secretarias estaduais etc) para atendimento aos agricultores familiares;
- Aperfeiçoamento do processo de mentoria de carteiras categorizadas como 1 e 2 estrelas na avaliação do ano anterior, com monitoração contínua das carteiras com desempenho abaixo do requerido para validação.

Os resultados alcançados no primeiro semestre de 2025 refletem o empenho das equipes na implementação das ações estratégicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e à promoção da inclusão produtiva. Esse desempenho positivo é fruto de um trabalho articulado, que alia planejamento, execução qualificada e acompanhamento contínuo das iniciativas.

As iniciativas realizadas no período evidenciam não apenas o esforço para ampliar o volume de contratações com o segmento da Agricultura Familiar, mas também o compromisso contínuo pela qualificação do crédito, assegurando que os recursos cheguem de forma eficaz e gerem impacto positivo nas comunidades atendidas. Isso significa garantir que os recursos financeiros cheguem de forma oportuna, adequada às necessidades dos beneficiários e acompanhados de orientações técnicas que favoreçam o uso eficiente e sustentável dos investimentos.

Além do aumento quantitativo nas operações, destaca-se a busca por maior qualidade nos projetos apoiados, com atenção especial à viabilidade econômica, à sustentabilidade ambiental e à inclusão social. Essa abordagem integrada contribui para fortalecer a capacidade produtiva das famílias agricultoras, estimular a permanência no campo e promover o desenvolvimento das economias locais.

Esses avanços reforçam a missão institucional de promover o desenvolvimento regional com inclusão e sustentabilidade, contribuindo para a construção de um futuro mais próspero e resiliente para a área de atuação do Banco.

Ao apoiar a agricultura familiar de forma estratégica, o Banco contribui para a construção de um futuro mais próspero, justo e resiliente, especialmente nas áreas historicamente marcadas por desigualdades socioeconômicas.

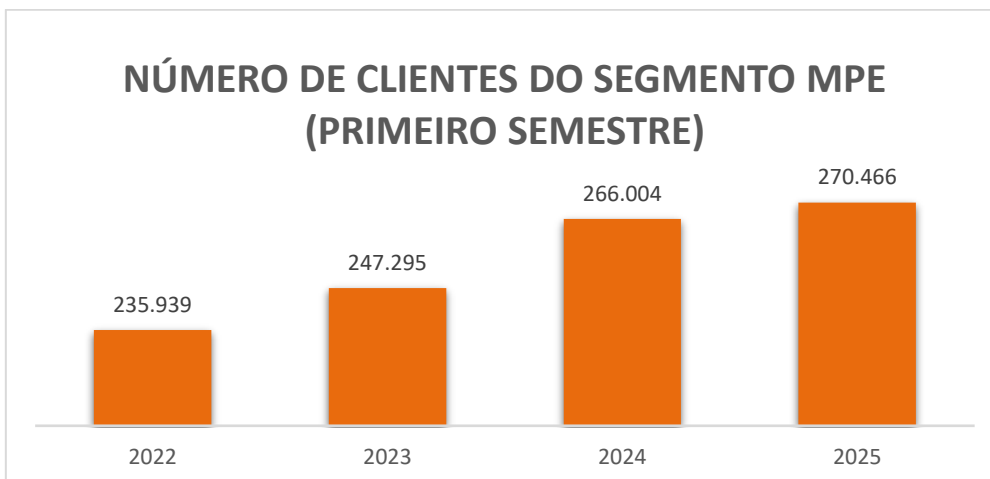
Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MPE)

O segmento de Micro e Pequena Empresa apresentou crescimento médio anual de 5% na quantidade de clientes, representando um aumento gradual e constante de atendimento aos micro e pequenos empreendedores de nossa região de atuação.

Tabela 14 - Número de Clientes com Operações Ativas nos Últimos 4 Anos

ANO	2022	2023	2024	2025
Quantidade de Clientes	235.939	247.295	266.004	270.466

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios



Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

Tabela 15 - Histórico de Valores Contratados

ANO	Valor Contratado (R\$ Milhões)	Percentual de Crescimento em Relação ao Ano Anterior
2021.1	1.691.812	
2022.1	2.270.696	34,2%
2023.1	2.638.637	16,2%
2024.1	2.839.713	7,6%
2025.1	2.929.411	3,1%

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

Tabela 16 - Contratações por Programa de Crédito

FONTE	Quantidade de Operações	Valor Contratado (R\$ mil)	Valor Desembolsado (R\$ mil)
FNE	13.866	2.626.167	2.204.212
RECIN	7.209	303.244	254.520
Total	21.075	2.929.411	2.458.733

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

No primeiro semestre de 2025, dentre todos os setores, o setor de Serviços apresentou o maior valor desembolsado dos recursos de FNE para o segmento de micro e pequena empresa, seguido pelo setor de Comércio e de Indústria.

Tabela 17 - Contratações por Setor Econômico

Setor	Quantidade de Operações Contratadas	Valor Contratado (R\$ mil)	Valor Desembolsado (R\$ mil)
Comércio	11.401	1.084.729	910.468
Serviços	3.906	984.133	825.888
Indústria	5.644	701.916	589.115
Infra Estrutura	26	135.140	113.347
Agroindústria	98	23.490	19.915
Total	21.075	2.929.411	2.458.733

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

O primeiro semestre de 2025 foi desafiador no que tange as contratações com o segmento de micro e pequena empresa, com um mercado mais restritivo em relação ao crédito com maior risco e fatores externos que levam a uma maior cautela dos investimentos. Mesmo com esses fatores, o segmento obteve um crescimento do valor das contratações e também da quantidade de clientes, sendo esperado um avanço ainda maior no decorrer do ano de 2025.

Tabela 18 - Resultados e Impactos do Segmento MPE

Categoria	2024 1º Sem	2025 1º Sem	Variação (%)
Valor de Operações contratadas (R\$ bilhões)	R\$ 2,83	R\$ 2,92	3,18%
Quantidade de Operações contratadas	22.560	21.075	-6,58%
Média de Operações por dia	710	693	-2,39%
Valor da Carteira Ativa (R\$ bilhões)	R\$ 16,80	R\$ 16,40	-2,38%
Total de Clientes com operações ativas	13.493	13.039	-3,36%
Desembolsos recursos do FNE (R\$ bilhões)	R\$ 2,63	R\$ 2,45	-6,58%

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

Durante os primeiros seis meses de 2025, o Banco do Nordeste intensificou sua estratégia para ampliar a concessão de crédito, alinhando-se aos objetivos institucionais de promover o desenvolvimento regional sustentável. Iniciativa marcada por uma série de ações inovadoras e colaborativas.

Uma das principais frentes de atuação foi a utilização do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe), resultado de uma parceria entre o Banco do Nordeste e o Sebrae. Esta colaboração facilitou o acesso ao crédito para micro e pequenas empresas, integrando-se também ao Programa Acredita do Governo Federal. Além disso, foi disponibilizada a garantia FGI PEAC, que otimizou a gestão do risco de crédito comercial, impulsionando significativamente os novos negócios e contratações, especialmente no segmento de microempresas.

O Banco também investiu na otimização dos processos de análise e contratação, com a crescente adoção de ferramentas digitais, padronização de procedimentos e integração com plataformas de cadastro e regularização fundiária. Ações que reduzem os prazos médios e elevam a eficiência operacional.

Adicionalmente, foram desenvolvidas campanhas temáticas de crédito e de receitas, como o Cartão FNE e a Maquininha MPE, dirigidas a segmentos específicos. Essas iniciativas incluíram materiais promocionais, capacitação de equipes de negócios e metas específicas que recompensam o desempenho destacado.

Microempreendedor Rural – Agroamigo

O Agroamigo, criado em 2005, é o Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste que desempenha um papel fundamental no acesso ao crédito produtivo e orientado para milhares de agricultores familiares e opera nas regras do Pronaf. Além disso, o programa oferece acesso a outros produtos de microfinança, como os microsseguros e conta sem tarifa, contribuindo para a inclusão financeira dos agricultores familiares. Sua metodologia é baseada nas premissas do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), na forma da Lei 13.636/2013.

O microcrédito rural oferecido pelo programa Agroamigo contribui para a geração de renda e o fortalecimento das atividades produtivas das famílias no campo. Além disso, desempenha um papel relevante na redução da pobreza e na contenção do êxodo rural. O crédito orientado e acompanhado oferecido pelo programa permite que os agricultores familiares acessem recursos financeiros de forma adequada e direcionada, promovendo a sustentabilidade econômica e social das comunidades rurais.

O microcrédito rural também é importante para impulsionar a economia local. Ao fornecer recursos financeiros para os agricultores familiares, o programa Agroamigo Banco do Nordeste estimula o desenvolvimento de atividades produtivas, ajudando a dinamizar as cadeias produtivas e gerar empregos nas regiões rurais. Isso contribui para o crescimento econômico sustentável e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais.

A atuação do Agroamigo se concentra nos estados do Nordeste brasileiro, além de áreas do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, que compõem a área da Sudene. A proposta é fomentar o desenvolvimento sustentável no meio rural, promovendo inclusão produtiva e social.

O público-alvo do Programa são agricultores familiares de baixa renda, enquadrados no Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). O foco principal recai sobre os produtores do Pronaf B e Pronaf V, que representam a base da agricultura familiar no Nordeste, com renda bruta anual reduzida e acesso limitado ao crédito convencional.

Esses beneficiários desenvolvem atividades agropecuárias e não agropecuárias, sendo fundamentais para a segurança alimentar e o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde atuam.

Entre 2021 e o primeiro semestre de 2025, o programa Agroamigo apresentou um crescimento consistente no número de clientes com operações ativas, passando de 1,4 para 1,73 milhão de beneficiários, um aumento absoluto de mais de 322 mil clientes, o que

representa uma expansão de aproximadamente 22,9% no período. O maior salto ocorreu entre 2021 e 2022, com um acréscimo de mais de 171 mil clientes, refletindo uma forte adesão ao programa. Mesmo com uma leve oscilação em 2023, a tendência de crescimento foi retomada em 2024 e se intensificou no início de 2025, indicando a consolidação do Agroamigo como uma das principais ferramentas de inclusão financeira e produtiva no meio rural nordestino.

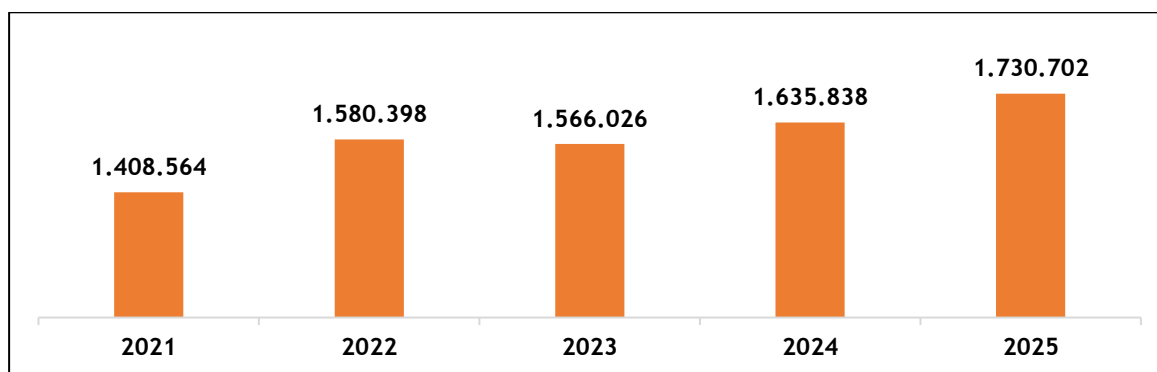
O programa também contempla um número crescente de mulheres agricultoras, que representam 52,01% das contratações, promovendo a inclusão produtiva com recorte de gênero, e tem ampliado sua atuação junto a jovens rurais, incentivando a sucessão familiar no campo.

Tabela 19 - Número de Clientes com Operações Ativas nos Últimos 5 Anos

CLIENTES DO AGROAMIGO					
ANO	2021	2022	2023	2024	2025.1
Clientes com operação ativa no Agroamigo	1.408.564	1.580.398	1.566.026	1.635.838	1.730.702

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios.

Figura 10 - Número de Clientes com Operações Ativas nos Últimos 5 Anos



Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios.

Observa-se uma trajetória de crescimento expressiva no volume de valores contratados pelo programa Agroamigo entre os anos de 2021 e 2024. Em 2021, o valor contratado foi de R\$ 3,4 bilhões, com um crescimento de 16,69% em relação ao ano anterior. Esse ritmo de expansão se manteve em 2022, com um aumento de 12,49%, totalizando R\$ 3,8 bilhões. A partir de 2023, o programa passou por uma aceleração significativa, alcançando R\$ 5,67 bilhões, o que representou um salto de 48,43%. Em 2024, o crescimento foi ainda mais expressivo, com um volume contratado de R\$ 8,6 bilhões, refletindo um aumento de 51,74% em relação ao ano anterior e de 126% em relação ao ano de 2022. Já no primeiro semestre de 2025, o valor contratado foi de R\$ 4,4 bilhões. Esses dados evidenciam a consolidação do Agroamigo como um dos principais instrumentos de fomento à agricultura familiar no Brasil, com forte expansão nos últimos anos, apesar de uma pequena oscilação no início de 2025.

Tabela 20 - Histórico de Valores Contratados.

ANO	VALOR CONTRATADO (R\$ MIL)	PERCENTUAL DE CRESCIMENTO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR
2021	3.395.599	16,69%
2022	3.819.707	12,49%
2023	5.669.522	48,43%
2024	8.603.058	51,74%
2025.1	4.408.759	-3,22% (*)

(*) Percentual em relação a 2024.1

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios.

Desde a criação do Programa, a fonte de recursos do Agroamigo é o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), fundo federal brasileiro criado pela Constituição de 1988 e regulamentado pela Lei nº 7.827/1989.

Tabela 21 – Valores Contratados e Desembolsados por Fonte de Recursos

FONTE	Quantidade de Operações	Valor Contratado (R\$ mil)	Valor Desembolsado (R\$ mil)
FNE	332.743	4.408.759	4.244.214

(*) Informações referente ao período de janeiro a junho de 2025

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios.

No primeiro semestre de 2025, o Programa Agroamigo registrou um total de 332.743 contratações, com valor contratado de aproximadamente R\$ 4,41 bilhões e desembolso efetivo de R\$ 4,24 bilhões. A maior parte dessas operações foi realizada no âmbito do Pronaf Mulher Grupo B Semiárido, Pronaf Mulher (Grupo B) e Pronaf Mulher – FNE que concentrou 168.501 contratos, representando 51,5% do total, com R\$ 2,3 bilhões contratados. Em seguida, destaca-se o Pronaf-B/Plano Safra Semiárido, com 112.158 operações (28,1%) e R\$ 1,24 bilhão em crédito. Outra modalidade com participação relevante é o Pronaf Grupo B – FNE, com 35.721 contratos (8,9%).

As demais linhas de crédito, como Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Comum, Pronaf Jovem e Pronaf Agroecologia, apresentaram participação mais modesta, variando entre 5,5% e menos de 1% do total. Esses dados evidenciam a forte presença de mulheres e agricultores do semiárido entre os beneficiários, além da predominância de operações voltadas ao público do Grupo B, que representa os agricultores familiares de menor renda. O volume expressivo de contratações no período reforça o papel estratégico do Agroamigo na promoção da inclusão produtiva e no fortalecimento da agricultura familiar na sua área de atuação.

Tabela 22 - Contratações por Programa de Crédito

Programa	Quantidade de Operações	Valor Contratado (R\$ mil)	Valor Desembolsado (R\$ mil)	% de Desembolso por Programa
PRONAF MULHER GRUPO B SEMIARID	127.459	1.695.204	1.621.539	38,20%
PRONAF MULHER (GRUPO B)	39.305	526.444	501.031	11,80%
PRONAF MULHER - FNE	1.737	61.281	64.652	1,50%
PRONAF JOVEM GRUPO B/SEMIARIDO	2.895	23.050	15.443	0,40%
PRONAF JOVEM GRUPO B	736	5.811	4.243	0,10%
PRONAF JOVEM - FNE	26	645	209	0,00%
PRONAF-B/PLANO-SAFRA SEMIARIDO	112.158	1.240.463	1.191.026	28,10%
PRONAF GRUPO "B" - FNE	35.721	402.964	378.632	8,90%
PRONAF-MAIS ALIMENTOS (FNE)	4.781	206.445	231.801	5,50%
PRONAF-COMUM (FNE)	5.402	161.014	157.442	3,70%
PRONAF SEMI-ARIDO - FNE	2.061	65.340	58.460	1,40%
PRONAF-ECO (FNE)	296	12.006	11.796	0,30%
PRONAF FLORESTA - FNE	147	7.465	7.167	0,20%
PRONAF GRUP A E V - SECA 23/24	0	0	227	0,00%
PRONAF-AGROINDUSTRIA (FNE)	3	115	208	0,00%
PRONAF-AGROECOLOGIA (FNE)	9	276	170	0,00%
PRONAF-AGRINF (FNE)	7	235	168	0,00%
TOTAL	332.743	4.408.759	4.244.214	100,00%

(*) Informações referente ao período de janeiro a junho de 2025

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios.

Na Tabela 23 - Resultados e Impactos do Agroamigo, a seguir, é possível observar um panorama detalhado do desempenho do programa Agroamigo no primeiro semestre de 2025, comparado ao mesmo período de 2024. Apesar de uma leve retração em alguns indicadores operacionais, o segmento demonstrou avanços significativos em aspectos estruturais e de impacto social.

No primeiro semestre de 2025, foram contratadas 332,7 mil operações, totalizando R\$ 4,40 bilhões, o que representa uma queda de 13,15% na quantidade de operações e de 3,22% no valor contratado em relação ao mesmo período de 2024. A média diária de contratações também caiu de 3.040 para 2.640 operações. Apesar disso, o valor da carteira ativa apresentou um crescimento expressivo de 40,85%, saltando de R\$ 10,9 bilhões para R\$ 15,4 bilhões, o que indica maior retenção e fidelização dos clientes no Programa.

O número de clientes com operações ativas aumentou de 1,6 milhão para 1,73 milhão, um crescimento de 8,12%, enquanto a participação feminina nas contratações também evoluiu, passando de 50,94% para 52,01%. Os desembolsos com recursos do FNE cresceram 2,44%, atingindo R\$ 4,2 bilhões. Um dos destaques mais relevantes foi o aumento de 68,05% no número de novos clientes atendidos da ordem de 98.307 clientes, evidenciando a capacidade do programa de atrair novos beneficiários e ampliar sua base de atuação.

Esses dados revelam que, mesmo diante de uma leve desaceleração no volume de contratações, o Agroamigo segue em expansão qualitativa, com maior alcance, inclusão e

fortalecimento da carteira ativa, consolidando-se como um instrumento estratégico de desenvolvimento rural sustentável, além de refletir o compromisso do Banco do Nordeste em promover a igualdade de gênero e empoderamento feminino.

Tabela 23 - Resultados e Impactos do Agroamigo

Categoria	2024 1º Semestre	2025 1º Semestre	Varição (%)
Valor de Operações Contratadas (R\$ bilhões)	R\$ 4,50	R\$ 4,40	-2,22%
Quantidade de Operações Contratadas (R\$ mil)	383,1	332,7	-13,16%
Média de Operações por Dia	3.040	2.640	-13,16%
Valor da Carteira Ativa (R\$ bilhões)	R\$ 10,90	R\$ 15,40	41,28%
Total de Clientes com Operações Ativas (em milhões)	1,60	1,73	8,12%
Percentual de Contratos com Mulheres	50,94%	52,01%	2,10%
Desembolsos com Recursos do FNE (R\$ bilhões)	R\$ 4,10	R\$ 4,20	2,44%
Clientes Novos Atendidos	58.499	98.307	68,05%

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios.

O microcrédito rural destaca-se pelo crédito orientado e a presença local nas comunidades, oferecendo assistência técnica aos agricultores. Essa orientação maximiza o uso dos recursos e melhora a gestão dos empreendimentos, aumentando o sucesso das atividades.

O programa "Agroamigo" lança múltiplas estratégias para atender agricultores familiares. O "Agroamigo Água" investe em infraestrutura hídrica, combatendo a seca, com mais de R\$ 392 milhões aplicados em 2025. Já o "Agroamigo Sol" incentiva a energia solar, promovendo sustentabilidade, com R\$ 91 milhões investidos.

A inclusão digital é a meta do "Agroamigo Net", que moderniza o campo através de tecnologias digitais, recebendo R\$ 13 milhões. O "Agroamigo Mulher" fortalece a presença feminina no campo, investindo R\$ 2 bilhões para promover a igualdade de gênero.

Para os jovens, o "Agroamigo Jovem" apoia a modernização das práticas agrícolas com R\$ 29 milhões investidos. O "Agroamigo Moderniza" investe R\$ 151 milhões em mecanização rural. Por fim, o "Agroamigo Agroecologia" fomenta práticas sustentáveis, com R\$ 314 milhões dedicados a projetos ecológicos.

Essas iniciativas, além de promoverem a sustentabilidade e eficiência, fortalecem a economia local e garantem o desenvolvimento contínuo das comunidades rurais.

Todas essas estratégias do Agroamigo têm um papel fundamental no fortalecimento da agricultura familiar na região Nordeste, oferecendo linhas de crédito específicas, orientação técnica e acompanhamento para os agricultores(as) familiares. Por meio dessas iniciativas, busca-se promover o desenvolvimento sustentável do setor agrícola, aumentar a produtividade e a renda, além de fomentar a preservação do meio ambiente e a inclusão social de grupos específicos, como as mulheres agricultoras.

Os dados demonstram que o Agroamigo mantém uma trajetória de expansão sólida e consistente, com aumento no número de clientes ativos ano após ano. Isso reflete não apenas a efetividade do programa, mas também a demanda crescente por crédito rural orientado entre pequenos produtores na sua área de atuação.

Além dos aspectos econômicos, o microcrédito rural também desempenha um papel importante na fixação das famílias no campo. Ao oferecer as condições necessárias para o desenvolvimento sustentável das atividades agrícolas, o Programa Agroamigo contribui para a redução do êxodo rural. Isso é fundamental para a preservação do meio rural e a continuidade da produção de alimentos saudáveis para a sociedade, além de fortalecer a identidade e a cultura das comunidades rurais.

O microcrédito rural, por meio do Programa Agroamigo, tem um impacto positivo tanto na economia, no combate à pobreza e na redução do êxodo rural. Ao fornecer acesso ao crédito orientado e acompanhado, o Programa promove ainda a inclusão financeira, o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

Microfinança Urbana – Crediamigo

Fundado em 1998, o Crediamigo é o programa de microcrédito urbano do Banco do Nordeste, atuando como um pilar de inclusão financeira e de desenvolvimento econômico na região Nordeste, além do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Facilitando o acesso ao crédito para milhões de microempreendedores e pequenos negócios, o programa promove avanços econômicos significativos.

Direcionado a microempreendedores individuais e grupos solidários, o Crediamigo utiliza o aval solidário como garantia social, onde os membros atuam como avalistas uns dos outros. Esta estratégia visa reduzir a inadimplência através do compromisso coletivo dos participantes com suas responsabilidades financeiras.

Reconhecido como o maior programa de microcrédito produtivo orientado do Brasil, o Crediamigo contribui para a inclusão social e financeira, alinhando-se às estratégias ambientais, sociais e de governança (ASG) do Banco do Nordeste.

Operando sob as diretrizes do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), o Crediamigo não se limita à concessão de crédito. Ele oferece orientação financeira, empresarial e ambiental, aprimorando a gestão dos negócios locais e a eficiência no uso dos recursos. Esta assistência fortalece a cultura empreendedora sustentável na região.

Além das aplicações imediatas em negócios de bairro, como lojas, padarias, salões de beleza e serviços de transporte, o programa alimenta um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico. Estes negócios geram empregos e dinamizam a economia local. Clientes do Crediamigo têm acesso a uma gama de produtos e serviços bancários, incluindo capital de giro, investimento fixo, contas correntes, cartões, seguros e máquinas de pagamento.

O semestre foi finalizado com 2,13 milhões de clientes com empréstimos ativos, dentre os quais 68% são representados por mulheres empreendedoras. O resultado representa um aumento de 7% em relação ao anterior.

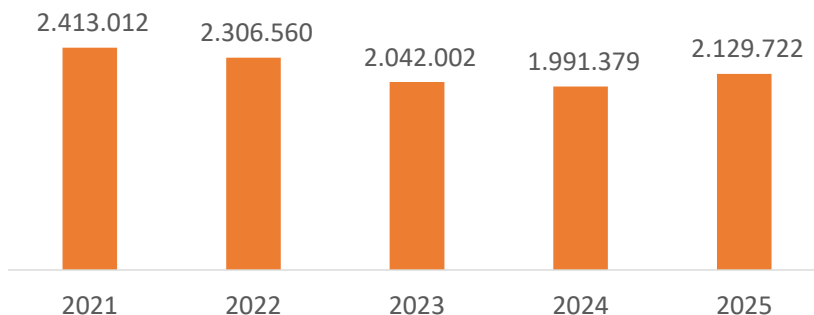
Outra importante participação do Crediamigo diz respeito à bancarização, o Crediamigo atendeu 193 mil clientes novos com a concessão de crédito, o que gerou a abertura de novas contas durante o primeiro semestre de 2025.

Tabela 24 - Quantidade de Clientes do Segmento

ANO	2021	2022	2023	2024	2025 1º Semestre
QUANTIDADE	2.413.012	2.306.560	2.042.002	1.991.379	2.129.722

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

Clientes Ativos



Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

No primeiro semestre de 2025, o Crediamigo do Banco do Nordeste desembolsou R\$ 6,45 bilhões, representando um acréscimo de 18,30% em comparação ao mesmo período do ano de 2024. O resultado representa o maior valor desembolsado pelo Crediamigo no período.

Tabela 25 - Histórico de Valores Contratados

ANO	VALOR CONTRATADO (EM R\$ MILHÕES)	PERCENTUAL DE CRESCIMENTO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR
2021	6.444,44	30,10%
2022	5.017,87	-22,14%
2023	4.857,65	-3,19%
2024	5.456,09	12,32%
2025 – 1º Semestre	6.453,19	18,30%(*)

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

(*) Percentual em relação a 2024.1

Do total contratado no primeiro semestre de 2025, R\$ 2,04 bilhões foram com recursos do FNE, o que corresponde a 31,6% do total de recursos desembolsados. Foram cerca de 1,46 milhões operações utilizando-se recursos do FNE, disseminando a aplicação dos recursos na base da pirâmide social, contribuindo com a Diretriz Estratégica do Banco do Nordeste de “Fazer o FNE cada vez melhor”.

Destacamos, ainda, a participação no Programa Acredita no Primeiro Passo, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Esse programa fomenta ações voltadas à qualificação profissional e à inserção cidadã no universo laboral, por meio do empreendedorismo. Para tanto, promove o acesso ao microcrédito produtivo orientado e oferece suporte à estruturação de empreendimentos sustentáveis, contribuindo para a autonomia econômica e o desenvolvimento social por meio do trabalho e do empreendedorismo das famílias de baixa renda cadastradas no CadÚnico. De janeiro a junho de 2025 foram aplicados R\$ 565,27 milhões no Programa Acredita no Primeiro Passo, para 61.252 beneficiários, dos quais 65,34% são do gênero feminino.

Tabela 26 - Contratações e Desembolsos por Fonte de Recurso e Aplicação

FONTE	Quantidade de Operações	Valor Contratado (R\$ mil)	Valor Desembolsado (R\$ mil)
-------	-------------------------	----------------------------	------------------------------

FNE	69.259	643.991,40	643.991,40
RECIN	536.945	1.477.495,50	1.477.495,50
FNE/RECIN (mix)	1.391.138	4.331.705,30	4.331.705,30
Total	1.997.342	6.453.192,10	6.453.192,10

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

O setor de comércio se destaca nas aplicações do Crediamigo, com participação de 85%, os serviços representam 13% e a indústria 2%. No tocante aos programas de crédito, o maior volume de contratações é do produto Capital de Giro Solidário, correspondendo a 74,20% do total, seguido do Investimento Fixo com 13,20% e Crediamigo Delas com 8,0%.

Tabela 27 – Contratações por Setor Econômico

Setor	Quantidade de Operações	Valor Contratado (R\$ mil)	Valor Desembolsado (R\$ mil)	% Valor Desembolsado por Setor
Comércio	1.666.725	5.515.610,2	5.515.610,2	85%
Serviços	295.014	817.794,25	817.794,25	13%
Indústria	35.603	119.787,58	119.787,58	2%
Total	1.997.342	6.453.192,1	6.453.192,1	100%

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

Tabela 28 - Contratações por Programa de Crédito

Programa	Valor das Contratações (R\$ mil)	Quantidade de Contratações	Valor Desembolsado (R\$ mil)	% Valor Desembolsado por Programa
Crediamigo Comunidade	18.274,00	15.152	18.274,00	0,30%
Capital de Giro Solidário	4.788.795,10	1.604.657	4.788.795,10	74,20%
Investimento Fixo	854.792,60	108.486	854.792,60	13,20%
Crediamigo Delas	515.128,60	204.136	515.128,60	8,00%
Capital de Giro Individual	265.064,50	63.757	265.064,50	4,10%
Crediamigo Mais	11.137,40	1.154	11.137,40	0,20%
Total	6.453.192,10	1.997.342	6.453.192,1	100,00%

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

Conforme a Tabela 29 os dados de desempenho do Crediamigo no primeiro semestre de 2025 demonstram que o programa vem apresentando números significativos. Destacamos o aumento de 18,28% no volume de desembolsos, de 6,95% no número de clientes ativos, de 14,29% na média de operações e de 18,69% na carteira ativa. Para além do valor monetário, esses números representam vidas transformadas por meio do microcrédito produtivo orientado, evidenciando a importância do Crediamigo para o desenvolvimento econômico e social em sua área de atuação.

Tabela 29 - Resultados e Impactos do Segmento

Categoria	2024 1º Sem	2025 1º Sem	Variação (%)
Valor total das Operações contratadas (Bilhões)	R\$ 5,46	R\$ 6,45	18,28%
Quantidade de Operações contratadas (milhões)	1,8059	1,9973	10,60%
Média de Operações por dia	14.564	16.645	14,29%
Valor total da Carteira Ativa (Bilhões)	R\$ 4,93	R\$ 5,86	18,69%
Total de Clientes com operações ativas (milhões)	1,99	2,13	6,95%

Percentual de contratos com mulheres	68%	68%	0%
Nº de desembolsos com recursos do FNE (milhões)	2,296	2,043	-11,0%
Clientes novos atendidos	169.051	192.902	14,1%
Tempo médio para liberação do crédito (dias)	3,53	2,22	-37,1%

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

Uma das diretrizes estratégicas do Crediamigo é: “Expandir a sua estrutura de atendimento aos clientes, alinhadas aos objetivos de ampliar as possibilidades de novos negócios e de participação de mercado no microcrédito produtivo orientado”. Nesse sentido novos modelos de unidades, foram instaurados, visando melhorar a experiência dos clientes. O programa saltou de 469 estruturas, contabilizadas no início do ano de 2024, para 700 pontos de atendimento ao final de junho de 2025. Esse dado configura-se como um marco histórico, representando o maior incremento na presença física da marca: 231 novas estruturas de atendimento. Somente no primeiro semestre deste ano, foram estabelecidas 163 novas estruturas de relacionamento com clientes, parceiros e potenciais clientes.

O Crediamigo tem grande impacto no Nordeste do Brasil ao facilitar o acesso ao crédito, gerar emprego e renda, fortalecer a economia regional e promover a inclusão social, ajudando microempreendedores a formalizar e expandir seus negócios.

Agronegócio

No Banco do Nordeste, o Agronegócio ou Agricultura Empresarial é formado por clientes produtores rurais, pessoas físicas e jurídicas, de portes mini, pequeno, pequeno-médio, médio e grande.

Como principal agente financeiro do agronegócio em sua área de atuação, respondendo por 48% do crédito rural da região, o Banco do Nordeste tem desempenhado o seu papel, promovendo o desenvolvimento sistêmico e a melhoria da competitividade das cadeias agropecuárias, apoiando a inovação e sustentabilidade do setor, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e o crescimento da renda da população, oferecendo linhas de financiamento com as melhores condições de mercado, seja para custeio pecuário, custeio agrícola, máquinas e equipamentos, investimentos, comercialização e exportação, agricultura irrigada, inovação, energias renováveis, armazenagem e outras. Atualmente o segmento, possui uma base de 304,9 mil clientes cadastrados, 302,4 mil clientes nos portes mini e pequeno e 2,5 mil nos portes pequeno-médio, médio e grande, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 30 - Clientes do Segmento Agronegócio

SEGMENTO	QTDE CLIENTES
Agronegócio	2.533
Pequeno e Mini produtor Rural	302.448
Total	304.981

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

No primeiro semestre de 2025, o Banco do Nordeste contratou com produtores rurais, pessoas física e jurídica, de portes mini ao grande produtor rural, exceto agricultura familiar, o valor de R\$ 7,05 bilhões no agronegócio, sendo R\$ 6,09 bilhões com a Fonte FNE e R\$ 962,5 milhões com outras fontes em 6.393 operações, conforme **Tabela 31 - Fontes de Recurso e Aplicação:**

Tabela 31 - Fontes de Recurso e Aplicação

Fonte	Quantidade	Valor (R\$ 1,00)
FNE	6210	6.090.072.490
L.C.A.	48	208.467.633
POUPANCA RURAL	104	698.584.163
RECIN	31	55.462.454
Total Geral	6.393	7.052.586.740

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

Do valor total da aplicação FNE, R\$ 3,06 bilhões foram aplicados nos portes prioritários, em relação ao quantitativo, 5.584 operações foram destinadas a esse público, o que equivale a 87,3% do total. Quanto à finalidade do crédito, 60% foram destinados ao custeio, 37% para investimento e 3% para comercialização. Com relação à região onde os recursos foram aplicados, 65,6% foram destinados ao semiárido nordestino.

Nos últimos 5 anos, aplicamos um montante total de R\$ 48,17 bilhões no Agronegócio, conforme demonstrado na Tabela 32 – **Histórico de Valores Contratados**:

Tabela 32 – Histórico de Valores Contratados Agronegócio

Ano	Quantidade de operações	Valor (R\$ mil)
2021	9.481	R\$ 6.807.691
2022	12.836	R\$ 10.887.197
2023	15.575	R\$ 12.321.033
2024	14.802	R\$ 11.105.194
2025 (até junho)	6.393	R\$ 7.052.586
Total	59.087	R\$ 48.173.701

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

No segmento do Agronegócio, temos buscado ampliar a aplicação de recursos em programas estratégicos, buscando “Fazer o FNE Cada Vez Melhor”, construindo um agro cada vez mais sustentável, cujas principais linhas que atendem a esse objetivo são: FNE Verde – Rural, FNE Verde – Irrigação, FNE Rural – Inovação - energia renovável, FNE para Armazenagem e FNE Agricultura de Baixo Carbono.

Dessa forma, destacamos que o Banco do Nordeste tem uma política específica para o Agronegócio, enfatizando: o apoio ao desenvolvimento do cerrado nordestino e do setor sucoalcooleiro, o incentivo à utilização de tecnologias de convivência com a seca e desertificação, o apoio à logística de armazenamento da região, o incentivo para a ampliação das áreas irrigadas, o apoio a pesquisa de difusão de tecnologias, o apoio à carnicultura e fruticultura, e o estímulo aos projetos de micro e minigeração distribuída de energia por fontes renováveis, dentre outros.

Também é importante destacar que o Banco do Nordeste atua em estreita parceria com o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), priorizando os diversos programas do governo federal por meio de sua ação financiadora em consonância com as políticas públicas, principalmente no Plano Safra, alinhados com as tendências e exigências do mercado regional e nacional.

O Banco do Nordeste participa do Plano Safra atendendo a produtores rurais de todos os portes, inclusive empreendedores do setor de pesca e carcinicultura, que atuam na Região Nordeste e norte dos estados de Espírito Santo e de Minas Gerais, área de atuação do Banco, tendo aplicado, somente na agricultura empresarial, R\$ 13,31 bilhões no Plano Safra 2024-2025, conforme apresentado na Tabela 33:

Tabela 33 - Aplicações por Estado plano Safra Produtores Rurais

Estado	Realizado Safra 24/25 (R\$ mil)	% Participação Realizado
Alagoas	227.371	1,71%
Bahia	4.781.443	35,92%
Ceará	456.881	3,43%
Espírito Santo	332.850	2,50%
Maranhão	2.650.632	19,91%
Minas Gerais	867.609	6,52%
Paraíba	205.491	1,54%
Pernambuco	596.194	4,48%
Piauí	2.759.564	20,73%
Rio Grande do Norte	184.665	1,39%
Sergipe	247.743	1,86%
TOTAL	13.310.443	100%

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

As aplicações do Banco do Nordeste no Plano Safra se refletem em geração de emprego, renda e arrecadação tributária para o Brasil. Conforme estudo do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), os R\$ 13,31 bilhões investidos no exercício 2024/2025 para agricultura empresarial, contribuíram para geração ou manutenção de 137,4 mil empregos, aumento de R\$ 1,30 bilhão na massa salarial, incremento de R\$ 307,8 milhões na arrecadação tributária, de R\$ 7,40 bilhões no valor bruto da produção e de R\$ 3,60 bilhões no valor adicionado à economia.

Governo

O segmento Governo do Banco do Nordeste alcançou um desempenho notável no primeiro semestre de 2025, registrando crescimento de 1,8% em seu número de clientes, atingindo a marca de 2.261 instituições. Desse total, 2.054 são entidades da administração pública direta e indireta, enquanto 207 fazem parte dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Este último segmento mostrou um crescimento expressivo de 5%, passando de 197 clientes em dezembro de 2024 para 207 em junho de 2025.

Em termos de captação, o setor Governamental movimentou R\$ 1,77 bilhão até o meio do ano. Desse montante, R\$ 249 milhões foram oriundos de clientes da administração pública direta e indireta, enquanto os RPPS representaram a esmagadora maioria, com R\$ 1,52 bilhão, correspondendo a 86% do total captado.

O Banco tem se destacado na captação de recursos via fundos de investimento, com um crescimento de 21,5% nas contribuições provenientes dos RPPS em comparação com dezembro de 2024. Este resultado reflete a estratégia contínua do Banco do Nordeste de aprimorar e intensificar a captação e acompanhamento dos investimentos dos RPPS na sua área de atuação.

O segmento Governo possui um ativo total de R\$ 200,1 milhões em junho de 2025, com operações voltadas especialmente para os estados do Nordeste, sob a iniciativa do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur II).

Empresarial

O segmento Empresarial engloba empresas de pequeno-médio, médio e grande portes com faturamento entre R\$ 4,8 milhões e R\$ 400 milhões, desempenhando um papel crucial na economia regional. Responsáveis pela geração de empregos, inovação e dinamização das cadeias produtivas locais, essas empresas movimentaram R\$ 35,61 bilhões em operações de crédito nos últimos cinco anos, com 72% desses recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Esse segmento é vital para o Banco do Nordeste, promovendo o desenvolvimento sustentável da região. As empresas demandam soluções financeiras diversificadas, focando em crédito de médio e longo prazo, capital de giro e expansão tecnológica. O Banco do Nordeste se dedica a identificar oportunidades e oferecer produtos e serviços personalizados para atender a essas necessidades.

O segmento Empresarial abrange todos os estados do Nordeste, além do norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo, cobrindo uma área estratégica. O Banco do Nordeste, por meio de sua rede de agências e unidades especializadas, oferece acesso ao crédito com condições competitivas, apoiando empreendedores de diversos tamanhos e setores.

A atuação está alinhada com as políticas públicas e os programas de desenvolvimento regional, promovendo a interiorização dos investimentos, fortalecendo economias locais e reduzindo desigualdades. Focado em setores como comércio, serviços, agroindústria, energia e tecnologia, o segmento impulsiona inovação, produtividade e geração de valor em sua área de atuação.

Entre os anos de 2021 e 2025, o volume de recursos contratados com a fonte FNE por esses clientes apresentou um crescimento expressivo, saltando de R\$ 1.674,1 milhões em 2021 para R\$ 3.433,6 milhões em 2025, um aumento de mais de 105% no período.

Tabela 34 - Histórico de Valores Contratados – Fonte FNE

ANO	VALOR CONTRATADO (EM R\$ MILHÕES)	PERCENTUAL DE CRESCIMENTO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR
2021	1.674,1	-40,8%
2022	2.196,7	31,2%
2023	2.412,1	9,81%
2024	3.369,1	39,6%
2025	3.433,6	1,91%

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

Tabela 35 - Fontes de Recurso e Aplicação (FNE e Outras Fontes)

FONTE	Quantidade de Operações	Valor Contratado	Valor Desembolsado
		(R\$ mil)	(R\$ mil)
FNE	3.681	3.433.664,41	2.633.502,63
RECIN	2.874	1.765.579,42	1.343.941,60
BNDES	44	77.013,93	77.013,93
FINEP	5	48.428,16	48.428,16
FUNGETUR	17	24.066,19	24.066,19
Total	6.621	5.348.752,11	4.126.952,51

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

Destacamos que na posição de junho/2024 foram registradas contratações com Recursos Próprios (RECIN) na ordem de R\$ 1,08 bilhão e no mesmo período de 2025 avançamos para R\$ 1,76 bilhão, representando um crescimento de 63,0%.

Tabela 36 - Contratações Por Setor Econômico – (Fonte FNE)

Setor	Quantidade de Operações	Valor Contratado (R\$ mil)	% de Valor Contratado por setor
Agroindústria	122	262.161,86	7,64%
Comércio e Serviços	2.885	1.850.522,66	53,89%
Indústria	602	806.143,49	23,48%
Infraestrutura	19	153.262,11	4,46%
Turismo	53	361.574,29	10,53%
Total	3.681	3.433.664,41	100%

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

Em 2025, o total contratado com recursos do FNE foi de R\$ 3,43 bilhões, distribuído entre 3.681 operações. A distribuição por setor mostra forte concentração em Comércio e Serviços (53,89%), Indústria (23,48%) e Turismo (10,53%).

Tabela 37 - Contratações por Programa de Crédito (FNE)

Programa	Quantidade de Contratações	Valor das Contratações	% de Valor Contratado por Programa
FNE-SERVIÇOS	890	941.580,60	27,42%
FNE-COMÉRCIO	1.948	745.958,10	21,72%
INDUSTRIAL	490	394.113,09	11,48%
PROATUR	52	361.431,29	10,53%
INOVAÇÃO-INDUSTRIAL	9	299.021,09	8,71%
AGRIN	120	261.125,60	7,60%
FNE VERDE-INFRAESTRUTURA	19	153.262,11	4,46%
FNE VERDE/SERVICOS	8	119.246,20	3,47%
FNE-SAÚDE-SERVICOS	83	80.708,78	2,35%
DEMAIS PROGRAMAS	62	77.217,56	2,24%
TOTAL	3.681	3.433.664,41	100%

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

Os programas mais relevantes em volume de contratações foram:

- FNE-SERVIÇOS (27,42%);
- FNE-COMÉRCIO (21,72%) e
- INDUSTRIAL (11,48%).

Tabela 38 - Resultados e Impactos do Segmento – Fonte FNE

Categoria	2024 1º Sem	2025 1º Sem	Variação (%)
Valor de Operações contratadas (Bilhões)	R\$ 3,36	R\$ 3,43	1,91%
Quantidade de Operações contratadas	3.903	3.681	-5,68%
Valor da Carteira Ativa (Bilhões)	R\$ 30,14	R\$ 32,19	6,80%
Total de Clientes com operações ativas	10.930	12.349	12,98%
Desembolsos com recursos do FNE (Bilhões)	R\$ 2,37	R\$ 2,63	11%

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

A carteira ativa e o número de clientes com operações ativas cresceram, refletindo maior fidelização e expansão da base de clientes. O aumento nos desembolsos e nas contratações do FNE reforça o papel do fundo como principal instrumento de fomento ao desenvolvimento regional.

A atuação do segmento tem se diversificado com o uso de novas fontes de funding, como BNDES/FINAME, FINEP e FUNGETUR e intensificado a fonte Recursos Próprios (RECIN) que registrou incremento nas contratações, ou seja, um crescimento de 63,0% em relação ao mesmo período de 2024. Os resultados apresentados ressaltam o papel estratégico do segmento Empresarial como uma direção para o desenvolvimento regional, apresentando perspectivas de crescimento para o segundo semestre de 2025.

Corporate

O segmento Corporate inclui empresas com faturamento anual acima de R\$ 400 milhões, operações sindicalizadas, e companhias de infraestrutura, exceto as rurais. Essas grandes empresas são cruciais para o desenvolvimento socioeconômico do Nordeste, devido ao alto volume de receita, investimentos e empregos gerados. Essas empresas necessitam de crédito estruturado e financiamentos de longo prazo, além de estimular a infraestrutura e inovação, contribuindo significativamente para o PIB e as cadeias produtivas.

O Banco do Nordeste oferece diversas linhas de crédito e serviços financeiros adaptados para o segmento Corporate, contando com 14 carteiras distribuídas nos estados do Nordeste, além do Norte do Espírito Santo e Minas Gerais. Escritórios no Rio de Janeiro e São Paulo também contribuem para a promoção de negócios e para o fortalecimento das relações com grandes grupos econômicos.

O Nordeste brasileiro tornou-se uma região estratégica para empresas com faturamento superior a R\$ 400 milhões, destacando-se por um crescimento acima da média nacional e por oportunidades em setores-chave, como varejo, alimentos, energia e infraestrutura. Apesar de representarem menos de 1% dos CNPJs ativos, essas empresas concentram mais de 60% do PIB empresarial, o que destaca sua relevância econômica. Vale destacar que a Região Nordeste lidera a produção de energia eólica e solar, atraindo investimentos significativos.

Parcerias público-privadas têm se expandido em áreas como saneamento, mobilidade urbana e saúde, abrindo oportunidades para grandes grupos de engenharia e construção. Projetos como o Porto de Suape em Pernambuco, o HUB de Hidrogênio Verde no Ceará e novas ferrovias fortalecem a infraestrutura logística, beneficiando fornecedores e grandes operadores.

O segmento Corporate aplicou no período entre 2021 e junho de 2025 o volume de R\$ 49,84 bilhões, conforme, a seguir:

Tabela 39 - Histórico de Valores Contratados

Ano	Valor Contratado (R\$ Milhões)	% de Crescimento em relação ao ano anterior
2021	9.564,04	-
2022	7.634,89	-20%
2023	14.508,87	90%
2024	11.021,51	-24%
2025	7.112,88	-35%
Total	49.842,19	

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

(*) Percentual de crescimento do primeiro semestre do ano em comparação com o valor total do ano anterior.

Destaca-se o setor de infraestrutura, responsável por 69,18% do volume total de aplicações no período. Os principais destaques foram os investimentos em energias renováveis — com foco em fontes eólica e solar — que somaram aproximadamente R\$ 20,91 bilhões, e em saneamento básico, com um volume de R\$ 5,17 bilhões.

O crescimento de 90% no volume de aplicações, entre os anos de 2022 e 2023, foi impulsionado não apenas por investimentos em energias renováveis (eólica e solar), mas também por aportes em saneamento básico e logística.

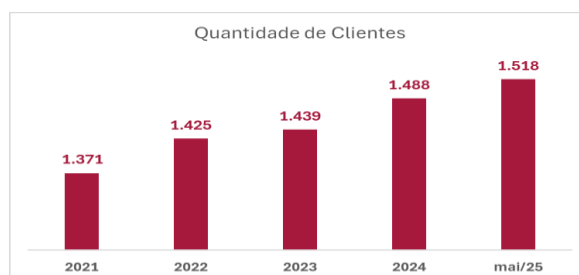
Em 2024, o setor de energia no Brasil enfrentou uma redução no volume de geração, especialmente nas fontes eólica e solar, devido ao aumento significativo do fenômeno conhecido como *curtailment*.

O *curtailment* ocorre quando a geração de energia precisa ser deliberadamente limitada, mesmo havendo capacidade disponível, para manter o equilíbrio do sistema elétrico.

Estima-se para o ano de 2025, aplicações para o segmento na ordem de R\$ 11,80 bilhões sendo distribuídos R\$ 9,50 bilhões destinados a projetos de infraestrutura e R\$ 2,30 bilhões aos demais setores.

Apesar do cenário externo desafiador e das adversidades macroeconômicas, temos avançado consistentemente na ampliação da base de clientes, registrando um crescimento superior a 10% desde 2021 até o primeiro semestre deste ano, conforme Figura 11, a seguir.

Figura 11 - Clientes do Segmento Corporate



Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

A natureza das operações do segmento Corporate é predominantemente voltada para o crédito de longo prazo, especialmente considerando que o setor de infraestrutura respondeu por 69,18% das aplicações realizadas entre 2021 e o primeiro semestre de 2025. Diante desse perfil, a fonte de recursos mais adequada para esse tipo de investimento é o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que oferece condições mais atrativas, como prazos estendidos e taxas de juros competitivas, alinhadas às necessidades de grandes projetos estruturantes.

Mesmo diante desse cenário, a área Corporate tem buscado diversificar e intensificar o uso de novas fontes de *fundings*, por meio de parcerias estratégicas com outras instituições financeiras. Destacam-se, entre elas, a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e o BNDES/Finame (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), ampliando as possibilidades de financiamento e fortalecendo a capacidade de apoio a projetos estruturantes na região. Além disso, com a diversificação das fontes de recursos, foi possível ampliar a oferta de crédito, mesmo diante da escassez de recursos do FNE, garantindo maior capilaridade nas operações. Essa estratégia também permite a maximização das receitas, ao viabilizar operações com maior rentabilidade.

Tabela 40 - Fontes de Recursos e Aplicação

Fonte	Qtde de Operações	Valor Contratado	Valor Desembolsado
FNE	668	R\$ 41.785.407,86	R\$ 41.066.273,93
RECIN	117	R\$ 3.857.983,47	R\$ 4.253.170,94
FNE-2	15	R\$ 1.491.994,04	R\$ 2.359.275,94
AFD	45	R\$ 602.963,84	R\$ 499.334,84
POUPANCA RURAL	39	R\$ 533.270,54	R\$ 137.568,56
BNDES/FINAME	6	R\$ 102.000,00	R\$ 665.640,23
FINEP	2	R\$ 22.885,68	R\$ 7.885,68
L.C.A.	1	R\$ 7.560,00	R\$ 7.560,00
FUNGETUR	1	R\$ 500,00	R\$ 500,00
RECURSOS EXTERNOS +REPASSES ¹	158	R\$ 1.437.630,75	-
Total	1.052	R\$ 49.842.196,16	R\$ 48.997.210,11

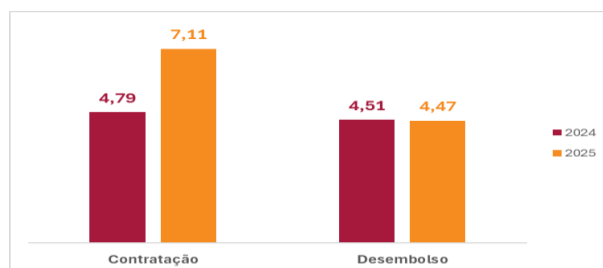
Nota ¹: Operações de câmbio, repasses FDNE.

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

Além das contratações e desembolsos com recursos do FNE, destacam-se os desembolsos realizados com as fontes AFD, RECIN e BNDES/FINAME. Esses recursos foram direcionados, respectivamente, para linhas de investimento em energias renováveis, capital de giro e aquisição isolada de máquinas e equipamentos, contribuindo para a diversificação das operações e o fortalecimento do portfólio de crédito do segmento Corporate.

No primeiro semestre de 2025 o segmento contratou R\$ 7,11 bilhões o que demonstra um crescimento em torno de 58,8% em relação ao mesmo período do ano anterior quando foram contratados R\$ 4,79 bilhões.

Figura 12 - Contratações e Desembolsos do Segmento Corporate



Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

Com relação aos valores desembolsados, o segmento desembolsou R\$ 4,51 bilhões no primeiro semestre de 2024 e R\$ 4,47 bilhões no mesmo período de 2025.

Destaca-se o volume de operações contratadas e desembolsadas com o setor industrial, o que demonstra uma retomada dos investimentos na área.

Tabela 41 – Contratações e Desembolsos do Segmento Corporate por Setor

Setor Econômico	Quantidade de Operações	Valor Contratado (R\$ mil)	Quantidade de Operações	Valor Desembolsado (R\$ mil)
Infraestrutura	37	3.464.746,32	66	2.337.126,40
Indústria	52	2.682.743,61	41	1.126.354,15
Agroindústria	12	465.210,66	13	144.004,24
Comércio e Serviços	21	287.323,21	52	598.467,55
Agricultura	12	163.523,13	6	143.503,17
Pecuária	6	49.182,44	19	128.382,20
Turismo	1	153,84	1	153,84
Total	141	7.112.883,21	198	4.477.991,56

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

A performance em crédito comercial no primeiro semestre merece destaque, alcançando R\$ 906 milhões. Em relação ao ano passado, registramos um crescimento exponencial de 630%. Além disso, observamos uma maior uniformidade na produção entre as carteiras e os estados. Estima-se ainda o volume previsto de contratações na ordem de R\$ 11,80 bilhões e desembolsos na ordem de R\$ 8,21 bilhões para o ano de 2025.

Tabela 42 – Resultados e Impactos do Segmento

Categoria	2024 1º Semestre	2025 1º Semestre	Variação (%)
Valor de Operações contratadas	R\$ 4.477.991.562,72	R\$ 7.112.883.212,65	58,8%
Quantidade de Operações contratadas	118	141	19,5%
Valor da Carteira Ativa	R\$ 73.387.222.653,92	R\$ 81.488.745.548,33	11,0%
Total de Clientes com operações avitas	587	642	9,4%
Desembolso com recursos do FNE	R\$ 4.511.698.629,22	R\$ 4.477.991.562,72	-1%

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

No primeiro semestre de 2025, os indicadores econômicos para o segmento registraram melhorias significativas em comparação ao mesmo período de 2024. O volume de contratações cresceu 58%, enquanto a quantidade de operações contratadas aumentou 19%,

indicando uma retomada dos investimentos de longo prazo. A Carteira Ativa também subiu 11% e o número de clientes com operações de crédito expandiu 9%.

Apesar da redução nos desembolsos em 2025, vale destacar que as condições de pré-desembolso nos contratos têm retardado a liberação de recursos. Os projetos de infraestrutura, em particular, enfrentam um processo mais complexo e demorado devido a exigências técnicas e regulatórias. No entanto, com avanços nas negociações contratuais, espera-se um aumento significativo nos desembolsos no segundo semestre.

O segmento Corporate está promovendo um direcionamento estratégico para ampliar a performance em outras linhas de crédito além do FNE, bem como em produtos não financeiros. Destacamos, nesse contexto, a performance em seguros, que gerou uma comissão de R\$ 2.158.307,16 no período de janeiro a maio, representando um crescimento robusto de 169% em relação ao mesmo período de 2024. Também merece destaque o crédito comercial com fonte Recin, que apresentou um crescimento superior a 600% no mesmo intervalo.

No período de 2021 a junho de 2025, foram aplicados R\$ 49,84 bilhões, com destaque para o setor de infraestrutura, que concentrou 69,18% do volume, especialmente em energias renováveis (eólica e solar) e saneamento básico.

Apesar de um recuo nos desembolsos em 2025 devido a fatores como *curtailment* e exigências contratuais, o segmento apresentou crescimento expressivo nas contratações:

- R\$ 7,11 bilhões contratados no 1º semestre de 2025, um aumento de 58,8% em relação ao mesmo período de 2024.
- Destaque para o crédito comercial, que cresceu 630% no semestre.

A atuação do segmento tem se diversificado com o uso de novas fontes de funding, como AFD, BNDES/Finame e intensificado a fonte Recin, além do tradicional FNE, garantindo maior capilaridade e rentabilidade nas operações.

Por fim, os indicadores de impacto mostram evolução positiva:

- Carteira ativa cresceu 11%
- Número de clientes com crédito aumentou 9%
- Volume de contratações subiu 58%
- Quantidade de operações contratadas cresceu 19%

Esses resultados reforçam o papel estratégico do segmento Corporate como vetor de desenvolvimento regional e nacional, com perspectivas promissoras para o segundo semestre de 2025.

Pessoa Física

O segmento Pessoa Física atua no atendimento a sócios, funcionários de empresas públicas ou particulares, profissionais liberais, funcionários e aposentados de empresas coligadas, beneficiários do INSS. Além de contemplar qualquer cliente pessoa física que seja consumidor de produtos e serviços financeiros, tais como: crédito para bens de consumo, financiamento estudantil ou crédito para geração de energia distribuída em unidades residenciais FNE Sol Pessoa Física e/ou aplicações financeiras.

No primeiro semestre de 2025 nas linhas de crédito FNE Sol Pessoa Física e P-FIES o BNB realizou a contratação de 3.231 operações que totalizam o saldo de R\$ 94,8 milhões.

No Programa de Financiamento Estudantil - P-Fies, já superou R\$ 19 milhões em contratação, esse valor representa 65,5% da meta estabelecida para o exercício de 2025.

Referido programa possibilita acesso de estudantes ao ensino superior de qualidade, o que contribui através do conhecimento como suporte ao desenvolvimento da Região. Atualmente, existem acordos vigentes com 37 Mantenedoras de Instituições de Ensino Superior, as quais viabilizam a execução do programa em todos estados de atuação do Banco.

Destacamos que os programas de crédito operacionalizados pelo banco para o segmento Pessoa Física com recursos da fonte FNE estão alinhadas com as ações estratégicas do Banco; promover o desenvolvimento regional sustentável, avançar nas práticas ambientais, sociais e de governança. Em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, as linhas de crédito estão aderentes aos objetivos: “4 – Educação de Qualidade” – uma vez que possibilita a ampliação da qualificação educacional dos profissionais da região e “7 – Energia Limpa e Acessível” – por incentivar e fomentar a produção de energia solar.

O segmento apresentou uma variação no número de clientes ao longo dos anos, com crescimento e oscilações que refletem tanto as condições econômicas quanto as políticas adotadas:

Tabela 43 - Quantidade de Clientes do Segmento

ANO	2021	2022	2023	2024	2025 – 1º Semestre
NÚMERO DE CLIENTES DO SEGMENTO	114.788	113.722	118.281	121.814	117.839

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

Conforme apresentado na Tabela 43, procede-se à análise de crescimento, detalhada a seguir:

- 2021 a 2022: Observou-se uma leve diminuição de clientes, que pode ser atribuída a ajustes econômicos ou políticas do segmento.
- 2022 a 2023: Houve um aumento significativo de 4.559 clientes, indicando um crescimento positivo, devido ao sucesso das iniciativas de inovação e sustentabilidade.
- 2023 a 2024: O crescimento continuou forte, com um aumento de 3.533 clientes, refletindo uma expansão contínua do segmento.

- 2024 a 2025 (1º Semestre): Nota-se uma ligeira diminuição, possivelmente reflexo de condições econômicas regionais.

O segmento mostra um crescimento consistente com algumas flutuações naturais, indicativo de uma estratégia bem ajustada às necessidades do público-alvo e às condições de mercado. Como as iniciativas continuam a evoluir, espera-se que o número de clientes recupere e possivelmente ultrapasse números anteriores, à medida que mais projetos se alinham aos objetivos de sustentabilidade e inovação.

Tabela 44 – Histórico de Valores Contratados

Ano	Valor Contratado FNE (R\$ Mil)	Percentual de Crescimento em Relação ao ano anterior	Valor Contratado Recin (R\$ Mil)	Percentual de Crescimento em relação ao ano anterior
2021	155.931	25,0%	106.133	-14,7%
2022	215.178	38,0%	154.683	45,74%
2023	190.193	-11,6%	168.202	8,74%
2024	195.018	2,54%	121.582	-27,7%
2025	94.842	-5,57%	49.865	-25,3%

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

(*) Percentual de crescimento do primeiro semestre do ano em comparação com o valor total do ano anterior.

Tabela 45 - Contratações por Fonte de Recurso e Aplicação

FONTE	Quantidade de Operações	Valor Contratado (R\$ mil)
FNE	3.231	94.842
RECIN	12.080	49.865
Total	15.311	144.708

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

Tabela 46 - Contratações por Programa de Crédito do FNE

Programa FNE	Valor das Contratações (R\$)	Quantidade	%
FNE SOL	75.195.629	2.925	20,7%
P FIES	19.647.255	306	79,3%
Total	94.842.884	3.231	

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

Durante o primeiro semestre de 2025, o Banco do Nordeste intensificou suas estratégias voltadas para o aumento das contratações de crédito, em alinhamento com os objetivos estratégicos institucionais e com a missão de promover o desenvolvimento regional sustentável. Resumimos a seguir os principais temas abordados:

- Fechamento de parcerias com novas IES para financiamento de Curso Universitário através do Programa P-FIES;
- Implantação da linha de Crédito do Trabalhador, visando estimular o Crédito Comercial
- Intensificação das Visitas Técnicas e Prospecção Ativa
- Otimização dos Processos de Análise e Contratação
- Campanhas Temáticas de Crédito e Receita.

Tabela 47 - Resultados e Impactos do Segmento

Categoria	2024 1º Sem	2025 1º Sem	Varição (%)
Valor de Operações contratadas	FNE – 100.437.571 R\$ RECIN – 66.753.206 R\$	FNE – 94.842.884 R\$ RECIN – 49.647.629	FNE: -5,57% RECIN: -25,30%
Quantidade de Operações contratadas	FNE – 3.506 RECIN – 11.461	FNE – 3.231 RECIN – 12.080	FNE: -7,84% RECIN: -5,40%
Média de Operações por dia	FNE: 28 RECIN: 90	FNE: 26 RECIN: 167	FNE: -7,14% RECIN: 85,56%
Valor da Carteira Ativa	904,8 milhões	944,9 milhões	4,4%
Total de Clientes com operações ativas	12.555	11.152	-11,2%

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

As ações implementadas refletem o compromisso do Banco do Nordeste com o desenvolvimento econômico e social da região. A abordagem proativa, aliada à busca por eficiência e à valorização dos relacionamentos institucionais, continuará sendo a base para o segundo semestre, com foco na consolidação dos resultados e na ampliação do impacto das contratações.

3.3. Captação de Recursos

As captações de depósitos à vista e depósitos a prazo são elementos centrais nas estratégias de ALM (*Asset and Liability Management*) dos bancos, pois envolvem o equilíbrio entre os fluxos de caixa de ativos e passivos. Os depósitos à vista são mais líquidos o que permite financiar, principalmente, empréstimos de curto prazo, já os depósitos a prazo oferecem maior estabilidade o que possibilita a concessão de crédito de médio prazo.

A gestão eficiente de ALM predispõe que as instituições financeiras equilibrem cuidadosamente sua base de captação e as exposições a taxas de juros, otimizando o prazo e a estrutura de seus ativos e passivos para minimizar riscos e maximizar os retornos, mantendo a liquidez e a solidez financeira.

Tabela 48 - Captações de Recursos (R\$ milhões)

Captações	1º semestre de 2024	1º semestre de 2025	Δ% 12 Meses
Depósitos à Vista	3.467,10	3.807,30	9,81%
Depósitos de Poupança	1.207,50	1.245,70	3,17%
Depósitos a Prazo - CDB	6.763,60	7.410,10	9,60%
Depósitos Interfinanceiros	1.225,40	1.434,70	17,10%
Depósitos Judiciais	192,6	204,8	6,31%
Total	12.856,2	14.102,6	8,84%

Fonte: Diretoria Financeira e de Crédito e Diretoria de Planejamento

O saldo de captações em Depósito à Vista no final do 1º Semestre/2025 atingiu R\$ 3.807,3 milhões. Em comparação com o 1º Semestre/2024, ocasião em que fora captado R\$ 3.467,1 milhões, temos uma elevação na captação de 9,81%, a qual consideramos um percentual com certa relevância, tendo em vista o cenário com elevadas taxas do dólar e da Selic, além do nível de endividamento das pessoas e empresas, fatores que impactam negativamente e comprometem um maior volume de captação.

Com relação aos Depósitos de Poupança, no comparativo da captação alusiva ao 1º Semestre/2025 (R\$ 1.245,7 milhões) e o 1º Semestre/2024 (R\$ 1.207,5 milhões), observa-se um pequeno incremento da ordem de 3,17%. A economia brasileira vem dando alguns sinais de estabilidade, porém, o dólar continua alto, ainda existem altos índices de endividamento, elevadas taxas de juros e, tudo isso são fatores que impactam diretamente no volume de recursos em poder das pessoas e empresas, interferindo sobremaneira na captação de recursos, principalmente no produto Poupança, que normalmente é o foco da população com menor poder de aplicação. Internamente, a aplicação em Poupança, apesar de ainda ser preferencial por boa parte dos clientes, concorre com outras aplicações no próprio BNB, com maior rentabilidade, bem como com liquidez imediata, que é o caso de Fundos de Investimentos com resgates automáticos. Como fator externo destacamos que como a Taxa Selic está bem elevada, existem outras aplicações com rentabilidades financeiras bem maiores, fazendo com que alguns poupadores migrem para outras aplicações financeiras.

O saldo de captações em Depósitos a Prazo no final do primeiro semestre de 2025 apresentou um incremento de 9,6% em relação ao mesmo período do ano de 2024, resultando em um acréscimo de R\$ 646 milhões no volume captado. O aumento observado no saldo de depósitos a prazo reflete uma tendência de maior cautela por parte dos investidores diante do cenário econômico atual, marcado por incertezas e volatilidade nos mercados.

O aumento das taxas de juros e a busca por aplicações financeiras mais seguras têm levado os investidores a direcionar seus recursos para produtos de menor risco e com retorno previsível, como os depósitos a prazo. Esse movimento contribuiu para a elevação do saldo registrado no período.

No primeiro semestre de 2025, os depósitos interfinanceiros totalizaram R\$ 1,43 bilhão, o que representa um acréscimo de R\$ 209 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior — uma variação de 17,1%. Esse resultado reflete a estratégia institucional de priorizar a formação de *funding* para operações de microcrédito produtivo orientado, aliada ao esforço corporativo de fortalecimento do relacionamento com parceiros do mercado interbancário.

Referente ao saldo de Depósitos Judiciais, no 1º Semestre/2025 alcançou R\$ 204,8 milhões e no 1º Semestre/2024 R\$ 192,6 milhões, representando um incremento de 6,31%. Essa é uma captação composta por recursos oriundos dos Bloqueios Judiciais, através do Bacen Jud, bem como de ordens judiciais físicas, portanto, depende das determinações judiciais, bem como da existência de recursos em contas, cujos titulares são partícipes nas ações judiciais.

3.4. Ativos de Terceiros

3.4.1. Fundos de Investimento

No 1º semestre de 2025, o patrimônio líquido dos fundos de investimento alcançou o saldo de R\$ 18,60 bilhões, um crescimento de 25,34% em relação a 2024.1. Na mesma posição, o Banco do Nordeste executava a gestão de 29 fundos de investimento, com 194.749 cotistas, uma evolução de 24,48% em relação ao ano anterior. A receita com taxa de administração dos fundos de investimento totalizou R\$ 69,7 milhões em 2025.1, um incremento de 24,69% em relação ao mesmo período do ano anterior. Contribuíram para esse resultado as ações realizadas para promover a distribuição de cotas de fundos, com ênfase nas atividades de prospecção de novos recursos e nos processos de gestão de carteiras, que impulsionaram a performance e a atratividade dos produtos de investimento geridos.

A Diretoria de Ativos de Terceiros do Banco do Nordeste obteve o Rating MQ2.br (Muito Bom) em Qualidade de Gestão de Investimentos, atribuído pela Moody's Local Brasil, uma das principais agências de classificação de risco do mundo. Essa é a segunda maior nota que a Moody's pode emitir quando analisa as atividades de gestão de investimentos e de atendimento aos clientes que são cotistas de fundos de investimento de uma instituição financeira.

O Rating da gestora de recursos do Banco do Nordeste é baseado principalmente em processo de investimentos bem estabelecido e no suporte e supervisão do seu controlador, incluindo o compartilhamento da estrutura de backoffice, riscos, compliance e tecnologia.

Também sustenta a avaliação, segundo a Moody's, a composição de fundos com diversidade de estratégias e uma base de clientes pulverizada que proporcionam retornos recorrentes. Ainda de acordo com o comunicado daquela agência, a gestora foi capaz de apresentar um contínuo crescimento em seus ativos sob gestão, via captação em seus fundos abertos, se beneficiando do cenário atrativo para investimentos em renda fixa. Em relação à sua base de investidores, a gestora combina uma base pulverizada de investidores individuais correntistas do BNB, com uma forte presença de *corporates* e Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

3.4.2. Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor)

O Patrimônio Líquido do Finor atingiu, no 1º semestre de 2025, o valor de R\$ 884,1 milhões, apresentando decréscimo de 64,7% em relação ao 1º semestre de 2024 (R\$ 2.507,8 milhões), em decorrência da realização do 2º Leilão de Recompra de Cotas do Finor realizado em 21/03/2025. A receita com taxa de administração sobre a carteira do Finor totalizou R\$ 15,4 milhões no 1º semestre de 2025, um decréscimo de 40,5% em relação ao mesmo período de 2024 (R\$ 25,9 milhões), em decorrência da realização do mesmo leilão de recompra de cotas que reduziu o Patrimônio Líquido do Fundo e por consequência a base de cálculo da taxa de administração.

3.4.3. Depósitos para Reinvestimento

No 1º semestre de 2025, o saldo acumulado dos depósitos foi de R\$ 1.094,2 milhões, apresentando decréscimo de 4,2% em relação ao 1º semestre de 2024 (R\$ 1.142,4 milhões) em virtude o grande volume de recursos liberados no início de 2025 que superaram o somatório dos depósitos e da remuneração que incidiu no período, que teve um aumento de 15,4%, totalizando R\$ 64,0 milhões, tendo o Banco efetuado liberações no total de R\$ 369,65 milhões, um acréscimo de 275,1% em relação ao período anterior (R\$ 98,5 milhões), resultando um incremento de 275,1%, em relação ao igual período do ano anterior, na receita auferida pelo Banco, a título de Custo de Administração de Projeto, no total de R\$ 3,7 milhões.

4. IMPACTOS ECONÔMICOS

4.1. Estimativa de Impactos Econômicos

Tendo por base um exercício com a utilização da Matriz de Insumo-Produto Regional, estima-se que os R\$ 25,53 bilhões contratados com recursos do FNE no primeiro semestre de 2025 devem contribuir para gerar e/ou manter 248,7 mil empregos na área de atuação do Banco do Nordeste. Cabe salientar que essas ocupações não são o saldo no final do período, mas a entrada de novos trabalhadores (formais e informais) e/ou a manutenção do trabalhador em função da contratação do financiamento no período de análise.

Ainda com enfoque no FNE e seus impactos econômicos, as estimativas apontam incremento de R\$ 3,25 bilhões na massa salarial da sua área de atuação, R\$ 0,83 bilhão na arrecadação tributária, R\$ 17,22 bilhões no Valor Bruto da Produção e R\$ 7,87 bilhões de Valor Adicionado à Economia do Nordeste. No que tange aos impactos em todo o País, referentes às contratações do FNE e suas repercussões econômicas, as estimativas apontam elevação de R\$ 6,71 bilhões na massa salarial, R\$ 1,68 bilhão na arrecadação tributária, R\$ 33,71 bilhões no Valor Bruto da Produção e R\$ 14,64 bilhões de Valor Adicionado à Economia.

Tabela 49 - Estimativa das Repercussões Econômicas das Contratações do FNE 2025 – Primeiro Semestre – R\$ Milhões e Empregos em Número de Pessoas ⁽¹⁾

Estimativa das Repercussões Econômicas das Contratações do FNE¹									
	Agricultura	Pecuária	Agroindústria	Indústria	Infraestrutura	Comércio	Serviços	Turismo	Total
Valor total contratado	6.083,10	5.114,82	1.249,29	2.387,48	4.022,95	3.579,14	2.641,40	456,40	25.534,58
Área de atuação do Banco do Nordeste									
Valor Bruto da Produção ²	3.344,60	2.634,70	1.221,20	1.922,40	3.787,80	2.438,20	1.541,90	329,8	17.220,60
Valor Adicionado ³	1.577,40	1.244,60	430,7	781,1	1.623,80	1.267,50	787,2	153,7	7.866
Remuneração (salários e contribuições sociais)	562,4	511,4	192	337,4	634,1	601	344	70,8	3.253,10
Arrecadação (impostos sobre produtos)	139,2	119,7	56,3	104,5	220,5	105,2	68,8	17,3	831,5
Número de ocupações (unidade) ⁴	58.755	67.518	14.908	18.534	33.524	34.352	16.852	4.261	248.704
Economia brasileira⁵									
Valor Bruto da Produção ²	6.742,80	5.487,30	2.121,60	3.459,50	7.923,20	4.430,90	2.945,20	601,8	33.712,30
Valor Adicionado ³	2.958,90	2.412,10	802,7	1.410,60	3.330,40	2.095,30	1.369,70	265,1	14.644,80
Remuneração (salários e contribuições sociais) ⁴	1.273,30	1.112,80	372,6	652,3	1.495,10	1.026,60	645,5	127,7	6.705,90
Arrecadação (impostos sobre produtos)	314,6	265,7	101,5	183,9	435,9	207	140,5	31,3	1.680,40
Número de ocupações (unidade)	73.341	80.199	19.037	25.044	51.687	43.128	23.048,60	5.453	320.937,60

Fonte: Banco do Nordeste - Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene).

Notas:

- (1) Impactos estimados a partir da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste, base 2019, contemplando os efeitos diretos (choque no setor) e indiretos (demandas nos outros setores), a partir da aplicação dos recursos.
- (2) Somatório de todos os bens e serviços produzidos no período.
- (3) Valor dos bens produzidos, deduzidos os custos dos insumos adquiridos de terceiros, utilizados na produção.
- (4) Empregos formais e informais.
- (5) Somatório dos impactos produzidos no Brasil, considerando-se o efeito transbordamento dos efeitos diretos e indiretos do valor contratado para toda a economia brasileira, além da área de atuação do BNB. Os impactos econômicos referentes às operações do Fies foram incorporados ao Setor de Serviços.
- (6) Os valores da categoria "Pessoa Física" da tabela de Contratações por Setor Econômico foram redistribuídos entre os setores produtivos das Repercussões Econômicas das Contratações do FNE 2025.1, conforme a natureza econômica das atividades Financiadas.

5. TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

5.1. Experiência Digital e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

O Banco do Nordeste alcançou avanços significativos em inovação e transformação digital. No âmbito dos Sistemas de Informação, destacou-se pela unificação dos módulos Agência e Central do sistema S625-Agil, além do desenvolvimento de uma metodologia avançada para a Avaliação de Contingências Jurídicas. Houve também progressos relevantes nos sistemas de Avaliação de Carteira de Clientes e Classificação de Risco de Crédito, bem como evolução do sistema de câmbio e do aplicativo voltado para Micro e Pequenas Empresas (MPes).

O Hub de Inovação desempenhou papel central, promovendo soluções em varejo e plataformas de gerenciamento, além de implementar um sistema gamificado para avaliação de carteiras e práticas de Visual Law.

No Ambiente de Arquitetura e Inovação, houve evolução significativa na modernização do pipeline CI/CD e melhorias no Design System, além da migração para a nuvem que agora segue diretrizes adaptadas às necessidades do banco.

A seguir é apresentado o Quadro 1 com o resumo das principais realizações:

Quadro1 – Principais Realizações – Transformação Digital.

Área de Inovação	Realizações
Sistemas de Informação	Unificação dos módulos Agência e Central, Avaliação de Contingências Jurídicas, novos sistemas para Avaliação de Carteiras de Clientes e Classificação de Risco de Crédito, melhorias no Sistema de Câmbio e novo aplicativo MPE
Inovação Aberta	Integração de Varejo, Plataforma de Gerenciamento MPE, Visual Law e Padronização de Artefatos Jurídicos
Arquitetura e Inovação	Modernização do pipeline CI/CD, melhorias no Design System, diretrizes para migração à nuvem. Padronização do uso da IA generativa (Copilot). Implantação LLM BNB, disponibilizando o modelo de linguagem em larga escala do banco. Evolução do Domínio do Open Finance; Padrão de Banco de Dados para a Arquitetura <i>Medallion</i> , com a definição de estrutura para as camadas bronze e prata.
Operação de TI	Integração com MS Teams, renovação de suporte para plataforma Mainframe, futuras contratações de servidores e modernização de soluções de armazenamento e atualização da infraestrutura de dados
Governança de TI	Aquisição de Plataforma de Serviços Digitais (PSD), automação de processos de apoio ao desenvolvimento de software, aperfeiçoamento do planejamento, monitoramento e avaliação da execução do Orçamento de TI, implantação da metodologia OKR (<i>Objectives and Key Results</i>) nas células do Ambiente de Governança de TI e na Central de Suporte a Aquisições, painéis de acompanhamento da produtividade das fábricas de software, modelo de acompanhamento das squads de desenvolvimento de software com base em métricas ágeis.

Área de Inovação	Realizações
Projeto Estratégico Governança de Dados	Contratação de consultoria (Ernst & Young) para apoio na implementação de padrões de Governança de Dados, com estruturação de processos, papéis e técnicas de governança de dados e suas disciplinas.

No setor de Governança de TI, a nova Plataforma de Serviços Digitais foi contratada, permitindo práticas inovadoras de desenvolvimento e aprimoramento dos processos de TI. O Projeto Estratégico Governança de Dados concluiu a contratação da consultoria Ernst & Young, que apoiará a implementação de padrões de Governança de Dados.

A Microfinança Urbana intensificou as iniciativas de automação, agilidade e transformação digital, com foco no fortalecimento do Crediamigo. Entre as principais realizações, destacam-se: Acelera Crediamigo - modelo de renovação do crédito associado ao pagamento automático do último empréstimo do grupo; APP Cliente Multiplataforma - funcionalidades Pix, assinatura eletrônica e Open Finance no iOS; Produtos Mix - adaptações a fonte FNE e automatização de liquidação antecipada e transferência para prejuízo; Evoluções de Segurança App Cliente - novas ações mitigadoras contra tentativas de invasão e fraude; Transformação Digital no App Cliente - assinatura do contrato do produto FNE Individual no App Cliente; Nova esteira de crédito - validação automática de proposta; Leads - disponibilização de conjunto completo de recursos para gerenciar Leads com mais eficiência; Transferência de Cadastros - maior agilidade neste processo; Modernização - atualização de versão da linguagem de programação de apps e sistema.

Dentre as iniciativas voltadas à Microfinança Rural para automação e agilidade nas operações, além de melhoria no controle e conformidade ao processo, destacam-se: encarteiramento do Agroamigo, que aprimorou o controle e conformidade ao processo de gestão de carteiras e apuração de resultados; Deferimento Automatizado e pelo Celular Agroamigo Crescer, que reduziu o trabalho operacional dos Escritórios do Agroamigo e trouxe maior agilidade na análise de crédito por parte dos gestores; Módulo de Abertura Conta Corrente Agroamigo Mais, que ampliou as possibilidades de atendimento aos clientes Agroamigo; a Digitação de Laudos no Tablet e envio para SIAT, permitindo que o agente possa realizar suas atividades diretamente do campo; Integração com a CAF 3.0, indispensável na concessão de crédito; e a geração automática de boletos via WhatsApp, facilitando o envio dos boletos de reembolso para o cliente, em parceria com o Projeto Estratégico Sucesso do Cliente. Torre de Soluções de Negócios Empréstimos, transações e serviços

Na área de Empréstimos e Serviços, as principais entregas foram: CDC Crédito do Trabalhador; Giro Flash Agro, com a simulação de operações, integração com sistemas SICOPE/SICONF e emissão de relatórios; Proposta Extraordinária para o Cartão BNB URBANO.

Na concessão de crédito, foram concluídas as seguintes entregas: PROJETTA - novo Módulo Contratação BNDES, correções e melhorias no gerenciamento de propostas de crédito; Modernização do Modelo de Processo de Crédito - melhorias para realização de novos fluxos da nova Plataforma de Crédito Especializado – PCE; Modernização da integração com órgãos externos - publicação de Consulta ao SPC, ao Cadin e restrições internas e Melhoria no filtro de histórico e bilhetagem – Serasa.

Na Administração de Crédito e Renegociação de Dívidas, foram entregues a parametrização da PRD (Proposta de Renegociação de Dívidas) e soluções do BNB Desenrola, como a liquidação de dívidas Recin em Prejuízo e a Automatização de Cálculos do Desenrola Rural.

Na área de Controle Financeiro de Operações de Crédito foram entregues demandas de natureza legal e estratégica com o objetivo de atender órgãos reguladores e áreas de negócios do Banco por meio dos sistemas que dão suporte ao processo de crédito da Instituição. Dentre as mais relevantes, destacam-se a Implantação da Resolução CMN Nº 4.966/21; Desenrola Rural (Liquidação automática de operações em prejuízo; Renegociação Automática; Disponibilização de boleto no WhatsApp); Liquidação de dívidas de operações Recin em prejuízo; Início da contratação de operações BNDES com taxa de juros TFB/TR/TFBTR; Alterações nos cálculos do IOF - Decreto Nº 12.466/25; Criação automática da ficha de cobertura FGO Pronampe; Renegociação total com nova operação (nova modalidade de renegociação); Adequação ao CAF 3.0 (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar); Melhorias nas rotinas de solicitação de honra do FGI PEAC; Automatização da atualização de cotação de moedas (implantação de robô); Implantação de Integração das informações do Sicor/Bacen com Sicor/BNB; Automatização do reprocessamento dos itens dinâmicos do SICOR para a geração do Documento Legal Bacen 3042 (Substituição parcial do 3040/SCR); Geração de Documento Legal Bacen 3026 (Dados Individualizados Complementares de Risco de Crédito); Automatização do Documento Legal Bacen 3042 (Substituição parcial do 3040/SCR).

Essas iniciativas reforçam o Banco do Nordeste como um líder em inovação, sempre buscando atender de forma eficaz as necessidades de seus clientes e alinhando-se às metas estratégicas da Instituição.

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.1. Ativos

Os ativos globais do Banco do Nordeste totalizaram R\$ 74,36 bilhões, ao término do primeiro semestre de 2025, apresentando um acréscimo de 6,3% em relação aos R\$ 69,96 bilhões existentes em dezembro de 2024. Estão incluídos nos ativos do BNB os valores relativos aos recursos disponíveis do FNE e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos.

No que diz respeito à composição do saldo, observou-se um acréscimo de 11,6% nas operações de crédito (R\$ 19,14 bilhões em jun/25, contra R\$ 17,15 bilhões em dez/24). Ao final do primeiro semestre de 2025, o saldo correspondente à carteira de Títulos e Valores Mobiliários, acrescida de Aplicações interfinanceiras e Disponibilidades, totalizou o montante de R\$ 48,86 bilhões – 5,3% superior ao saldo de dezembro de 2024 que foi de R\$ 46,38 bilhões.

O incremento nos ativos globais foi devido, preponderantemente, ao acréscimo de recursos disponíveis do FNE, às aplicações em operações de crédito com recursos não FNE e à geração de lucros no período.

6.2. Disponibilidades do FNE

Ao Banco do Nordeste cabe aplicar os recursos do Fundo e implementar as políticas de concessão de crédito aprovadas pela Sudene/Condrel. Conforme disposto na Lei nº 14.227/2021, os recursos são remunerados à taxa Selic até que sejam desembolsados, ao cliente.

No primeiro semestre de 2025 ingressaram R\$ 9,18 bilhões de recursos oriundos do Tesouro Nacional ao mesmo tempo em que foram reembolsados R\$ 17,49 bilhões de operações de crédito. Em contrapartida, foram desembolsados R\$ 19,82 bilhões em novas operações.

O saldo de recursos em Caixa do FNE elevou-se em 33,5% em relação a dezembro de 2024 (R\$ 19,49 bilhões em 30/06/2025, contra R\$ 14,61 bilhões em 31/12/2024). Pontua-se que do total do saldo de recursos, a parcela mais expressiva está em Recursos Comprometidos, tendo variado seu saldo em R\$ 5,06 bilhões (R\$ 17,91 bilhões em 30/06/2025, contra R\$ 12,85 bilhões em 31/12/2024). Destaca-se, nesse cenário, o volume maior de contratações de operações de crédito no primeiro semestre de 2025 (R\$ 25,53 bilhões até junho/25, contra R\$ 23,01 bilhões até junho/24: + 10,8%).

6.3. Patrimônio Líquido e Rentabilidade

O Banco do Nordeste apresentou um Patrimônio Líquido de R\$ 14,83 bilhões ao término do primeiro semestre de 2025. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio foi de 20,4% a.a. no primeiro semestre de 2025 (18,9% a.a. no primeiro semestre de 2024).

6.4. Resultados

O Lucro Líquido acumulado no primeiro semestre de 2025 alcançou a cifra de R\$ 1.383,7 milhões, o que representou um aumento de 35,6% em relação aos R\$ 1.020,1 milhões apurados no mesmo período de 2024. O Resultado Operacional atingiu o montante de R\$ 2.238,1 milhões, um acréscimo de 17,8% em relação aos R\$ 1.900,6 milhões obtidos no primeiro semestre de 2024.

Destacam-se os seguintes fatores que contribuíram para elevação do lucro do primeiro semestre de 2025, em relação ao primeiro semestre de 2024:

Elevação na margem financeira gerada pelas operações de crédito com recursos próprios e terceiros; e

Crescimento das receitas provenientes da prestação de serviços;

Por outro lado, registram-se os seguintes fatores que reduziram a lucratividade do BNB no mesmo período:

Aumento de Despesas Administrativas (Pessoal e Outras), efeito que foi mitigado pelo crescimento nas receitas auferidas pelo Banco, o que repercutiu em um maior Resultado Operacional no semestre, se comparado com o mesmo semestre de 2024 (+17,8%); e

Acréscimos de despesas relacionadas ao risco de crédito em operações com recursos próprios e de terceiros.

Durante o primeiro semestre de 2025, está ocorrendo a lei do Desenrola Rural, já no mesmo período de 2024, quando as renegociações provenientes da Lei 14.554/23 e do Desenrola Brasil (Lei 14.690/23) impactaram positivamente o Lucro Líquido, conforme demonstração de cálculo no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 - Demonstração do Lucro Líquido Recorrente (R\$ milhões)

	jan-jun/24	jan-jun/25	Var. R\$	Var. %
Resultado Recorrente	884,4	1.382,2	497,8	56,3%
Eventos não recorrentes	135,7	0,5		
Renegociação de operações do FNE - Lei 14.554/2023	186,2	-		
Regularização de operações Pessoa Física - Programa Desenrola Brasil	45,9	-		
Regularização de operações MPEs – Programa Desenrola Pequenos Negócios	30,1			
Desenrola Rural	-	0,9		
Efeitos fiscais e de PLR sobre itens extraordinários	(126,5)	(0,4)		
Lucro Líquido	1.020,1	1.383,7	363,6	35,6%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

6.5. Adequação Patrimonial

Em relação ao cumprimento das regulamentações determinadas pelo Conselho Monetário Nacional, relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas em seu

conjunto como Acordo de Basileia, o Banco do Nordeste tem superado os requisitos mínimos de capital estipulados, o que tem garantido margem para continuar expandindo os seus negócios.

Em 30/06/2025, o Banco apresentou um índice de Basileia de 13,52% (14,34% em 31/12/2024), o índice de Nível I ficou em 12,77% (13,30% em 31/12/2024) e o de Capital Principal foi de 12,12% (12,57% em 31/12/2024). O PR apurado foi de R\$ 16.433.014 mil (R\$ 15.701.858 mil em 31/12/2024), o Nível I apresentou o valor de R\$ 15.519.973 mil (R\$ 14.560.556 mil em 31/12/2024) e o Capital Principal registrou o valor de R\$ 14.729.484 mil (R\$ 13.770.067 mil em 31/12/2024), enquanto os ativos ponderados pelo risco (RWA) totalizaram R\$ 121.548.312 mil (R\$ 109.506.268 mil em 31/12/2024).

O decréscimo de 0,45 p.p. no índice de Capital Principal e de 0,53 p.p. no índice de Nível I decorre principalmente dos impactos negativos gerados a partir da elevação do RWA em R\$ 12.042.044 mil no primeiro semestre de 2025, apesar da incorporação dos resultados financeiros do primeiro semestre de 2025, que elevaram o Capital Principal, e consequentemente o Nível I. A queda mais acentuada de 0,30 p.p. do índice de Basileia ocorreu, principalmente, devido à redução do Capital Nível II imposta pela Resolução CMN nº 4.955/2021, que determinou a exclusão gradual dos instrumentos de dívida junto aos fundos constitucionais reconhecidos como Capital de Nível II.

Ressalte-se que o desempenho apresentado se refere à situação do Banco enquanto Conglomerado Prudencial e pode, ainda, apresentar alterações, em decorrência de validações e críticas por parte do regulador que podem ocorrer futuramente.

6.6. Indicadores de Desempenho Econômico-Financeiro

Tabela 50 - Indicadores de Desempenho

Indicadores	1º semestre de 2024	1º semestre de 2025
Rentabilidade s/ PL Médio	18,9% a.a.	20,4% a.a.
Eficiência Operacional	51,8%	50,6%
Risco de Crédito / Margem Financeira	9,9%	15,0%
Inadimplência > 90 dias	2,6%	3,6%
Cobertura da Inadimplência	170,4%	129,7%
Índice de Basileia	13,1%	13,5%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

O BNB alcançou em junho/2025 uma rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio de 20,4% a.a. (18,9% a.a. em junho/2024). O desempenho observado foi impactado pelo aumento da margem financeira proveniente da aplicação de recursos próprios e de terceiros em operações de crédito. Apesar do cenário de aumento da inadimplência e de maiores níveis de despesas com provisionamentos, a receita gerada foi consistente, o que elevou o lucro líquido do período quando comparado ao primeiro semestre do ano imediatamente anterior. As receitas de prestação de serviços também se elevaram, contraponto, em parte, o aumento observado nas despesas administrativas (pessoal e outras).

O índice de Eficiência Operacional do Banco em junho/2025 foi de 50,6%, melhor em 1,2 ponto percentual em relação ao resultado apresentado pelo indicador em junho/2024. A Eficiência foi impactada positivamente pela elevação da margem financeira decorrente da aplicação em operações de crédito. Por outro lado, observou-se um acréscimo de Despesas Administrativas (Pessoal e Outras), em comparação ao mesmo período do ano anterior, porém com efeito mitigado pelos resultados positivos gerados.

Registrou-se maiores níveis na relação entre Risco de Crédito e a Margem Financeira, passando de 9,9% na posição junho/2024 para 15% em junho/2025, significando que o Risco de Crédito consumiu mais recursos da Margem se comparado ao mesmo período do ano passado. Pontua-se que a Resolução CMN nº 4.966/21, que passou a vigorar no início de 2025, substituindo as disposições da Resolução CMN nº 2682/99, introduziu o conceito de perda esperada, e elevou a sensibilidade do sistema financeiro ao risco de crédito, ao exigir avaliações que perpassam o âmbito da perda incorrida, trazendo a necessidade de análises mais prospectivas, levando a um aumento das provisões e ampliando a percepção de risco mesmo sem inadimplência efetiva. Além disso, em 2024 houve movimento que impactou positivamente o resultado, decorrente das renegociações e liquidações pelo programa “Desenrola” e provenientes da Lei 14.554/2023. Em 2025, o impacto positivo do programa Desenrola Rural, até junho, foi bem menor se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Houve aumento da inadimplência de 2,6% em junho/2024, para 3,6% em junho/2025. Considerando o cenário nacional de alta taxa de juros e maior endividamento das famílias e empresas, observou-se uma redução da capacidade de pagamento, que atingiu com maior força os segmentos mais sensíveis às elevações das taxas. Além disso, houve, nacionalmente, neste período, uma maior incidência de pedidos de Recuperação Judicial, o que impacta os cronogramas de pagamentos e conseqüentemente o indicador, panorama no qual o BNB está inserido.

A atual Cobertura da Inadimplência BNB demonstra que volume de provisionamento é mais que 120% da carteira de crédito (129,7% em junho/2025). A queda no indicador está relacionada, boa parte, às novas regras de prejuizamento de operações trazidas pela Resolução CMN 4.966/21, onde o regramento permite um maior intervalo entre o atraso e a baixa do ativo, o que aumenta o denominador, conseqüentemente reduz o índice.

Em relação ao índice de Basileia, na posição junho/2025, o Banco apresentou Índice de Patrimônio de Referência (IPR) de 13,5% (13,1% em junho/2024). A variação dos índices de capital apresentados na posição tem origem na incorporação dos lucros auferidos no exercício, significando que o banco mantém enquadramento frente às disposições de Basileia III, demonstrando sua capacidade de alavancar suas principais linhas de negócio.

6.7. Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31.03.2025, foi aprovado o aumento do Capital Social em R\$ 1.589,2 milhões, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias - Reserva para Margem Operacional no valor de R\$ 1.250,6 milhões e Reserva para Equalização de Dividendos Complementares no valor de R\$ 338,6 milhões, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 11.649,0 milhões para R\$ 13.238,2 milhões, representado por 98.699.749 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas.

7. CAPITAL HUMANO

7.1. Relacionamento com Empregados

O Banco do Nordeste encerrou o primeiro semestre de 2025 com **7.106 empregados, 87 Bolsistas de Nível Médio, 716 Bolsistas de Nível Superior e 508 Jovens Aprendizizes**. Dentre os 7.106 empregados, destaca-se que a distribuição da força de trabalho por sexo é composta por aproximadamente **32% de mulheres e 68% de homens**. No que se refere aos cargos de gestão principal, gestão intermediária e coordenação, observa-se que 27% dessas posições são ocupadas por mulheres, enquanto 73% são ocupadas por homens.

Concurso público

Em 2025, o Banco deu continuidade às convocações dos candidatos aprovados no concurso público para o cargo de Analista Bancário (nível médio), homologado em 28 de junho de 2024. O edital previu 410 vagas para convocação imediata e 300 para formação de cadastro de reserva.

Desde a homologação do resultado do concurso público, foram realizadas 505 convocações, sendo 35 convocações apenas no primeiro semestre de 2025. Quanto aos empregados empossados, do total de 441 novos empregados provenientes do concurso para o cargo de Analista Bancário (nível médio), 27 tomaram posse no primeiro semestre de 2025.

Movimentação Interna

No primeiro semestre de 2025, a Superintendência de Desenvolvimento Humano realizou 182 processos de seleção interna pela plataforma **Promova-se**, considerando-se os processos iniciados e concluídos no período. Essa iniciativa proporcionou aos empregados oportunidades de progressão de carreira, ao mesmo tempo em que atendeu às necessidades das unidades, alocando profissionais com o perfil de competências adequado a cada o posto funcional. Como resultado, 177 candidatos foram selecionados para atuação em 132 unidades do Banco.

Avaliação de Desempenho

O **ConverGENTE** é o programa de avaliação de desempenho dos empregados do Banco do Nordeste, com o objetivo mensurar e aprimorar os resultados institucionais por meio da performance individual e coletiva de seus colaboradores. O programa considera três dimensões principais: **Avaliação Comportamental, Programa de Ação e Avaliação de Metas Individuais**. Estas últimas permitem um acompanhamento próximo do desempenho do empregado, alinhando suas entregas às diretrizes do Planejamento Estratégico.

No primeiro semestre de 2025, foi realizado o ciclo de avaliação de desempenho referente ao exercício 2024.2, com a participação de **6.744 empregados e 605 unidades**. As avaliações relativas ao período 2025.1 estão em andamento, com conclusão prevista para agosto de 2025.

Centro de Eficiência em Desenvolvimento Humano (CEDH)

Em fevereiro de 2025, foi criado o **Centro de Eficiência em Desenvolvimento Humano (CEDH)**, integrando a força de trabalho de Tecnologia da Informação à Superintendência de Desenvolvimento Humano. A iniciativa teve como objetivo promover a troca de experiências que favoreçam a compreensão e o atendimento da necessidade de Recursos Humanos do

Banco do Nordeste, com foco na modernização dos processos, no desenvolvimento de soluções mais eficazes e na alocação racional de esforços voltados à inovação e à eficiência operacional em gestão de pessoas.

Atualmente, o CEDH é responsável pela evolução contínua e sustentação de 14 sistemas de tecnologia aplicados à área de Recursos Humanos, abrangendo temas como avaliação de desempenho, seleção interna e externa, controle de diárias, viagens e passagens aéreas, saúde ocupacional e segurança do trabalho, desenvolvimento e capacitação, controle de jornada e ponto eletrônico, entre outros processos relacionados ao Desenvolvimento Humano. Além disso, o Centro atua no desenvolvimento de inovações tecnológicas alinhadas à transformação digital dos processos da área.

Entre as principais realizações do primeiro semestre de 2025, destacam-se:

- Implantação de um novo módulo de treinamento;
- Desenvolvimento de **novos fluxos de RH com base em BPM (Business Process Management)** para gerenciamento de solicitações dos empregados;
- Criação de **novas rotinas e melhorias nos processos**, com foco na automação, aumento da eficiência operacional e mitigação de riscos;
- Implantação do sistema **eConsignado**, em atendimento à exigência legal do Governo Federal, no âmbito do Programa de Crédito do Trabalhador, para gestão dos descontos em folha de pagamento referentes a empréstimos consignados;
- Substituição da Dirf pelo sistema **eSocial**.

Também foram lançados dois importantes painéis em ambiente de *Business Intelligence (BI)*:

- **Painel do Colaborador**: portal que facilita o acesso dos empregados às suas informações pessoais, salariais, histórico de lotação, evolução de cargos e funções, avaliações de desempenho, competências adquiridas e cursos obrigatórios;
- **Painel do Gestor**: ferramenta voltada às lideranças do Banco, com informações gerenciais sobre os processos de Gestão de Pessoas, como despesas com pessoal, adições, afastamentos, férias, ponto eletrônico, substituições e gastos com passagens aéreas, entre outros.

Por fim, destaca-se o aprimoramento do **Aplicativo WAAPI**, uma ferramenta acessível a todos os empregados do Banco, que permite o acesso remoto, via dispositivos móveis, aos principais processos de gestão de pessoas, respeitando os protocolos de segurança da informação. Todas essas ações foram conduzidas com foco na melhoria da qualidade do atendimento e na entrega de soluções mais eficientes e seguras para o Banco do Nordeste.

Mesa Permanente de Negociação

No ano de 2024, o Banco do Nordeste celebrou acordos coletivos com entidades representativas dos empregados, resultando em conquistas significativas para o corpo funcional onde se destaca o **Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2024/2026**, que trata da **Autorregulação Sindical**. Esse instrumento estabelece o compromisso do Banco em manter negociações permanentes, durante a vigência do citado Acordo. Desde a celebração do ACT 2024/2026 ocorrida em setembro de 2024, sucederam 8 rodadas da mesa permanente de negociação, sendo 5 delas no primeiro semestre de 2025.

Essa iniciativa está alinhada às **Diretrizes de Desenvolvimento Humano** que tratam das negociações coletivas e do relacionamento com sindicatos e está fundamentada no compromisso do Banco com a transparência nas negociações, a prestação de contas e o fortalecimento do diálogo com as instituições sindicais.

Saúde e Qualidade de Vida

Na perspectiva da **Política de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho**, o Banco do Nordeste intensificou suas ações no primeiro semestre de 2025, por meio do fortalecimento do *Hub de Bem*, com iniciativas mensais organizadas em quatro eixos temáticos: **saúde física** (*De Bem com a Saúde Física*), **saúde mental** (*De bem com Você Mesmo*), **saúde financeira** (*De bem com as Finanças*) e **saúde no trabalho** (*De bem com o trabalho*).

No campo da **saúde mental** e do **bem-estar emocional**, foram promovidas palestras, oficinas e *workshops* abordando temas como escuta ativa, neurodiversidade, inteligência emocional e autoconhecimento. Também foram realizadas ações voltadas à saúde mental da mulher e ao gerenciamento do estresse, com o objetivo de apoiar os colaboradores na gestão emocional e na construção de um ambiente mais acolhedor.

As ações voltadas à **saúde física** incluíram campanhas de doação de sangue, vacinação contra a gripe e pneumonia (em parceria com a Camed), além de iniciativas de prevenção de doenças cardiovasculares e gastrointestinais. O lançamento do programa “*De Bem com a Saúde Física*”, com orientação nutricional, reforçou o compromisso com a promoção de hábitos saudáveis e o cuidado integral com os colaboradores.

No eixo de **finanças pessoais**, foram divulgados aplicativos e cursos gratuitos para apoiar os colaboradores na gestão de suas finanças, além da realização de uma roda de conversa com o tema “*A relação entre a Saúde Financeira e a Saúde Mental*”. Essas ações visaram promover o equilíbrio econômico e a educação financeira como pilares do bem-estar.

As ações realizadas entre janeiro e julho de 2025 contribuíram significativamente para a construção de um ambiente de trabalho mais saudável, seguro, inclusivo e acolhedor, promovendo a valorização dos colaboradores, a prevenção de doenças e o fortalecimento da cultura organizacional.

Segurança de Trabalho

Na área de **segurança do trabalho**, destacaram-se:

- a realização da **SIPAT Fortaleza**, em maio de 2025;
- a celebração do **Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho**;
- campanhas de reconhecimento dos **Brigadistas e Cipeiros**;
- ações educativas voltada à **prevenção de acidentes** e à **redução de CATs** (Comunicação de Acidentes de Trabalho) emitidas ao eSocial, fortalecendo a cultura de segurança e prevenção no ambiente corporativo.

Foram elaboradas mais de **60 Análises Ergonômicas do Trabalho (AETs)** no período, com avaliações *in loco* dos postos de trabalho, resultando na elaboração dos **Programas de Gerenciamento de Riscos (PGRs)** das unidades, acompanhados de planos de ação com caráter preventivo e educacional.

Dentre as ações implementadas, destaca-se a **formação de mais de 200 brigadistas**, capacitados para atuar em situações emergenciais, como incêndios, e habilitados a prestar os primeiros socorros em casos de acidentes.

Adicionalmente, como resultado das etapas de avaliação e controle de riscos ocupacionais, foram implementadas medidas preventivas, como:

- especificação de **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)**;
- adequação de **mobiliário ergonômico** (bancos semissentados, cadeiras para pessoas com obesidade, apoios para os pés, entre outros);
- realização de treinamentos específicos (CIPA, Formação de Brigada);
- orientações técnicas sobre ergonomia no trabalho.

Diversidade, Equidade e Inclusão

No primeiro semestre de 2025, o Banco intensificou seu compromisso com a **Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI)** por meio de uma série de ações estruturadas e contínuas. Foram realizados **encontros quinzenais dos Grupos de Afinidade Raça e Etnia e do Grupo LGBTQIAPN+**, promovendo espaços de escuta, troca e fortalecimento da identidade e pertencimento.

Em celebração ao **Mês do Orgulho LGBTQIAPN+**, foram desenvolvidas diversas ações de visibilidade e conscientização, como a instalação de **totens temáticos**, publicações nas mídias sociais, envio de **e-mails institucionais** e disponibilização de **papéis de parede personalizados**.

No contexto da valorização da mulher, o Banco promoveu o **Prêmio Sarah Midauar 2025** acompanhado da palestra *“A escolha de ser feliz”*, em comemoração ao **Dia Internacional da Mulher**, destacando a trajetória e o protagonismo feminino. Além disso, foram veiculados informativos institucionais em datas simbólicas, como o **Dia Internacional da Luta pela Eliminação da Discriminação Racial** e o **Dia Internacional contra a Homofobia**, reforçando o posicionamento do Banco em defesa dos direitos humanos. O **Calendário Inclusivo** foi mantido como ferramenta de sensibilização contínua ao longo do ano.

No eixo de **inclusão de pessoas com deficiência**, destacam-se o lançamento da **Cartilha sobre os Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**, a publicação de conteúdos na **Plataforma Alô** sobre o TEA no ambiente de trabalho e o envio de comunicações institucionais no **Dia Mundial da Conscientização sobre o Autismo** e no **Dia do Orgulho Autista**.

Por fim, o Banco sediou o **5º Encontro do Pacto da Diversidade, Equidade e Inclusão nas Empresas Estatais** e participou ativamente de todos os encontros promovidos pelo Pacto, reafirmando seu compromisso institucional com a pauta da diversidade e da inclusão.

As ações relatadas estão em conformidade com as cláusulas relativas à diversidade e inclusão, estabelecidas no Acordo Coletivo de Trabalho firmado entre o Banco do Nordeste e as entidades sindicais representativas dos empregados, bem como com a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria bancária.

Educação Corporativa

A **Universidade Corporativa do Banco do Nordeste (UC BNB)** apoia o desenvolvimento educacional de seus empregados por meio de **patrocínios para cursos de Graduação**,

Especialização, Mestrado e Doutorado. O segmento de **Educação Formal** tem como objetivo elevar o nível educacional dos empregados, contribuindo para o alcance dos resultados organizacionais. Anualmente, a UC BNB divulga a previsão da quantidade de oportunidades para a concessão de **investimento-educação** em cursos realizados em instituições de ensino credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC), distribuídas por vagas e por áreas de interesse do Banco.

No primeiro semestre de 2025, foram disponibilizadas **121 oportunidades em cursos de educação formal**, sendo 10 para Graduação, 91 para Especialização/MBA e 20 Vagas para Mestrado em universidades de renome no mercado. Além dessas, **136 oportunidades estavam em andamento** no mesmo período. No campo da **educação profissional**, foram realizadas **33.405 oportunidades de treinamento**, das quais 8.005 (23,96%) na modalidade presencial e 25.400 (76,04%) na modalidade a distância.

Em atendimento ao item VI, do Art.18, do **Decreto 8.945/2016**, que regulamenta a **Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016)**, que estabeleceu previsão de treinamento periódico, no mínimo anual, sobre o Código de Conduta e Integridade, para empregados, administradores e estatutários, e sobre a política de gestão de riscos, para administradores, a Universidade Corporativa disponibilizou oportunidades de treinamento nos seguintes temas: Fortalecendo a Ética no Banco Nordeste: Capacitação para Representantes Estaduais; 2º Congresso de Prevenção e Repressão a Fraudes, Segurança Cibernética e Bancária; Lei Anticorrupção; *Compliance*; Gestão da Integridade; Gestão da Continuidade dos Negócios; Gestão de Risco Operacional; Governança Corporativa; Controles Internos; Ética Organizacional; Programa de Integridade. Em relação à Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (PLD), exigência do Banco Central, o Banco do Nordeste **capacitou e/ou atualizou 99,73% dos seus empregados.**

Sobre o **tema Integridade**, a Universidade Corporativa promoveu a capacitação por meio de eventos nas modalidades interno, *in company* e externo e por meio de cursos sobre: Controles Internos, Gestão de Risco Operacional, Gestão da Integridade, Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Prevenção a Fraudes, Governança, Ética e o Programa de Integridade, englobando **2.901 oportunidades no primeiro semestre de 2025.**

A UC BNB também inovou ao adotar a **plataforma Inner AI**, uma solução baseada em **inteligência artificial** para criação de conteúdos educacionais. Essa tecnologia tem otimizado a produção de treinamentos personalizados, disponibilizados na plataforma **UCBNB/EAD**, com foco no desenvolvimento de competências específicas das áreas do Banco.

Outros temas relevantes ofertados por meio da plataforma UCBNB/EAD e de eventos corporativos incluíram: Autorregulação Bancária, Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, Educação Financeira, Negócios, Gestão, Relacionamento com Clientes, Liderança, Inovação, Crédito, MPE, Inteligência Emocional, Gestão da Continuidade de Negócios, *Design Thinking*, Visita Gerencial, Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Territorial, Governança Corporativa, Comunicação, Negociação, Vendas, *Business Intelligence*, Diversidade e Inclusão, Gestão de Risco de Crédito, entre outros.

Outro marco foi a consolidação da **plataforma externa de educação à distância, com 22 cursos disponíveis** para os diversos *stakeholders* (partes interessadas), abordando temas como gestão ambiental, educação financeira, negociação, desenvolvimento territorial, entre

outros. No primeiro semestre, foram realizadas **2.284 oportunidades de treinamentos** nessa plataforma.

A **II Feira da Educação**, realizada no mesmo período, contou com palestras sobre o poder da educação como agente de transformação social, além da presença de diversas instituições educacionais parceiras.

Estão em andamento o **Programa de Comunicação Eficaz e Feedback** para gestores principais e o **Programa de Mentoria para Gerentes de Carteira**, além de diversos treinamentos voltados à capacitação e ao aperfeiçoamento dos empregados da rede de agências, inclusive sobre os desafios da primeira gestão.

Um destaque estratégico foi a assinatura do **Acordo de Cooperação junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)**, a **Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST)** e a **Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)**, para o desenvolvimento do **Programa de Formação de Conselheiros das Estatais**, que resultará numa certificação em governança para os ocupantes dessas funções nas estatais brasileiras.

Por fim, em maio de 2025, a Universidade Corporativa do Banco do Nordeste foi reconhecida internacionalmente com o **Prêmio GlobalCCU 2025**, em Paris, França. A premiação internacional reconheceu o papel da UC BNB na geração de valor estratégico para pessoas, negócios, sociedade e meio ambiente, concedendo ao Banco o **troféu de prata na categoria “Impacto nos Negócios”**. O Prêmio GlobalCCU 2025 destaca os melhores centros de educação do mundo ligados a organizações públicas e privadas.

7.2. Assistência Médica e Previdenciária dos Funcionários do Banco do Nordeste

Camed Saúde

A Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed Saúde), criada em 1979, integra o Grupo Camed, juntamente com a Camed Administradora e Corretora de Seguros Ltda, Camed Microcrédito e Serviços Ltda, Creche Paulo VI e Camed Consultoria em Saúde Ltda (Camed Vida). Em maio de 2025, a Camed Saúde contava com uma carteira de 38.188 beneficiários distribuídos em diversas regiões do país, incluindo o Nordeste, norte de Minas Gerais, norte do Espírito Santo, Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo.

Ao longo do primeiro semestre de 2025, a Camed consolidou avanços importantes em sua gestão e no alcance de metas estratégicas, refletindo o compromisso com a sustentabilidade financeira e com a qualidade da assistência prestada aos seus beneficiários. Os principais indicadores apontam para um desempenho positivo, resultado de um planejamento eficaz, controle de custos e aprimoramento contínuo dos processos internos.

Resultado Econômico e Financeiro

As receitas de contraprestações, compostas pelas contribuições dos beneficiários e pela participação do patrocinador, registraram crescimento de 12% no primeiro semestre de 2025 em comparação ao mesmo período de 2024. Esse aumento foi impulsionado, principalmente, pelo reajuste anual das contribuições conforme previsto em regulamento.

O Custeio Assistencial apresentou um crescimento de 12% no primeiro semestre de 2025 em relação ao mesmo período de 2024. Esse aumento é reflexo de diversos fatores, entre eles: os reajustes aplicados pelos prestadores de serviços de saúde, o aumento nos custos de insumos médico-hospitalares e medicamentos, o envelhecimento progressivo da carteira de beneficiários que demanda maior utilização dos serviços, além das condições das negociações contratuais com a rede credenciada que atende à Camed. Adicionalmente, observa-se o crescimento das solicitações de reembolsos e o aumento na utilização de terapias, que também contribuem para a elevação das despesas. Esses elementos, combinados, impactam diretamente na elevação das despesas assistenciais, exigindo constante monitoramento e estratégias de gestão para garantir a sustentabilidade do plano.

O superávit da Caixa no primeiro semestre de 2025 apresentou crescimento de 9% em relação ao mesmo período de 2024. Esse resultado reflete o equilíbrio entre receitas e despesas, impulsionado pelo aumento das contribuições, pela gestão eficiente dos recursos assistenciais e pela manutenção de práticas de controle das despesas administrativas e de custos operacionais.

As receitas provenientes de aplicações financeiras, que totalizaram R\$ 17,8 milhões no primeiro semestre de 2025, contribuíram significativamente para o desempenho superavitário da Caixa. Esse resultado reflete uma gestão eficiente dos recursos investidos, oriundos das reservas financeiras acumuladas ao longo dos últimos anos, provenientes de aplicações recorrentes.

Além disso, observou-se um crescimento significativo no resultado de equivalência patrimonial, impulsionado pelos investimentos em participações societárias, com destaque para a Camed Corretora, que apresentou aumento de 18%. A Camed Microcrédito apresentou crescimento de 63%. Ambas as entidades registraram desempenho superior ao do mesmo período de 2024, reflexo de uma gestão estratégica e do alinhamento eficaz de metas operacionais.

Os superávits obtidos nos últimos anos têm contribuído para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Caixa, além de assegurar o cumprimento dos requisitos de garantias financeiras exigidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão regulador dos planos de saúde no Brasil. Esse cenário reforça a sustentabilidade da assistência prestada aos beneficiários da Camed Saúde e contribui para a mitigação de riscos ao mantenedor, Banco do Nordeste.

A Camed reafirma, com esses resultados, seu compromisso com a gestão estratégica, o foco em resultados sustentáveis e o cuidado com as pessoas, mantendo-se firme em sua missão de oferecer uma saúde suplementar de qualidade, segura e financeiramente viável.

Capecf

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capecf) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) que, há mais de 57 anos, contribui para que seus participantes conquistem uma vida e um futuro com mais possibilidades. Sem fins lucrativos, a Capecf ocupa o 25º lugar entre as associadas da ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e é a segunda maior entidade das Regiões Norte e Nordeste. Sua governança e sua gestão de investimentos são certificadas pela própria ABRAPP.

A Capecf administra três planos de benefícios: um de Benefício Definido (Plano BD), um de Contribuição Variável (Plano CV I) e um de Contribuição Definida (Plano Família). Os Planos BD e CV I contam com o patrocínio do Banco do Nordeste e da própria Capecf. Já o Plano Família é voltado a participantes ativos e assistidos dos demais planos da Entidade, além de

funcionários do Banco do Nordeste, Capef, Camed, Inec e seus familiares até o 3º grau de parentesco.

Público de participantes (posição de junho/2025):

- **Plano BD:** 1.017 participantes ativos, 3.513 assistidos e 1.549 pensionistas
- **Plano CV I:** 6.281 participantes ativos, 410 assistidos e 71 pensionistas

Arrecadações no 1º semestre de 2025:

- **Plano BD:** R\$ 30.453,34
- **Plano CV I:** R\$ 98.043.505,04 (incluindo contribuições dos participantes e do patrocinador, aportes e pagamentos referentes ao Tempo de Serviço Passado)

Concessão de benefícios (jan-jun/2025):

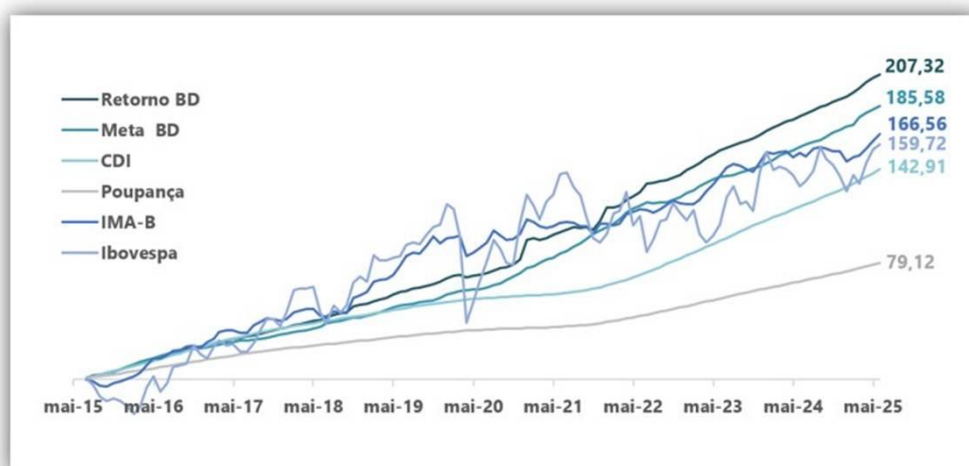
- **Plano BD:** 35.549 pagamentos, totalizando R\$ 288.261.919,25
- **Plano CV I:** 3.363 pagamentos, totalizando R\$ 8.461.674,87

Rentabilidade dos planos (acumulada até junho/2025):

- **Plano BD:** 5,75% frente à meta atuarial de 5,66% (INPC + 5,25% a.a.)
- **Plano CV I:** 7,01% frente à meta atuarial de 5,45% (IPCA + 5,00% a.a.)

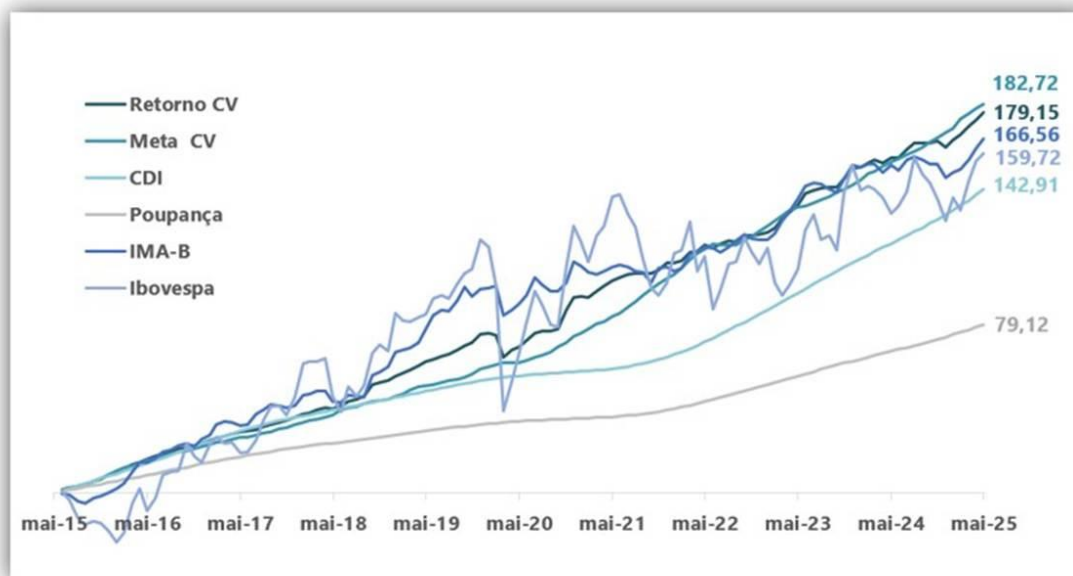
Ao observarmos o desempenho do Plano BD em uma perspectiva de longo prazo, verifica-se que este tem superado de forma consistente sua meta atuarial, demonstrando equilíbrio em relação às suas obrigações previdenciárias. Já o Plano CV I, na janela da última década, apresentou uma rentabilidade ligeiramente inferior à meta atuarial do período, tal resultado deveu-se especialmente pela legislação em vigor entre 2020 e final de 2024, que determinava de forma compulsória a marcação a mercado dos títulos públicos federais, o que trouxe elevada volatilidade à indústria de Planos de Previdência. Nesse contexto, a Resolução CNPC nº 61, publicada em 11/12/2024, reformou tal prática, podendo agora optar-se pela marcação desses títulos pela curva, o que tende a reduzir a volatilidade na carteira de investimentos do Plano, cujos efeitos positivos já se refletem nos resultados acumulados em 2025.

Figura 13 - Rentabilidade dos Planos BD acumuladas nos últimos 10 anos



Fonte: Capef

Figura 14 - Rentabilidade do Plano CV I acumuladas nos últimos 10 anos



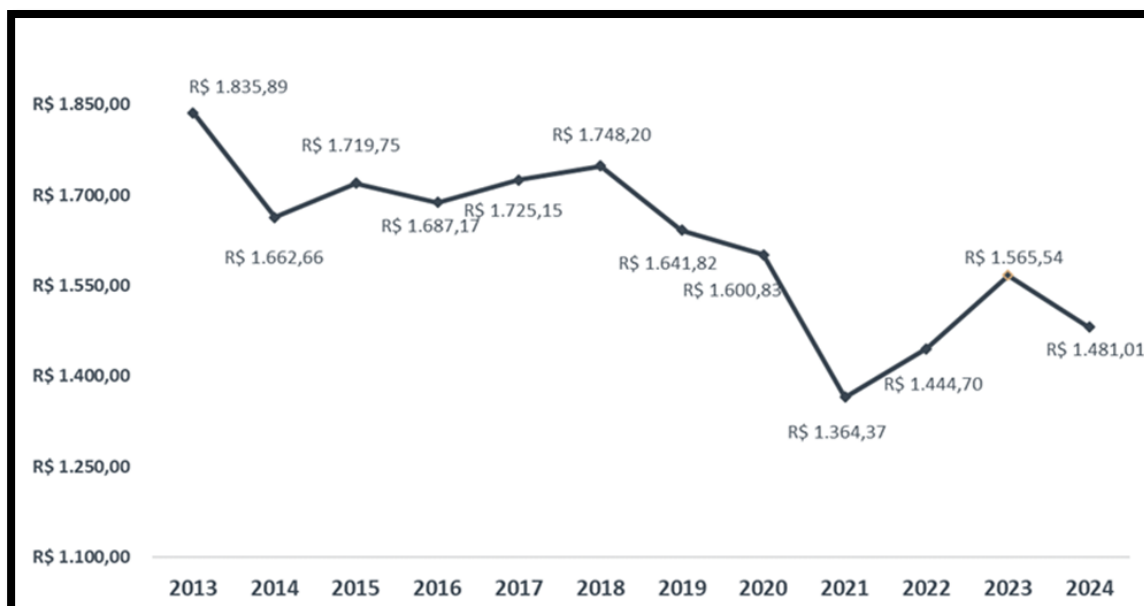
Fonte: Capef

Eficiência na Gestão Administrativa

A eficiência na gestão administrativa é um dos pilares estratégicos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), especialmente diante do cenário de crescente complexidade regulatória, busca por sustentabilidade de longo prazo e exigência por maior transparência. Entre os principais fatores que impactam positivamente a eficiência administrativa das EFPCs, destacam-se:

- a) **Ampliação da base de Participantes:** O crescimento do número de participantes dilui custos fixos e operacionais, gerando maior escala e promovendo a sustentabilidade administrativa da Entidade. Em 2024, foram registradas 2.063 novas adesões, e até junho de 2025 esse número alcançou 3.710 adesões aos Planos CV I e Plano Família. Ou seja, números expressivos que beneficiam tanto os Participantes, quanto à sustentabilidade da Entidade.
- b) **Redução do Custo por Participante:** Com a adoção de boas práticas de gestão é possível reduzir significativamente o custo médio por participante, mantendo ou elevando o nível de excelência no atendimento. Na Capef, esse indicador permanece abaixo da média dos fundos pertencentes ao mesmo segmento (S2 - Entidades de porte e complexidade médio/alto), evidenciando a eficiência e a economicidade da gestão, conforme estudo mais recente divulgado em agosto de 2024 (com dados de 2023).

Figura 15 - Redução do Custo por participante ao longo dos anos



Fonte: Capef

- c) **Utilização de indicadores comparativos e benchmarking:** O uso de métricas padronizadas e reconhecidas fortalece a governança e possibilita comparações com o mercado. Um dos indicadores utilizados é o Índice de Eficiência Operacional (IEFO), desenvolvido pela PREVIC, que compara os gastos administrativos realizados com aqueles esperados, segundo modelo estatístico próprio.

No estudo mais recente divulgado em agosto de 2024 (com dados de 2023), a Capef apresentou um IEFO de -0,25, indicando que suas despesas estão abaixo do valor estimado para sua estrutura. O valor de referência do indicador é zero, representando uma despesa exatamente conforme o esperado. Índices positivos indicam gastos acima da média esperada; negativos, como o da Capef, apontam uma gestão mais econômica que a média projetada. Para fins comparativos, a Previc classifica as entidades em quatro categorias: S1, S2, S3 e S4, conforme o porte e a complexidade. Enquadrada na categoria S2, a Capef obteve destaque:

- **2º lugar** entre as entidades S2 com patrocínio público federal (dentre 16 entidades);
- **3º lugar** entre todas as entidades de previdência com patrocínio público federal, abrangendo os segmentos S1 a S4 (dentre 31 entidades avaliadas).

8. RELACIONAMENTO COM CLIENTES

O Banco do Nordeste, visando proporcionar melhor atendimento ao cliente e consolidar a imagem institucional de credibilidade, segurança e competência, presta atendimento à luz de sua política de relacionamento com clientes, consoante a Resolução nº 4.949/2021, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão realizou 3.334.265 atendimentos no primeiro semestre de 2025, sendo: 6.452 emissão de vias de boletos eletrônicos disponibilizadas aos clientes; 70.495 por canais multimeios (SIC, e-mail, redes sociais, consumidor.gov, sítios de reclamações); 285.315 atendimentos por telefone (SAC e CAC); 2.972.003 de atendimentos ativos incluindo: orientação empresarial para negócios, cobranças de administração de crédito e seguros, monitoramento de oportunidades de relacionamento e negócios, monitoramento de segurança bancária, renovação de seguros e realização de pesquisas de satisfação e campanhas institucionais.

O que representa um crescimento de mais 800 mil atendimentos humanos em relação ao primeiro semestre de 2024, que é a volumetria total de serviços considerando os dois anos excetuados os envios de SMS (Short Message Service).

Cabe evidenciar que o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), criado pela Lei de Acesso à Informação, presta atendimento por transparência ativa (disponível em <http://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao>) e transparência passiva (disponível em <http://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic>).

8.1. Ouvidoria

A Ouvidoria do Banco do Nordeste busca, continuamente, ser reconhecida como indutora da excelência no atendimento à sociedade, estabelecendo parcerias na promoção de melhorias nos processos, produtos e serviços e permanecer com o reconhecimento pela sociedade, principalmente com relação a prazo e qualidade das repostas às demandas recepcionadas.

O canal de atendimento da Ouvidoria acolhe os interesses da sociedade, e atua, de forma imparcial, na intermediação de possíveis conflitos, trabalhando no aperfeiçoamento do atendimento e do relacionamento do Banco do Nordeste com a sociedade. A Ouvidoria realizou 2.322 atendimentos, englobando reclamações, denúncias, elogios, sugestões e informações. Foram registradas 777 reclamações, sendo todas tratadas e respondidas dentro do prazo legal, destacando-se o índice de 100% de demandas atendidas em até três dias úteis, e o tempo médio de resposta ao demandante em pouco mais de um dia útil.

No primeiro semestre de 2025, a Ouvidoria alcançou importantes realizações, com destaque para a Premiação em três categorias no Prêmio Ouvidorias Brasil 2024 – ABRAREC, realizado em março de 2025: - Melhor Case Nacional de Ouvidoria, - Melhor Case na Dimensão Inovação, e Melhor Case na Dimensão Amplitude de Atendimento, todos os casos abrangendo o tema **PDM - Proposições de Melhoria em Processos, Produtos e Serviços**, valiosa ferramenta de governança corporativa, que traduz, a busca contínua do aperfeiçoamento do atendimento prestado.

Além disso, ocorreu, também, a Publicação da Cartilha de Orientação ao(à) Denunciante e Testemunhas, disponível no Portal do Banco na Internet em [Política de Proteção ao\(à\) Denunciante e Testemunhas](#), essencial para informar ao cidadão, quanto aos seus direitos e proteções, e em abril de 2025 a Ouvidoria teve a honra de vencer, mais uma vez, o Programa de Ação, referente ao grupamento Superintendência Dirge – Conformidade, Controle e Risco, conquista esta, que reflete o empenho, esforço e dedicação da Ouvidoria em alcançar suas metas e objetivos.

Objetivando otimizar os processos internos e melhorar o atendimento à sociedade, estão previstos para o próximo semestre, os seguintes desafios: Mensuração dos Benefícios (Financeiros/Não Financeiros) das PDMs, Evento de 18 anos da Ouvidoria, Curso de Linguagem Cidadã, bem como a utilização da Inteligência Artificial no suporte ao processo de atendimento às demandas, melhorando, ainda mais, a qualidade do serviço prestado à sociedade.

9. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Governança no setor público é compreendida como “um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (disponível em: [Governança | Portal TCU](#)).

A estrutura de governança corporativa do Banco do Nordeste, definida em seu Estatuto Social, está alinhada às melhores práticas de mercado, na medida em que fortalece o processo decisório e a dinâmica administrativa e operacional da empresa. A estrutura possui órgãos que visam avaliar, direcionar e monitorar a sua gestão, como o Conselho de Administração, assessorado pelo Comitê de Auditoria, Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, Comitê de Sustentabilidade, Riscos e de Capital e pelo Comitê de Inovação e Estratégia Digital; a Auditoria Interna e a Ouvidoria; a Diretoria Executiva e uma Comissão de Ética.

Além do Estatuto Social, o Banco dispõe de Regimentos Internos que orientam as ações e práticas dos colegiados estatutários, assegurando coerência com os demais normativos internos e com a legislação vigente. Essa arquitetura institucional reforça o compromisso do BNB com a transparência, a responsabilidade corporativa e a sustentabilidade de suas operações.

A criação do Comitê de Inovação e Estratégia Digital, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2025, tem como objetivo fortalecer ainda mais os níveis de governança do Banco. O comitê atuará como instância de apoio ao Conselho de Administração nas áreas de transformação digital, inovação, uso de inteligência artificial, governança de dados e temas correlatos. Além disso, espera-se que sua atuação traga benefícios relevantes, como: promoção da transformação digital e da inovação; incentivo à centralidade do cliente; tomada de decisões informadas; mitigação de riscos; fomento à cultura de inovação; aumento da transparência e conformidade, entre outros.

O Banco também conta em sua estrutura de governança com o Conselho Fiscal, órgão responsável por fiscalizar e acompanhar os atos dos administradores da companhia, visando garantir o cumprimento dos deveres legais, das políticas internas e do estatuto da empresa.

Além dos documentos já mencionados, o Banco do Nordeste possui um **Código de Conduta Ética e Integridade**, disponibilizado no Portal do Banco na Internet em [Código de Conduta Ética e Integridade - Versão WEB.pdf](#) para todos os interessados. Esse código se destaca por ser o principal instrumento orientador da ética empresarial na Instituição, em consonância com os valores de acesso e transparência das informações.

Ainda nesse contexto, o Banco possui uma **Política de Integridade e Ética** que consiste no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira. A Política de Integridade e Ética pode ser acessada pelo link [Integridade e Ética - Institucional - Sobre o Banco - Portal Banco do Nordeste](#)

Atualmente, o Banco tem um retrato mais fiel do seu corpo funcional, através do Censo da Diversidade, que foi realizado com objetivo de obter e divulgar informações sobre sua administração e seus empregados no que diz respeito à identidade autodeclarada de gênero, raça e/ou cor, faixa etária, dentre outros indicadores de diversidade. Nesse contexto, o censo atua como uma ação institucional para coletar informações autodeclaradas que permitirão, ao Banco, planejar ações afirmativas com maior efetividade.

No último ano, todos os administradores do Banco foram capacitados em treinamentos que abordaram os temas legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, código de conduta, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), além de temas como Transformação Digital e Inovação e ESG, demonstrando o compromisso do Banco e da Alta Administração com as melhores práticas de governança.

Ademais, a política de tomada de decisões acontece de modo colegiado em todas as unidades com o propósito de assegurar o fortalecimento e proporcionar maior segurança à governança. Para tanto, são utilizados comitês e comissões, que visam mitigar riscos associados ao processo de tomada de decisão. O Banco dispõe, ainda, de mecanismos de gestão que adotam as melhores práticas de Governança Corporativa, garantindo efetividade e independência na gestão dos riscos e controles internos e compliance. Mais informações sobre Governança no Banco do Nordeste podem ser consultadas no Portal do Banco na Internet no endereço [Governança, Transparência e Ética - Sustentabilidade - Sobre o Banco - Portal Banco do Nordeste](#).

10. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

10.1. Gestão de Riscos

O Banco do Nordeste adota sua Política Corporativa de Gestão de Riscos, que contempla as orientações e diretrizes para as atividades relacionadas à gestão contínua e integrada dos riscos considerados relevantes pelo Banco do Nordeste em função do seu potencial de impacto no alcance dos objetivos estratégicos da Instituição, dispondo de estrutura de gerenciamento de riscos em sua arquitetura organizacional, compatível com seu nível de apetite a riscos e com a natureza e complexidade de seus processos, com capacidade de gerenciar os riscos relevantes a que está exposto.

A Declaração de Apetite por Riscos (RAS) é o documento pelo qual a Instituição sinaliza à governança e órgãos reguladores os níveis de tolerância a diferentes riscos relevantes para a consecução de seus objetivos, considerando os seguintes aspectos: objetivos estratégicos e planejamento empresarial da Instituição, as condições de competitividade e o ambiente regulatório, o plano de capital, tipos de riscos e respectivos níveis que a Instituição está disposta a assumir, o histórico dos indicadores, a capacidade de gerenciar riscos de forma efetiva e prudente; e conta com a participação, experiência e orientação dos membros do Conselho de Administração, Comitê de Sustentabilidade, Riscos e de Capital, Diretoria Executiva e funcionários das áreas que contribuem para sua elaboração.

Dentre os procedimentos para a atualização da RAS destacam-se:

- Estudos e pesquisas de cenários e projeções macroeconômicas;
- Teste de Estresse Integrado;
- Avaliação da viabilidade de reuniões de benchmarking com outras Instituições, visando identificar riscos e oportunidades vislumbradas por estas;
- Avaliação da necessidade de revisão dos indicadores da RAS junto às suas unidades gestoras;
- Desenvolvimento do documento compartilhado junto ao Comitê de Gestão de Riscos e de Capital, à Diretoria Executiva e ao Comitê de Sustentabilidade, Riscos e de Capital, por meio de suas reuniões ordinárias ou extraordinárias.

O ano de 2025 foi marcado pela implantação da Resolução CMN nº 4.966/2021, a qual trouxe uma mudança significativa na forma como as instituições financeiras do Brasil calculam e contabilizam as perdas esperadas em seus instrumentos financeiros. Diante da complexidade do tema, bem como os impactos nos seus processos de gestão de riscos, o Banco do Nordeste direcionou esforços para a implantação das alterações, bem como, adaptações normativas necessárias, por meio de ações conduzidas pela Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos, Compliance e Segurança. Para isso, houve a continuidade dos projetos criados especificamente para melhor gerir o processo de implementação da resolução e para coordenar as ações de mudança nas orientações de negócios com as unidades gestoras de produtos e de segmentação de clientes. Como exemplo de tais ações, vale citar o desenvolvimento de mais de uma dezena de modelos de gestão de riscos, os quais são peças fundamentais no processo decisório de gestão de risco e crédito, adotadas a partir da entrada em vigor da Resolução nº 4.966/2021 em 1º de janeiro de 2025.

Destacam-se, também, outras importantes ações para o atendimento de agendas regulatórias e internas, tais como os ajustes sistêmicos e procedimentais para atendimento das alterações

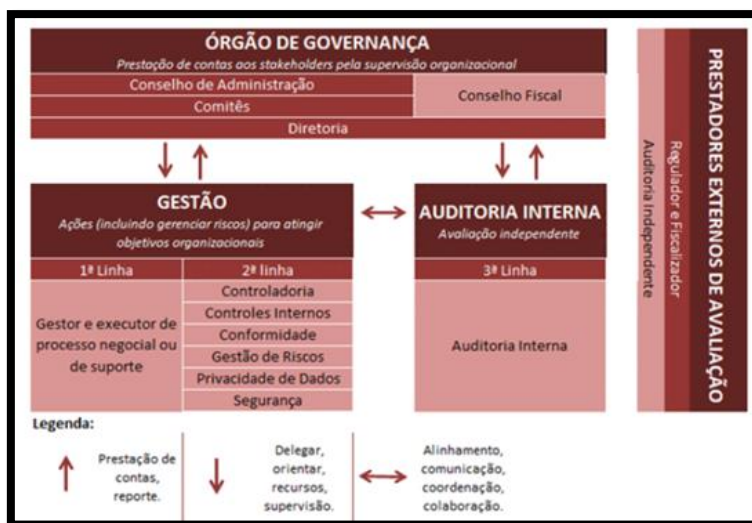
previstas pela Resolução BCB nº 356/2023, a qual apresenta uma nova abordagem para o cálculo do requerimento de capital regulatório para o risco operacional; investimentos em tecnologia e melhorias procedimentais visando a mitigação dos riscos social, ambiental e climático nas operações de crédito do Banco; melhorias e atualizações em políticas internas; bem como a implementação em curso das exigências da Resolução BCB nº 470/2025, que estabelece critérios padronizados para o cálculo diário da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWASENS), com foco na mensuração das sensibilidades dos instrumentos sujeitos ao risco de mercado. A norma impõe exigências técnicas e operacionais significativas e terá vigência obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2027.

Por fim, é importante destacar que os níveis de exposição a risco previstos na RAS, acompanhados mensalmente pelo Comitê de Sustentabilidade, Riscos e de Capital e pela Diretoria Executiva, com repasse trimestral ao Conselho de Administração, não sofreram oscilações relevantes ao longo de 2025, demonstrando a resiliência e a capacidade de gestão de riscos do Banco, mesmo em um cenário cada vez mais dinâmico e de alta complexidade. Outras informações sobre a estrutura de Gestão de Riscos do BNB estão disponíveis no sítio [Gestão de Riscos - Relação com Investidores - Portal Banco do Nordeste](#).

10.2. Controles Internos

A Instituição atua no Modelo das Três Linhas com estrutura integrada de gerenciamento de riscos e controles, na qual os controles internos estão presentes em todos os níveis da Instituição e são exercidos pelas três linhas, cada uma desempenhando um papel distinto dentro da estrutura de governança, conforme demonstrado na Figura 16, a seguir:

Figura 16 - Modelo de Linhas de Gerenciamento Eficaz de Riscos e Controles



Fonte: Política de Controles Internos – versão 009, de 06/03/2025

As unidades que compõem as três linhas da estrutura integrada de gerenciamento de riscos buscam, frequentemente:

- i. Manter os riscos inerentes aos processos, produtos, serviços e sistemas do Banco dentro dos limites das políticas de gestão de riscos vigentes;
- ii. Testar e avaliar a aderência da Instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão e, quando aplicáveis, aos códigos de ética e de conduta;

- iii. Monitorar o fluxo de informações para garantir a consistência na tomada de decisão e da prestação de contas;
- iv. Contribuir para a otimização dos resultados empresariais;
- v. Monitorar a exposição aos riscos relevantes, definidos na Declaração de Apetite a Riscos, inclusive sob condições de estresse.

No plano diretivo, a Diretoria Colegiada é o órgão gestor da Estrutura de Controles Internos, sendo o Diretor de Controle e Risco o responsável perante a autoridade monetária nacional, pela gestão de riscos, controles internos e compliance.

Por sua vez, o Ambiente de Controles Internos e Compliance (ACIC), unidade responsável por certificar a efetividade dos controles e o nível de conformidade dos processos operacionalizados em âmbito institucional, orienta as suas ações e delimita os temas prioritários de forma consistente com as diretrizes estratégicas da organização, de acordo com a regulamentação externa, em conformidade com a unidade corporativa responsável pelo gerenciamento de riscos e com a auditoria interna, identificando e tratando os temas que indicam maior risco para a organização.

Considerando o teor da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, publicada na Internet, no link [Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa - Transparência e Prestação de Contas - Banco do Nordeste - Portal Banco do Nordeste](#), a Estrutura de Controles Internos do Banco do Nordeste fundamenta-se em pilares essenciais:

- i. Boas práticas de governança corporativa;
- ii. Integridade das pessoas e seus valores éticos;
- iii. Compromisso dos empregados em atuar com foco nos objetivos empresariais e de transparência; e
- iv. Estrutura organizacional que garante a segregação de funções, permitindo a delegação de autoridade e atribuições;

Adicionalmente, as políticas e práticas de gestão de riscos, compliance e segurança da informação são compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços, processos e atividades do Banco do Nordeste.

Com o objetivo de assegurar a avaliação das áreas com exposição aos principais riscos ou detentoras de controles relevantes, capazes de afetar o alcance dos objetivos da organização, e a conformidade da Instituição com as regulamentações aplicáveis, o ACIC elabora o seu Plano Anual de Atividades (PACIC), submetendo-o à deliberação da sua Diretoria Executiva.

Nesse contexto, no primeiro semestre de 2025, o ACIC realizou 513 trabalhos e testes, dentre os quais 486 trabalhos foram aplicados junto às unidades executoras, para verificação da aderência dos negócios realizados pelas (Agências, Centrais de Crédito, Desembolso de Financiamentos, Renegociações de Dívidas e Escritórios) aos normativos internos, apresentando um Índice de Conformidade de 97,65%; além de 27 trabalhos e testes aplicados junto às unidades gestoras de processos, produtos ou serviços da Direção Geral, com vistas a realizar avaliação de modelos, identificação e autoavaliação de controles, avaliação de efetividade de PLD/FT, testes de integridade, compliance regulatório e compliance operacional, apresentando um Índice de Conformidade de 88,62%.

Os resultados dos trabalhos realizados pela 2ª Linha são reportados periodicamente às diversas unidades corporativas e de Governança para auxílio da tomada de decisão e adoção de medidas pertinentes à adequada mitigação dos riscos relacionados.

**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**SEDE: AV. DR. SILAS MUNGUBA, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. nº 07.237.373/0001-20

Demonstrações Financeiras Individuais

BALANÇO PATRIMONIAL

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)



ATIVO		
	Notas	30.06.2025
DISPONIBILIDADES	5	149.380
DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL	6	1.205.748
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		66.970.601
AO VALOR JUSTO NO RESULTADO		1.415.156
Títulos e Valores Mobiliários	7.a.1	1.339.794
Instrumentos Financeiros Derivativos		75.362
AO VALOR JUSTO EM OUTROS RESULTADOS ABRAGENTES		42.902.249
Títulos e Valores Mobiliários	7.b	42.905.752
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.b	(3.503)
AO CUSTO AMORTIZADO		22.653.166
Aplicações no Mercado Aberto	5	3.159.997
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		1.050.502
Aplicações em Moedas Estrangeiras		60.993
Títulos e Valores Mobiliários	7.c.1	273.430
Operações de Crédito		18.108.244
Saldo Contratual	7.c.2	18.995.647
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.c.5	(887.403)
OUTROS		30
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	8	171.910
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	8	132.572
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		119.650
Correspondentes		185
SFH – Sistema Financeiro de Habitação		14.333
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(1.596)
VALORES A RECEBER RELATIVOS A TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO		40.442
PROVISÃO PARA PERDAS CRÉDITO VALORES A RECEBER TRAN. DE PAGTO		(1.104)
OUTROS ATIVOS NÃO FINANCEIROS	9	1.194.647
ATIVOS FISCAIS		4.085.945
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		474.478
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	18.c	3.611.467
INVESTIMENTOS	10	356
PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO		356
Mensuradas pelo Método de Custo		793
Depreciação Acumulada Propriedades para Investimentos Avaliados ao Custo		(437)
IMOBILIZADO		347.833
Imobilizado		746.870
Direito de Uso		1.343
Depreciação Acumulada		(400.380)
INTANGÍVEL		231.488
Intangível	10	254.946
Amortização Acumulada		(23.458)
TOTAL DO ATIVO		74.357.908

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais

**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**

SEDE: AV. DR. SILAS MUNGUBA, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ

CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. nº 07.237.373/0001-20

Demonstrações Financeiras Individuais

BALANÇO PATRIMONIAL

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Notas	30.06.2025
PASSIVO		59.528.508
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		27.483.264
AO CUSTO AMORTIZADO		27.475.922
DEPÓSITOS	11.a.1	15.887.562
Depósitos à Vista		3.807.367
Depósitos de Poupança		1.245.720
Depósitos Interfinanceiros		1.434.761
Depósitos a Prazo		9.399.714
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	11.a.2	4.481.203
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	11.a.3	475.367
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS	11.a.3.1	841.542
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	11.a.3.3	883.479
ARRENDAMENTO	11.a.4	1.171
OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA	11.a.5	4.905.598
AO VALOR JUSTO NO RESULTADO		7.342
Instrumentos Financeiros Derivativos		7.342
OBRIGAÇÕES POR FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO	11.a.6	20.624.062
PROVISÃO PARA GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS	14	3.953.648
PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS COM COMPROMISSOS DE CRÉDITOS	15	159.116
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	16.g	1.090.068
PASSIVOS ATUARIAIS	17.g	2.572.202
RENDAS ANTECIPADAS	13	148.602
PASSIVOS FISCAIS		1.421.389
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		959.190
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	18.d	462.199
OUTROS PASSIVOS	19	2.076.157
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.829.400
Capital Social	20.a	13.238.172
Reservas de Reavaliação		13.070
Reservas de Lucros		2.494.757
Outros Resultados Abrangentes		(916.599)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		74.357.908

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais

**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.****Demonstrações Financeiras Individuais
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO****Semestre findo em 30 de junho de 2025****(Valores em R\$ Mil)**

	Notas	01.01 a 30.06.2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.733.950
Operações de Crédito	7.c.2.3	1.913.666
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7.a.1.1	2.979.711
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7.a.2.3	(168.955)
Resultado das Aplicações Compulsórias		9.528
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(2.677.657)
Operações de Captação no Mercado	11.a.2.1	(1.087.320)
Operações de Empréstimos e Repasses	11.a.3.4	(92.894)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	11.a.7	(1.125.747)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.c.6	(371.696)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.056.293
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		4.488.116
Receitas de Prestação de Serviços	21.a	1.867.085
Rendas de Tarifas Bancárias	21.b	61.443
FNE- <i>Del Credere</i>	21.f	1.962.495
Outras Receitas Operacionais	21.g	597.093
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		(4.306.341)
Despesas de Pessoal	21.c	(1.498.806)
Outras Despesas Administrativas	21.d	(1.282.490)
Despesas Tributárias	21.e	(329.544)
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	21.h	(570.935)
Provisão para Contingências Passivas	21.i	(153.725)
Outras Despesas Operacionais	21.j	(470.841)
RESULTADO OPERACIONAL		2.238.068
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		886
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	18.a	2.238.954
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18.b	(741.523)
Provisão para Imposto de Renda		(506.244)
Provisão para Contribuição Social		(412.334)
Ativo Fiscal Diferido		177.055
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	18.a	(113.752)
LUCRO LÍQUIDO		1.383.679
Nº de Ações (em mil)		98.700
Lucro Líquido por Ação Básico/Diluído (em R\$)		14,02

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais



BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.
Demonstrações Financeiras Individuais
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Valores em R\$ Mil)



	01.01 a 30.06.2025
LUCRO LÍQUIDO	1.383.679
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(11.851)
Itens que poderão ser reclassificados para o Resultado	114.391
Ajustes em Instrumentos Financeiros Classificados como VJORA	207.925
Efeito Tributário sobre Ajustes em Instrumentos Financeiros Classificados como VJORA	(93.566)
Realização da Reserva de Reavaliação	58
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(26)
Itens que não poderão ser reclassificados para o Resultado	(126.242)
Ganhos ou Perdas Atuariais	(229.530)
Efeito Tributário sobre Ganhos ou Perdas Atuariais	103.288
RESULTADO ABRANGENTE	1.371.828

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais



BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.
 Demonstrações Financeiras Individuais
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Semestre findo em 30 de junho de 2025
 (Valores em R\$ Mil)



EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCRO				OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
		ATUALIZAÇÃO DE TÍTULOS PATRIMONIAIS	LEGAL	RESERVA PARA MARGEM OPERACIONAL	RESERVA PARA EQUALIZAÇÃO DE DIVIDENDOS COMPLEMENTARES	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCRO			
SALDOS EM 31.12.2024	11.648.938	13.102	849.221	1.250.612	1.094.116	-	(904.716)	-	13.951.273
AJUSTES POR ADOÇÃO DA RESOLUÇÃO CMN Nº 4966 (Líquidos dos Efeitos Tributários)	-	-	-	-	-	-	-	(218.970)	(218.970)
SALDOS EM 31.01.2025	11.648.938	13.102	849.221	1.250.612	1.094.116	-	(904.716)	(218.970)	13.732.303
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES									
Instrumentos Financeiros Classificados como VJORA (Líquidos dos Efeitos Tributários)							114.359		114.359
Ganhos ou Perdas Atuariais (Líquidos dos Efeitos Tributários)							(126.242)		(126.242)
AUMENTO DE CAPITAL									
Proveniente de Reservas:									
Incorporação ao Capital Social	1.589.234			(1.250.611)	(338.623)				-
OUTROS EVENTOS									
Reavaliação de Ativos:									
Realização de Reservas (Líquida dos Efeitos Tributários)		(32)						32	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE								1.383.679	1.383.679
Destinações									
Reservas Legal e Estatutária			69.184	615.643	205.215			(890.042)	-
Juros sobre o Capital Próprio								(274.699)	(274.699)
SALDOS EM 30.06.2025	13.238.172	13.070	918.405	615.644	960.708	-	(916.599)	-	14.829.400
MUTAÇÕES DO PERÍODO	1.589.234	(32)	69.184	(634.968)	(133.408)	-	(11.883)	218.970	1.097.097

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais

**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.**

Demonstrações Financeiras Individuais

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores em R\$ Mil)



	01.01 a 30.06.2025
Lucro Antes dos Tributos e Participações	2.238.954
Ajustes ao Lucro Antes dos Tributos e Participações	
Despesas de Depreciação e Amortização	21.115
Provisão Líquida para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito - Operações de Crédito	297.775
Provisão Líquida para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito - Ops. c/Características Concessão Crédito	122.525
Provisão Líquida para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito - Compromissos de Créditos e Créd. a Liberar	(47.764)
Reversão Líquida para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito - TVM	(840)
Provisão líquida para Perdas Esperadas sobre Garantias Financeiras Prestadas (Riscos com FDNE)	568.956
Provisão líquida para Perdas Esperadas sobre Garantias Financeiras Prestadas (Riscos com FNE)	1.979
Provisão Passivas não Associadas ao Risco de Crédito	153.725
Passivos Atuariais (Benefícios pós-emprego)	178.028
Baixa de Valor Residual do Imobilizado	766
Provisão para encargos sobre emissão de Letras Financeiras	7.561
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	59.387
Atualização Monetária sobre Depósitos Recursais	20.937
Atualização Monetária de Dividendos e JCP	6.000
Outras Atualizações Monetárias	1.969
Dívida Subordinada Elegível a Capital	169.720
Lucro Líquido Ajustado	3.800.793
Depósitos Compulsórios no Banco Central	(211.021)
Instrumentos Financeiros Derivativos	214.128
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(418.955)
Aplicações em Moedas Estrangeiras	(34.327)
Operações de Crédito	(2.213.851)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	286.653
Outros	61
Outros Ativos Financeiros	(158.708)
Outros Ativos Não Financeiros	616.414
Ativos Fiscais	265.572
Depósitos	(1.242.834)
Captações no Mercado Aberto	154.911
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(1.269.933)
Arrendamento	1.172
Outros Instrumentos de Dívida	(10.319)
Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	5.074.555
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	256.141
Provisão para Perdas Esperadas com Compromissos de Créditos e Créditos a Liberar	(61.880)
Provisão para Contingências	25.175
Passivos Atuariais	250.724
Rendas Antecipadas	(5.000)
Passivos Fiscais	(1.551.430)
Outros Passivos	(286.331)
Imposto de Renda e CSLL pagos	(1.147.411)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.334.299
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Inversões em Investimentos	793
Inversões em Imobilizado de Uso	(32.460)
Inversões em Intangível	(64.698)
Alienação de Imobilizado de Uso	40
Títulos e Valores Mobiliários	(1.815.916)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.912.241)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Pagamento de Dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio	(314.822)
Dívidas Subordinadas Elegível a Capital	169.720
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(145.102)
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	276.956
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	
No Início do Período	3.032.421
No Fim do Período	3.309.377
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	276.956

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais

	01.01 a 30.06.2025	%
RECEITAS	7.655.755	
Intermediação Financeira	4.733.950	
Prestações de Serviços e Tarifas Bancárias	1.928.528	
Provisão para Risco de Crédito	(371.696)	
Outras	1.364.973	
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.305.961)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.237.450)	
Materiais, Energia e Outros	(55.859)	
Serviços de Terceiros	(745.168)	
Outras	(436.423)	
Processamento de Dados e Telecomunicações	(265.008)	
Propaganda, Promoções e Publicações	(38.265)	
Transportes	(16.171)	
Segurança	(49.154)	
Viagens	(12.394)	
Outras	(55.431)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	4.112.344	
RETENÇÕES	(21.115)	
Depreciação, amortização e exaustão	(21.115)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	4.091.229	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	4.091.229	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	4.091.229	
PESSOAL	1.399.929	34,22
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	1.005.216	24,57
Proventos	891.464	
Participação nos lucros	113.752	
BENEFÍCIOS	325.755	7,96
Provisões (Benefícios pós-emprego)	179.365	
Benefícios - Outros	146.390	
FGTS	68.958	1,69
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	1.283.696	31,38
Federais	1.253.382	
Estaduais	18	
Municipais	30.296	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	23.925	0,58
Aluguéis	23.925	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	1.383.679	33,82
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	274.699	6,71
União	167.602	
Outros	107.097	
LUCROS RETIDOS	1.108.980	27,11

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Semestre findo em 30 de junho de 2025
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

Nota 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (Banco) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizado sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, controlado pela União Federal e tem por missão: "Atuar como o Banco de desenvolvimento sustentável da Região Nordeste, Norte de Minas Gerais e Espírito Santo". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). As obrigações assumidas pelo Banco para atender interesse público estão demonstradas nas Notas Explicativas 11.a.6 e 14.a.1. O Banco possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas, bem como de parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Nota 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais foram preparadas e apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e alterações posteriores), normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen ou BCB) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

De acordo com a dispensa permitida pelo Artigo 79, da Resolução CMN nº 4.966, de 25.11.2021, as Demonstrações Financeiras Individuais não apresentam informações comparativas relativamente a períodos anteriores.

As contas do Ativo e do Passivo do Balanço Patrimonial estão sendo apresentadas exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade, conforme faculta a Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020. A segregação entre circulante e não circulante é objeto de divulgação nas Notas Explicativas.

As Demonstrações Financeiras Individuais foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional, porquanto a administração avalia que o Banco possui recursos suficientes para continuar operando no cumprimento de sua missão e objeto social, inexistindo incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre essa capacidade de continuar operando normalmente.

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN e BCB como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN e BCB, estão observados nestas Demonstrações Financeiras Individuais, conforme abaixo:

- CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Resolução CMN nº 4.924, de 24.06.2021);
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução CMN nº 4.924, de 24.06.2021);
- CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (Resolução CVM nº 91, de 20.05.2022);
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020 e Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020);
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível (Resolução CMN n.º 4.534, de 24.11.2016);

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020 e Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020);
- CPC 06 (R2) – Arrendamentos (Resolução CMN nº 4.975, de 16.12.2021 e Resolução CVM nº 95, de 20.05.2022);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Resolução CVM nº 117, de 03.06.2022);
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações (Resolução CMN nº 3.989, de 30.06.2011);
- CPC 12 (R1) – Ajuste a Valor Presente (Resolução CVM nº 190, de 09.10.2023);
- CPC 22 – Informações por Segmento (Resolução CVM nº 103, de 20.05.2022);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução CMN nº 4.924, de 24.06.2021);
- CPC 24 – Evento Subsequente (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020 e Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009);
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução CVM nº 106, de 20.05.2022);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Resolução CMN nº 4.535, de 24.11.2016);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Resolução CVM nº 109, de 20.05.2022);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução CMN nº 4.877, de 23.12.2020);
- CPC 41 – Resultado por Ação (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020 e Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020);
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (Resolução CMN nº 4.924, de 24.06.2021); e
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (Resolução CMN nº 4.924, de 24.06.2021).

Normas que entraram em vigor em 01.01.2025:

a) para Instrumentos Financeiros:

Em 25.11.2021, o CMN publicou a Resolução nº 4.966, que introduziu novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros, alinhadas aos princípios estabelecidos na norma internacional IFRS 9. A nova Resolução revogou, dentre outras, a Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que estabelecia a base de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito, e as Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.01.2001 e 3.082, de 30.01.2002, que eram aplicadas aos títulos e valores mobiliários.

A Resolução CMN nº 4.966 representa mudança significativa nas práticas contábeis para instrumentos financeiros, principalmente quanto à adoção do modelo de perdas esperadas, antecipando o reconhecimento de possíveis perdas associadas ao risco de crédito. A nova regulamentação exigiu ajustes nos processos contábeis e novos critérios de divulgação, abrangendo classificação, mensuração, baixa e reconhecimento de ativos financeiros, incluindo instrumentos de hedge.

No tocante ao modelo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito adotado pelo Banco a partir de 01.01.2025, releva registrar: (i) utilização da metodologia completa de apuração, na avaliação da perda, conforme dispõe o Artigo 40 da Resolução CMN nº 4.966, pois conforme a segmentação estabelecida pela Resolução CMN nº 4.553, de 30.01.2017, o Banco está enquadrado no Segmento 2 (S2); e (ii) alcance não somente da situação atual do crédito e do devedor, mas também da expectativa de eventos futuros que possam afetar a capacidade do devedor e de condições relacionadas ao crédito, diferentemente do que se aplicava até então, em que as perdas reconhecidas do crédito eram registradas em função da classificação em escala de rating, com aplicação de percentuais sobre o saldo exposto, crescente à medida da piora da classificação.

Outra mudança diz respeito à classificação dos TVM. Sob a luz da Circular Bacen nº 3.068, os TVM eram classificados em três categorias: para negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. Com o advento da Resolução CMN nº 4.966, os TVM passaram a ser classificados com base em modelos

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Semestre findo em 30 de junho de 2025
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

de negócios para gestão dos ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses Ativos, em três novas categorias: Valor Justo no Resultado (“VJR”), Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”) e Custo Amortizado (“CA”)

Em 16.11.2022, foi publicada a Lei nº 14.467, que “dispõe sobre o novo tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil”. Mencionada Lei estabelece que os artigos 9º, 9ºA e 10 a 12 da Lei n.º 9.430, de 27.12.1996 não mais se aplicarão às instituições financeiras, no que se refere ao registro das perdas, aos encargos financeiros de créditos vencidos e aos créditos recuperados, estando alinhada à Resolução CMN n.º 4.966. Tais alterações no tratamento das perdas para fins fiscais visam alinhar as normas tributárias e contábeis, com redução de vulnerabilidades decorrentes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras. Em 27.12.2024, a Lei nº 15.078 introduziu alterações no artigo 6º da Lei nº 14.467, permitindo que as instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen passem a utilizar a razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para fins de exclusão do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, das perdas apuradas em 01.01.2025, relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31.12.2024, que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas. Entretanto, essa dedutibilidade será permitida somente a partir do mês de janeiro/2026.

Em 23.11.2023, o Bacen emitiu a Resolução nº 352, que estabeleceu os procedimentos a serem observados para: (i) definir os fluxos de caixa futuros de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal; (ii) aplicar a metodologia de apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; (iii) constituir a provisão para perdas associadas ao risco de crédito; (iv) solicitar autorização para utilização da metodologia completa de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e (v) evidenciar informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas às demonstrações financeiras.

b) para operações de Arrendamento Mercantil:

A Resolução CMN nº 4.975, de 16.12.2021, que “dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil”, foi aplicada prospectivamente pelo Banco, a partir de 01.01.2025, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de suas operações de arrendamento mercantil, na condição de arrendatário, em observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, aprovado em 06.10.2017.

Nota 3 - Resumo das Políticas Contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas ao período apresentado nas Demonstrações Financeiras Individuais.

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais do Banco é o Real. Os Ativos e Passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio em vigor na data da transação, permanecendo os Ativos não monetários ao custo histórico. Ao final de cada mês, os Ativos e Passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio de fechamento, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência e considerando o critério pro rata temporis.

c) Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa

Correspondem aos saldos de disponibilidades, acrescidos das aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação, e que apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

d) Instrumentos Financeiros

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Semestre findo em 30 de junho de 2025
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

I) Classificação

O Banco classifica seus Ativos e Passivos Financeiros considerando os modelos de negócios para geri-los, associados com as respectivas características de fluxo de caixa contratual, conforme a seguir:

a) Ativos Financeiros:

a.1) Ao Valor Justo no Resultado (“VJR”):

- cujo objetivo seja vendê-los antes de seus respectivos vencimentos, mas que não contemplem esquemas de reembolso que prevejam pagamento de principal + encargos em datas previamente estabelecidas; ou,
- que sejam classificados como Instrumentos Financeiros Derivativos.

a.2) Ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”), que atendam, cumulativamente, às duas condições seguintes:

- cujo objetivo seja tanto mantê-los em carteira para recebimento de seus fluxos de caixa contratuais (principal + encargos) nas datas efetivamente pactuadas com o cliente (esquema de reembolso), como vendê-los antes de seus respectivos vencimentos; e,
- contemplem esquemas de reembolso que prevejam pagamentos de principal + encargos em datas previamente estabelecidas.

a.3) Ao Custo Amortizado (“CA”), que atendam, cumulativamente, às duas condições seguintes:

- cujo objetivo seja mantê-los em carteira para recebimento de seus fluxos de caixa contratuais (principal + encargos) nas datas efetivamente pactuadas com o cliente (esquema de reembolso); e,
- contemplem os esquemas de reembolso que prevejam pagamentos de principal + encargos em datas previamente estabelecidas.

b) Passivos Financeiros:

b.1) Ao Custo Amortizado (“CA”), excetuando-se os que forem objeto da opção irrevogável, quanto a serem mensurados a VJR; e

b.2) Valor Justo no Resultado (“VJR”) os Passivos decorrentes de Instrumentos Financeiros Derivativos.

II) Reclassificação

O Banco somente reclassifica os Ativos Financeiros na hipótese de mudanças em seus modelos de negócios para geri-los e, em nenhuma hipótese, reclassifica os seus Passivos Financeiros.

III) Taxa de Juros Efetiva (“TJE”)

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do Ativo ou Passivo Financeiro ao valor contábil bruto de um Ativo Financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um Passivo Financeiro.

Ativos e Passivos financeiros classificados e mensurados ao (“CA”), referentes a operações iniciadas a partir de janeiro de 2025, foram reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros. As operações de créditos originadas até 31.12.2024, continuaram a ser reconhecidas pela taxa contratual, pela vigência dos respectivos contratos, exceto se renegociadas/reestruturadas a partir de 01 de janeiro de 2025.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do Ativo Financeiro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Referente às operações de créditos classificadas na categoria ("CA"), o Banco optou, para a apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação ou na emissão do instrumento financeiro, realizar o processo seguindo o método [diferenciada linear] de apropriação às receitas contratuais; e, adicionalmente, sem o reconhecimento dos custos imateriais, conforme disposto no art. 13 da Res. BCB nº352/23.

Em razão das operações ativas e passivas do Banco, os seguintes custos de transação/originação e tarifas/comissões compõem a formação da TJE, uma vez que se referem a custos diretamente atribuíveis à emissão do instrumento financeiro:

- Taxa de Abertura de Crédito (TAC) e Comissão de Estruturação (incidentes na originação de operações de crédito ativas); e
- Taxa Flat (incidente na liberação de recursos de operações passivas junto ao BNDES).

IV) Classificação do Risco de Crédito

Classificação da Carteira

i - Carteira 1 (C1):

- a) créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis; e
- b) créditos com garantia fidejussória da União, de governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais ou organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento;

ii - Carteira 2 (C2):

- a) créditos de arrendamento mercantil, nos termos do disposto na Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974;
- b) créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis;
- c) créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança;
- d) créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- e) créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- e
- f) créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição, nos termos da Resolução nº 4.818, de 29 de maio de 2020;

iii - Carteira 3 (C3):

- a) créditos decorrentes de operações de desconto de direitos creditórios, inclusive recebíveis comerciais adquiridos e operações formalizadas como aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante do Sistema Financeiro Nacional e nas quais a mesma pessoa seja devedora solidária ou subsidiária dos recebíveis;
- b) créditos decorrentes de operações garantidas por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios ou penhor de direitos creditórios; e
- c) créditos com cobertura de seguro de crédito, garantia real ou garantia fidejussória não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I e II do caput;

iv - Carteira 4 (C4):

- a) créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais; e
- b) operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos; ou

v - Carteira 5 (C5):

- a) operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput e crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais;
- b) créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput; e
- c) créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I a IV do caput.

Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O Banco adota a metodologia completa para cálculo da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, observando-se os seguintes critérios:

- são consideradas as perdas incorridas dos instrumentos financeiros, conforme definido pela Resolução BCB nº 352, artigo 76, para operações adimplidas e inadimplidas, inclusive. A citada Resolução não dispensa às Instituições Financeiras obrigadas à aplicação da metodologia completa de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de constituir provisão adicional de acordo com tipo de carteira e os percentuais ali definidos.

- são consideradas, ainda, as expectativas de eventos futuros e condições econômicas, além de evidências objetivas de perda no valor recuperável dos Ativos. Isso ocorre como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos Ativos, os quais impactam negativamente os fluxos de caixa futuros previstos do Ativo, podendo ser estimados de forma confiável.

O Banco não reconhece os juros a partir do momento que a Administração entende que o reconhecimento da receita não seja provável, em função de significativa incerteza de recebimento futuro, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 90 dias de atraso.

V) Baixa do Ativo Financeiro

O Banco procede à baixa de um Ativo Financeiro se:

- os direitos contratuais ao fluxo de caixa do Ativo expirarem; ou
- o Ativo Financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa.

Conforme modelo de avaliação instituído pelo Banco, o período de reconhecimento de não-recuperação do valor de um Ativo foi definido em 19 meses após o início do atraso para os instrumentos de crédito enquadrados nas Carteiras C3, C4 e C5, conforme a tabela de perda incorrida, sendo 18 meses de atraso mais 1 mês até o lançamento à prejuízo, e em 25 meses após o início do atraso para os instrumentos de crédito enquadrados nas Carteiras C1 e C2, sendo 24 meses de atraso mais 1 mês até o lançamento em prejuízo.

VI) Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

A mensuração dos valores justos de Ativos e Passivos Financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor líquido presente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado, e modelos de avaliação. O Banco utiliza métodos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, conforme modelo de negócios, levando em consideração dados observáveis no mercado. Para instrumentos financeiros mais complexos, o Banco utiliza modelos exclusivos, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos no mercado, conforme determinado em política ou manual de marcação. Alguns ou todos os dados inseridos nesses modelos podem não ser observáveis no mercado, e são derivados de preços ou taxas de mercado ou são estimados com base em premissas.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para Ativos e Passivos idênticos.

Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o Ativo ou Passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: Inputs, para o Ativo ou Passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Semestre findo em 30 de junho de 2025
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

não observáveis).

e) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de swap, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de “swap” são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços e as valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas.

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em hedge de risco de mercado.

O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação no valor de mercado registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela B3 S.A.

Em face da implementação do novo Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil – COSIF, a partir de 01.01.2025, os contratos de câmbio, na qualidade de instrumentos financeiros derivativos, passaram a ser contabilizados pelo valor justo com reconhecimento de variações diretamente no resultado do período.

f) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustado por provisão para perdas, quando aplicável.

g) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados nas categorias (“VJR”), (“VJORA”) e (“C.A”)

Os Títulos e Valores Mobiliários sujeitos ao valor justo, seja pela coleta de preços no mercado, seja por modelo de precificação interna, estão sob a influência de vários fatores, dentre eles: taxas de juros, variação cambial, rating e liquidez dos títulos, e cenários políticos, econômicos e sanitários. Todos esses e outros fatores impactam o custo de oportunidade desses ativos, afetando os valores com que são negociados no mercado secundário, ou as taxas de desconto a valor presente utilizadas nas metodologias de precificação interna (precificação pelo fluxo de caixa descontado).

h) Outros Valores e Bens

Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda correspondentes a imóveis, veículos e outros bens (próprios desativados, recebidos em dação de pagamento ou oriundos de execução de garantias). Esses bens são ajustados a valor justo, de acordo com as normas vigentes.

As Despesas Antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas pelo custo e amortizadas à medida da realização dos serviços ou geração dos benefícios.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Semestre findo em 30 de junho de 2025
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

i) Propriedade para Investimento, Imobilizado e intangível

Propriedade para Investimento: estão avaliadas pelo custo, deduzido da respectiva depreciação.

Imobilizado de Uso: avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável (se houver) e da respectiva depreciação, que está calculada pelo método linear, a partir do momento de disponibilidade do ativo para uso, considerando a vida útil estimada dos bens: Edificações e Instalações – 40 a 60 anos; Móveis e Utensílios – 10 a 45 anos; Máquinas e Equipamentos – 15 a 35 anos; Aeronaves – 20 anos; e Veículos (automóveis, tratores e bicicletas) – 10 a 30 anos. Terrenos não são depreciados. O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revisados a cada ano.

Intangível: corresponde a ativos não monetários identificáveis, sem substâncias físicas, adquiridos ou desenvolvidos internamente e destinados à manutenção das atividades do Banco.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes e dos ativos financeiros que tem modelo de negócios definido como venda e como coletar fluxos de caixa são revistos, no mínimo, ao fim de cada exercício de relatório, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

k) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

São reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério pro rata die.

l) Dívidas Subordinadas

Estão registradas pelo custo amortizado, atualizadas pela taxa extramercado, divulgada pelo Bacen, quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

m) Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

A avaliação da provisão e do passivo contingente, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota, exceto nos processos em trâmite nos Juizados Especiais Cíveis, nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego e, a partir de maio de 2025, nos processos com estimativa de perda financeira inferior a R\$ 1 milhão, cujas avaliações de provisão são feitas com base na média histórica de perdas.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente. Quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível, referido ganho é reconhecido nas demonstrações contábeis porque o ativo relacionado deixa de ser ativo contingente. Os ativos contingentes, para os quais a entrada de benefícios econômicos é provável, têm sua natureza divulgada nas notas explicativas, bem como uma estimativa de seus efeitos financeiros, quando praticável.

n) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, além de plano de assistência médica e de seguro de vida em grupo, ambos do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Outros Resultados Abrangentes”, no Patrimônio Líquido. As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado. Como forma de mitigar as incertezas decorrentes dos cálculos atuariais, o Banco conta com os serviços de consultoria especializada que, periodicamente, efetua a mensuração desses cálculos, que inclui análise de sensibilidade, contemplando a simulação de cenários das premissas consideradas mais relevantes, tais como: taxa de juros, tábua de mortalidade e inflação médica.

o) Tributos

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 mil no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 20%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. O ISSQN é calculado de acordo com a legislação de cada município, com as alíquotas variando entre 2% e 5%.

A carga tributária total de IRPJ e CSLL é composta da provisão para esses tributos (despesa corrente + passivo fiscal diferido) e do ativo fiscal diferido. A despesa corrente refere-se ao montante efetivamente recolhido ao erário. Os ativos e os passivos fiscais diferidos são tributos diferidos originários de prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL, e diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. As diferenças temporárias decorrem, por exemplo, de: provisões para créditos de liquidação duvidosa,

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Semestre findo em 30 de junho de 2025
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

provisões para benefícios pós-emprego, outras provisões contingenciais, ajustes a valor justo, etc.

A constituição dos ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ/CSLL é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudo técnico elaborado semestralmente, considerando as alíquotas dos tributos vigentes no exercício de realização destes ativos. Os ativos fiscais diferidos são registrados de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, e observam os critérios para constituição, manutenção e baixa, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842, de 30.07.2020. No caso dos passivos fiscais diferidos, essa legislação não estabelece limites para constituição e manutenção, haja vista que a sua realização prescinde de lucros futuros.

Os ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição, tendo como principais critérios de realização:

- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: a) cronograma de reembolso do crédito; e b) enquadramento em perdas conforme a Lei n.º 14.467, de 16.11.2022;
- Demais provisões: previsão de pagamento (fluxo de contribuições, previsão de desenlace das ações etc.);
- Ajuste a valor justo: vencimento do contrato.

Por sua vez, os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando-se o limite de 30% da referida base.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos na Demonstração do Resultado, exceto quando resultam de transação reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido no Patrimônio Líquido (em Outros Resultados Abrangentes).

Em face da Lei nº 14.467, de 16.11.2022, alterada pela Lei nº 15.078, de 27.12.2024, as perdas apuradas em 01.01.2025 relativas aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31.12.2024, que não foram deduzidos até essa data nem recuperados, serão excluídos do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão 1/84 (um oitenta e quatro avos), a partir de janeiro/2026. Em relação às operações de crédito contratadas a partir de 2025, para o cálculo das perdas incorridas no recebimento de crédito, serão aplicados os fatores A e B, nas operações inadimplidas (superior a 90 dias de atraso), conforme previsto nos art. 2.º e 3.º da Lei nº 14.467, de 16.11.2022.

p) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais inclui estimativas e premissas, tais como: a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida; e constituição e realização de ativo/passivo fiscal diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes de tais estimativas e premissas.

q) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada semestre, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma da Lei, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP poderão ser imputados ao dividendo mínimo.

r) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

s) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Considera-se resultado não recorrente o resultado que: a) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco; e b) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado não relacionado ou relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição terá sua frequência confirmada quando ocorrer por mais de dois exercícios seguidos.

Nota 4 - Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

- a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e
- b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.
A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A performance de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante o semestre findo em 30.06.2025.

O quadro a seguir apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna “Total”.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Especificação	01.01 a 30.06.2025		
	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	6.157.221	1.142.066	7.299.287
Receitas de Operações de Crédito (Nota 7.c.2.3)	1.913.666	-	1.913.666
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7.a.1.1)	1.837.645	1.142.066	2.979.711
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 7.a.2.3)	(168.955)	-	(168.955)
Resultado de Aplicações Compulsórias	9.528	-	9.528
Outras Receitas	2.565.337	-	2.565.337
Despesas	(1.537.676)	(1.710.916)	(3.248.592)
Despesas de Captação no Mercado (Nota 11.a.2.1)	(1.087.320)	-	(1.087.320)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(78.660)	(1.139.981)	(1.218.641)
Provisão para Risco de Crédito	(371.696)	(570.935)	(942.631)
Margem Financeira	4.619.545	(568.850)	4.050.695
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 21.a)	363.598	1.503.487	1.867.085
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões (Nota 21.b)	61.443	-	61.443
Pasep e Cofins	(132.878)	(165.762)	(298.640)
Resultado após Tarifas e Comissões	4.911.708	768.875	5.680.583
Despesas Administrativas			(2.781.296)
Despesas de Pessoal (Nota 21.c)			(1.498.806)
Outras Despesas Administrativas (Nota 21.d)			(1.282.490)
Outras Despesas			(506.608)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(153.725)
Lucro antes da Tributação e Participações			2.238.954
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(741.523)
Participações no Lucro			(113.752)
Lucro Líquido			1.383.679

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Semestre findo em 30 de junho de 2025
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

Nota 5 - Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	30.06.2025
Disponibilidades em Caixa	144.199
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	5.181
Total das Disponibilidades	149.380
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	3.159.997
Total de Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa	3.309.377

⁽¹⁾ Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação é igual ou inferior a 90 dias.

Nota 6 - Depósitos Compulsórios no Banco Central

Especificação	30.06.2025
Depósitos Compulsórios sobre Recursos à Vista	573.313
Depósitos Compulsórios sobre Poupança	249.841
Banco Central – Conta de Pagamento Instantâneo	382.594
Total ⁽¹⁾	1.205.748

⁽¹⁾ Operações cujo vencimento corresponde a até 12 meses.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota 7 – Instrumentos Financeiros

a) Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado (“VJR”)

a.1) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Títulos e Valores Mobiliários	30.06.2025						
	Faixa de Vencimento		Vencimento Final	Valor de Custo	Valor Justo	Ajuste a Valor de Mercado	Nível de Mensuração a Valor Justo
	Até 360 dias	Acima de					
Títulos de Renda Fixa	48.200	892.485		943.347	940.685	(2.662)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	638.694	2029 a 2031	637.012	638.694	1.682	Nível 1
Letras do Tesouro Nacional	48.200	-	2025	48.559	48.200	(359)	Nível 1
Notas do Tesouro Nacional	-	253.791	2035 a 2060	257.776	253.791	(3.985)	Nível 1
Cotas de Fundos de Investimento	-	394.394		394.394	394.394	-	
Vinci Crédito FIC Infra	-	394.394	2099	394.394	394.394	-	Nível 1
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	4.715	-		4.715	4.715	-	
Ações de Companhias Abertas	4.715	-	Sem vencimento	4.715	4.715	-	Nível 1
Total da Categoria	52.915	1.286.879		1.342.456	1.339.794	(2.662)	
Crédito Tributário						3.808	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 18.d)						(2.609)	
Total do Ajuste a Valor de Mercado						(1.463)	

⁽¹⁾ Composição: Garantias em Processos Judiciais R\$ 4.715.

a.1.1) Resultado com TVM

Especificação	01.01 a 30.06.2025
Aplicações no Mercado Aberto	151.379
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	48.105
Títulos de Renda Fixa	2.777.928
Títulos de Renda Variável	2.299
Total	2.979.711

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Semestre findo em 30 de junho de 2025
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

a.2) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

a.2.1) IFD classificados como Hedge de Risco de Mercado (Hedge Accounting)

Composição em 30.06.2025							
Especificação	Valor Nocial	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado	
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial Positivo	Diferencial Negativo
Posição Ativa							
Moeda Estrangeira (Euro)	314.382	75.359	-	69.633	-	5.726	-
Moeda Estrangeira (Euro)	311.000	-	7.331	7.010	-	-	14.341
Posição Passiva							
Total	625.382	75.359	7.331	76.643	-	5.726	14.341

Especificação	30.06.2025	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
5 a 15 anos	75.359	7.331
Total	75.359	7.331

Especificação	30.06.2025				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
IFD utilizados como <i>Hedge</i>	Ativo Euro	Passivo IPCA	Ativo Euro	Passivo IPCA	
<i>Swap</i> - Moeda Estrangeira – Posição Ativa – EURO	391.252	321.619	384.442	309.083	5.726
<i>Swap</i> - Moeda Estrangeira – Posição Ativa – EURO	325.479	318.469	317.123	324.454	(14.341)
Item Objeto de <i>Hedge</i> ⁽¹⁾	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado
Captação de recursos no exterior	712.482		701.565		(10.917)

⁽¹⁾ Líquido do efeito tributário com relação ao Item Objeto de *Hedge*.

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captações no Exterior junto à Associação Francesa de Desenvolvimento (AFD), o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD) (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores dos principais captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos IFD designados como proteção, o Item Objeto de *Hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção e o ajuste a valor de mercado de cada Item Objeto de *Hedge* (registrado como parte do valor contábil da captação) são reconhecidos no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessas operações, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante todo o prazo das operações estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade das operações.

As operações com IFD destinadas a cada item objeto de *hedge* foram avaliadas como efetivas na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) dos Itens Objeto de *Hedge* e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Semestre findo em 30 de junho de 2025
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

a.2.2) Instrumento Financeiro Derivativo originado de contratações de operações de câmbio

Composição em 30.06.2025		
Especificação	Valor Nocial	Ajuste
Contrato de Câmbio – Compra de moeda estrangeira	-	-
Contrato de Câmbio – Venda de moeda estrangeira	3.470	11
Totais	3.470	11

a.2.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

Especificação	01.01 a 30.06.2025
<i>Swap</i>	(168.955)
Total	(168.955)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Ativos Financeiros ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”)

Títulos Valores Mobiliários	30.06.2025											
	Faixa de Vencimento					Vencimento Final	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Nível de Mensuração a Valor Justo	Perda Esperada	
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias						Estágio 1	Total
Títulos de Renda Fixa	-	-	275.486	1.050.930	37.759.860		39.949.929	39.086.276	(863.653)		(3.503)	(3.503)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	34.291.503	2027 a 2030	34.191.494	34.291.503	100.009	Nível 1	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	3.153.998	2026 a 2055	3.857.637	3.153.998	(703.639)	Nível 1	-	-
Letras Financeiras	-	-	275.486	1.050.930	225.944	2025 a 2026	1.561.110	1.552.360	(8.750)	Nível 3	(3.020)	(3.020)
Debêntures	-	-	-	-	85.469	2.035	336.881	85.469	(251.412)	Nível 3	(483)	(483)
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	2.946	2.027	2.807	2.946	139	Nível 2	-	-
Cotas de Fundos de Investimentos	6.505	-	43.021	23.760	309.256		382.542	382.542	-		-	-
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	586	-	-	-	-	Sem vencimento	586	586	-	Nível 1	-	-
Cotas Fundo Investimento CRIATEC	-	-	8.072	-	-	2025	8.072	8.072	-	Nível 1	-	-
Cotas Fundo Investimento CRIATEC II	-	-	14.426	-	-	2025	14.426	14.426	-	Nível 1	-	-
Cotas Fundo Investimento CRIATEC III	-	-	-	13.868	-	2026	13.868	13.868	-	Nível 1	-	-
Cotas Fundo Investimento CRIATEC IV	-	-	-	-	1.527	2033	1.527	1.527	-	Nível 1	-	-
FIP Brasil Agronegócio	-	-	-	9.892	-	2026	9.892	9.892	-	Nível 1	-	-
Nordeste III FIP	-	-	20.523	-	-	2025	20.523	20.523	-	Nível 1	-	-
FIP Anjo	-	-	-	-	12.708	2029	12.708	12.708	-	Nível 1	-	-
Vinci Impacto e Retorno IV Feeder B	-	-	-	-	28.472	2030	28.472	28.472	-	Nível 1	-	-
Vinci Cred Infra Institucional	-	-	-	-	266.549	2037	266.549	266.549	-	Nível 1	-	-
Fundo de Investimento Liquidez Câmara B3 Multimercado - FILCB	5.919	-	-	-	-	Sem vencimento	5.919	5.919	-	Nível 1	-	-
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	-	-	-	3.436.934		3.426.556	3.436.934	10.378		-	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	3.436.934	2028 a 2029	3.426.556	3.436.934	10.378	Nível 1	-	-
Total da Categoria	6.505	-	318.507	1.074.690	41.506.050		43.759.027	42.905.752	(853.275)		(3.503)	(3.503)
Crédito Tributário (Nota 18.c)									433.818			
Provisão para Impostos e Contribuições									(49.845)			
Total do Ajuste a Valor de Mercado ⁽²⁾									(469.302)			

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 1.282.788; e Demais Garantias R\$ 2.154.146; e

⁽²⁾ Registrado em “Outros Resultados Abrangentes”.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Semestre findo em 30 de junho de 2025
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

Movimentação dos Títulos Mensurados a Valor Justo

Especificação	Letras Financeiras	Debêntures
Saldo em 31.12.2024	1.594.144	62.474
Compras/ Bloqueio judicial	-	-
Vendas/Desbloqueio Judicial	-	-
Amortização	-	-
Rendas	107.305	1.618
Cutover TVM – Res.4966 LPA	1.624	34.974
Perdas Esperadas/Reversões ⁽¹⁾	(3.020)	(483)
Ajustes a Mercado ⁽²⁾	3.569	
Saldo em 30.06.2025	1.549.341	84.987

⁽¹⁾ Reconhecidas no Resultado; e

⁽²⁾ Reconhecidos em “Outros Resultados Abrangentes”.

c) Ativos Financeiros ao Custo Amortizado (“CA”)

c.1) Títulos e Valores Mobiliários

Títulos e Valores Mobiliários	30.06.2025		
	Faixa de Vencimento	Vencimento final	Valor de Custo (Contábil)
	Acima de 360 dias		
Títulos de Renda Fixa	273.430		273.430
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	273.430	2.030	273.430
Total da Categoria	273.430		273.430

c.2) Operações de Crédito

c.2.1) Carteira de Crédito

Especificação	30.06.2025	
	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	18.404.293	(793.864)
Outras Rubricas com Características de Crédito	591.354	(93.539)
Total	18.995.647	(887.403)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c.2.2) Composição da Carteira de Crédito (líquida de provisão)

Especificação	30.06.2025
Adiantamentos a Depositantes	911
Empréstimos	10.424.729
Títulos Descontados	3.426
Financiamentos	2.202.720
Financiamentos a Exportações	4.786
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	35.961
Financiamentos Agroindustriais	83
Financiamentos Rurais	1.261.437
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	3.676.376
Total de Operações de Crédito	17.610.429
Avais e Fianças Honradas	7.973
Títulos e Créditos a Receber	55.329
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio	434.513
Total de Outras Rubricas com Características de Crédito	497.815
Total da Carteira de Créditos	18.108.244

c.2.3) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01 a 30.06.2025
Empréstimos e Títulos Descontados	1.284.260
Financiamentos	313.242
Financiamentos Agroindustriais	2
Financiamentos Rurais	90.654
Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	35.469
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	190.039
Total	1.913.666

c.2.4) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2025
Rural	171.458	109.927	67.092	195.046	474.553	272.926	1.291.002
Indústria	65.818	170.936	86.812	423.077	574.766	4.078.870	5.400.279
Governo	-	-	36.387	-	36.387	127.333	200.107
Outros Serviços	160.209	310.006	206.841	860.254	713.420	2.213.075	4.463.805
Comércio	771.545	705.927	587.526	1.376.898	921.295	1.967.265	6.330.456
Pessoas Físicas	440	767	601	1.274	1.727	1.944	6.753
Total 30.06.2025	1.169.470	1.297.563	985.259	2.856.549	2.722.148	8.661.413	17.692.402

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas						Total em 30.06.2025
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Rural	11	11	215	63	64	344	708
Indústria	3.173	2.864	2.695	10.616	13.985	63.981	97.314
Outros Serviços	13.787	10.987	9.777	23.535	37.753	118.858	214.697
Comércio	47.810	36.147	28.253	56.506	74.633	187.891	431.240
Pessoas Físicas	134	182	95	514	441	236	1.602
Total 30.06.2025	64.915	50.191	41.035	91.234	126.876	371.310	745.561

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vencidas							Total em 30.06.2025
	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Rural	12.877	4.077	874	3.946	2.978	610	8.806	34.168
Indústria	2.125	1.583	1.481	1.180	2.680	3.527	708	13.284
Outros Serviços	10.592	7.026	9.451	8.110	130.538	75.810	9.580	251.107
Comércio	33.050	26.765	30.996	26.147	63.762	68.931	7.690	257.341
Pessoas Físicas	234	126	55	91	275	315	688	1.784
Total 30.06.2025	58.878	39.577	42.857	39.474	200.233	149.193	27.472	557.684

c.2.5) Concentração de Crédito

Especificação	30.06.2025	
	Saldo	% da Carteira
10 Maiores devedores	2.209.611	11,63
50 maiores devedores	5.567.436	29,31
100 maiores devedores	7.632.701	40,18

c.2.6) No 1º semestre de 2025, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 190.039. As renegociações totalizaram R\$ 226.386.

c.3) Níveis de Risco

A Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito é constituída de acordo com o estágio no qual o instrumento financeiro está alocado, da seguinte forma:

- **primeiro estágio:** a constituição da provisão, considera a probabilidade de o instrumento financeiro ser classificado como Ativo com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses, ou durante o prazo esperado do instrumento, caso este seja inferior a 12 meses;
- **segundo estágio:** a constituição da provisão leva em conta a probabilidade de o instrumento financeiro ser classificado como Ativo com problema de recuperação de crédito ao longo de todo o prazo esperado do instrumento financeiro; e
- **terceiro estágio:** a constituição da provisão considera que o instrumento financeiro é classificado como um Ativo com problema de recuperação de crédito.

A determinação do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considera as características dos Ativos Financeiros segregados por carteiras (C1, C2, C3, C4 ou C5).

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c.3.1) Classificação dos Ativos Financeiros por Estágio

Ativos Financeiros	30.06.2025			
	Estágios			
	1	2	3	Total
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(4.271.492)	-	-	(4.271.492)
Títulos de Dívida	(44.593.263)	-	-	(44.593.263)
Títulos Públicos Federais	(42.695.272)	-	-	(42.695.272)
Títulos Privados de Instituições Financeiras	(1.561.110)	-	-	(1.561.110)
Títulos Privados de Entidades Não Financeiras	(336.881)	-	-	(336.881)
Operações de Crédito	(17.081.727)	(544.274)	(778.292)	(18.404.293)
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	(10.053.489)	(356.301)	(623.666)	(11.033.456)
Financiamentos	(2.206.407)	(57.395)	(116.253)	(2.380.055)
Financiamentos Rurais	(1.254.800)	(18.081)	(38.373)	(1.311.254)
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	(3.567.031)	(112.497)	-	(3.679.528)
Outras Oper. c/ Característica Concess. Cred	(420.751)	(4.066)	(166.537)	(591.354)
Adiant. Contrato Cambio c/ Caracter. Concess.	(418.375)	(3.806)	(30.651)	(452.832)
Títulos com Característica de Concessão de Crédito	(2.376)	(260)	(135.886)	(138.522)
Total	(66.367.233)	(548.340)	(944.829)	(67.860.402)

c.4) Classificação dos Ativos Financeiros por Tipo de Carteira

Ativos Financeiros	30.06.2025					Total
	Carteiras					
	C1	C2	C3	C4	C5	
Não Problemáticos	1.678.395	55.413.437	8.774.999	809.731	218.151	66.894.713
De 0 A 14 Dias De Atraso	1.672.232	55.305.107	8.597.318	809.103	213.826	66.597.586
De 15 A 30 Dias De Atraso	3.706	47.430	91.534	376	1.506	144.552
De 31 A 60 Dias De Atraso	1.609	33.199	53.231	174	1.637	89.850
De 61 A 90 Dias De Atraso	848	27.701	32.916	78	1.182	62.725
Problemáticos Adimplidos	8.944	72.088	119.117	39.530	20.111	259.790
De 0 A 90 Dias De Atraso	8.944	72.088	119.117	39.530	20.111	259.790
Problemáticos Inadimplidos	30.540	87.340	540.877	4.889	21.390	685.036
Inad.- Menor que 1 Mês	509	11.991	31.714	1.498	1.693	47.405
Inad.-Per. Igual ou Maior 1 e Menor Que 2 Meses	5.270	17.855	39.923	385	3.037	66.470
Inad.-Per. Igual ou Maior 2 e Menor Que 3 Meses	-	9.670	156.140	349	3.376	169.535
Inad.-Per. Igual ou Maior 3 e Menor Que 4 Meses	2.268	10.077	35.962	172	1.597	50.076
Inad.-Per. Igual ou Maior 4 e Menor Que 5 Meses	-	4.790	28.538	11	994	34.333
Inad.-Per. Igual ou Maior 5 e Menor Que 6 Meses	2.209	7.444	122.139	364	1.011	133.167
Inad.-Per. Igual ou Maior 6 e Menor Que 7 Meses	8.034	9.184	39.696	308	1.293	58.515
Inad.-Per. Igual ou Maior 7 e Menor Que 8 Meses	363	2.810	21.714	2	1.892	26.781
Inad.-Per. Igual ou Maior 8 e Menor Que 9 Meses	-	1.615	13.359	75	923	15.972
Inad.-Per. Igual ou Maior 9 e Menor Que 10 Meses	628	1.607	15.593	795	1.060	19.683
Inad.-Per. Igual ou Maior 10 e Menor Que 11 Meses	62	4.406	7.164	24	1.352	13.008
Inad.-Per. Igual ou Maior 11 e Menor Que 12 Meses	9.057	2.441	7.850	336	1.194	20.878
Inad.-Per. Igual ou Maior 12 e Menor Que 13 Meses	2.140	1.996	12.552	67	697	17.452
Inad.-Per. Igual ou Maior 13 e Menor Que 14 Meses	-	1.347	8.193	251	637	10.428
Inad.-Per. Igual ou Maior 14 e Menor Que 15 Meses	-	107	9	64	598	778
Inad.-Per. Igual ou Maior 15 e Menor Que 16 Meses	-	-	331	188	36	555
Total	1.717.879	55.572.865	9.434.993	854.150	259.652	67.839.539

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c.5) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Especificação	30.06.2025
Saldo Inicial da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	588.557
Efeito da Adoção Inicial da Resolução CMN nº 4.966	62.257
(+) Constituição de Provisão no Período	601.613
(-) Reversão	(286.695)
(-) Créditos Baixados como Prejuízo	(78.329)
(=) Saldo Final da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	887.403

c.6) Composição do Saldo da Despesa de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Especificação	01.01 a 30.06.2025
(+) Provisão sobre Operações de Crédito	366.096
(+) Provisão sobre Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	82.914
(+) Provisão sobre Compromissos de Créditos e Créditos a Liberar	40.523
(+) Provisão sobre TVM	1.568
(+) Provisão sobre Outros Ativos Financeiros	1.110
(-) Reversão de Provisão sobre Operações de Crédito	(68.321)
(-) Reversão de Provisão sobre Outras Operações com Características de Concessão de Crédito e TVM	(4.430)
(-) Reversão de Provisão sobre Compromissos de Créditos e Créditos a Liberar	(47.764)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	371.696

Nota 8 - Outros Ativos Financeiros

Especificação	Vencimento até 360 dias	Vencimento acima de 360 dias	30.06.2025
Relações Interfinanceiras	118.239	14.333	132.572
Pagamento e Recebimentos a Liquidar	119.650	-	119.650
Correspondentes	185	-	185
SFH – Sistema Financeiro de Habitação	-	14.333	14.333
(Provisão para Perdas - SFH)	(1.596)	-	(1.596)
Transações de Pagamento	40.376	66	40.442
(Provisão para Perdas - Transações de Pagamento)	(1.104)	-	(1.104)
Total	157.511	14.399	171.910

Nota 9 - Outros Ativos Não Financeiros

Especificação	Vencimento até 360 dias	Vencimento acima de 360 dias	30.06.2025
Outros Ativos	574.712	639.173	1.213.885
Renda a Receber	40.432	-	40.432
Devedores por Depósitos em Garantia	-	619.543	619.543
Impostos e Contribuições a Compensar	21.770	-	21.770
Opções por Incentivos Fiscais	-	19.630	19.630
Adiantamentos e Antecipações Salariais	66.763	-	66.763
Pagamentos a Ressarcir	1.864	-	1.864
Valores a Receber Bônus Rebate	28.298	-	28.298
Devedores Diversos no País	173.939	-	173.939
Devedores Diversos no Exterior	112	-	112
Adiantamentos para Pagamentos de nossa conta da Instituição	159.105	-	159.105
Outros Valores	82.429	-	82.429
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem Características de Concessão de Crédito	(7)	(19.231)	(19.238)
Total	574.705	619.942	1.194.647

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota 10 – Propriedade para Investimento, Imobilizado e Intangível

Propriedade para Investimento

Especificação	30.06.2025		
	Custo	Depreciação	Saldo Contábil
Imóvel	793	(437)	356

Imobilizado

Especificação	31.12.2024	01.01 a 30.06.2025			30.06.2025		
	Saldo Contábil	Movimentações			Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Baixas	Depreciação			
Edificações	118.281	11.594	(2.133)	(1.279)	314.459	(187.996)	126.463
Sistema de Processamento de Dados	130.394	16.352	(478)	(6.791)	260.416	(120.939)	139.477
Móveis e Equipamentos de Uso	35.243	4.745	(254)	(2.080)	101.432	(63.778)	37.654
Terrenos	16.759	-	-	-	16.759	-	16.759
Instalações	5.200	57	(36)	(53)	17.711	(12.543)	5.168
Equipamentos de Comunicação	167	55	(4)	(10)	421	(213)	208
Equipamentos de Segurança	19.319	683	(33)	(262)	20.069	(362)	19.707
Equipamentos de Transporte	17	-	-	(1)	14.328	(14.312)	16
Bens Artísticos e Valiosos	1.275	-	-	-	1.275	-	1.275
Direitos de Uso	-	1.226	(120)	-	1.343	(237)	1.106
Total	326.655	34.712	(3.058)	(10.476)	748.213	(400.380)	347.833

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Intangível

Especificação	31.12.2024	01.01 a 30.06.2025			30.06.2025		
	Saldo Contábil	Movimentações			Custo	Amortização Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Baixas	Amortização			
Licença de Software	102.013	2.190	-	(4.586)	112.203	(12.586)	99.617
Atualização de Software	2.970	-	-	(177)	3.446	(653)	2.793
Desenvolvimento de Software	72.212	62.508	-	(5.642)	139.297	(10.219)	129.078
Total	177.195	64.698	-	(10.405)	254.946	(23.458)	231.488

Nota 11 – Passivos Financeiros

a) Ao Custo Amortizado

a.1) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.06.2025
Depósitos à Vista	3.807.367	-	-	-	-	-	3.807.367
Depósitos de Poupança	1.245.720	-	-	-	-	-	1.245.720
Depósitos Interfinanceiros	884.466	550.295	-	-	-	-	1.434.761
Depósitos a Prazo	659.488	594.537	4.459.723	2.423.517	826.310	436.139	9.399.714
Depósitos a Prazo	396.818	594.537	3.170.514	2.204.673	607.465	436.139	7.410.146
Depósitos Judiciais com Remuneração	204.790	-	-	-	-	-	204.790
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	1.289.209	218.844	218.845	-	1.726.898
Outros	57.880	-	-	-	-	-	57.880
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 11.a.5)	-	305.858	-	-	-	-	305.858
Letras Financeiras – encargos	-	16.083	-	-	-	-	16.083
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito (LCA) ⁽¹⁾	-	289.775	-	-	-	-	289.775
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 11.a.5)	-	-	-	-	-	790.489	790.489
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 11.a.5)	-	-	-	-	-	3.809.251	3.809.251
Total em 30.06.2025	6.597.041	1.450.690	4.459.723	2.423.517	826.310	5.035.879	20.793.160

⁽¹⁾ Título com prazo médio de 187 dias, sendo a taxa de atualização média de 90% do CDI a.a. pro rata até o vencimento.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.2) Captação no Mercado Aberto

Especificação	Vencimento até 360 dias	30.06.2025
Carteira Própria	4.481.203	4.481.203
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.481.203	4.481.203
Total	4.481.203	4.481.203

a.2.1) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	01.01 a 30.06.2025
Despesas de Captação	(736.162)
Depósitos a Prazo	(436.029)
Depósitos de Poupança	(46.365)
Depósitos Judiciais	(7.561)
Depósitos Interfinanceiros	(75.882)
Depósitos Especiais	(152.116)
Outros Depósitos	(18.209)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(351.158)
Carteira Própria	(291.771)
Letras Financeiras	(59.387)
Total	(1.087.320)

a.3) Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.06.2025
Empréstimos no Exterior	114.608	360.759	-	-	-	-	475.367
Repasses do País	29.965	75.996	237.787	227.199	262.058	8.537	841.542
Repasses do Exterior	38.490	41.808	195.885	176.632	430.664	-	883.479
Total em 30.06.2025	183.063	478.563	433.672	403.831	692.722	8.537	2.200.388

a.3.1) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2025
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,00	775
BNDÉS		507.568
Programa de Operações Conjuntas (POC)	Pré 6,96 a 9,85 TLP + 1,30 TJLP + 0,90 a 1,00	502.971
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	sem remuneração	4.597
FINAME	SELIC + 0,95 a 1,13 TLP + 1,13 a 1,34	176.681
Finep	TR + 1,20	35.586
Fungetur	Selic INPC	120.932
Total		841.542

a.3.2) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2025
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	475.367
Total		475.367

a.3.3) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2025
BID – Prodetur II	USD + SOFR + 1,25	181.915
AFD – Agência Francesa de Desenvolvimento ⁽¹⁾	EUR + 5,44 EUR + 4,41	712.482
Ajuste Hedge de Valor Justo		(10.918)
Total		883.479

⁽¹⁾ Captações realizadas em junho de 2023 e dezembro de 2024 com vencimento em abril de 2035, possuem amortizações semestrais, estando na carência de principal até outubro de 2027.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.3.4) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.01 a 30.06.2025
Despesas de Obrigações por Repasses	(78.740)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(36.242)
Tesouro Nacional	(6)
BNDES	(25.850)
Finame	(9.925)
Finep	(461)
Despesas de Repasses do Exterior	(42.498)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(10.823)
Despesas por Repasse Outras Instituições Financeiras	(3.331)
Total	(92.894)

a.4) Arrendamentos

O Banco, na qualidade de arrendatário, possui contratos de aluguel de imóveis, utilizados em suas atividades de operações administrativas e bancárias. Esses contratos possuem opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação.

Especificação	30.06.2025
Direitos de Uso em Arrendamento	1.171

a.5) Outros Instrumentos de Dívida

Especificação	Vencimento até 12 meses	Vencimento acima de 12 meses	30.06.2025
Recursos por Emissões de Letras Financeiras	289.774	16.084	305.858
Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	-	790.489	790.489
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	3.809.251	3.809.251
Total	289.774	4.615.824	4.905.598

a.6) Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

Especificação	Vencimento até 12 meses	Vencimento acima de 12 meses	30.06.2025
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	2.060.899	18.563.163	20.624.062
FNE	1.740.694	17.760.079	19.500.773
FDNE	107.615	445.614	553.229
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	16.470	25.904	42.374
Finep/Fundeci	79.454	-	79.454
Projeto Piloto de Apoio à Reforma Agrária	67.681	-	67.681
Programa Nacional de Crédito Fundiário	17.394	311.277	328.671
Banco da Terra	4.855	18.632	23.487
Outros	26.736	1.657	28.393
Total	2.060.899	18.563.163	20.624.062

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.7) Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

Especificação	01.01 a 30.06.2025
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(1.125.747)
FNE	(1.095.758)
FDNE	(9.090)
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	(882)
Projeto Piloto de Apoio à Reforma Agrária	(4.089)
Programa Nacional de Crédito Fundiário	(11.890)
Banco da Terra	(2.271)
Outros	(1.767)
Total	(1.125.747)

a.8) PR Nível I - Capital Complementar

Letras Financeiras Subordinadas captadas em junho de 2019, que compõem o PR Nível I, a título de Capital Complementar, conforme autorização do Bacen:

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.06.2025
Letras Financeiras ^{(1) (2)}	801.040	117% da Selic	06.2019	790.489

(1) Juros pagos semestralmente; e

(2) Títulos sem Vencimento.

a.9) PR Nível II

Dívidas Subordinadas constituídas por duas operações de captações com o FNE nos montantes originais de R\$ 600.000 e R\$ 400.000, em 20.07.2009 e 01.03.2010, respectivamente, sem vencimento.

Especificação	30.06.2025
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)	3.809.251
Recursos disponíveis	817.345
Recursos aplicados	2.991.906
Total	3.809.251

b) Ao Valor Justo no Resultado

Instrumento Financeiro Derivativo originado de contratações de operações de câmbio, com classificação ao valor justo no resultado, conforme quadro a seguir:

Composição em 30.06.2025		
Especificação	Valor Nacional	Valor Justo
Contrato de Câmbio – Venda de moeda estrangeira	3.470	11
Totais	3.470	11

Nota 12 – Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

a) Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

O Patrimônio Líquido do FNE, no montante de R\$ 169.582.971, está registrado em conta de compensação do Banco, denominada “Patrimônio de Fundos Públicos Administrados/FNE”.

As disponibilidades e os recursos comprometidos com operações de crédito, que representam as disponibilidades do FNE, no valor total de R\$ 19.492.538, registrados no título “Outros Instrumentos Financeiros/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento” são remunerados pela variação da taxa Selic. No 1º semestre de 2025, a despesa com remuneração dessas disponibilidades foi de R\$ 1.095.758.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

No 1º semestre de 2025, a receita de *del credere* foi de R\$ 1.962.496. O *del credere* do Banco, para as operações contratadas a partir de 01.01.2022, inclusive as com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, corresponde a taxas que variam de 6% a.a. a 4,5% a.a., nos financiamentos com risco integral para o Banco, e de 3% a.a. a 2,25% a.a., nas operações com risco compartilhado, conforme o porte do beneficiário. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a.

No 1º semestre de 2025, a taxa de administração foi de R\$ 987.912, calculada à base de 1,5% a.a., sobre o Patrimônio Líquido e apropriada mensalmente.

No 1º semestre de 2025, a remuneração paga ao Banco em razão das disponibilidades do FNE totalizou R\$ 7.887 calculada à taxa de 0,09% (nove centésimos por cento) ao ano.

No 1º semestre de 2025, as renegociações decorrentes de operações contratadas pelo FNE totalizaram R\$ 1.974.883.

b) Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE)

O FDNE, criado pela Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, tem por finalidade assegurar recursos para investimentos na área de atuação da SUDENE, em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos de grande capacidade germinativa de novos negócios e atividades produtivas.

O Banco é o agente operador exclusivo na modalidade de financiamentos por meio de emissão de debêntures e operador preferencial para contratação de operações de crédito por repasse.

Constituem recursos do FDNE:

- I. recursos do Tesouro Nacional correspondentes às dotações que lhe foram consignadas no orçamento anual;
- II. resultados de aplicações financeiras à sua conta;
- III. produto da alienação de valores mobiliários, dividendos de ações e outros a ele vinculados;
- IV. transferências financeiras de outros fundos destinados ao apoio de programas e projetos de desenvolvimento regional que contemplam a área de atuação da SUDENE;
- V. a reversão dos saldos anuais não aplicados;
- VI. o produto do retorno das operações de financiamentos concedidos, incluídos o principal, juros e demais encargos financeiros, descontada a parcela que corresponder à remuneração do agente operador, conforme dispuser o Conselho Monetário Nacional; e
- VII. outros recursos previstos em lei.

Os quadros a seguir demonstram a remuneração do Banco, na qualidade de Operador do FDNE, a despesa de provisão constituída sobre as garantias financeiras prestadas e os saldos das operações contratadas:

b.1) Receita com Del Credere e Despesa de Provisão

Especificação	01.01 a 30.06.2025
Receita de <i>Del Credere</i>	6.500
Despesa de Provisão (Líquida)	(1.980)

b.2) Saldos das Operações Contratadas

Especificação	30.06.2025
FDNE – Debêntures	7.924.560
FDNE - Repasse	(494.049)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota 13 - Rendas Antecipadas

Receita decorrente do contrato de parceria comercial estratégica, firmado com a Icatu Seguros em maio de 2020, com exclusividade para desenvolvimento e comercialização de Seguros, nos ramos de seguros de Pessoas, Prestamista e produtos para Previdência Privada, na rede de distribuição do Banco.

Especificação	30.06.2025
Saldo Inicial de Rendas Antecipadas	200.000
(-) Apropriação em Receita corrente ao longo dos exercícios	(51.398)
(=) Saldo Final a Apropriar	148.602

Nota 14 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

a) Composição do Saldo Exposto ao Risco e da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	30.06.2025	
	Saldo	Provisão
Setor Público	66.554.025	(3.953.648)
FNE	66.358.509	(3.947.820)
FDNE	195.236	(5.828)
Proagro	280	-

a.1) Movimentação das Provisões para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	30.06.2025					
	Saldo inicial	Adoção Inicial da Res. CMN nº 4.966	Constituição	Reversão	Baixa	Saldo Final
FNE	3.562.596	306.335	569.528	(572)	(490.067)	3.947.820
FDNE	884	2.964	1.980	-	-	5.828
(=) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	3.563.480	309.299	571.508	(572)	(490.067)	3.953.648

a.2) a provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:

a.2.1) nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;

a.2.2) para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se as operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 4.966; e

a.2.3) o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 147, de 05.04.2018. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base nas Leis nºs 12.716, de 21.09.2012 e 12.844, de 19.07.2013, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes

a.2.4) em observância ao Inciso "V", do Art. 9º, da Resolução CMN 4.966, as garantias financeiras prestadas pelo Banco, após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito por ser maior que o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota 15 - Provisão para Perdas Esperadas com Compromissos de Crédito e Crédito a Liberar

Composição do Saldo e da Provisão sobre Compromissos de Crédito e Crédito a Liberar		
Especificação	30.06.2025	
	Compromisso de Crédito	Provisão
Pessoa Jurídica	1.919.589	43.837
Pessoa Física	721.128	10.632
	Crédito a Liberar	Provisão
Pessoa Jurídica	8.801.817	80.320
Pessoa Física	946.607	24.325
Total	12.389.141	159.114

Nota 16 - Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Provisões

- a) Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente. Contudo, existem dois processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável: o primeiro, de R\$ 29.319, que se trata de uma ação judicial para cobrança de indenização securitária e o segundo que trata de cobrança judicial em razão de descumprimento de obrigação contratual, no importe de R\$ 146.
- b) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista, e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Especificação	30.06.2025	
	Valor da Base	Provisão
b.1) Fiscais	9.595.138	35.506
Provável (Nota 16 g.i)	35.506	35.506
Possível	9.559.632	-
b.2) Trabalhistas	477.925	398.535
Provável (Nota 16 g.ii)	398.535	398.535
Possível	79.390	-
b.3) Causas Cíveis	4.486.016	640.538
Provável (Nota 16 g.iii)	640.538	640.538
Possível	3.845.478	-
b.4) Outras Contingências (Nota 16 g.iv)	371.609	15.489
i) Operações Securitizadas	483	483
ii) Outras	371.126	15.006
Provável	15.006	15.006
Possível	356.120	-

- c) A partir de maio/2025, o Banco do Nordeste alterou a forma de avaliação das provisões e passivos contingentes, para incluir os processos com estimativas de perda financeira abaixo de R\$ 1 milhão no modelo massificado, permanecendo as demais formas de avaliação inalteradas. Até a mudança, todos os processos eram avaliados de forma individual, exceto aqueles em trâmite nos Juizados Especiais Cíveis e nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, que eram avaliados de forma massificada. No quadro abaixo, consta um comparativo dos valores totais que seriam obtidos pelo modelo antigo com o apurado no atual modelo.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Especificação	Modelo Anterior (posição 30.06.2025)				Modelo Atual (posição 30.06.2025)			
	Provável	Possível	Remoto	Saldo Total	Provável	Possível	Remoto	Saldo Total
i) Fiscais	37.328	9.577.545	75.079	9.689.952	35.506	9.559.632	71.072	9.666.210
ii) Trabalhistas	407.471	129.453	87.083	624.007	398.535	79.390	49.153	527.078
iii) Cíveis	648.530	3.943.668	4.720.899	9.313.097	640.538	3.845.478	4.602.088	9.088.104
iv) Outras	16.680	361.927	6.140	384.747	15.006	356.120	5.056	376.182
Total	1.110.009	14.012.593	4.889.201	20.011.803	1.089.585	13.840.620	4.727.369	19.657.574

- d) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela área jurídica do Banco.
- e) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Fiscal

O montante de contingência passiva relacionada às causas fiscais está concentrado em 07 (sete) ações, originárias de autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas Municipais visando à cobrança de tributos, cinco delas visam desconstituir auto de infração e duas tratam sobre a anulação do débito fiscal. As estimativas de perdas financeiras somadas perfazem o montante de R\$ 9.032.753, em 30.06.2025.

Outras Causas

O montante de contingência passiva relacionada às outras causas está concentrado em 01 (um) processo administrativo relacionado ao pedido de pagamento de multa/custos financeiros, para o qual a estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2025, o montante de R\$ 307.579.

Cível

Processo no qual a parte adversa busca ressarcimento de natureza material, com os pedidos de pagamento de indenização e de honorários advocatícios, argumentando possível privação de lucros e danos patrimoniais. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2025, o montante de R\$ 1.284.569.

Ação monitória em que se discute pagamento de honorários advocatícios baseada em decisão judicial. A estimativa de valor perfaz na data base de 30.06.2025, R\$ 585.258, sendo R\$ 582.815 classificado com risco possível e R\$ 2.443 com risco provável.

Ação indenizatória que visa pagamento de lucro cessante, pagamento de honorários advocatícios, multa e danos emergentes, alegando suposta ausência de prestação de assistência técnica. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2025, R\$ 162.623, sendo R\$ 150.494 classificado com risco possível e R\$ 12.129 com risco provável.

Ação declaratória cumulada com repetição de indébito que tem como pedidos pagamento de repetição de indébito, pagamento de multa e honorários advocatícios baseados em suposta não liberação de recursos. A estimativa de valor perfaz R\$ 142.684, na data base de 30.06.2025.

- f) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos estão assim representados:**

Especificação	30.06.2025
Demandas Trabalhistas	337.883
Demandas Fiscais	60.160
Demandas Cíveis	179.106
Outras Demandas	319
Contragarantia Operações Repasses BID	42.076
Total	619.544

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Movimentação das Provisões

g) Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outras

Especificação	30.06.2025				
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamento	Saldo Final
i) Fiscais (Nota 16.b.1)	36.596	22.454	(7.942)	(15.602)	35.506
ii) Trabalhistas (Nota 16.b.2)	405.488	167.902	(95.001)	(79.854)	398.535
iii) Cíveis (Nota 16.b.3)	606.697	197.276	(130.594)	(32.841)	640.538
iv) Outras (Nota 16.b.4)	15.698	1.918	(2.038)	(89)	15.489
Total	1.064.479	389.550	(235.575)	(128.386)	1.090.068

Nota 17 - Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada na Resolução CMN nº 4.877, de 23.12.2020, que recepcionou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as práticas e procedimentos contábeis adotados pelo Banco quanto aos benefícios pós-emprego.

a) Descrição dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência

O Banco é patrocinador de dois planos de previdência complementar, um plano do tipo Benefício Definido (BD) e um plano de Contribuição Variável (BD + CD), administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), entidade fechada de previdência complementar.

a.1.1) Plano BD

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, que se encontra fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999, oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

a.1.2) Plano CV I

O plano CV I, classificado na modalidade de contribuição variável, conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria, e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda certa com prazo certo, na modalidade Contribuição Definida (CD), e a segunda na forma de renda vitalícia, na modalidade Benefício Definido (BD).

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed), denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém como política de benefícios um contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados já aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas definidas em contrato, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%. Os

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. O Banco avalia atuarialmente o benefício que se constitui em subsídio indireto aos atuais aposentados.

a.4) Governança

São responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios. A Diretoria-Executiva é o órgão de administração da Capef, cabendo-lhe executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto da Capef, nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão. O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

A Camed tem como órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O Corpo Social, composto pelos associados, é o órgão supremo de decisão, com poderes para resolver todos os assuntos e negócios relativos ao pleno funcionamento e desenvolvimento da Camed. O Conselho Deliberativo da Camed é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa. Cabe à Diretoria Executiva executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente no Estatuto da Camed e nos regulamentos internos. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, precipuamente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

Os membros dos órgãos estatutários das duas Entidades são escolhidos de forma a conferir representatividade aos Participantes, aos Beneficiários Assistidos e aos Patrocinadores, com base nos critérios estabelecidos em seus Estatutos.

a.5) Estratégias de Confrontação de Ativos e Passivos

A Capef conta com áreas específicas para administração dos investimentos, além de assessoria de gestão que reforça o monitoramento dos riscos de investimentos. Os investimentos são acompanhados de modo a se verificarem questões voltadas a enquadramentos, retornos dos ativos e acompanhamento da evolução da meta atuarial do plano.

A Camed possui instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

b) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.06.2025, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos previdenciários, BD e CVI, ao plano de assistência médica (plano Natural) e ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido.

c) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinador)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Resolução nº 09, de 08.10.1996, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE), registrando em 30.06.2025, a relação contributiva de 1:1.

d) Exposição ao risco

O Passivo Atuarial do Banco, que registra as obrigações sobre os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Risco Atuarial	O custo final dos benefícios adquiridos ser maior que os benefícios esperados. O Banco não possui alternativa a não ser aumentar a contribuição paritária ou persuadir os participantes a aceitar uma redução dos benefícios.
BD/ CV I/ Natural	Risco dos investimentos	Está relacionado às variações nas taxas de juros e preços dos ativos que influenciam no desempenho econômico-financeiro do plano de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

		benefícios. Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá gerar um aumento do passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Risco das premissas atuariais	Está relacionado à adoção de premissas atuariais não aderentes aos planos, quando do cálculo do valor presente da obrigação de benefício definido, resultando em impacto relevante no passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Taxa de desconto	O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base nos rendimentos dos títulos públicos (NTN-B), conforme item 83 do CPC 33 (R1). Diminuição nos rendimentos desses títulos ocasiona elevação no passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Riscos de Expectativa de Vida	Os planos de benefícios pós-emprego oferecem benefícios vitalícios, logo, o aumento na expectativa de vida resulta em elevação do passivo atuarial para os planos BD, CV I e Natural e uma redução do passivo atuarial para o Seguro de Vida em Grupo.

e) Número de Participantes dos Planos de Benefícios Pós-emprego

Especificação	30.06.2025			
	BD	CV I	Natural	Seguro
Ativos	995	6.055	5.829	4.731
Assistidos	4.987	503	5.223	3.349
Total	5.982	6.558	11.052	8.080

f) Premissas utilizadas

Especificação	30.06.2025			
	BD	CV I	Natural	Seguro
Premissas Biométricas ⁽¹⁾				
Tábuas de Mortalidade ⁽²⁾	RP 2000	RP 2014	RP 2000	RP 2014
Tábuas de Mortalidade Inválidos ⁽³⁾	RP 2000 <i>Disabled</i>	RP 2000 <i>Disabled</i>	RP 2000 <i>Disabled</i>	RP 2000 <i>Disabled</i>
Tábua de Entrada em Invalidez ⁽⁴⁾	Light Forte	Muller	Light Forte	Muller
Premissas Financeiras (%)				
Taxa real de desconto ⁽⁵⁾				
Taxa de inflação anual ⁽⁶⁾	4,00	4,00	4,00	4,00
Premissas Econômicas (%)				
Crescimento salarial ⁽⁷⁾	5,04	PCR e hipóteses de progresso de função	5,04	5,04
Aumento médio dos benefícios ⁽⁸⁾	4,00	4,00	2,00	Ativos: 5,04 Aposentados: 4,00
Fator capacidade	98,22	98,22	-	98,22
Evolução dos custos médicos em decorrência do envelhecimento (<i>Aging Factor</i>)	N/A	N/A	3,48	N/A
Método Atuarial	PUC	PUC	PUC	PUC

⁽¹⁾ As premissas biométricas utilizadas no cálculo da obrigação dos planos baseiam-se nas adotadas em avaliações atuariais, no âmbito da Capef. Para o plano Natural são utilizadas as premissas demográficas do plano BD e para o Seguro de Vida em Grupo as do plano CV I, de acordo com suas características populacionais;

⁽²⁾ BD e Natural: RP 2000 - Proj. 2023 (Escala AA) segmentada por sexo, desagravada em 20% e CV I e Seguro: RP 2014 Proj. 2023 (Escala MP-2021) segmentada por sexo;

⁽³⁾ Segmentada por sexo;

⁽⁴⁾ Light Forte desagravada em 96% e Muller suavizada em 82%;

⁽⁵⁾ Taxa de desconto equivale à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da "duration" dos planos, conforme metodologia prevista no item 83 do CPC 33 (R1), recepcionado pela Resolução CMN nº 4.877. Para o plano BD é utilizado o método de interpolação;

⁽⁶⁾ A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do "floating" inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano;

⁽⁷⁾ Plano BD: a taxa de crescimento salarial real de 1% é aplicada até que o participante atinja a data prevista para aposentadoria (360 contribuições). Plano CV I: a projeção de crescimento real de salário de cada participante segue as regras do plano de cargos e de funções do Banco.

⁽⁸⁾ No caso do plano Natural, trata-se da projeção de aumento dos custos médicos (HCCTR); e no caso do seguro de vida, trata-se da projeção de aumento do capital segurado de ativos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

g) Valores Reconhecidos nas Demonstrações Financeiras:

PLANO BD	30.06.2025		
	Valor presente da obrigação	Ativo do Plano	Valor líquido do Ativo (Passivo)
Valor do Início do Período	(4.145.035)	3.594.986	(550.049)
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3)	(216.157)	187.306	(28.851)
1 - Custo do Serviço Corrente	(1.687)	-	(1.687)
2 - Contribuições dos Participantes Ativos	-	14	14
3 - Receita ou Despesa de Juros	(214.470)	187.292	(27.178)
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	(281.372)	262.817	(18.555)
4 - Remensurações (4.1+4.2+4.3)	(281.372)	262.817	(18.555)
4.1 - Alterações de premissas financeiras – taxa de desconto ⁽¹⁾	(119.349)	262.817	143.468
4.2 - Experiência do plano	(162.023)	-	(162.023)
Outros (5+6+7)	237.606	(190.402)	47.204
5 - Benefícios Pagos	288.740	(288.740)	-
6 - Contribuições da Patrocinadora ⁽²⁾	-	47.204	47.204
7 - Contribuições dos Participantes Assistidos	(51.134)	51.134	-
Valor Final do Período	(4.404.958)	3.854.707	(550.251)
Relativa aos participantes assistidos	(542.818)		
Relativa aos participantes ativos	(3.862.140)		
Vencimento até 12 meses			(101.500)
Vencimento acima de 12 meses			(448.751)

⁽¹⁾ Para o Ativo do Plano: retorno sobre o Ativo do plano, excluindo montante incluído nos juros líquidos sobre o valor líquido do Ativo (Passivo); e

⁽²⁾ Contribuições relativas aos participantes ativos e assistidos.

Plano CV I	30.06.2025			
	Valor presente da obrigação	Ativo do Plano	Efeito do teto do Ativo	Valor líquido do Ativo (Passivo)
Valor do Início do Período	(57.482)	139.608	(82.126)	-
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3)	(3.186)	8.999	(4.476)	1.337
1 - Custo do Serviço Corrente	(203)	-	-	(203)
2 - Contribuições dos Participantes Ativos	-	1.540	-	1.540
3 - Receita ou Despesa de Juros	(2.983)	7.459	(4.476)	-
Valores Projetados para Reconhecimento no Patrimônio Líquido	932	38.398	(42.200)	(2.870)
4 - Remensurações (4.1+4.2+4.3)	932	38.398	(42.200)	(2.870)
4.1 - Alterações de premissas financeiras – taxa de desconto ⁽¹⁾	(5.611)	38.398	-	32.787
4.2 - Experiência do plano	6.543	-	(42.200)	(35.657)
Outros (5+6+7)	(512)	2.045	-	1.533
5 - Benefícios Pagos	1.049	(1.049)	-	-
6 - Contribuições da Patrocinadora	-	1.533	-	1.533
7 - Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	(1.561)	1.561	-	-
Valor Final do Período	(60.248)	189.050	(128.802)	-
Relativa aos participantes assistidos	(8.329)			-
Relativa aos participantes ativos	(51.919)			-

⁽¹⁾ Para o Ativo do Plano: retorno sobre o Ativo do plano, excluindo montante incluído nos juros líquidos sobre o valor líquido do Ativo (Passivo); para o efeito do teto do Ativo: efeito na restrição do Ativo.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Plano Natural	30.06.2025		
	Valor presente da obrigação	Ativo do Plano	Valor líquido do Ativo (Passivo)
Valor do Início do Período	(1.831.631)	264.177	(1.567.454)
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3)	(104.555)	15.669	(88.886)
1 - Custo do Serviço Corrente	(8.810)	-	(8.810)
2 - Contribuições dos Participantes Ativos	-	1.013	1.013
3 - Receita ou Despesa de Juros	(95.745)	14.656	(81.089)
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	(181.846)	1.479	(180.367)
4 - Remensurações (4.1+4.2+4.3)	(181.846)	1.479	(180.367)
4.1 - Alterações de premissas financeiras - taxa de desconto ⁽¹⁾	(130.454)	1.479	(128.975)
4.2 - Experiência do plano	(51.392)	-	(51.392)
Outros (5+6+7+8+9)	66.032	(13.507)	52.525
5 - Benefícios Pagos ⁽²⁾	83.465	(83.465)	-
6 - Contribuições da Patrocinadora ⁽³⁾	-	55.578	55.578
7 - Devolução das Contribuições da Patrocinadora	-	(3.053)	(3.053)
8 - Contribuições dos Participantes Assistidos	(18.203)	18.203	-
9 - Despesas Administrativas	770	(770)	-
Valor Final do Período	(2.052.000)	267.818	(1.784.182)
Relativa aos participantes assistidos	(1.429.526)		
Relativa aos participantes ativos	(622.474)		
Vencimento até 12 meses			(83.443)
Vencimento acima de 12 meses			(1.700.739)

⁽¹⁾ Para o valor presente da obrigação: inclusive a alteração do HCCTR para 2%; para o Ativo do Plano: retorno sobre o Ativo do plano, excluindo montante incluído nos juros líquidos sobre o valor líquido do Ativo (Passivo);

⁽²⁾ Líquidos das coparticipações pagas pelos participantes; e

⁽³⁾ Contribuições relativas aos participantes ativos e assistidos.

Seguro de vida	30.06.2025		
	Valor presente da obrigação	Ativo do Plano	Valor líquido do Ativo (Passivo)
Valor do Início do Período	(203.974)	-	(203.974)
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3)	(11.587)	2.216	(9.371)
1 - Custo do Serviço Corrente	(760)	-	(760)
2 - Contribuições dos Participantes Ativos	-	2.216	2.216
3 - Receita ou Despesa de Juros	(10.827)	-	(10.827)
Valores Projetados para Reconhecimento no Patrimônio Líquido	(27.749)	-	(27.749)
4 - Remensurações (4.1+4.2+4.3)	(27.749)	-	(27.749)
4.1 - Alterações de premissas financeiras - taxa de desconto	(46.248)	-	(46.248)
4.2 - Experiência do plano	18.499	-	18.499
Outros (5+6+7)	5.541	(2.216)	3.325
5 - Benefícios Pagos	7.331	(7.331)	-
6 - Contribuições da Patrocinadora	-	3.325	3.325
7 - Contribuições dos Participantes Assistidos	(1.790)	1.790	-
Valor Final do Período	(237.769)	-	(237.769)
Relativa aos participantes assistidos	(47.725)	-	-
Relativa aos participantes ativos	(196.318)	-	-
Subsídio cruzado	6.274	-	-
Vencimento até 12 meses			(6.232)
Vencimento acima de 12 meses			(231.537)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

g.1) Valores Reconhecidos no Resultado

Especificação	01.01 a 30.06.2025			
	BD	CV I	Natural	Seguro
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(1.673)	1.337	(7.797)	1.456
2. Juros Líquidos	(27.178)	-	(81.089)	(10.827)
3. Valores Reconhecidos no Resultado (1+2) ⁽¹⁾	(28.851)	1.337	(88.886)	(9.371)
4. Despesas Administrativas	(1.405)	-	-	-
5. Contribuições Parte CD	-	(47.044)	-	-
6. Contribuições de funcionários cedidos, ressarcidas ao Banco		191	45	5
7. Projeção contribuição 13º salário	(116)	(3.933)	-	-
8. Valor apropriado em Despesas	(30.372)	(50.786)	(88.841)	(9.366)

⁽¹⁾ Para Plano CV I: Valor registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais".

g.2) Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido

Especificação	30.06.2025			
	BD	CV I	Natural	Seguro
Valores Projetados para Reconhecimento no Patrimônio Líquido	(18.555)	(2.870)	(180.367)	(27.749)
Diferença de projeção das contribuições ⁽¹⁾	-	11	-	-
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	(18.555)	(2.859)	(180.367)	(27.749)

⁽¹⁾ Decorrente das projeções das contribuições patronais do mês de junho/25.

h) Política de Investimento e Alocação dos Valores Justos dos Planos

As políticas de investimentos, para os planos BD e CV I, são elaboradas anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Capef e têm como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial de cada plano. As metas dos planos a serem alcançadas em seus investimentos são representadas por:

Plano	BD	CV I
Meta	INPC + 5,25% a.a	IPCA + 5,00% a.a

Para alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação são consideradas as diretrizes da Resolução CMN nº 4.994, de 24.03.2022 e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade dos planos, bem como, proposta de alocação definida nas referidas políticas de investimentos dos planos. A proposta de alocação de recursos para os Planos BD e CV I é revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas.

As deliberações sobre investimentos do Plano Natural são aprovadas pela Diretoria Executiva e submetidas ao Conselho Deliberativo da Camed. Para os investimentos que possuem vinculação com garantias financeiras junto ao órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), são observados os limites e condições estabelecidos nos normativos da ANS.

Carteira de Investimento (% de alocação)	30.06.2025		
	BD	CV I	Natural
Renda Fixa	91,25	89,76	89,28
Renda Variável	0,67	0,06	9,13
Imobiliários	4,58	-	1,59
Investimentos no Exterior	-	-	-
Operações com Participantes	2,46	6,71	-
Instrumentos Estruturados	1,04	3,47	-

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

i) Análise de Sensibilidade do Valor Presente da Obrigação

Especificação	Valor Presente da Obrigação			
	BD	CV I	Natural	Seguro
Taxa de desconto				
Acréscimo de 1,00%	(331.615)	(9.269)	(219.380)	(25.528)
Decréscimo de 1,00%	377.369	9.516	271.256	31.343
Tábua de Mortalidade				
Agravamento (-10%)	(145.385)	(1.606)	(75.596)	12.773
Desagravamento (+10%)	120.685	1.802	101.286	(13.831)
Inflação Médica				
Acréscimo de 1,00%	-	-	325.838	-
Decréscimo de 1,00%	-	-	(267.571)	-

j) Impactos nos Fluxos de Caixas Futuros

j.1) Contribuições Esperadas para o próximo exercício

Especificação	Plano BD ⁽¹⁾	Plano CV I ⁽²⁾	Natural	Seguro
1. Contribuições da Patrocinadora	55.772	1.648	54.863	3.157
2. Contribuições dos Participantes Ativos	21	1.638	771	2.108
3. Contribuições dos Participantes Assistidos	55.750	-	28.756	-

⁽¹⁾ Exceto contribuições destinadas ao custeio administrativo;

⁽²⁾ Exceto contribuições destinadas à parte CD do plano.

j.2) Pagamentos de Benefícios Esperados

Especificação	BD	CV I	Natural	Seguro
1. Até 1 ano	522.803	3.664	112.193	11.710
2. Acima de 1 ano até 2 anos	503.192	3.532	117.102	12.497
3. Acima de 2 anos até 3 anos	482.247	3.408	121.964	13.269
4. Acima de 3 anos até 4 anos	461.791	3.294	127.005	13.987
5. Acima de 4 anos e até 10 anos	2.358.110	17.756	849.854	98.336
Duration	6,98	13,39	13,15	13,14

k) Estimativa de Despesas para o 2º semestre de 2025

Especificação	BD	CV I	Natural	Seguro
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(1.665)	615	(8.038)	1.349
2. Juros Líquidos	(27.178)	-	(81.089)	(10.827)
Valores a Reconhecer no Resultado	(28.843)	615	(89.127)	(9.478)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota 18 – Ativos e Passivos Fiscais

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por estimativa. As despesas de IRPJ e CSLL estão demonstradas no quadro abaixo:

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda	Contribuição Social
	01.01 a 30.06.2025	01.01 a 30.06.2025
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	2.238.954	2.238.954
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(113.752)	(113.752)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias	2.125.202	2.125.202
Adições/Exclusões Permanentes	(362.002)	(363.170)
Adições/Exclusões Temporárias	288.717	288.717
Resultado Tributável	2.051.917	2.050.749
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(512.967)	(410.150)
Deduções (Incentivos Fiscais)	9.453	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	15	12
Provisão de Tributos sobre ajustes de LPA	(6.642)	(5.314)
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos fiscais, Reserva de Reavaliação e Ajustes de LPA	(510.142)	(415.452)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e Depreciação	3.898	3.118
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(506.244)	(412.334)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social ajustada	(506.244)	(412.334)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões	98.371	78.684
Total de IRPJ/CSLL	(407.873)	(333.650)
Alíquota Efetiva (%)	19,19	15,70
a.2) Especificação da Provisão de IRPJ e CSLL		
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	510.142	415.452
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	15	12
Provisão de Tributos sobre ajustes de LPA	(6.642)	(5.314)
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	503.514	410.150
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(255.709)	(165.727)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	247.805	244.423

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Semestre findo em 30 de junho de 2025
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

b) Conciliação dos Encargos de IRPJ e CSLL

Especificação	01.01 a 30.06.2025
I) Resultado antes dos Tributos e Participações	2.238.954
II) Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (45%)	(1.007.529)
III) Ajustes para apuração da alíquota efetiva:	266.006
- PLR	174.803
- Outras Rendas / FNE/DeI Credere/Ops Repasse-Lei 7827-ART. 9 A	36.314
- Diferenças Temporárias - Provisões Atuariais	64.894
- Diferenças Temporárias - Outras Provisões Indedutíveis	1.162
- Diferenças Temporárias – Receitas Diferidas	(39)
- Diferenças Temporárias - Ops c/Reembolso Maior que 10 anos	(12.214)
- Ajuste a Valor de Mercado	356
- Incentivos Fiscais	9.507
- Adições Permanentes, Líquidas	(8.777)
IV) Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(741.523)
V) Imposto de renda/ contribuição social diferidos	177.055
VI) Imposto de renda/ contribuição social correntes	(918.578)
VII) Despesas Tributárias antes dos Ajustes (V + VI)	(741.523)
VIII) Ajustes de Exercícios Anteriores	-
IX) Despesas Tributárias Ajustadas (VII + VIII)	(741.523)
X) Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	33,1%

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Ativos Fiscais Diferidos

Especificação	30.06.2025		
	IRPJ	CSLL	Total
Efeito no Resultado			
a) Provisões (PCLD)			
Saldo Inicial	828.333	662.685	1.491.018
Constituição	407.333	325.873	733.206
Realização/Reversão	(290.041)	(232.051)	(522.092)
Saldo Final	945.625	756.507	1.702.132
b) Rendas a Apropriar - Operações sem processo Judicial			
Saldo Inicial	506	404	910
Constituição	-	-	-
Realização/Reversão	(112)	(88)	(200)
Saldo Final	394	316	710
c) Provisões – Operações Alongadas			
Saldo Inicial	103	83	186
Constituição	58	47	105
Realização/Reversão	(41)	(33)	(74)
Saldo Final	120	97	217
d) Provisões Atuariais			
Saldo Inicial	268.028	214.423	482.451
Constituição	90.308	72.247	162.555
Realização/Reversão	(48.957)	(39.166)	(88.123)
Saldo Final	309.379	247.504	556.883
e) Receitas Diferidas (TJEO)			
Saldo Inicial	-	-	-
Constituição	24.968	19.975	44.943
Realização/Reversão	-	-	-
Saldo Final	24.968	19.975	44.943
f) Provisões Contingenciais			
Saldo Inicial	262.032	209.626	471.658
Constituição	97.267	77.813	175.080
Realização/Reversão	(90.563)	(72.451)	(163.014)
Saldo Final	268.736	214.988	483.724
g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)			
Saldo Inicial	2.355	1.884	4.239
Constituição	5.421	4.337	9.758
Realização/Reversão	(4.191)	(3.353)	(7.544)
Saldo Final	3.585	2.868	6.453
h) TVM			
Saldo Inicial	4.910	3.928	8.838
Constituição	329	263	592
Realização/Reversão	(3.123)	(2.499)	(5.622)
Saldo Final (Nota 7.a.1)	2.116	1.692	3.808
Efeito no Patrimônio Líquido			
i) TVM			
Saldo Inicial	275.953	220.762	496.715
Constituição	225.596	180.477	406.073
Realização/Reversão	(260.539)	(208.431)	(468.970)
Saldo Final (Nota 7.b)	241.010	192.808	433.818
j) Ajustes de Avaliação Atuarial			
Saldo Inicial	153.050	122.440	275.490
Constituição	139.317	111.453	250.770
Realização/Reversão	(81.934)	(65.547)	(147.481)
Saldo Final	210.433	168.346	378.779

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Semestre findo em 30 de junho de 2025
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de IRPJ e CSLL estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda	Contribuição Social
	30.06.2025	30.06.2025
1. Total das Diferenças Temporárias	9.612.042	9.612.042
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	2.403.010	1.922.408
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	1.759.655	1.407.733
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM	246.711	197.368
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3 + item 4) ⁽¹⁾	2.006.366	1.605.101
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	396.644	317.307

⁽¹⁾ Registrados em "Ativos Fiscais Diferidos"; e

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842, de 30.07.2020, conforme estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos, elaborado semestralmente. Os créditos que não foram ativados decorrem de (a) PCLD, em relação aos reembolsos superiores a 10 anos, em respeito ao inc. I, do art. 4.º, da Res. CMN nº 4.842/2020; (b) provisão atuarial, cujo fluxo de contribuições está inferior à provisão contábil, não sendo assim possível constituir o crédito tributário sobre toda a provisão, pois se limita ao fluxo, conforme premissa definida no Estudo Técnico; (c) provisões contingenciais, em relação aos processos fiscais que estão acima da média de 10 anos; (d) Receita Diferida – TJEO, em relação às operações com atraso acima de 90 dias.

Os valores previstos de realizações dos Ativos Fiscais Diferidos na posição de 30.06.2025, estão a seguir demonstrados:

Exercício ⁽¹⁾	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾
2025	280.205	264.021	224.171	211.223	504.376	475.244
2026	310.463	278.089	248.370	222.471	558.833	500.560
2027	175.969	149.208	140.775	119.366	316.744	268.574
2028	226.008	195.632	180.807	156.506	406.815	352.138
2029	138.282	105.286	110.625	84.229	248.907	189.515
2030	121.306	86.557	97.044	69.246	218.350	155.803
2031	105.402	70.865	84.321	56.692	189.723	127.557
2032	95.421	61.467	76.336	49.174	171.757	110.641
2033	44.626	35.123	35.702	28.098	80.328	63.221
2034	39.598	31.062	31.679	24.850	71.277	55.912
Acima de 2034	469.086	467.003	375.271	373.602	844.357	840.605
Total	2.006.366	1.744.313	1.605.101	1.395.457	3.611.467	3.139.770

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – Selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.06.2025.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Passivos Fiscais Diferidos

Especificação	30.06.2025		
	IRPJ	CSLL	Total
Efeito no Resultado			
a) Instrumentos Financeiros Derivativos			
Saldo Inicial	2.169	1.735	3.904
Constituição	3.440	2.752	6.192
Realização/Reversão	(4.177)	(3.342)	(7.519)
Saldo Final	1.432	1.145	2.577
b) Decorrentes de Créditos Recuperados ⁽¹⁾			
Saldo Inicial	217.105	173.684	390.789
Constituição	-	-	-
Realização/Reversão	(1.550)	(1.240)	(2.790)
Saldo Final	215.555	172.444	387.999
c) Item Objeto de Hedge			
Saldo Inicial	6.225	4.980	11.205
Constituição	9.751	7.801	17.552
Realização/Reversão	(13.247)	(10.597)	(23.844)
Saldo Final	2.729	2.184	4.913
d) TVM			
Saldo Inicial	2.168	1.734	3.902
Constituição	1.171	937	2.108
Realização/Reversão	(1.889)	(1.512)	(3.401)
Saldo Final	1.450	1.159	2.609
Efeito no Patrimônio Líquido			
e) Reserva de Reavaliação			
Saldo Inicial	820	656	1.476
Constituição	-	-	-
Realização/Reversão	(15)	(12)	(27)
Saldo Final	805	644	1.449
f) TVM			
Saldo Inicial	17.768	14.215	31.983
Constituição	194.199	155.359	349.558
Realização/Reversão	(184.275)	(147.421)	(331.696)
Saldo Final (Nota 7.b)	27.692	22.153	49.845
g) Item patrimonial – Ganhos não Realizados			
Saldo Inicial	-	-	-
Constituição	8.972	7.178	16.150
Realização/Reversão	(1.857)	(1.486)	(3.343)
Saldo Final	7.115	5.692	12.807

⁽¹⁾ Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996;

Os valores totais dos Passivos Fiscais Diferidos previstos para baixa, na posição de 30.06.2025, estão a seguir demonstrados:

Exercício	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾
2025	40.132	37.917	32.106	30.334	72.238	68.251
2026	59.112	48.942	47.289	39.154	106.401	88.096
2027	57.040	42.609	45.632	34.087	102.672	76.696
2028	57.303	41.065	45.842	32.852	103.145	73.917
2029	20.743	18.237	16.595	14.590	37.338	32.827
2030	13.017	10.641	10.414	8.513	23.431	19.154
2031	1.290	681	1.031	545	2.321	1.226
2032	762	365	609	292	1.371	657
2033	496	218	396	174	892	392
2034	405	163	325	131	730	294
Acima de 2034	6.478	5.665	5.182	4.531	11.660	10.196
Total	256.778	206.503	205.421	165.203	462.199	371.706

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas Selic médias, para um período de 5 anos, projetadas pelo Bacen na posição de 30.06.2025, sendo replicada a última taxa para os demais anos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Semestre findo em 30 de junho de 2025
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

Nota 19 – Outros Passivos

Especificação	30.06.2025
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	111.264
Recursos do Proagro	15.556
Recebimentos de Tributos Federais	88.421
IOF a Recolher	6.568
Outros Tributos e Assemelhados	719
b) Relações Interfinanceiras e Interdependências	156.130
c) Sociais e Estatutárias	392.238
Remuneração do Capital a Pagar	275.587
Participações nos Lucros	116.651
d) Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	114.099
e) Cartões de Crédito	279.273
f) Diversas	1.023.153
Provisão para Pagamentos a Efetuar	754.829
Despesa de Pessoal	391.228
Outros Valores	363.601
Outros Valores	268.324
Total	2.076.157

Nota 20 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 13.238.172, é representado, em sua totalidade, por ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Especificação	30.06.2025	
	Quantidade das Ações (1)	% do Capital
Acionistas		
União Federal	60.219.687	61,01
FI CAIXA FGEDUC MULTIMERCADO	30.205.568	30,60
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.206.000	6,29
Outros	2.068.494	2,10
Total	98.699.749	100,00

(1) Em unidades

b) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31.03.2025, foi aprovado o aumento do Capital Social em R\$ 1.589.234, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias - Reserva para Margem Operacional no valor de R\$ 1.250.611, e Reserva para Equalização de Dividendos Complementares, no valor de R\$ 338.623, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 11.648.938 para R\$ 13.238.172, representado por 98.700 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas.

c) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 13.070 refere-se ao saldo da reserva de reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução CMN nº 4.872, de 27.11.2020. No 1º semestre de 2025, houve transferência de R\$ 32 para Lucros ou Prejuízos Acumulados e compôs a distribuição do resultado.

d) Dividendo do 1º semestre de 2025

O Estatuto do Banco assegura aos acionistas dividendo mínimo semestral de 25% sobre o lucro líquido ajustado conforme definido em Lei.

A Diretoria Executiva propõe ao Conselho de Administração o pagamento de Dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), no valor bruto de R\$ 274.699 (líquido de IR: R\$ 273.950), imputados ao dividendo mínimo obrigatório do semestre, correspondente a 25,07% (líquido de 25,00%)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

sobre o lucro líquido ajustado, base de cálculo dos JCP do 1º semestre.

O total dos JCP no semestre proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 123.615.

- e) Lucros ou Prejuízos Acumulados** – segue demonstrativo resumindo a movimentação contábil decorrente da implantação das novas regras contábeis estabelecidas pela Resolução CMN 4.966:

Lucros ou Prejuízos Acumulados (LPA)	Adoção Inicial da Resolução CMN nº4.966 - efeitos
Saldo Antes dos Ajustes da Resolução CMN nº 4.966	-
Reconhecimento e Mensuração de Instrumentos Financeiros	36.598
Perda dos Instrumentos Financeiros	(436.021)
Provisão para Perdas Esperadas Assoc. a Risco de Crédito	(62.266)
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	(309.299)
Stop Accrual	689
Ajustes de reclassificação das Operações de Câmbio para IFD	(65.145)
Total dos efeitos em LPA (Vr. Bruto)	(399.423)
(Efeitos Tributários)	180.453
Saldo de LPA após os Ajustes Efetivados (líquidos dos efeitos tributários) em 31.01.2025	(218.970)

- f) Demonstrativo de cálculo dos Dividendos/JCP**

Especificação	01.01. a 30.06.2025
1. Lucro Líquido do Período	1.383.679
2. Reserva Legal Constituída	(69.184)
3. Ajustes Devedores LPA (Adoção Inicial Res. CMN nº 4.966)	(218.970)
4. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	32
5. Base de Cálculo dos Dividendos /Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	1.095.557
6. Dividendos sob a forma de JCP, no Período (Vr. Bruto)	274.699
7. Dividendos sob a forma de JCP, no Período (Vr. Líquido)	273.950
8. Dividendos sob a forma de JCP propostos no Período: R\$ 2.7831793710 por ação	274.699
9. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP do 1º semestre de 2025	(749)
10. JCP líquidos de Imposto de Renda imputados aos dividendos do Período (item 8 - item 9) R\$ 2,775592236 por ação	273.950
10. JCP Líquidos de IR (Imputados aos Dividendos) em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP (item 7/ item 5)	25,00%
13. JCP Brutos em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP (item 6/item 5)	25,07%

- g) Reserva Legal**

A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado. Constituição no 1º semestre de 2025: R\$ 69.184.

- h) Reservas Estatutárias**

Margem Operacional: tem a finalidade de assegurar recursos compatíveis com o desenvolvimento das operações do Banco. Constituição no 1º semestre de 2025: R\$ 615.643;

Equalização para Dividendos Complementares: tem a finalidade de assegurar recursos para pagamento de dividendos complementares ao dividendo mínimo obrigatório. Constituição no 1º semestre de 2025: R\$ 205.215.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Semestre findo em 30 de junho de 2025
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

Nota 21 - Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	01.01 a 30.06.2025
a) Receitas de Prestação de Serviços	1.867.085
Administração de Fundos de Investimentos	69.714
Administração de Fundos e Programas	1.528.644
Prestação de Serviços	268.727
b) Rendas de Tarifas Bancárias	61.443
c) Despesas de Pessoal	(1.498.806)
Proventos	(883.358)
Encargos Sociais	(318.898)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I	(81.158)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural	(88.841)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(9.366)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(117.185)
d) Outras Despesas Administrativas	(1.282.490)
Processamento de Dados	(258.972)
Propaganda e Publicidade	(18.564)
Serviços de Terceiros ⁽¹⁾	(680.649)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(50.434)
Viagens	(12.394)
Comunicações	(6.036)
Depreciação e Amortização	(21.115)
Manutenção e Conservação de Bens	(29.350)
Vigilância, Segurança e Transporte	(65.325)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(19.701)
Serviços do Sistema Financeiro	(17.687)
Serviços Técnicos Especializados	(46.833)
Seguros	(678)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocáticos	(25.092)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(2.947)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(3.521)
Outros Valores	(23.192)
e) Despesas Tributárias	(329.544)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(298.640)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(29.655)
Outros Valores	(1.249)
f) FNE <i>Del Credere</i>	1.962.495
g) Outras Receitas Operacionais	597.093
<i>Del Credere</i> de Fundos Administrados	6.500
Variação Cambial Negativa de Empréstimos	129.730
Variação Cambial Negativa de Captação	10.257
Variação Cambial Negativa Reclassificação Despesas do FNE	3.447
Recuperação de Encargos e Despesas	5.894
Reversão de Provisões Operacionais	5.077
Juros e Comissões	176
Correção Monetária	1
Variação Cambial	112.040
Atualização Monetária sobre Depósitos Recursais	20.937
Outros Valores	303.034
h) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	(570.935)
i) Provisão para Contingências Passivas	(153.725)
j) Outras Despesas Operacionais	(470.841)
Variação Cambial Negativa	(94.014)
Descontos Concedidos em Renegociações	(6.949)
Encargos de Operações de Crédito	(1.013)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(44.224)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(125.496)
Outros Valores	(199.145)
Total	181.775

⁽¹⁾ Contém despesas no 1º semestre de 2025, no valor de R\$ 549.991 para operacionalização dos programas de microcrédito produtivo orientado urbano e rural.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Semestre findo em 30 de junho de 2025
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

Nota 22 - Remuneração a Funcionários e Administradores

a) Empregados

Remuneração Bruta (Mensal)	30.06.2025
Máxima	67.377,01
Mínima	2.567,79
Média	17.025,63

Outras Informações	30.06.2025
Quantidade de empregados	7.111
Benefícios – média de valores	5.984,01

b) Administradores

Remuneração Diretoria Executiva (Mensal)	30.06.2025
Máxima	85.228,26
Mínima	62.283,54
Média	78.543,08

c) Conselhos

Remuneração média dos Conselhos (Mensal)	30.06.2025
Conselho de Administração	5.593,01
Conselho Fiscal	5.476,62

Os valores constantes das tabelas “a”, “b” e “c” estão expressos em Reais

d) Participação nos Lucros

A provisão para Participação nos Lucros e Resultados dos empregados, no período, corresponde a R\$ 112.756, composta pelo equivalente a 8,15% do lucro líquido do 1º semestre.

A despesa de PLR, do 1º semestre, totaliza R\$ 113.752, sendo R\$ 112.756 referente aos Empregados e R\$ 996 aos Administradores.

Nota 23 - Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento dos riscos considerados relevantes pelo Banco. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

Nesse contexto, a gestão de riscos no Banco tem por fundamento a sua Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e sua Política Corporativa de Gestão de Riscos, documentos aprovados pelo Conselho de Administração e cuja construção considera o Planejamento Estratégico e o Plano de Capital do Banco. Na RAS, são definidos os riscos relevantes em função do impacto potencial no alcance dos objetivos estratégicos do Banco. Na Política Corporativa estão consolidadas as orientações e diretrizes a serem adotadas na gestão contínua e integrada desses riscos

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos é unificada no nível estratégico e específica nos níveis de suas unidades negociais e de suporte, observando o princípio da segregação das atividades. As unidades e suas responsabilidades básicas referentes à gestão de riscos são definidas, formalmente normatizadas e divulgadas no site de políticas e normas do Banco.

A sistematização da gestão de riscos fundamenta-se no uso de metodologias definidas e documentadas, passíveis de serem testadas quanto à consistência, confiabilidade e transparência dos resultados. Os processos de gestão são monitorados continuamente e revisados com periodicidade mínima anual

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A atuação dessa estrutura é pautada na política de integridade e ética do Banco e nos princípios de responsabilidade socioambiental, nas relações com seus clientes, parceiros, funcionários, acionistas, prestadores de serviços e sociedade.

Nesse propósito, a Gestão Integrada de Riscos do Banco incorpora, como princípio essencial, a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais do Banco. Disponibiliza informações que subsidiam as diversas instâncias decisórias do Banco a avaliar os riscos envolvidos e destina-se a orientar a gestão dos riscos que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais. Para isso, utiliza regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

Por fim, conclui-se, com razoável segurança, que a estrutura implantada é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e com o dimensionamento adequado da exposição a riscos do Banco.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria de Controle e Riscos é responsável pelo gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo CMN, em sua Resolução nº 4.557, de 23.02.2017. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital - Pilar III disponível no portal <https://bnb.gov.br/>.

A gestão da adequação de capital do Banco é feita levando-se em conta as exigências regulatórias acrescidas de uma meta interna de Capital situada acima dos requerimentos mínimos regulatórios, considerando-se as exigências de Patrimônio de Referência (PR) e do Adicional de Capital Principal (ACP). Essa meta é revisada anualmente na elaboração do planejamento de capital.

O Banco elabora seu Plano de Capital em consonância com o Planejamento Estratégico, de forma a refletir os resultados ali planejados e, ao mesmo tempo, atender ao disposto na Resolução CMN nº 4.557. Nesse sentido, com o intuito de aumentar a aderência do Plano de Capital ao planejamento empresarial, optou-se por, desde a versão elaborada em 2018, estender o seu horizonte para cinco anos, ultrapassando em dois anos o mínimo definido na citada Resolução.

No plano elaborado para o período de 2025 a 2029, aprovado em dezembro de 2024, não se vislumbraram indícios de possível descumprimento dos requerimentos mínimos de capital regulatórios.

Política Corporativa de Gestão de Riscos

Contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos relevantes financeiros (riscos de crédito, concentração, mercado, taxa de juros da carteira bancária, liquidez e operacional – incluindo neste último o risco legal); e os não financeiros (riscos estratégico, reputacional, de capital, de conformidade, socioambiental, atuarial, cibernético e de modelos). O Comitê de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que realiza o gerenciamento integrado de riscos, em nível corporativo, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Resolução BCB nº 54, de 16.12.2020, podem ser encontradas no portal: <https://www.bnb.gov.br/web/quest/relatorios-de-gestao-de-riscos> e não fazem parte destas Demonstrações Financeiras Individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Risco de Crédito

É a possibilidade de ocorrência de: perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; e reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Composição do saldo de exposições ao risco de crédito por fonte de recursos:

Fonte de Recursos	Exposição – EAD	
	30.06.2025	01.01.2025
FNE	76.452.148	70.444.805
TVMs	49.581.753	47.134.716
RECIN	13.217.477	11.670.954
FNE – 2	3.632.669	3.013.890
POUPANÇA RURAL	1.065.863	1.025.152
BNDES/FINAME	838.734	802.427
FDNE/REPASSES	669.660	638.701
AFD	608.125	604.558
RECURSOS EXTERNOS	502.758	627.815
FDNE	275.535	176.782
LCA	315.639	162.405
BID	200.107	268.472
FINEP	79.046	47.978
FUNGETUR	121.177	100.660
FONTE GENERICA	30	90
DER	7	7
Total	147.560.728	136.719.412

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, monitorar, avaliar, reportar, controlar e mitigar o risco, de forma a manter a exposição ao risco de crédito em conformidade com os parâmetros definidos na Declaração de Apetite por Riscos - RAS. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, metodologia para segregação do ativo de crédito em problemático e não problemático, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de cálculo de despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências, ou ainda, por decisão do comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral ou pela Diretoria Executiva.

Todas as operações de crédito, com exposição a risco para o Banco, são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

c) Risco de Liquidez

É a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco, bem como pela possibilidade do Banco não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

A área de gestão de riscos utiliza modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar a capacidade do Banco honrar seus compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez à administração do Banco por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

	Especificação	30.06.2025 (%)
Índice de Liquidez	Na data-base	985,73
	Média dos últimos 12 meses	1.031,10
	Máximo dos últimos 12 meses	1.737,41
	Mínimo dos últimos 12 meses	839,96

d) Risco de Mercado

É a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, assim como a redução de receitas financeiras e elevação de despesas financeiras, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- Value at Risk (VaR)* de operações ativas e passivas das carteiras de negociação;
- Variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (Δ EVE) da carteira bancária;
- Variação do resultado da intermediação financeira (Δ NII) da carteira bancária;
- Mapa de requerimentos mínimos de capital;
- Relatório de exposição cambial;
- Análise de sensibilidade;
- Testes de estresse;
- Testes de aderência (*backtesting*); e
- Relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Riscos da Carteira de Negociação

O Banco acompanha diariamente a composição da Carteira de Negociação, que deve se constituir de:

- títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação, conforme definido na Resolução BCB nº 111, de 06.07.2021;
- operações destinadas à proteção (*hedge*) contra os riscos de outras operações da Carteira de Negociação.

A mensuração do risco de taxas de juros da Carteira de Negociação é feita com a utilização do Valor em Risco (VaR), a partir do modelo padrão criado pelo Bacen.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Limites de Exposição ao Risco	Limite de Alerta	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> • 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) como possibilidade de perda máxima da Carteira de Negociação; • 8% (oito por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (ΔEVE) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); • 8% (oito por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação do resultado da intermediação financeira (ΔNII) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); • 3% (três por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo de exposições em moeda estrangeira. 	<ul style="list-style-type: none"> • > 3% do PR nível I • > 6% do PR nível I • > 6% do PR nível I • > 2% do PR nível I 	<p>Caso o nível de exposição atinja o limite de alerta, a área de Gestão de Riscos emitirá um comunicado à Diretoria Executiva, ao Comitê Corporativo de Gestão de Riscos e às áreas gestoras dos produtos/processos responsáveis pela exposição;</p> <p>Caso o nível de exposição extrapole o limite estabelecido, a área de Gestão de Riscos emitirá uma comunicação formal (alerta) ao Comitê Corporativo de Gestão de Riscos, à Diretoria Executiva, ao Comitê de Sustentabilidade, Riscos e de Capital e ao Conselho de Administração para avaliação e tomada de decisão, visando a correção de rumos e adequação ao parâmetro de tolerância estabelecido na RAS.</p>

Em 30.06.2025, a Carteira de Negociação do Banco tem exposições relativas à variação de preços de ações e à variação de taxa de cupom de índice de preço, apresentando uma exposição marcada a mercado no valor de R\$ 946.600 e risco da carteira de R\$ 82.570.

Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária (IRRBB)

Corresponde ao risco de impactos negativos no capital e nos resultados do Banco, provindos de movimentos adversos das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária. A identificação, mensuração e controle desse risco são efetuados atendendo critérios preconizados na Circular Bacen nº 3.876, de 31.01.2018, utilizando-se duas métricas a seguir:

- a) Δ EVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em cenários de choque nas taxas de juros; e
- b) Δ NII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em cenários de choque nas taxas de juros. O resultado de intermediação financeira da carteira bancária, não deve incluir a provisão de crédito de liquidação duvidosa.

O cálculo das medidas de IRRBB é realizado mensalmente, com a utilização de modelos padronizados baseados, fundamentalmente, nos parâmetros, hipóteses e premissas estabelecidos na Circular Bacen nº 3.876, de 31.01.2018.

Na posição de 30.06.2025, a Carteira Bancária do Banco possuía exposição marcada a mercado de R\$ 19.750.690, apresentando Δ EVE e Δ NII nos valores de R\$ 332.611 e R\$ 479.884, respectivamente.

Testes de Estresse

Permite antever potenciais perdas em carteiras de operações diante da variação das taxas de juros, cupom cambial ou índices de preços, que poderão vir a ser praticadas no mercado em situações extremas. Esta ferramenta complementa outras abordagens de gestão de risco usadas para exercícios de normalidade, tais como Valor econômico (EVE), Resultados de intermediação financeira (NII) e Valor em Risco (VaR) utilizados no Banco.

O Banco realiza trimestralmente três modalidades de testes de estresse além de análise de sensibilidade, atendendo aos normativos do Bacen e do CMN. Esses testes possuem os objetivos descritos adiante:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- a) estimar percentual da variação do valor marcado a mercado das operações em relação ao Patrimônio de Referência (PR), com utilização de choque compatível com o 1º e o 99º percentis de uma distribuição histórica de variações nas taxas de juros, considerando-se o exercício de manutenção (*holding period*) de um ano e o exercício de observação de cinco anos;
- b) estimar a quantidade de pontos-base de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar redução do valor de mercado no ativo (ou aumento no valor do passivo) das operações constantes das Carteiras de Negociação e Bancária correspondente a 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do PR; e
- c) estimar as perdas que ocorreriam se o cenário integrado de estresse, elaborado pela área econômica do Banco em conjunto com áreas como a de planejamento, de controladoria e de gestão de riscos, viesse a ocorrer.

Os resultados dos testes de estresse são comunicados, por meio de relatórios trimestrais, à Administração do Banco, bem como utilizados pela área de gestão de riscos para o acompanhamento sistemático do nível de exposição do Banco aos choques nas taxas de juros, com vistas aos necessários *feedbacks* às respectivas áreas negociais.

Análise de Sensibilidade

Observando-se as disposições da Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020 e Resolução CVM nº 121, de 03.06.2022, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/ Fator de Risco	Risco de variação em:	Cenário 1 (Variação de 25%)		Cenário 2 (Variação de 50%)	
		Perda	% PL	Perda	% PL
Carteira de Negociação					
Ações	Taxas de juros prefixadas em reais	1.296	0,01	-	-
IPCA	Taxas de cupom de IPCA	55.444	0,38	(54.968)	0,37
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	11.941	0,08	(799)	0,01
Carteira Bancária					
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(286.715)	1,95	(537.017)	3,65
Cupons cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	(5.338)	0,04	(11.052)	0,08
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio	(22.649)	0,15	(45.298)	0,31
Índices de preços	Taxas de cupons de inflação	(81.026)	0,55	(126.331)	0,86
TJLP	Taxas de cupom de TJLP	(1.622)	0,01	(3.325)	0,02
TLP	Taxas de cupom de TLP	(1.871)	0,01	(3.771)	0,03
TR	Taxas de cupom de TR	(129.210)	0,88	(275.121)	1,87

Para efeito dos cálculos acima, utilizou-se um cenário-base, que configura a situação mais provável, no qual foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na B3. Para a construção dos cenários 1 e 2, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco de mercado correspondentes, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas, apresentadas em valores absolutos e como um percentual do Patrimônio Líquido do Banco constituem as diferenças entre os saldos do cenário-base e os saldos dos cenários 1 e 2.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de swap e seus respectivos objetos de hedge, apresentada nos demonstrativos abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
			Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Derivativos para Hedge	Variação da taxa referencial B3 S.A	Swap Euro x IPCA	701.565	593.776	107.789	508.611	192.954
		Passivo em ME	(633.537)	(556.876)	(76.661)	(494.431)	(139.106)
		Exposição Líquida	68.028	36.900	31.128	14.180	53.848

Foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes de um possível aumento estressado do cupom cambial nas operações em moeda estrangeira.

O método empregado na análise de sensibilidade das operações de *hedge* consistiu na mensuração de variações da exposição líquida marcada a mercado entre as operações passivas indexadas ao dólar e as pontas ativas em dólar das operações de *swap*. A exposição líquida foi calculada para três cenários, permitindo a comparação entre eles. O cenário 1 utiliza as taxas de mercado, representando a situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as taxas divulgadas pela B3. Os cenários 2 e 3 são obtidos aplicando-se choques de 25% e 50% no cupom cambial utilizado no cenário 1.

e) Risco Operacional

A gestão do risco operacional é realizada por meio de estrutura organizacional dedicada, atuando sob uma visão de processos para oferecer suporte às atividades de avaliação de riscos nos processos de negócios e de suporte da Instituição. Essa gestão é conduzida de forma integrada e alinhada às normas do Bacen, com foco na identificação proativa de exposições por meio da metodologia de autoavaliação de riscos e controles (RCSA), que permite mensurar riscos inerentes e desenvolver a Matriz de Riscos dos processos, complementada pelo monitoramento contínuo de indicadores-chave (KRIs) e registro centralizado de perdas operacionais.

Em conformidade com a Resolução CMN 356/2024, foi implementada em 2025 a metodologia avançada para cálculo de capital alocado a risco operacional, substituindo o modelo anterior (Basic Indicator Approach - BIA). A nova abordagem, baseada em dados históricos e cenários de estresse, permitiu maior precisão na mensuração de riscos, sem implicar aumento de capital em comparação à metodologia antiga, graças à otimização de processos e controles preventivos estabelecidos por meio das avaliações qualitativas realizadas.

A migração para o novo modelo reforçou a estrutura de governança, com aprimoramento dos sistemas de acompanhamento de ações de, mantendo plena aderência às exigências do Bacen. Destaca-se a manutenção de capital adequado para cobrir eventos extremos, assegurando resiliência mesmo em cenários adversos.

Mantém-se o compromisso com a melhoria contínua da gestão de risco operacional, garantindo a sustentabilidade dos negócios e a proteção dos interesses de todas as partes interessadas, por meio de estrutura dedicada e metodologias consolidadas de identificação, avaliação e mitigação de riscos, em estrita observância às diretrizes regulatórias.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no montante de R\$ 27.746, conforme a seguir:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Semestre findo em 30 de junho de 2025
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

Especificação	30.06.2025	Especificação	30.06.2025
Disponibilidades	5.181	Relações Interdependências	50.023
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	60.993	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	22.953
Operações de Crédito	182.822	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	894.397
Outros Créditos	530.110	Outras Obrigações	540.220
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exceto Derivativos	779.106	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	1.507.593
Operações de <i>Swap</i>	700.741		
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	1.479.847	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	1.507.593

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos – RAS (3% do Patrimônio de Referência nível I).

g) Riscos Social, Ambiental e Climático

A Política Corporativa de Gestão de Riscos apresenta as seguintes definições para os riscos social, ambiental e climático (RSAC):

- risco social é a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum;
- risco ambiental é a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais;
- risco climático de transição é a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e
- risco climático físico é a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

As diretrizes específicas para a gestão dos RSAC envolvem, principalmente, observância à legislação e à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Banco (PRSAC).

h) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Em 30.06.2025, o Banco apresentou os índices de capital regulatório, bem como os ativos ponderados e respectivas margens conforme tabela “i” a seguir. Não se registrou, no período avaliado, a possibilidade de descumprimento dos requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Semestre findo em 30 de junho de 2025
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	30.06.2025
Patrimônio de Referência (PR)	16.433.014
Nível I	15.519.973
Capital Principal	14.729.484
Capital Complementar	790.489
Nível II	913.041
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	121.548.312
Parcela RWACPAD	99.836.655
Parcela RWACAM	163.250
Parcela RWAJUR	1.021.755
Parcela RWACOM	1.303
Parcela RWAACS	10.369
Parcela RWACVA	262.354
Parcela RWADRC	5.274
Parcela RWAOPAD	20.247.352
Margem sobre o PR Requerido	6.709.149
Capital para o Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (IRRBB)	479.884
Margem sobre o PR Requerido Considerando o IRRBB	6.229.265
Margem sobre o PR Nível I Requerido	8.227.074
Margem sobre o Capital Principal Requerido	9.259.810
Adicional de Capital Requerido - ACP (2,5%)	3.038.708
Margem sobre o Adicional de Capital Requerido	3.670.442
Índices de Basileia:	
Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	12,12%
Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	12,77%
Índice de Patrimônio de Referência (Requerimento mínimo de 8,0%)	13,52%
Índice de Patrimônio de Referência incluindo IRRBB	12,88%

Onde:

- RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito;
- RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial;
- RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros;
- RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias;
- RWAACS: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de ações;
- RWACVA: parcela relativa às exposições ao risco de variação do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte;
- RWADRC: parcela relativa às exposições ao risco de crédito dos instrumentos financeiros classificados na carteira de negociação;
- RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional; e
- IRRBB: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	30.06.2025
Patrimônio de Referência (PR)	16.433.014
Patrimônio de Referência Nível I	15.519.973
Capital Principal	14.729.484
Capital Social	13.238.172
Reservas de Lucros	2.494.757
Reservas de Reavaliação	13.070
Outros Resultados Abrangentes	(916.599)
Ajuste Decorrente da Constituição de Perdas Esperadas	138.873
Ajustes Prudenciais	(238.789)
Ativos Intangíveis	(231.487)
Diferença a Menor – Ajustes Resolução CMN nº 4.277, de 31.10.2013	(7.302)
Capital Complementar	790.489
Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	790.489
Patrimônio de Referência Nível II	913.041
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	913.041

As Letras Financeiras Subordinadas no valor de R\$ 801.040, captadas em junho de 2019, foram autorizadas pelo Bacen a compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar. Essas letras atendem ao disposto no Artigo 10º da Resolução CMN nº 5.007, de 24.03.2022 que permite a recompra de até 3% do seu valor contábil.

As Letras Financeiras Subordinadas, citadas anteriormente, têm caráter de perpetuidade, não possuindo vencimento, conforme exigência da Resolução CMN nº 4.955, de 21.10.2021, para que possam ser elegíveis ao Nível I do Patrimônio de Referência.

Os contratos de Dívida Subordinada firmados com o FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, de acordo com o Art. 31 da Resolução CMN nº 4.955, de 21.10.2021, estão sendo excluídos gradativamente do Nível II do PR seguindo o cronograma definido no citado artigo.

iii. Razão de Alavancagem (RA)

A Razão de Alavancagem, conforme metodologia aprovada pela Circular Bacen nº 3.748, de 27.02.2015, corresponde ao resultado da divisão do PR de Nível I, pela Exposição Total. O CMN determinou, em sua Resolução 4.615 de 30.11.2017, um limite mínimo de 3% para a Razão de Alavancagem. A situação do Banco está demonstrada no quadro a seguir:

Especificação	30.06.2025
PR Nível I	15.519.973
Exposição Total	155.134.414
Razão de Alavancagem (%)	10,00%

iv. Índice de Imobilização

O índice de imobilização do Banco, calculado na forma das disposições da Resolução CMN nº 4.957, de 21.10.2021, encontra-se demonstrado a seguir:

Especificação	30.06.2025
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	16.433.014
Limite para Imobilização (50% do PR ajustado)	8.216.507
Situação	348.190
Margem	7.868.317
Índice de imobilização	2,12%

Nota 24 - Partes Relacionadas

a) Transações com Partes Relacionadas

A política de transações com Partes Relacionadas do Banco dispõe que sejam aplicadas as condições e taxas compatíveis com as práticas de mercado, além de estabelecer as orientações a serem observadas em potenciais conflitos de interesses.

No período, o Banco realizou transações bancárias com as Partes Relacionadas, tais como: depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações financeiras, operações de crédito e repasses, além de outras transações decorrentes de aluguéis de imóveis e de cessão de funcionários a entidade considerada Parte Relacionada.

a.1) Saldos das Transações com Partes Relacionadas

Especificação	30.06.2025			
	Entidades sob controle do Governo Federal ⁽¹⁾	Pessoal-chave da administração ⁽²⁾	Outras partes relacionadas	Total
Ativos				
Carteira de Crédito	-	120	431	551
Passivo				
Depósitos a Vista	523	101	23	647
Depósitos de Poupança	429	-	12	441
Depósitos a Prazo	-	1.056	-	1.056
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	1.482	1.753	3.235
Obrigações por Repasses do País (Nota 11.a.3.1)	841.542	-	-	841.542
Outros Instrumentos de Dívida (Notas 11.a.5 e 11.a.6) ⁽³⁾	24.433.313	-	-	24.433.313
Provisões Passivo Atuarial (Benefícios pós-emprego: Planos de Pensão e Aposentadoria, Assistência Médica e Seguro de Vida)	-	-	2.572.202	2.572.202

⁽¹⁾ Tesouro Nacional, BNDES e Fundos e Programas (Finame, Fungetur, FNE, FDNE, FMM, PNCF);

⁽²⁾ Conselho de Administração e Diretoria Executiva; e

⁽³⁾ Exceto saldos de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Recursos de Emissões de Letras Financeiras.

a.2) Receitas e Despesas de Partes Relacionadas

Especificação	01.01 a 30.06.2025			
	Entidades sob controle do Governo Federal	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas ⁽¹⁾	Total
Receitas	-	-	1.619	1.619
Ressarcimento referente a custos com empregados cedidos sem ônus	-	-	1.619	1.619
Despesas	-	-	(2.044)	(2.044)
Aluguel de imóveis utilizados nas atividades administrativas e bancárias do Banco	-	-	(2.044)	(2.044)

⁽¹⁾ Capex

a.3) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01 a 30.06.2025
Honorários	2.541
Diretoria	2.252
Conselho de Administração	184
Conselho Fiscal	105
Outros	1.154
Remuneração Variável (RVA) ⁽¹⁾	1.432
RVA Baseada em Ações	716
RVA Convertida em Pecúnia	716
Total dos Benefícios de Curto Prazo	5.127
Benefícios Pós-Emprego	141
Total	5.268

⁽¹⁾ 50% da RVA correspondem a instrumento baseado em ações, tendo como parâmetro, para a provisão e para o pagamento em dinheiro, o preço de cotação das ações do Banco na B3. Os valores constantes do quadro acima correspondem à provisão dos pagamentos a ocorrerem, bem como às parcelas diferidas a serem liquidadas nos três anos seguintes, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921, de 25.11.2010.

O Banco oferta aos diretores, como benefícios pós-emprego, Planos de Previdência e de Assistência Médica, nas mesmas condições oferecidas aos empregados.

Nota 25 - Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Especificação	01.01 a 30.06.2025
(A) Resultado Recorrente	1.383.207
(B) Resultado Não Recorrente	472
Programa Desenrola Rural - Operações do FNE com risco compartilhado ⁽¹⁾	928
Efeitos fiscais e de PLR sobre itens extraordinários	(456)
(C) = Lucro Líquido (A)+(B)	1.383.679

⁽¹⁾ Resultado no Balanço do BNB proveniente do Programa de Regularização de Dívidas e Facilitação de Acesso ao Crédito Rural da Agricultura Familiar – Desenrola Rural, instituído pelo Decreto nº 12.381, de 11/02/2025, em operações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) com risco compartilhado.

Nota 26 - Outras Informações

a) Declaração de Conformidade

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das Demonstrações Financeiras Individuais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão do Banco.

b) Aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais do Banco foram aprovadas pelo Conselho de Administração, por meio de reunião realizada em 11 de agosto de 2025.

Fortaleza (CE), 11 de agosto de 2025.

A Diretoria

Obs.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais do Banco do Nordeste do Brasil S.A.



Banco do Nordeste do Brasil S.A.

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

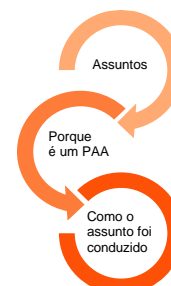
Ênfase

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisão para perdas associadas ao risco de crédito (Notas 2(a), 3(b) (IV), 7 (c.5) , 14 (a.1), 14 (a.2.2), 14 (a.2.4) e 15).</p> <p>A partir de 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN), em substituição à Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que estabelece novos requerimentos de classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, bem como para constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito.</p> <p>A determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerando os requerimentos da Resolução nº 4.966 do CMN, envolve um elevado nível de julgamento por parte da administração, que considera, dentre outros elementos, a existência de um ou mais eventos que impactam negativamente os fluxos de caixa futuros e, conseqüentemente, o valor recuperável dos créditos, bem como a deterioração do risco de crédito.</p> <p>Esse processo envolve a utilização de várias premissas que consideram fatores internos e externos, tais como qualidade do crédito, situação econômica e financeira, segmento e cenários econômicos. A constituição da provisão também considera o estágio de alocação do instrumento financeiro, refletindo a probabilidade de perdas ao longo do prazo esperado. Além disso, a determinação do nível de provisão leva em conta as características dos ativos financeiros, segregados por carteiras.</p> <p>Dessa forma, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Em relação a implementação da Resolução nº 4.966 do CMN, avaliamos os processos adotados pela administração para a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, bem como a metodologia de mensuração da perda esperada, baseada em modelos de parâmetros de risco.</p> <p>Realizamos entendimento e testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito, contemplando substancialmente os seguintes processos: (i) modelos, julgamentos e premissas adotados pela administração para determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito; (ii) existência e mensuração das garantias na determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito; (iii) aprovação e registro de operações renegociadas; (iv) processamento e contabilização das perdas estimadas; (v) conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vi) elaboração das notas explicativas.</p> <p>Sobre os modelos de perda esperada, baseados em parâmetros de risco, com o auxílio de nossos especialistas, realizamos: (i) o entendimento metodológico dos parâmetros de risco e das regras mínimas da norma para entendimento do completo requisito regulatório; (ii) procedimentos para garantir a correta aplicação de metodologias e regras; (iii) em base amostral, para os modelos de parâmetros significativos, foram reperformadas regras de marcação de estágio e</p>

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	<p>mensuração da perda esperada e crítica da base final da perda esperada.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas associadas ao risco de crédito com base na Resolução nº 4.966 do CMN, conforme divulgados nas demonstrações financeiras, estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>
<p>Ambiente de Tecnologia da Informação</p> <p>O Banco tem um ambiente de negócios altamente dependente da tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.</p> <p>Os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, associados aos processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, continuamos a tratar esse assunto como foco em nossa auditoria.</p>	<p>Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto a efetividade operacional dos controles internos relacionados à gestão do ambiente de Tecnologia da Informação.</p> <p>Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles sobre processos-chaves relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta os negócios do Banco.</p> <p>Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionam uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.</p>

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em



Banco do Nordeste do Brasil S.A.

conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto

Banco do Nordeste do Brasil S.A.

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.



Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 13 de agosto de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2025, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração em 11 de agosto de 2025.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do semestre e no Relatório dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Fortaleza (CE), 13 de agosto de 2025

O CONSELHO FISCAL

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Primeiro Semestre de 2025

1. Apresentação

O Comitê de Auditoria (Coaud) é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto por quatro membros, sendo um deles membro independente integrante do próprio Conselho.

O Comitê de Auditoria tem suas atribuições determinadas pela Lei n° 13.303/2016 (Lei das Estatais), pelo Decreto n° 8.945/2016, pela Resolução CMN n° 4.910/2021, pela Resolução n° 23/2021, da Comissão de Valores Mobiliários, pelo Estatuto Social do Banco e por seu Regimento Interno.

Em síntese, compete ao Comitê de Auditoria avaliar a efetividade do Sistema de Controles Internos, das auditorias interna e externa, bem como a qualidade e a integridade das Demonstrações Financeiras.

Quando necessário, o Coaud emite recomendações para o aprimoramento da governança, de políticas, de processos e de controles internos para as diversas unidades do Banco, Diretoria Executiva e/ou Auditoria Externa.

No endereço eletrônico do Comitê de Auditoria na internet (<https://www.bnb.gov.br/web/guest/aceso-a-informacao/participacao-social/comite-de-auditoria>), encontram-se disponíveis o Regimento Interno do Comitê, as atas ou extratos de atas das reuniões, bem como demais informações do Colegiado.

2. Atividades Exercidas pelo Comitê de Auditoria

Durante o 1º semestre de 2025, o Coaud realizou 54 reuniões distribuídas ao longo de 33 dias de encontros de trabalho, destacando-se as reuniões realizadas com o Conselho de Administração, com o Conselho Fiscal, com os demais comitês de assessoramento ao Consad (Comitê de Sustentabilidade, Riscos e de Capital - CSRC e Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração - Corel), com a Diretoria Executiva e com gestores das principais áreas do Banco, a exemplo dos responsáveis pelas áreas de Tecnologia da Informação, Controladoria, Logística, Negócios, Planejamento e Jurídica, além das reuniões periódicas com as áreas de Controles Internos e *Compliance*, Riscos, Segurança, Auditoria Interna, Corregedoria e com os Auditores Externos.

Nessas ocasiões, o Coaud abordou assuntos que constam no seu plano de trabalho, além daqueles de maior relevância relacionados a cada unidade.

O relatório semestral de atividades, as atas das reuniões do Comitê, bem como o Plano Anual de Trabalho foram regularmente submetidos à apreciação do Conselho de Administração.

Relativamente ao desempenho de suas atribuições e cumprimento do planejamento anual, o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

2.1. Sistema de Controles Internos

Na avaliação do Comitê de Auditoria, o Sistema de Controles Internos, não obstante a existência de oportunidades de melhoria, está bem formalizado e estruturado e é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Banco. Referido Sistema oferece segurança razoável aos Administradores de que os objetivos relacionados à eficiência e à eficácia operacional, ao cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis, à confiabilidade das informações financeiras e operacionais e à proteção dos ativos do Banco do Nordeste estão sendo atingidos.

2.1.1. Exposição a Risco

Quanto ao tratamento das exposições a riscos, além das agendas sobre o tema junto ao CSRC, o Coaud reuniu-se com a Diretoria de Controle e Risco e as superintendências a ela vinculadas, além de outras áreas do Banco, visando discutir as ações relacionadas ao aprimoramento da Gestão Integrada de Riscos, abordando, também, gerenciamento da segurança da informação, declaração de apetite por riscos (RAS), segurança cibernética, nova regulamentação contábil conforme a Resolução CMN N° 4.966/2021 e seus impactos, além do monitoramento dos riscos considerando os três níveis (linhas) de defesa.

2.2. Auditoria Interna

A Superintendência de Auditoria possui estrutura compatível com suas responsabilidades institucionais; os recursos materiais e humanos foram considerados suficientes para o exercício das atividades e implementação do seu plano anual de trabalho (PAINT). O Comitê de Auditoria avalia que a Auditoria Interna se mostrou efetiva, tendo atuado com independência e objetividade. Foram sugeridas melhorias no tocante a oportunidade de conhecimento da equipe de auditores em relação a aplicabilidade da Inteligência Artificial e outras tecnologias disponíveis e necessárias visando o aperfeiçoamento contínuo da atividade de uma auditoria abrangente.

O Comitê de Auditoria, com base em suas observações, em especial a interação com a Auditoria Interna registra que, no primeiro semestre de 2025, não foram identificadas ocorrências de erro ou fraude passíveis de comunicação ao Banco Central do Brasil, na forma do art. 13 da Resolução CMN N° 4.910/2021.

2.2.1. Transações com Partes Relacionadas

O Comitê reuniu-se com a Superintendência de Auditoria para avaliar os procedimentos adotados para a identificação e o cadastro de pessoas consideradas partes relacionadas, bem como os controles executados na atualização e manutenção dos respectivos registros. Como resultado, foi possível concluir que as transações realizadas com partes relacionadas apresentam condições compatíveis com as de mercado e sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes.

2.3 Auditoria Externa

O Comitê de Auditoria manteve com os auditores externos um canal regular de comunicação, por meio do qual foram examinados, discutidos e acompanhados o

planejamento, os resultados dos principais trabalhos realizados, suas conclusões e recomendações, além dos principais assuntos de auditoria, e a conformidade com as normas aplicáveis.

Nos encontros de trabalho realizados com os Auditores Independentes, o Coaud foi informado da não ocorrência de qualquer divergência relevante entre esses profissionais e a Administração do Banco do Nordeste em relação às Demonstrações Financeiras ou qualquer outro tema relevante, em especial no que se refere a metodologias e julgamentos aprovados pela Administração com impacto em saldos de rubricas contábeis.

2.4 Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria acompanhou regularmente o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras, por meio de instrumentos avaliativos diversificados, tendo examinado as principais metodologias e práticas contábeis adotadas pelo Banco do Nordeste.

O Comitê realizou revisões e discutiu com as áreas responsáveis o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, inclusive as notas explicativas. Em reunião com os auditores independentes tomou conhecimento e discutiu os principais elementos do relatório e respectivo parecer, sem ressalvas, todos referentes à data base de 30 de junho de 2025.

Ao longo do semestre, o Coaud se reuniu com os auditores independentes para discussão e esclarecimentos relacionados, entre outros, às Demonstrações Financeiras, às condições de independência e à conformidade com as normas aplicáveis à atividade, não tendo sido reportada a existência de quaisquer divergências relevantes relacionadas às Demonstrações Financeiras.

2.5 Outros Temas e Atividades Realizados no Semestre

Durante o primeiro semestre de 2025 o Coaud realizou, no âmbito de suas reuniões, o acompanhamento de temas relevantes ao aprimoramento da governança corporativa, dos negócios, corregedoria e estratégia do Banco. Analisou os documentos pautados para as reuniões do Conselho de Administração, fez apontamentos sobre a execução dos principais projetos estratégicos e emitiu pareceres no intuito de auxiliar os Conselheiros no processo decisório e no exercício de suas responsabilidades de supervisão.

3. Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas no âmbito das suas competências, e com as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria apresenta suas conclusões, a seguir:

- a) O Sistema de Controles Internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Banco do Nordeste e é objeto de permanente atenção por parte da Administração;
- b) A Auditoria Interna mostrou-se efetiva, tendo atuado com independência e objetividade. Sua estrutura e recursos foram considerados adequados para o desempenho de suas funções.

- c) A empresa de auditoria independente PwC atuou com independência e contribuiu para assegurar a integridade das demonstrações financeiras do Banco do Nordeste.
- d) Os mecanismos de controle e formalização das transações com partes relacionadas e sua divulgação apresentam-se em conformidade com a legislação vigente.
- e) As exposições a riscos vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração, foram acompanhadas pelo Coaud e são objeto de monitoramento contínuo pelo Comitê de Sustentabilidade, Riscos e de Capital.
- f) As Demonstrações Financeiras do 1º semestre de 2025, posição 30/06/2025, foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco do Nordeste.

Fortaleza (CE), 11 de agosto de 2025.

O Comitê de Auditoria

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE**

Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.

(Lei nº 7.827, de 27.09.1989)

Demonstrações Financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Semestre findo em 30 junho de 2025 e Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores em R\$ Mil)



ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Notas	30.06.2025	31.12.2024 Reapresentado		Notas	30.06.2025	31.12.2024 Reapresentado
DISPONIBILIDADES	4.c.1	1.581.424	1.755.828	OBRIGAÇÕES DIVERSAS		10.761	7.406
RECURSOS COMPROMETIDOS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.c.1	17.911.114	12.849.918	Provisões para Pagamentos a Efetuar		10.761	7.406
APLICADO NO CRÉDITO RURAL		50.012.210	46.887.173	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.b	169.582.972	158.569.745
VALORES A RECEBER-CEF-EQUALIZ. BONUS ADIMPL-PROFROTA		159	30	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		160.920.169	151.739.860
CRÉDITOS VINCULADOS		280	67.303	Em Exercícios Anteriores		151.739.860	136.063.724
DEVEDORES POR REPASSES	6.a.1	199.629	182.622	No Semestre/ Exercícios		9.180.309	15.676.136
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		49.806.529	46.631.602	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		6.829.328	4.298.065
FINANCIAMENTOS RURAIS		49.806.529	46.631.602	Em Exercícios Anteriores		6.829.885	4.298.317
Investimento Agro-Industrial		152.016	153.945	Ajustes de Exercícios Anteriores		(557)	(252)
Custeio-Agricultura		4.264.209	4.500.883	RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	7.b	1.833.475	2.531.820
Custeio-Pecuária		5.677.646	5.539.163				
Investimento-Agricultura		17.048.176	15.573.772				
Investimento-Pecuária		22.857.734	20.993.858				
Comercialização-Agricultura		103.001	86.893				
Beneficiamento/Industrialização		15.358	7.594				
(Provisão para Perdas em Operações de Crédito)	6.d	(311.611)	(224.506)				
OUTROS CRÉDITOS	4.c.5	5.546	5.546				
OUTROS VALORES E BENS	4.c.6	67	70				
OUTRAS APLICAÇÕES		100.088.985	97.084.232				
CRÉDITOS VINCULADOS	5.a	3.809.251	3.639.532				
DEVEDORES POR REPASSES-BCO.DO NORDESTE-LEI Nº 7.827-ART. 9-A	6.a.1	76.338	65.289				
DEVEDORES POR REPASSES-OUTRAS INSTITUIÇÕES		2.688	200				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6.a.1	96.200.708	93.379.211				
Financiamentos		40.197.311	38.571.953				
Financiamentos a Exportação		460.142	435.829				
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento		54.238.738	53.089.898				
Financiamentos Agroindustriais		1.542.831	1.503.875				
(Provisão para Perdas em Operações de Crédito)	6.d	(238.314)	(222.344)				
TOTAL DO ATIVO		169.593.733	158.577.151	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		169.593.733	158.577.151

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras; e

Reapresentado para fins de comparabilidade, considerando a ordem de liquidez e a segregação entre "Aplicado no Crédito Rural" e "Outras Aplicações", vigente a partir de janeiro de 2025.

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNEAdministrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Demonstrações Financeiras**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

Semestre findo em 30 de junho de 2025 e 2024

(Valores em R\$ Mil)



	Notas	01.01 a 30.06.2025	01.01 a 30.06.2024
RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		2.244.631	1.930.735
Receitas de Operações de Crédito		5.476.323	4.471.818
Despesas com <i>Del Credere</i>		(1.968.473)	(1.757.617)
Despesas com PCLD		(532.054)	(483.404)
Atualização Monetária Negativa		(121)	(150)
Receitas com Recuperações de Créditos Baixados		115.370	406.334
Despesas com Rebates e Bônus de Adimplência	6.f	(845.212)	(686.682)
Despesas com Rebates e Descontos - Leis de Renegociação		(1.202)	(19.564)
RESULTADO SOBRE DISPONIBILIDADES		1.087.871	886.717
Receitas com Remuneração das Disponibilidades	4.b.1	1.095.758	894.625
Taxa de Administração sobre Disponibilidades	4.b.4	(7.887)	(7.908)
DESPESAS OPERACIONAIS		(1.495.600)	(1.290.252)
Taxa de Administração	4. b.4	(987.912)	(874.499)
PRONAF – Remuneração do Agente Financeiro/Prêmio de Performance	4.b.4	(507.688)	(415.753)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(3.427)	(2.773)
Despesas de Auditoria		(19)	(139)
Outras Receitas		21	(13)
Destinação de Recursos à Sudene - Art. 2º Lei 7.827/1989		(3.426)	-
Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários		(3)	(2.621)
LUCRO		1.833.475	1.524.427

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Semestre findo em 30 de junho de 2025 e 2024

(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2023	136.063.724	4.298.317	140.362.041
Transferência da União no Semestre	8.350.044	-	8.350.044
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(54)	(54)
Lucro do Semestre	-	1.524.427	1.524.427
SALDOS EM 30.06.2024	144.413.768	5.822.690	150.236.458
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	8.350.044	1.524.373	9.874.417
SALDOS EM 31.12.2024	151.739.860	6.829.885	158.569.745
Transferência da União no Semestre	9.180.309	-	9.180.309
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(557)	(557)
Lucro do Semestre	-	1.833.475	1.833.475
SALDOS EM 30.06.2025	160.920.169	8.662.803	169.582.972
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	9.180.309	1.832.918	11.013.227

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE



Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Demonstrações Financeiras
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Semestre findo em 30 de junho de 2025 e 2024
(Valores em R\$ Mil)



	01.01 a 30.06.2025	01.01 a 30.06.2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro	1.833.475	1.524.427
Ajustes		
Provisão para Perdas em Operações de Crédito	532.050	483.404
Provisão para Desvalorização de Títulos	4	-
Reversão de Provisões de Operações de Crédito		(9)
Provisão para Pagamentos a Efetuar		2.619
Lucro Ajustado	2.365.529	2.010.441
Créditos Vinculados	67.024	1.506
Devedores por Repasses – Outras Instituições	(28.056)	(147.507)
Operações de Crédito	(6.631.549)	(8.696.765)
Valores a Receber -CEF-Equaliz Bônus Adimp. Profrota	(129)	(163)
Valores de Risco do Banco do Nordeste a Receber	(2.488)	(37)
Outros Créditos	-	2.274
Outros Valores	(2)	11
Devedores por Repasses-Bco.Nord. - Lei 7827-Art. 9.A	(169.719)	-
Provisão para Perdas em Operações de Crédito	103.075	-
Obrigações Diversas	3.355	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	(557)	(54)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(4.293.517)	(6.830.294)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Transferências da União	9.180.309	8.350.044
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	9.180.309	8.350.044
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	4.886.792	1.519.750
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:		
No início do Período	14.605.746	15.935.744
No fim do Período	19.492.538	17.455.494
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	4.886.792	1.519.750

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO
CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE (FNE)
Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 e Exercício findo em 31 de
dezembro de 2024**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas

Nota 1 - Histórico	Nota 6 - Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas
Nota 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 7 - Patrimônio Líquido
Nota 3 - Administração	Nota 8 - Registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)
Nota 4 - Políticas Contábeis	Nota 9 - Fiscalização
Nota 5 - Repasses ao Banco e a Outras Instituições	Nota 10 - Aprovação das Demonstrações Financeiras

NOTA 1 – Histórico

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal de 1988 (artigo 159, inciso I, alínea “c”), sendo regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27.09.1989, e alterações posteriores. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, por meio do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“Banco” ou “BNB”), mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, com tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais, às desenvolvidas por micro e pequenas empresas, às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido. Em face do disposto no artigo 15-J, da Lei nº 13.530, de 07.12.2017, o FNE poderá aplicar recursos no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil (Fies), instituído pelo artigo 15-D da referida Lei, destinado à concessão de financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, de acordo com regulamentação própria, e que também tratará das faixas de renda abrangidas por essa modalidade do Fies.

NOTA 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com observância das disposições da legislação societária, quando aplicáveis, e da regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As contas do Balanço Patrimonial do 1º semestre de 2025 estão sendo apresentadas exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A segregação entre circulante e não circulante é objeto de divulgação nas Notas Explicativas. Para fins de comparabilidade, houve a reapresentação de dezembro de 2024, considerando a ordem de liquidez e a segregação entre “Aplicado no Crédito Rural” e “Outras Aplicações”, vigente a partir de janeiro de 2025.

NOTA 3 – Administração

Ao Banco cabe: aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito; definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos e deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR); prestar contas sobre os resultados alcançados; exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive renegociar e liquidar dívidas, e a ceder créditos a empresas especializadas na cobrança de créditos inadimplidos operações enquadradas mas não renegociadas, nos termos definidos nos artigos 15-B a 15-H da Lei nº 7.827.

NOTA 4 – Políticas Contábeis

O FNE tem contabilidade própria, valendo-se do sistema contábil do Banco para registro de seus atos e fatos, em subtítulos específicos, com apuração de resultados à parte.

O exercício social do FNE coincide com o ano civil, para fins de apuração de resultados.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO
CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE (FNE)
Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 e Exercício findo em 31 de
dezembro de 2024**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

São as seguintes as principais práticas contábeis:

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras do FNE é o Real.

b) Apropriação de Receitas e Despesas

b.1) As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. São receitas do FNE os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito e a remuneração paga pelo Banco sobre os recursos do FNE momentaneamente não aplicados.

Discriminação	30.06.2025	30.06.2024
Receita com Remuneração das Disponibilidades	1.095.758	894.625

b.2) O Artigo 1º da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, com a redação dada pela Lei nº 13.682, de 19.06.2018, estabelece que os encargos financeiros e o bônus de adimplência incidentes sobre as operações de crédito rural com recursos do FNE serão definidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) por meio de proposta do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), observadas as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e de acordo com o plano regional de desenvolvimento. Os encargos financeiros e os bônus de adimplência poderão ser diferenciados ou favorecidos em função da finalidade do crédito, do porte do beneficiário, do setor de atividade e da localização do empreendimento.

O Artigo 1º-A da Lei nº 10.177, com a redação dada pela Lei nº 14.227 de 20.10.2021, estabelece que os encargos financeiros e os bônus de adimplência incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito não rural com recursos do FNE serão definidos pelo CMN, mediante proposta do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, observadas as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e de acordo com os planos regionais de desenvolvimento. Os encargos financeiros e os bônus de adimplência poderão ser diferenciados ou favorecidos em função da finalidade do crédito, do porte do beneficiário, do setor de atividade e da localização do empreendimento.

Aos encargos financeiros das operações não rurais será aplicado redutor tomando por base o Coeficiente de Desenvolvimento Regional (CDR), resultante da razão entre o rendimento familiar per capita da região de abrangência do Fundo e o rendimento familiar per capita do País, calculados pelo IBGE.

Na hipótese de desvio na aplicação dos recursos, o mutuário perderá, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, inclusive de natureza executória, todo e qualquer benefício, especialmente os relativos ao bônus de adimplência.

Os encargos financeiros para a situação de normalidade, às taxas previstas na legislação, são contabilizados nas adequadas contas de resultado do FNE. Sobre os valores vencidos e não pagos, incidem encargos de inadimplemento, pactuados contratualmente, sendo contabilizada, como rendas a apropriar do FNE, a parcela desses encargos que supera as taxas previstas na legislação.

O reconhecimento da despesa relativa aos bônus é feito concomitantemente com o pagamento dos encargos pelo mutuário.

b.3) Para as operações contratadas a partir de 01.01.2022, a Lei nº 14.227, em seu Anexo II, estabeleceu novas taxas de *del credere*, sendo, nas operações com risco integral do Banco, em percentuais que variam de 6,0% ao ano, para micro/pequeno/pequeno-médio, a 4,5% ao ano, para empreendedores de grande porte; nas operações com risco compartilhado, as taxas de *del credere* variam de 3,0% ao ano, para micro/pequeno/pequeno-médio empreendedor, a 2,25% ao ano, para empreendedores de grande porte.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO
CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE (FNE)
Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 e Exercício findo em 31 de
dezembro de 2024**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b.4) Constituem despesas do FNE os valores relativos à taxa de administração a que o Banco faz jus como gestor do Fundo, à remuneração do Banco sobre as disponibilidades do Fundo, à taxa de administração adicional, à remuneração do Banco sobre os saldos dos financiamentos no âmbito do Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido Seca-2012 – Grupo B, Semiárido Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012–Custeio – Grupo B, Seca-2012-Custeio – Outros Grupos e Demais Pronafs com risco compartilhado, à remuneração do Banco sobre os desembolsos do Pronaf A/Microcrédito, B, Semiárido, Floresta e demais Pronafs com risco compartilhado, ao prêmio de desempenho sobre os reembolsos do Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Semiárido, Floresta, Semiárido-Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012-Custeio - Outros Grupos e demais Pronafs com risco compartilhado, à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de que trata a Portaria Interministerial MIDR/MF nº 3, de 04.04.2023, à contratação de auditoria externa, além dos bônus e descontos definidos na legislação e à destinação de recursos previstos no § 6º do Artigo 20 da Lei nº 7.827.

De acordo com o que dispõem as Leis nºs 13.682 e 14.227, a taxa de administração paga ao Banco é apropriada mensalmente, e corresponde a 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao ano sobre o Patrimônio Líquido do FNE deduzido do saldo das disponibilidades de que trata o artigo 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995, dos valores repassados ao Banco com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, dos saldos dos repasses a outras instituições na forma da Portaria nº 147, do Ministério da Integração Nacional, e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf de que tratam o artigo 6º, da Lei nº 10.177, e o regulamento do Programa (grupos A/Microcrédito, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem 98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio).

Em conformidade com as disposições da Lei nº 14.227, de 01.01.2022, o Banco faz jus à remuneração no percentual de 0,09% (nove centésimos por cento) ao ano sobre os saldos das disponibilidades de que trata o artigo 4º da Lei nº 9.126.

O montante a ser recebido pelo Banco em razão da taxa de administração, deduzido o valor da remuneração ao Banco sobre as disponibilidades, poderá ser acrescido de até 20% (vinte por cento) com base no fator de adimplência referente aos empréstimos com risco operacional assumido integralmente pelo FNE ou com risco compartilhado entre o Banco e o FNE, calculado de acordo com a metodologia de apuração do provisionamento para risco de crédito aplicável ao crédito bancário. O fator de adimplência será regulamentado por ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Integração e do Desenvolvimento Regional e divulgado pelo Ministério da Fazenda.

A taxa de administração somada à remuneração ao Banco sobre as disponibilidades fica limitada, em cada mês, a 20% (vinte por cento) do valor acumulado, até o mês de referência, das transferências de que trata a alínea c do inciso I do caput do artigo 159 da Constituição Federal. A sistemática do cálculo e da apropriação da taxa de administração foi regulamentada no Decreto nº 9.290, de 21.02.2018, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 9.539, de 24.10.2018.

Discriminação das Despesas do FNE	30.06.2025	30.06.2024
Taxa de Administração	987.912	874.499
Remuneração ao BNB sobre Disponibilidades	7.887	7.908
Remuneração sobre Saldos PRONAF	320.262	239.852
Remuneração sobre Desembolsos PRONAF	126.993	123.964
Prêmio de Desempenho	60.433	51.937
Total	1.503.487	1.298.160

c) as contas do Ativo são apresentadas por ordem de liquidez e pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos. (ver Nota 2).

c.1) O Caixa e Equivalentes de Caixa são formados pelas Disponibilidades, que representam os recursos livres para aplicação em operações de crédito, e os Recursos Comprometidos com Operações de Crédito, que representam as disponibilidades comprometidas, referentes às parcelas ainda não liberadas das operações contratadas, correspondentes aos valores pendentes de liberação até a data

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO
CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE (FNE)
Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 e Exercício findo em 31 de
dezembro de 2024**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

da apuração, acrescidos das liberações previstas para os 12 (doze) meses seguintes e de eventuais descasamentos entre os valores a liberar após esses 12 (doze) meses e a estimativa de ingressos de recursos no FNE ao longo desse período. As disponibilidades do FNE em poder do Banco são remuneradas com base na taxa Selic, divulgada pelo Bacen.

Especificação	30.06.2025	31.12.2024
Disponibilidades	1.581.424	1.755.828
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	17.911.114	12.849.918
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	19.492.538	14.605.746

c.2) O total das Operações de Crédito é apresentado pelo valor de principal acrescido dos encargos financeiros, retificado por rendas a apropriar e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6).

c.3) Para a constituição e baixa da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa são observados os critérios definidos na Portaria Interministerial MIDR/MF nº 3, conforme abaixo:

- i) constituída pelo total das parcelas do principal e encargos vencidas há mais de 180 (cento e oitenta) dias, no caso das operações de risco integral do Fundo;
- ii) constituída pelo percentual equivalente ao risco assumido pelo Fundo, sobre o total das parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 180 (cento e oitenta) dias, no caso das operações de risco compartilhado;
- iii) baixadas como prejuízo do Fundo as parcelas de principal e encargos, de risco do Fundo, vencidas há mais de 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- iv) registradas em contas de compensação do Fundo os valores apurados como prejuízo, na forma estabelecida no inciso anterior, até que sejam esgotados todos os procedimentos para sua cobrança.

c.4) Segue quadro demonstrativo de descontos/dispensas e rebates, conforme as Leis nºs. 12.249, 12.844 e 13.340:

Especificação	30.06.2025	30.06.2024
Despesas c/Outras Operações-BNB-Rebate	10	-
Dispensa/Rebate Operações com Outras Fontes - BNB	1.193	19.564
Descontos Concedidos em Renegociações	4.249	10.353
Total	5.452	29.917

c.5) São registrados na rubrica “Outros Créditos” os direitos do FNE sobre bens móveis ou imóveis recebidos pelo Banco para amortização ou liquidação de dívidas. Após a alienação dos bens, os valores obtidos na venda são rateados entre o FNE e o Banco, na proporção do risco assumido, conforme dispõe o artigo 7º da Portaria Interministerial MIDR/MF nº 3.

Especificação	30.06.2025	31.12.2024
Direitos s/Bens Recebidos em Operações de Crédito	5.546	5.546
Total de Outros Créditos	5.546	5.546

c.6) Os valores recebidos em Títulos da Dívida Agrária, para o pagamento de créditos concedidos com recursos do FNE, e aqueles recebidos para cobertura de créditos concedidos ao amparo do Proagro, são registrados na rubrica “Outros Valores e Bens” e estão contabilizados pelo valor de face, acrescido da remuneração prevista para cada papel, e são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

Especificação	30.06.2025	31.12.2024
Títulos de Cobertura do Proagro	3	3
Títulos da Dívida Agrária	74	73
(Provisão para Desvalorização de Títulos)	(10)	(6)
Total de Outros Valores e Bens	67	70

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO
CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE (FNE)
Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 e Exercício findo em 31 de
dezembro de 2024**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Isenção Tributária

O FNE goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo, contribuição ou outro gravame, na forma da Lei nº 7.827 e alterações posteriores.

NOTA 5 – Repasses ao Banco e a Outras Instituições

a) O saldo devedor dos repasses realizados ao Banco, com base no artigo 9º- A da Lei nº 7.827, mediante Instrumentos de Dívida Subordinada, apresenta a seguinte composição:

Especificação	30.06.2025	31.12.2024
Recursos Disponíveis	817.345	900.862
Recursos Aplicados	2.991.906	2.738.670
Total de Repasses ao Banco (nota 6)	3.809.251	3.639.532

a.1) Em Recursos Disponíveis são registrados os valores momentaneamente não aplicados em operações de crédito pelo Banco, sendo remunerados pela taxa extramercado, na forma da legislação e dos Instrumentos de Dívida Subordinada firmados.

a.2) Os Recursos Aplicados correspondem aos valores liberados aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, na forma da legislação e do Instrumento de Dívida Subordinada firmado.

a.3) Segue quadro discriminando as remunerações sobre os recursos disponíveis e aplicados:

Especificação	30.06.2025	30.06.2024
Remuneração Recursos Disponíveis	44.224	52.730
Remuneração Recursos Aplicados	125.496	86.449
Total	169.720	139.179

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO
CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE (FNE)
Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 e Exercício findo em 31 de
dezembro de 2024**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

NOTA 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas

a) Composição da Carteira de Crédito

a.1) Carteira Total

Financiamentos	30/06/2025			31/12/2024		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Crédito Rural						
Financiamentos Rurais	49.164.281	953.859	50.118.140	45.945.612	910.496	46.856.108
Repasses Outras Instituições	199.629	-	199.629	182.622	-	182.622
Total do Crédito Rural	49.363.910	953.859	50.317.769	46.128.234	910.496	47.038.730
Provisão	(106)	(311.505)	(311.611)	(102)	(224.404)	(224.506)
Total Líquido do Crédito Rural	49.363.804	642.354	50.006.158	46.128.132	686.092	46.814.224
Outras Aplicações						
Financiamentos	39.330.678	866.633	40.197.311	37.722.053	849.900	38.571.953
Financiamentos à Exportação	452.974	7.168	460.142	430.589	5.240	435.829
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	54.220.233	18.505	54.238.738	53.071.794	18.104	53.089.898
Financiamentos Agroindustriais	1.470.851	71.980	1.542.831	1.437.715	66.160	1.503.875
Repasses ao BNB	2.991.906	-	2.991.906	3.639.532	-	3.639.532
Repasses Outras Instituições	76.338	-	76.338	65.289	-	65.289
Total de Outras Aplicações	98.542.980	964.286	99.507.266	96.366.972	939.404	97.306.376
Provisão	(351)	(237.963)	(238.314)	(405)	(221.939)	(222.344)
Total Líquido de Outras Aplicações	98.542.629	726.323	99.268.952	96.366.567	717.465	97.084.032
Total da Carteira	147.906.890	1.918.145	149.825.035	142.495.206	1.849.900	144.345.106
Provisão	(457)	(549.468)	(549.925)	(507)	(446.343)	(446.850)
Total Líquido da Carteira	147.906.433	1.368.677	149.275.110	142.494.699	1.403.557	143.898.256

a.2) Carteira com Risco Integral do BNB

Financiamentos	30.06.2025			31.12.2024		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	102.345	738	103.083	78.269	339	78.608
Financiamentos Rurais	13.814	1.838	15.652	14.143	2.091	16.234
Subtotal	116.159	2.576	118.735	92.412	2.430	94.842
Repasses ao BNB	2.991.906	-	2.991.906	3.639.532	-	3.639.532
Repasses a Outras Instituições	52.665	-	52.665	62.006	-	62.006
Total da Carteira	3.160.730	2.576	3.163.306	3.793.950	2.430	3.796.380
Total Líquido ⁽¹⁾	3.160.730	2.576	3.163.306	3.793.950	2.430	3.796.380

a.3) Carteira com Risco Compartilhado

Financiamentos	30.06.2025			31.12.2024		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	39.210.495	864.873	40.075.368	37.618.220	848.323	38.466.543
Financiamentos à Exportação	452.974	7.168	460.142	430.589	5.240	435.829
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	54.220.233	18.505	54.238.738	53.071.794	18.104	53.089.898
Financiamentos Agroindustriais	1.463.807	71.525	1.535.332	1.429.557	65.708	1.495.265
Financiamentos Rurais	35.418.423	646.216	36.064.639	34.076.915	609.498	34.686.413
Total da Carteira	130.765.932	1.608.287	132.374.219	126.627.075	1.546.873	128.173.948
Provisão	(353)	(377.511)	(377.864)	(457)	(326.228)	(326.685)
Total Líquido ⁽¹⁾	130.765.579	1.230.776	131.996.355	126.626.618	1.220.645	127.847.263

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO
CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE (FNE)
Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 e Exercício findo em 31 de
dezembro de 2024**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a.4) Carteira com Risco Integral do FNE

Financiamentos	30.06.2025			31.12.2024		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	17.838	1.022	18.860	25.564	1.238	26.802
Financiamentos Agroindustriais	7.044	455	7.499	8.158	452	8.610
Financiamentos Rurais	13.732.044	305.805	14.037.849	11.854.554	298.907	12.153.461
Subtotal	13.756.926	307.282	14.064.208	11.888.276	300.597	12.188.873
Repasse a Outras Instituições	223.302	-	223.302	185.905	-	185.905
Total da Carteira	13.980.228	307.282	14.287.510	12.074.181	300.597	12.374.778
Provisão	(104)	(171.957)	(172.061)	(49)	(120.116)	(120.165)
Total Líquido ⁽¹⁾	13.980.124	135.325	14.115.449	12.074.132	180.481	12.254.613

⁽¹⁾Para a situação "Normal", foram consideradas as provisões resultantes de renegociações/aquisições e a provisão constituída sobre operações de crédito com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna. Para a situação "Atraso", foram consideradas as provisões em decorrência apenas do atraso.

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	1 a 14 dias	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2025	Total em 31.12.2024
Rural	96.365	1.051.750	1.140.535	1.011.025	3.517.982	6.501.113	33.737.046	47.055.816	44.007.023
Indústria	10.164	272.807	275.391	291.014	886.905	1.782.520	41.619.592	45.138.393	43.772.415
Governo	-	63.827	3.827	3.827	17.582	38.357	593.455	720.875	1.733.388
Outros Serviços	7.253	322.570	321.341	348.973	975.275	1.988.292	32.041.100	36.004.804	34.225.771
Comércio	14.811	480.130	475.200	438.470	1.116.077	1.442.894	6.021.870	9.989.452	9.903.349
Intermediários Financeiros	-	3	3	3	-	-	-	9	29
Total	128.593	2.191.087	2.216.297	2.093.312	6.513.821	11.753.176	114.013.063	138.909.349	133.641.974

⁽¹⁾ incluem os créditos vencidos até 14 dias

b.2) Parcelas Vincendas

Tipo Cliente/Atividade	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2025	Total em 31.12.2024
Rural	25.345	28.234	34.055	274.240	233.887	2.090.589	2.686.350	2.539.857
Indústria	28.658	26.523	27.721	83.239	145.862	941.293	1.253.296	1.020.078
Outros Serviços	22.383	24.603	21.188	61.912	121.114	877.239	1.128.439	909.722
Comércio	31.426	28.451	27.222	72.229	124.356	506.494	790.178	636.571
Total	107.812	107.811	110.186	491.620	625.219	4.415.615	5.858.263	5.106.228

b.3) Parcelas Vencidas

Tipo Cliente/Atividade	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2025	Total em 31.12.2024
Rural	65.433	101.971	78.486	177.378	503.510	2.378	929.156	872.786
Indústria	23.747	31.080	32.631	79.113	149.052	-	315.623	316.481
Outros Serviços	22.455	21.546	21.894	61.680	101.888	4	229.467	208.073
Comércio	30.319	30.582	29.983	76.340	148.056	23	315.303	312.121
Total	141.954	185.179	162.994	394.511	902.506	2.405	1.789.549	1.709.461

c) O risco sobre as operações com recursos do FNE está assim distribuído, consoante a legislação que regulamenta os Fundos Constitucionais de Financiamento, o Pronaf e o disposto no artigo 8º da Lei nº 13.001, de 20.06.2014:

- nas operações concedidos ao amparo do FIES, contratadas a partir de 01.10.2022, o risco é assumido integralmente pelo Banco;
- nas operações no âmbito do Pronaf A, A/Microcrédito, B e A/C e programas Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio, o risco é de 100% para o FNE;
- nos repasses ao Banco, para que este, em nome próprio, realize operações de crédito, o risco das operações é integralmente assumido pelo Banco;

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO
CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE (FNE)
Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 e Exercício findo em 31 de
dezembro de 2024**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, contratados no período de 26.05.2003 até 02.12.2021, o Banco do Nordeste detém 100% do risco; nas operações de repasses contratadas com base na Portaria MIDR nº 3.025, de 02.12.2021 (atual Portaria MIDR nº 3.055, de 28.09.2023) o risco das operações será integralmente assumido pelas instituições beneficiárias dos repasses; nas operações de que trata o artigo 31 da Lei nº 11.775, o risco é de 100% para o Banco, quando o risco da operação original for integralmente atribuído ao Banco, ou compartilhado, na hipótese de a operação renegociada ter este tipo de risco; e
- nas demais operações, o risco é de 50% para o FNE, cabendo 50% de risco ao Banco.

d) A movimentação do saldo da provisão é demonstrada no quadro a seguir:

Especificação	30.06.2025	31.12.2024
Saldo Inicial da Provisão para Perdas em Operações de Crédito	446.850	460.984
. Risco Integral do FNE	120.165	164.952
. Risco Compartilhado	326.685	296.032
(+) Constituição de Provisão Líquida	532.050	898.278
Despesa de Provisão para Perdas em Operações de Crédito	532.050	898.278
. Risco Integral do FNE	166.976	298.198
. Provisão por Atraso/Renegociações	166.975	298.206
. Ajustes de Provisão por Deságio	–	–
. Provisão de Operações Irregulares	1	(8)
. Risco Compartilhado	365.074	600.080
. Provisão por Atraso/Renegociações	366.053	602.767
. Ajustes de Provisão de Operações Irregulares	(979)	(2.687)
(-) Créditos Baixados como Prejuízo	428.975	912.412
. Risco Integral do FNE	115.080	342.985
. Risco Compartilhado	313.895	569.427
(=) Saldo Final da Provisão para Perdas em Operações de Crédito	549.925	446.850
. Risco Integral do FNE	172.061	120.165
. Risco Compartilhado	377.864	326.685

- e) Em 30.06.2025, encontra-se registrado em Provisão para Perdas em Operações de Crédito o montante de R\$ 3.743 (R\$ 4.721 em 31.12.2024), referente à provisão extraordinária para fazer face ao risco do FNE em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna do Banco. Nesse caso, foram considerados os saldos das operações, conforme o risco atribuído ao FNE, efetuando-se a complementação para aquelas que já registravam provisão por atraso na forma da Portaria Interministerial MIDR/MF nº 3.
- f) Os bônus de adimplência e rebates foram concedidos na forma da legislação dos Fundos Constitucionais, basicamente em função do pagamento, pelos mutuários, das parcelas de principal e encargos nas datas pactuadas contratualmente, abrangendo as operações de crédito do FNE, as operações resultantes de repasses às instituições operadoras com base na Portaria nº 147, e as operações de repasses ao Banco com base no artigo 9º- A da Lei nº 7.827, e renegociações de operações de crédito, conforme discriminado no quadro a seguir:

Especificação	30.06.2025	30.06.2024
Descontos Concedidos em Renegociações	4.249	10.353
Bônus Adimplência Operações de Crédito FNE	829.898	666.025
Bônus Adimplência Op. Crediamigo (PNMPO)	4.032	4.744
Bônus Adimplência Repasses a Outras instituições	412	352
Bônus Adimplência Op. Rep. BNB – artigo 9º-A Lei nº 7.827	6.621	5.208
Total	845.212	686.682

g) Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do Banco

- g.1)** Não obstante a faculdade prevista no Parágrafo único do artigo 3º da Portaria Interministerial MIDR/MF nº 3, segundo o qual o reconhecimento de perdas na contabilidade do FNE pode ser feito por parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 360 dias, conforme o percentual de risco

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO
CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE (FNE)
Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 e Exercício findo em 31 de
dezembro de 2024**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

assumido pelo FNE, o Banco reconhece as perdas nessas operações considerando as parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 329 dias.

g.2) A devolução ao FNE dos recursos relativos à parcela de risco do Banco é realizada no segundo dia útil após o reconhecimento das perdas pelo FNE, segundo o critério previsto no inciso II, alínea "a", do artigo 5º da Portaria Interministerial MIDR/MF nº 3, observado o disposto na alínea g.1 precedente.

g.3) No semestre, o Banco devolveu ao FNE recursos no montante de R\$ 312.306 (R\$ 572.795 no exercício de 2024), relativos à parcela de risco do Banco nas operações com valores enquadrados como prejuízo, conforme segue:

Especificação	30.06.2025	31.12.2024
Portaria Interministerial MIDR/MF nº 3/2023 – Risco Compartilhado	311.402	569.339
Portaria Interministerial MIDR/MF nº 3/2023 – Risco Integral do Banco	904	3.456
Total	312.306	572.795

NOTA 7 – Patrimônio Líquido

a) O Patrimônio Líquido do FNE tem como origens:

a.1) transferências da União, na proporção de 1,8%, extraídas do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), realizadas decencialmente;

a.2) retornos e resultados de suas aplicações; e

a.3) resultado da remuneração dos recursos do FNE momentaneamente não aplicados, paga pelo Banco.

b) No semestre, o ajuste líquido negativo de R\$ 557 (R\$ 252 em 31.12.2024), refere-se a recálculos de encargos sobre operações de crédito

Especificação	30.06.2025	31.12.2024
Transferências da União no Semestre/Exercício	9.180.309	15.676.136
Transferências da União em Exercícios Anteriores	151.739.860	136.063.724
Resultados de Exercícios Anteriores	6.829.328	4.298.065
Resultado do Semestre/Exercício	1.833.475	2.531.820
Total do Patrimônio Líquido	169.582.972	158.569.745

NOTA 8– Registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)

Em cumprimento ao disposto na Portaria Interministerial MIDR/MF nº 3, as informações contábeis relativas ao FNE são registradas de forma a refletir as respectivas apurações mensais dos resultados na classe do ativo, especificamente no subgrupo investimento do grupo ativo não circulante no Siafi, observando as características peculiares do FNE.

NOTA 9 – Fiscalização

O Banco mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes, os demonstrativos dos recursos, aplicações e resultados do Fundo, com posição de final de mês. Na forma da legislação, os balanços do FNE, devidamente auditados, são publicados semestralmente e encaminhados ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO
CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE (FNE)
Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 e Exercício findo em 31 de
dezembro de 2024**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

NOTA 10 – Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras do FNE foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco, por meio de reunião realizada em 11 de agosto de 2025.

A Diretoria

Fortaleza (CE), 11 de agosto de 2025

Obs.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras do FNE



Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2025
e relatório do auditor independente**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselho de Administração
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE ("Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas nas Notas 2 e 4 às demonstrações financeiras.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras

Chamamos a atenção para as Notas 2 e 4, que descrevem que as demonstrações financeiras foram elaboradas pela administração do Fundo para cumprir os requisitos da regulamentação estabelecida pelo Governo Federal, especificamente para os Fundos Constitucionais e, dessa forma, podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas Notas 2 e 4 às demonstrações financeiras e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.



Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Brasília, 13 de agosto de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

DECLARAÇÃO

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 27, parágrafo 1º, Inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor das Demonstrações Financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 30 de junho de 2025.

Fortaleza, 29 de julho de 2025

DIRETORIA: Paulo Henrique Saraiva Câmara (Presidente) – Ana Teresa Barbosa de Carvalho (Diretora de Administração) – José Aldemir Freire (Diretor de Planejamento) – Leonardo Victor Dantas da Cruz (Diretor de Controle e Risco) – Luiz Abel Amorim de Andrade (Diretor de Negócios) – Wanger Antônio de Alencar Rocha (Diretor Financeiro e de Crédito)

DECLARAÇÃO

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 27, parágrafo 1º, Inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor do Relatório, exarado nesta data, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 30 de junho de 2025.

Fortaleza, 13 de agosto de 2025

DIRETORIA: Paulo Henrique Saraiva Câmara (Presidente) – Ana Teresa Barbosa de Carvalho (Diretora de Administração) – José Aldemir Freire (Diretor de Planejamento) – Leonardo Victor Dantas da Cruz (Diretor de Controle e Risco) – Luiz Abel Amorim de Andrade (Diretor de Negócios) – Wanger Antônio de Alencar Rocha (Diretor Financeiro e de Crédito)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Sávia Gavazza dos Santos (Presidente) – Aduino Modesto Júnior – Lindemberg de Lima Bezerra – Luiz Alberto da Silva Júnior – Olavo Rebelo de Carvalho Filho – Paulo Henrique Saraiva Câmara – Romildo Carneiro Rolim –

DIRETORIA: Paulo Henrique Saraiva Câmara (Presidente) – Ana Teresa Barbosa de Carvalho (Diretora de Administração) – José Aldemir Freire (Diretor de Planejamento) – Leonardo Victor Dantas da Cruz (Diretor de Controle e Risco) – Luiz Abel Amorim de Andrade (Diretor de Negócios) – Wanger Antônio de Alencar Rocha (Diretor Financeiro e de Crédito)

CONSELHO FISCAL: Fernanda Peixoto Souto (Presidente) – Carlos Higino Ribeiro de Alencar – Jose Lucenildo Parente Pimentel

COMITÊ DE AUDITORIA: João Andrade Vieira da Silva (Coordenador) – Décio José Padilha da Cruz – Marcelo Andrade Bezerra Barros – Olavo Rebelo de Carvalho Filho (Membros)

SUPERINTENDENTE DE CONTROLADORIA: Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros (Contadora CRC-CE 016318/O-7)

CONTADOR: José Graciano Dias – CRC-CE 007949/O-7